

Coleção História Contemporânea

**ÁSIA E EUROPA
EM COMPARAÇÃO HISTÓRICA:
O Debate entre Eurocentrismo e Asiocentrismo
na História Econômica Comparada
de Ásia e Europa**

Angelo Segrillo

EDITORA
PRISMAS

Ásia e Europa em Comparação Histórica: O Debate entre Eurocentrismo e Asiocentrismo na História Econômica Comparada de Ásia e Europa

Angelo Segrillo

1ª Edição - Copyright© 2014

Todos os Direitos Reservados.

Editora Prismas/Editora Appris

Editor Chefe:

Vanderlei Cruz

editorchefe@editoraprismas.com

Coordenadora Administrativa:

Eliane Andrade

administrativo@editoraappris.com.br

Diagramação e Projeto Visual:

Tiago Ferreira

redatorial@editoraprismas.com

Foto do autor:

Francisco Emolo/Jornal da USP Montagem:

Encadernadora Honoris Causa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborado por: Sônia Magalhães

Bibliotecária CRB 9/1191

Segrillo, Angelo

S455a Ásia e Europa em Comparação histórica: O Debate entre Eurocentrismo e Asiocentrismo na História Econômica Comparada de Ásia e Europa

2014 / Angelo Segrillo. – 1. ed. – Curitiba : Editora Prismas, 2014. 307 p. ; 23 cm

ISBN 978-85-60938-35-6

1.História. 2. História da Ásia 3.História da Europa. 4. Comparação Histórica I. Título.

CDD (21. ed.) 940/950

CDU – 930.85

EDITORIA
PRISMAS

Editora Prismas

Fone: (41) 3030-4570 | (41) 3151-1450

Avenida Nossa Senhora Aparecida, 29, Sala 02.

CEP: 80.440-000 - Curitiba/PR

www.editoraprismas.com

**ÁSIA E EUROPA
EM COMPARAÇÃO HISTÓRICA:
O Debate entre Eurocentrismo e Asiocentrismo
na História Econômica Comparada
de Ásia e Europa**

Angelo Segrillo

EDITORIA
PRISMAS

Curitiba
2014

Coleção História Contemporânea

Diretor Científico:

Angelo Segrillo (USP)

Consultores Editoriais:

Andre Bueno (FAFIUV)

Charles Pennaforte (CENEGRI)

Christiane Mello (UFOP)

Cristina Pecequilo (UNIFESP)

Daniel Aarão Reis Filho (UFF)

Flavio Rocha de Oliveira (UNIFESP)

Lincoln Secco (USP)

Luis Edmundo (UFRRJ)

Luis Ferla (UNIFESP)

Oswaldo Coggiola (USP)

Peter Demant (USP)

Ricardo Figueiredo de Castro (UFRJ)

Shu Changsheng (USP)

Sylvia Lenz (UEL)

Agradecimentos e Créditos

Primeiramente, meus mais profundos agradecimentos à FAPESP pelo financiamento (Auxílio à Pesquisa) que possibilitou a pesquisa original, base do atual livro. Meus votos para que a FAPESP continue a poder apoiar de maneira tão decisiva o trabalho dos novos e antigos pesquisadores ligados ao estado de São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos também a todas as editoras que permitiram a reprodução de longas passagens das obras de seus autores seminais aqui expostos, de modo que o público brasileiro possa ter, nas próprias palavras desses autores, suas teorias expostas. A saber,

- Cambridge University Press, por *The European Miracle*, de Eric Jones e *The Eastern Origins of Western Civilization*, de John M. Hobson.

- Princeton University Press, por *The Great Divergence*, de Kenneth Pomeranz.

- University of California Press, por *ReOrient*, de Andre Gunder Frank.

- Indiana University Press, por *Toward a Global Science*, de Susantha Goonatilake.

- Oxford University Press, por *The Lever of Riches*, de Joel Mokyr.

- Cornell University Press, por *China Transformed*, de Roy Bin Wong.

- Harvard University Press, por *Lost Modernities*, de Alexander Woodside.

- Editora Record (na pessoa de seu editor, Sergio Machado), que detém os direitos em português do livro *Guns, Germs and Steel*, de Jared Diamond, e publicou o livro em português com o título *Armas, Germes e Aço*.

A todas as editoras acima (que detêm os direitos exclusivos sobre as obras mencionadas) não só minha gratidão, mas acredito que também a do público brasileiro (especialmente universitário) que talvez esteja tomando contato pela primeira vez com estes importantes autores (a maioria dos quais ainda não traduzidos para o português). Minha esperança é que, após este primeiro contato com algumas das ideias centrais destes autores seminais neste texto, os leitores brasileiros sejam levados a querer ler a obra original completa (ou talvez até que o conhecimento maior destes autores pelo público brasileiro leve à publicação no Brasil, em português, de um maior número deles).

Sumário

Introdução.....	11
1	
Os Autores Eurocêntricos	19
1.1. <i>The European Miracle</i> de Eric Jones	21
1.2. Outros Autores Eurocêntricos já Traduzidos em Português	33
1.3. <i>The Lever of Riches</i> de Joel Mokyr.....	38
1.4. <i>Guns, Germs and Steel</i> de Jared Diamond	43
2	
Os Autores Asiocêntricos das Últimas Décadas	49
2.1. <i>Andre Gunder Frank e Reorient</i>	51
2.2. <i>The Great Divergence</i> de Kenneth Pomeranz.....	67
2.3. <i>China Transformed</i> de Roy Bin Wong	95
2.4. <i>Lost Modernities</i> de Alexander Woodside	117
2.5. <i>The Eastern Origins Of Western Civilization</i> de John M. Hobson.....	135
2.6. <i>Towards a Global Science</i> de Susantha Goonatilake	167
3	
(Conclusão): Três Ensaios com Teses do Autor sobre o Tema.....	211
3.1. A Foto e o Filme: O Desenvolvimento Econômico Histórico Chinês e a Reavaliação do Eurocentrismo na Historiografia e Ciência Social Ocidental	213
3.2. Eurocentrismo, Asiocentrismo, Globalismo: É Possível um ponto de Vista Objetivo no Estudo da China e da Ásia? (Considerações Metodológicas)	239
3.3. Eurásia como Conceito Unificador no Debate Eurocentrismo versus Asiocentrismo	251
Anexo de Tabelas.....	293
Fontes e Bibliografia	299

Introdução

A comparação entre o desenvolvimento do Oriente e Ocidente é uma questão antiga e controversa. Os próprios conceitos de “Oriente” e “Ocidente” são ambíguos e algo artificiais, como bem demonstra Edward Said (1990) em sua seminal obra *Orientalismo*. Apesar disso, uma torrente de livros foi escrita sobre o assunto. Tradicionalmente, o debate se polariza em torno de autores eurocêntricos e seus oponentes asiocêntricos. Os primeiros enfatizam a ascensão e modernização da Europa nos tempos modernos como a chave para explicar o domínio dos europeus e norte-americanos nos últimos séculos. Os últimos replicam com a primazia da Ásia nos tempos pré-modernos e relativizam a vantagem europeia (e norte-americana) no período posterior. Qual dos dois tipos de abordagem será mais capaz de explicar o futuro a médio e longo prazo, dado que os analistas geralmente se dividem entre os que prognosticam a continuação da hegemonia ocidental e os que preveem o predomínio asiático no mundo?

Os debates entre eurocentrismo e asiocentrismo passaram por diversas fases. Como diversas regiões da Ásia (China, impérios islâmicos, Índia) tradicionalmente tiveram uma economia e um desenvolvimento tão ou mais forte que o da Europa ocidental na época pré-moderna, uma doutrina consolidada de superioridade desenvolvimentista europeia inequívoca é um fato relativamente recente. É importante notar que até a época do Iluminismo visões de um Oriente “avançado” ou digno de admiração eram comuns entre observadores europeus. Viajantes como Marco Polo admiravam as riquezas chinesas. Voltaire e outros iluministas, em sua luta contra os privilégios e preconceitos da nobreza e igreja, admiravam a visão moral terrena e antimilitarista do confucionismo, a taxação sem isenções de classe na China e o fato de que o mandarinato chinês era preenchido por mérito (concursos) e não por hereditariedade como a nobreza francesa. Entretanto, a passagem do século XVIII para o XIX marcou uma mudança negativa do tom geral da Europa em relação ao Oriente. Alguns autores (como Panikkar, 1977, p. 470) colocam a Revolução Francesa como o ponto de viragem. Outros citam a entrada do romantismo como o fator de mudança no tom. (Lim, 2008, p. 323) Edward Said (1990, p.

95-96) coloca a excursão militar de Napoleão ao Egito (acompanhado de uma entourage de estudiosos) como o ponto que marca a introdução do orientalismo moderno (“científico” e sistemático, mas informado *a priori* pela noção da superioridade ocidental). John M. Hobson (2006, p. 222 e 232-233) e Martin Bernal (1987-2006, v. 1, p. 2) enfatizam o papel que as teorias (implícita ou explicitamente) racistas europeias do século XIX tiveram na consolidação deste novo paradigma.

Assim, a partir do século XIX a visão europeia dominante sobre a Ásia é que esta se encontrava, já há muito tempo, em situação de atraso relativo. Uma série de autores seminais vai fixar tal *Weltanschauung* nos princípios fundamentais das ciências sociais ocidentais. Max Weber e Karl Marx seriam os exemplos mais paradigmáticos dentro de correntes diversas.

Antes de examinarmos Weber e Marx seria importante mencionar o papel de Montesquieu como precursor deste filão eurocêntrico, principalmente por sua ênfase em fatores explicativos geográficos e ambientais.¹ Montesquieu (2008) no Livro XIV.2 de *O Espírito das Leis* dizia que as pessoas são mais vigorosas em climas frios que quentes, pois naqueles a temperatura mais baixa contrai as fibras das extremidades do corpo, tornando-as mais fortes enquanto nestes as altas temperaturas relaxam as fibras diminuindo sua força e elasticidade. No livro XVII.3 explicava que

A Ásia não tem propriamente uma zona temperada, pois os lugares localizados em um clima muito frio imediatamente contam aqueles excessivamente quentes, ou seja, Turquia, Pérsia, Índia, China Coreia e Japão.

Na Europa, em contrário, a zona temperada é bastante extensa, [...] em proporção às latitudes de cada país. Consequentemente segue-se que cada um se assemelha ao seu vizinho imediato, não havendo diferenças extraordinárias entre eles [...]

Assim, na Ásia, as nações fortes se opõem às fracas; os povos guerreiros, bravos e ativos estão em contato direto com aqueles que são indolentes, efeminados e medrosos. Aqueles, portanto, conquistam e os outros são conquistados. Na Europa, ao contrário, nações fortes estão frente a nações fortes, e os que se

1 Mencionamos a importância dos fatores geográficos em Montesquieu, pois, apesar de posteriormente terem sido relegados por muito tempo a segundo plano nas ciências sociais, as explicações geográficas e ambientais foram retomadas ultimamente, sob nova roupagem, por autores influentes, como Jared Diamond (2005).

aliam têm aproximadamente a mesma coragem. Esta é a grande razão da fraqueza da Ásia e da força da Europa; da liberdade da Europa e da escravidão da Ásia.

Mas Montesquieu escrevia numa época, do Iluminismo, em que visões positivas da Ásia (principalmente da China) ainda tinham livre curso, ao lado das negativas. O século XIX será o período que marcará a consolidação e hegemonia das visões eurocêntricas no Ocidente.

Hegel, em seu *Filosofia da História*, comungava com a ideia de Montesquieu que climas temperados contém o melhor dos extremos opostos.

Na zona frígida e na tórrida não são encontrados povos mundialmente históricos [...] A Natureza é o primeiro ponto a partir do qual o homem ganha liberdade dentro de si mesmo e esta liberação não deve ser dificultada por obstruções naturais [...] Nas zonas extremas o homem não chega ao movimento livre; o frio e o calor são poderosos demais para permitir ao Espírito construir um mundo para si [...] O verdadeiro teatro da história é, portanto, a zona temperada, ou melhor, sua parte setentrional. (Hegel, 2001, p. 97)

Hegel vê o espírito da história viajando do leste (onde tem sua infância ingênua) para o oeste (onde chega à maturidade).

A História do Mundo viaja do Oriente para o Ocidente, pois a Europa é absolutamente o fim da história, a Ásia seu começo [...] A História do Mundo é o disciplinamento da vontade natural incontrolada, fazendo-a obediente a um princípio Universal e concedendo liberdade subjetiva. O Oriente sabia e até hoje sabe que UM é livre; o mundo greco-romano que ALGUNS são livres; o mundo germânico sabe que TODOS são livres. Assim, a primeira forma política que observamos na história é o *despotismo*, a segunda *democracia* e *aristocracia*, a terceira *monarquia*.

Para entendermos esta divisão precisamos observar que o Estado é a vida espiritual universal, com o qual os indivíduos mantêm, por nascimento, uma relação de confiança e hábito, e no qual eles têm sua existência e realidade. A primeira questão é se sua vida real constitui um uso e um hábito irrefletido, combinando-os nesta unidade, ou se seus indivíduos constituintes são seres pessoais e pensantes e têm uma existência propriamente

subjetiva e independente. Assim, a liberdade *substancial* (objetiva) precisa ser distinguida da liberdade subjetiva. Liberdade substancial é a Razão abstrata subdesenvolvida implícita na vontade, e caminhando para se desenvolver no Estado. Mas nesta fase da Razão ainda falta a vontade e o raciocínio individual, isto é, a liberdade subjetiva, que se realiza apenas no indivíduo e que constitui a reflexão do indivíduo em sua própria consciência. Onde há apenas liberdade substancial, as leis e os comandos são vistos como algo fixo e abstrato, em relação ao qual o sujeito se mantém em absoluta servidão. Estas leis não necessariamente coincidem com o desejo do indivíduo. Consequentemente, os sujeitos são como crianças, que obedecem aos seus pais sem vontade ou raciocínio próprio. Mas, à medida que a liberdade subjetiva aparece, e o homem desce da contemplação da realidade externa para sua própria alma, o contraste sugerido pela reflexão emerge, envolvendo a Negação da Realidade. A retirada do mundo real forma *ipso facto* uma antítese, da qual um lado é o Ser absoluto – o Divino – e o outro o sujeito humano como indivíduo. Na consciência imediata, irrefletida, que caracteriza o Oriente, estes dois ainda não estão distintos. O mundo substancial é distinto do individual, mas a antítese ainda não criou o cisma entre o espírito (subjetivo e absoluto).

A primeira fase, aquela com a qual devemos começar, é o Oriente. A consciência irrefletida – existência espiritual, objetiva, substancial – forma a base com a qual a vontade subjetiva mantém uma relação na forma de fé, confiança, obediência. Na vida política do Oriente, nós descobrimos uma liberdade racional desenvolvendo-se, sem chegar à liberdade *subjetiva*. É a infância da História. (Hegel, 2001, p. 121-122)

A teleologia hegeliana seria reforçada pela obra de outro pensador alemão. Max Weber (1981 e 1997, p. 20-21, 1047-1048) teve grande influência na fixação de um paradigma eurocêntrico nas ciências sociais ocidentais. Analisou os processos de crescente racionalização do Estado na história de diversas sociedades. Afirmou o pioneirismo do Ocidente no desenvolvimento da *Zweckrationalität* (racionalidade instrumental ou formal, i.e., aquela que visa atingir os fins sempre através dos meios mais eficientes). Esta visão de mundo “contábil” é a base do capitalismo moderno. Em outras partes do globo terrestre o contexto intelectual (especialmente o peso de religiões como o hinduísmo, confucionismo, taoísmo e islã) permi-

tiu, no máximo, o desenvolvimento da racionalidade relacionada a valores (*Wertrationalität*). Weber enfatiza o papel importante que certas correntes do protestantismo tiveram no estímulo do espírito capitalista na Europa por meio de sua atitude em relação à ética de trabalho e o individualismo, não como desvios de um caminho espiritual maior definido por Deus, mas sim como realização de uma “vocação” (*Beruf*) religiosa neste mundo.

Por outro lado, mesmo o grande teórico revolucionário do século XIX, Karl Marx, não escapou de uma visão essencialmente eurocêntrica da história. Além de ter determinado o aparecimento do capitalismo na Europa e enfatizado o papel de liderança dos países avançados como modelos para a história futura das outras nações, Marx lançou também a atualmente controversa tese do *modo de produção asiático* em sua famosa frase no Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*: “Em linhas gerais, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser designados como épocas que marcaram o progresso da formação econômica da sociedade”. (Marx & Engels, 1961-1971, v. 13, p. 9) O modo de produção asiático descreveria uma sociedade que já teria saído do estágio do comunismo primitivo, mas que, de alguma forma, teria ficado algo estagnada em sua transição para os regimes de propriedade privada superiores em termos de produtividade (como o feudalismo e o capitalismo na Europa, por exemplo). (Marx, 1991, p. 67-68 e 79) É importante notar que, em suas descrições da Ásia, Marx era muito influenciado pelos escritos dos viajantes europeus (como por exemplo, funcionários da Companhia das Índias Orientais britânica) que descreviam o atraso e a estagnação de séculos das aldeias indianas e de países vizinhos.

Assim, tanto a partir da corrente *mainstream* da sociologia weberiana quanto da teoria revolucionária marxista, uma visão da Europa e do Ocidente como o lócus do progresso moderno e da Ásia como lugar de estagnação e atraso passou a perpassar as ciências sociais no século XIX. No século XX essa visão prosseguiria ainda firme, mas, a partir do entre-guerras e principalmente com o processo de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial, uma série de teorias nacionalistas e terceiro-mundistas passaria a contestá-la. Diversos autores propori- am passar a estudar a história da Ásia (ou suas regiões) em si, a partir de sua própria perspectiva, e não apenas de um ponto de vista europeu externo (*e.g.*, K.M. Panikkar, Jakob Cornelis van Leur). Em seguida, no pós-Segunda Guerra Mundial

e até os anos 1970 o eurocentrismo foi revidado por uma série de autores nacionalistas e terceiro-mundistas que passaram a considerar a visão da Europa (e Ocidente) como inerentemente mais avançados que a Ásia como ultrapassada e etnocêntrica. A tendência geral dessas contracríticas nacionalistas e terceiro-mundistas era de tirar o foco de meras comparações econômicas para um foco político de relações de exploração e violência imperialista. Assim, uma primeira fase da luta com o eurocentrismo foi realizada de maneira bastante bem-sucedida, tendo em vista o sucesso das teorias anti-imperialistas tanto no campo teórico quanto no campo empírico-político (o processo de descolonização do pós-guerra).

Entretanto, o eurocentrismo, em sua vertente teórica, especialmente a econômica, não chegou a ser batido inteiramente. Nas décadas seguintes, uma série de autores retomou as teses do eurocentrismo econômico sob nova roupagem. O resultado foi uma enxurrada de livros com títulos como “A Ascensão do Ocidente”, “O Triunfo do Ocidente”, “O Milagre Europeu”, “Europa e Ascensão do Capitalismo” reafirmando a primazia da Europa e do Ocidente como lócus inicial e principal da modernidade avançada. (Jones, 1981; Roberts, 1985; Baechler, Hall & Mann, 1989; McNeill, 1991) A situação nos anos 1980 parecia ser que se o eurocentrismo havia sido batido (mas não abatido) pelas críticas de caráter mais político das primeiras levas de autores nacionalistas e terceiro-mundistas do pós-guerra, ele se mantinha ainda forte no campo econômico. Afinal, como contestar o pioneirismo e primazia da Europa como motor do desenvolvimento econômico na época moderna e contemporânea?

Pois é exatamente no campo da economia pura que o eurocentrismo passou a ser atacado também nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1990. Uma série de autores (Wong, 1997; Frank, 1998; Pomeranz, 2000; Hobson, 2006) criticou os próprios pressupostos econômicos do avanço europeu, relativizando-o e diminuindo sua importância na escala histórica mundial. Se os autores eurocêntricos datavam a arrancada da Europa frente às outras partes do mundo já desde a Renascença (alguns até antes), Pomeranz, por exemplo, diz que a Europa somente ultrapassou a Ásia após a Revolução Industrial no início do século XIX. Outros, como Frank (1998), enfatizam que a economia da Ásia e da China foi maior que a da Europa até quase a parte final do século XIX e que no século XXI esta primazia será retomada.

O debate neste campo econômico ainda corre célere, mas dele se pode dizer que uma corrente asiocêntrica se consolidou disputando “de igual para igual” com o eurocentrismo em termos das questões técnicas de PIB, produção, produtividade e aspectos correlatos da modernização.

É este debate em curso nas últimas décadas, eurocentrismo/asiacentismo no campo *especificamente econômico* (muitas obras e trabalhos dos quais não foram traduzidos para o português), que pretendemos apresentar nas páginas seguintes. Haverá uma descrição de alguns dos principais autores e suas obras. No final faremos uma avaliação crítica do estado atual dos debates e lançaremos teses próprias sobre a questão do avanço/atraso da Ásia frente ao Ocidente.

A estrutura narrativa será a seguinte. Aproveitando e adaptando em formato algo diferente uma fórmula utilizada por Blaut (2000) no livro *Eight Eurocentric Historians* (em que ele discute o tema do eurocentrismo a partir da exposição de seus autores centrais), nos capítulos 1 e 2 descreveremos, respectivamente, algumas das principais obras de autores eurocêntricos e asiocêntricos como forma de apresentar estes debates ao público brasileiro (em especial àqueles que não dominam o idioma inglês de algumas das obras ainda não traduzidas). Esta apresentação, procurando utilizar ao máximo as palavras dos próprios autores e sua forma de exposição, propiciará uma visão geral bastante detalhada do estado atual dos debates visto que estes são alguns dos principais participantes desta contenda e também porque, em suas obras, discutem as posições de vários outros autores (eurocêntricos e asiocêntricos) relacionados. O capítulo final conclusivo será dividido em três partes: a primeira fará uma análise crítica do debate a partir das posições do presente redator destas linhas. Nas duas últimas seções apresentarei duas sugestões para tentar superar (ou minorar) o impasse metodológico de como encontrar um terreno metateórico que permita transcender as limitações de origem geográfica/cultural de pesquisadores de uma região do mundo ao estudar realidades de outras regiões com culturas e pressupostos filosóficos completamente distintos: o método das *comparações multifocais* (na seção *Eurocentrismo, Asiocentrismo, Globalismo: é possível um ponto de vista objetivo no estudo da Ásia?*) e a utilização do conceito de *Eurásia* como unidade básica integrativa nos estudos comparativos entre Europa e Ásia (na seção *Eurásia como Conceito Unificador no Debate Eurocentrismo versus*

Asiocentrismo). A não ser que indicado diferentemente, as traduções dos trechos dos originais em língua não portuguesa são do presente autor.

Finalmente, uma palavra sobre a divisão dos autores entre “eurocêntricos” e “asiocêntricos”. Nesta classificação há obviamente um grau de subjetivismo, já que poucos são os autores que explicitamente se autorrotulam como “eurocêntricos” e “asiocêntricos” (mesmo nas obras em que rotulam outros autores como tais...). É algo semelhante ao caso do conceito de “neoliberalismo”: raros são os economistas que se identificam como “neoliberais”, mas nem por isso o conceito deixa de ter validade heurística. Minha classificação não é absoluta, mas relativa. Em um imaginário espectro de zero a dez, os autores que tendem a acordar exclusivismo ou um papel absolutamente preponderante à Europa (“Ocidente”) como centro e principal motor da economia mundial e da modernidade desde muitos séculos atrás (pelo menos desde a Renascença) até hoje classifiquei no campo do eurocentrismo. Autores asiocêntricos são os que fortemente relativizam, ou mesmo negam, tal grau de preponderância, resgatando uma maior centralidade para a Ásia dentro do revisionismo historiográfico sobre esta questão nos anos 1990 e 2000.

1

Os Autores Eurocêntricos

Como mencionado acima, houve certo ressurgimento, no campo econômico, das teses eurocêntricas por volta dos anos 1980 seguido de uma contraonda asiocêntrica nos anos 1990 em diante. Nesta primeira parte veremos algumas obras seminais de autores eurocêntricos das últimas décadas.

1.1. *The European Miracle de Eric Jones*

The European Miracle: environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia, de Eric Lionel Jones, lançado em 1981, pode ser considerado como um marco simbólico desta nova onda de eurocentrismo econômico dos anos 1980.² Jones traçou um panorama histórico da longa duração do desenvolvimento europeu comparado ao de outras regiões do mundo como a China e o mundo islâmico. Usou uma abordagem complexa e multifacetada. O fio condutor da obra foi descrito no texto explicativo da quarta capa da edição original:

Por que as economias e estados modernos se desenvolveram primeiramente na cultura periférica e tardia da Europa? [...] Em seu trabalho analítico e comparativo Eric Jones vê a condição econômica se formando no ponto onde ambiente natural e sistema político se encontram. A ascensão da Europa é explicada por uma interação favorecida entre eles, em contraste com o padrão frustrante de sua interação na China, Índia e Império Otomano [...] O autor discute as origens e as vantagens a longo prazo da limitação populacional europeia. Enfatiza os ganhos da descentralização política ao mesmo tempo em que demonstra que os estados europeus permaneceram ligados em um sistema cultural e econômico comum. Coloca o crescimento do mercado e do exoesqueleto do estado-nação em uma nova justaposição, e mostra como o mercado, o sistema de estados e o estado-nação, em contribuições próprias, reduziram riscos e removeram antigos impedimentos de mudança.

² Agradecemos à Cambridge University Press a permissão para reproduzirmos passagens selecionadas de *The European Miracle*. Recomendamos ao público a leitura do original completo.

Assim, o autor inicia sua obra pelo ambiente geográfico natural da Europa. Verá ali alguns dos germes que posteriormente, em interação com os desenvolvimentos políticos de seu sistema de estados, possibilitarão àquele continente ultrapassar os outros na época moderna.

Vejamos por partes seu argumento. É interessante notar que ele começa pelos fatores geográficos e ambientais. As explicações históricas baseadas em fatores geográficos estiveram em baixa no período Pós-Segunda Guerra Mundial da descolonização, quando as explicações “fatalistas” determinadas pela geografia e clima eram vistas com desconfiança pelos intelectuais rebeldes do Terceiro Mundo. Havia uma preferência por explicações sociais ou culturais que poderiam ser desconstruídas através da política. Entretanto, curiosamente, com o advento do movimento ecológico, nas últimas décadas o estudo do ambiente acabou levando a uma volta de explicações ambientais e, a reboque, geográficas, culminando no esboço do que poderia ser denominado uma história ambiental. (*e.g.*, Turner *et al.*, 1990; McNeill, 2000; Elvin, 2004)

Jones (1981, p. 4-5) comenta que “o hiato entre o Oriente e o Ocidente pode ter sido alargado pela industrialização, mas não foi causado por ela”: já provinha do final da Idade Média e início da Idade Moderna. Nessa época os europeus já “detinham maior capital per capita que os asiáticos, principalmente na forma de gado. Como corolário, comiam mais carne e produtos animais [...] utilizavam mais animais de tração”. E sua distribuição de renda era mais igualitária que na Ásia.

Para explicar como a Europa chegou a este ponto no final da Idade Média, quando tinha sido mais atrasada que a Ásia até ali, Jones vai buscar o início das suas explicações na pré-história e na geografia dos dois continentes.

A Europa não era, pelos padrões asiáticos, um habitat exuberante. Grandes agrupamentos sociais emergiram lá muito mais tarde que nas partes mais quentes da Eurásia. As civilizações já tinham ascendido e declinado nas latitudes quentes, apesar de aparentemente estarem surgindo cada vez mais ao norte. A explicação oferecida na literatura especializada para este deslocamento é essencialmente climática [...]. Por um lado, faz a correlação entre temperatura média e a produção de energia humana e, do outro, afirma que em regiões quentes o homem está sujeito à acumulação de infestação endoparasitária que fazia com que cada socie-

dade alcançasse um teto de realizações e depois estagnasse. Os invernos do norte, ao contrário, podam os organismos deletérios no solo e na água [...] A Ásia não foi tão favorecida. Veja a China, por exemplo. Durante o período Sung meridional, quando a agricultura e os estabelecimentos urbanos estavam se mudando para o sul, esquistossomose e outras verminoses foram descritas [...]. Fezes jogadas fora na água fizeram da China o reservatório mundial de vermes intestinais, do fígado e pulmão [...] As excreções humanas foram utilizadas como fertilizantes, e infestações transmitidas pelo solo eram um risco de insalubridade para os agricultores [...] Uma fonte de 1948 estimava as infecções fecais como responsável por 25% das mortes [...] Costumes antissociais à parte, esta era a penalidade para uma população densa operando agricultura de irrigação em um clima quente, com fontes inadequadas de fertilizantes. Infestação endoparasitária em tal escala pode ter obstaculizado a energia humana, jogando para baixo a produção na China e em outros celeiros civilizacionais asiáticos e do Oriente Próximo. (Jones, 1981, p. 6-7)

Outra diferença é o padrão de desastres naturais. A Ásia tem sido vítima constante de desastres que são especialmente destrutivos de capital físico, como terremotos e enchentes de largas proporções. Segundo Jones (1981, p. 27, 39 e 40-1) esta diferença era maximizada pela adoção da (resistente e durável) construção em tijolos na Europa mais cedo e mais maciçamente que na Ásia.

Jones (1981, p. 8-9) chama a atenção para o fato de que a produtividade em si do solo na Ásia era maior que na Europa: “as bacias hidrográficas da aluvião oriental eram mais produtivas em termos de vida vegetal”. Isto se revelava em maiores e mais densas populações. Especialmente porque os europeus mantinham um “mais alto consumo de animais de carga e produtos animais e florestais, todos concorrentes pela terra com os cereais”. Esse uso de terra para outros fins que não o plantio de grãos levava a que a Europa não pudesse suportar uma população tão grande como a da Ásia. Uma Europa mais “carnívora” e utilizadora de animais de carga teria consequências produtivas posteriormente, já que a utilização de animais possui um efeito multiplicador forte no potencial de transportes e comunicações.

Nesse ponto Jones (1981, p. 9) faz uma inferência política. O fato da Europa não ter mantido populações tão grandes como a Ásia pode tê-la poupado do destino do *despotismo oriental* que Karl Wittfogel associava à necessidade de construção e administração de enormes obras hidráulicas de irrigação que somente um poder centralizado seria capaz. Na China, por exemplo, segundo Wittfogel (1957), a necessidade de grandes projetos hidráulicos para a agricultura de irrigação reforçou a formação de um estado centralizado, único capaz de realizá-las nas condições da época. Isto levou a um controle imenso do estado sobre a sociedade que Wittfogel chamou de *despotismo oriental*. Jones (1981, p. 9-10) inferiu que a menor e mais esparsa população da Europa, juntamente com uma agricultura menos necessitada de irrigação que a de arroz, facilitou um modelo político mais descentralizado e com menos capacidade de repressão concentrada.

A partir dessa constatação de diferenças na base natural e geográfica original, o autor tece considerações sobre suas consequências culturais.

Podemos sugerir que, por exemplo, a dotação original de recursos naturais permitiu aos europeus consumir amplamente produtos e energia de origem animal, assim como madeira e lenha, e os tornou mais avessos a aceitar uma diminuição nesse padrão de vida. Eles estavam preparados para trocar, na margem, crianças por bens, para manter um determinado nível de renda ou padrão de consumo [...] Hajnal (1965) mostrou em um ensaio cauteloso, mas estimulador, que a Europa a oeste de uma linha de Leningrado a Trieste se distinguiu das civilizações não europeias por uma alta idade de casamento e uma alta proporção de celibatários. As taxas de natalidade raramente estiveram acima de 38/1000, mesmo antes dos métodos de controle artificial de natalidade, em comparação com taxas acima de 40/1000 e até mesmo 45/1000 em países menos desenvolvidos de hoje. Os casamentos tardios permitiam uma poupança antes mesmo da família se formar. Esta poupança era gasta em bens mundanos, como os que a família requeria, não bens de luxo, e geraram uma demanda por bens utilitários numa escala não encontrada em outras partes. (Jones, 1981, p. 15)

Jones considera este padrão de reprodução, que enfatizava a família nuclear, mais condutivo a poupanças produtivas que o padrão das famílias estendidas asiáticas, no qual bens de luxo ou de importância simbólica tinham um papel destacado.

Os Avanços Tecnológicos

Jones começa a analisar os avanços tecnológicos da Europa a partir da Idade Média. Ele relativiza os progressos feitos na agricultura até o século XIV enfatizando não tanto sua espetacularidade quanto sua lenta, mas constante, persistência.

As vantagens nutricionais sobre as dietas de cereais das civilizações mais antigas provavelmente permaneceram no suprimento continuado de uma relativa abundância de produtos animais. Já se chamou a atenção para a vitalidade especial trazida aos europeus pelos feijões na rotação trigo/feijão/terra em descanso [...] Os avanços agrícolas na Idade das Trevas baseados no “novo” arado pesado (com rodas, aiveca e sega), a ferradura e coa-lheira dos cavalos e, principalmente a transição do sistema de dois campos para o de três campos no período carolíngio têm sido postos em dúvida. Pouco avanço em métodos ou na rotação foram demonstrados dos tempos de Carlos Magno até o século XII (Duby 1974:189). Isso quer dizer que as principais mudanças foram na área cultivada, que espremeu a área destinada à pastagem permanente e talvez tenha alterado o *mix* da produção. Possivelmente foi só nos séculos XI, XII e XIII que a maioria dos camponeses pôde realisticamente utilizar as novas tecnologias. (Jones, 1981, p. 48)

O autor enfatiza a melhoria no clima político da Europa ao pas-sarmos da Alta para a Baixa Idade Média:

As migrações bárbaras para o oeste dos séculos IV ao VII se acalmaram [...] Estados estáveis se formaram rapidamente em volta das hierarquias feudais. As pressões externas dos vikings, magi-ares e mouros foram contidas [...] Os finais aproximadamente coevos dos choques externos e a diminuição das lutas internas feudais parecem ter calibrado a história europeia. Houve um novo começo no século X [...]. O comércio se tornou agora mais regular [...] Nos séculos X e XI houve sinais sensíveis de expan-são [...] As cidades cresceram [...] A população começou a se adensar no continente mesmo longe do mar Mediterrâneo [...] O desenvolvimento econômico e cultural logo seguiu a bandeira

demográfica [...] Isso significou que uma densa população rural com um grau de urbanização tinha se formado, representando mercado grande o suficiente para dissolver os laços não mercantis do feudalismo. (Jones, 1981, p. 50-53)

Este ímpeto não foi perdido mesmo com o cataclismo da Peste Negra de meados do século XIV.

A Idade das Trevas e a Idade Média presenciaram, assim, lentos desenvolvimentos em padrões alimentares, energia inanimada disponível, habitat humano, know-how tecnológico, estoque de capital e tamanho dos grupamentos políticos. A Europa era como um pássaro no ninho flexionando seus músculos dorsais entre as civilizações mais antigas que eram suas irmãs. No início do século XIV, o crescimento populacional estava reduzindo os ganhos na alimentação à medida que o homem e seus animais entravam em competição pela produção agrícola limitada. A mudança tecnológica na agricultura não era rápida o suficiente para compensar isso. Mas outros avanços não sofreram muita erosão. Os equipamentos, o know-how e a organização, todos sobreviveram à Peste Negra. Nesse sentido houve um efeito de parafuso no desenvolvimento europeu. A queda na população como resultado da peste bubônica foi descrita como uma espécie de Plano Marshall. Após ela, de acordo com Herlihy (1971: 164), os europeus estavam psicologicamente preparados pela dieta melhor que uma população reduzida podia ter (e, “talvez”, pela maior energia que provinha do fato de ser mais bem alimentada) para entrar em uma era de renovada expansão. (Jones, 1981, p. 56)

Assim, a Europa apresentou avanços já na idade pré-moderna.

A sociedade europeia podia gerar novidades e era capaz de pegar emprestado de maneira eficiente. O que Bacon podia denominar em tempos jacobinos como as três grandes invenções do homem — bússola, pólvora e imprensa — todas vinham da China. Entretanto, foi a Europa que as levou a novas alturas, empregando-as produtivamente em larga escala: de modo geral ultrapassou seus mentores em ciência e tecnologia. Os feitos da Europa retrocediam até a coalheira e ferradura dos cavalos, a roda hidráulica, a besta, o barril, todas introduzidas na Idade das Trevas

[...] A Idade Média foi descrita em um trabalho popular como tecnologicamente “a calmaria que nunca existiu”. O século XI viu aparecer navios construídos com o método mais barato da elaboração prévia de um “esqueleto” a partir da quilha antes da construção do casco. (White 1972:167; Chaunu 1979).. O século XII viu a sericultura (separadamente da tecelagem de seda importada do Oriente) se espalhar primeiro para a Sicília e depois para a Itália. O século XIII viu navios propulsionados por velas em vez de remos, e guiados pelo leme articulado. O uso da bússola se generalizou entre 1270 e 1300 [...] Outros desenvolvimentos — carrinhos de mão, óculos, relógios mecânicos, a roca de fiar, todos aparecidos no século XIII — não deixam dúvida sobre a vitalidade tecnológica da Idade Média. (Jones, 1981, p. 57-58)

É com esta vitalidade tecnológica inercial que a Europa se aproxima do ponto de viragem da época moderna que é o século XV. A partir daí, começa a abrir clara vantagem sobre as civilizações concorrentes mais antigas. Jones (1981, p. 59-62) cita os avanços tecnológicos (os desenvolvimentos nos canhões no séc. XV, a substituição da conscrição de 40 dias pelo exército permanente no séc. XVI, os desenvolvimentos na navegação e na criação da imprensa neste período, etc.), mas enfatiza o caráter gradual e já antigo dos desenvolvimentos tecnológicos na Europa. Talvez mais importante que o aparecimento espasmódico de grandes invenções (como na China) o que levou a Europa à dianteira foi o padrão metódico de aperfeiçoamentos pequenos, mas constantes, em uma ampla frente de tecnologias recebidas de maneira endógena ou exógena. Possivelmente, inovação, mais que mera invenção, foi o segredo do avanço europeu. Mas a mera inovação também não seria suficiente se ela não fosse disseminada pela sociedade. E esta disseminação (mais que na Ásia) era possibilitada pela forma com que os mercados e o sistema de estados estavam configurados no continente.

Antes de entrarmos na questão dos mercados e do sistema de estados, cabe notar que Jones (1981, p. 81-83) observa que houve uma contribuição exógena importante das colônias para o aumento da riqueza europeia. Não era uma mera questão de extração de prata e recursos minerais das Américas para o Velho Continente e sim também uma questão de alívio ecológico. Jones (1981, p. 83) pega emprestado o conceito de Georg Borgstrom (1972) de *ghost acreage* (“acreagem fantasma”), que

seria a quantidade hipotética de terra plantada necessária para produzir na Europa, com as dadas técnicas, comida equivalente ao que o continente recebia de fora, de suas colônias. Jones (1981, p. 82 e 84) calculou que “a quantidade média de terra disponível per capita na Europa ocidental em 1500 era de 24 acres e que as Grandes Descobertas haviam elevado isso a 148 acres per capita, ou seja, seis vezes mais”. Mas, ele deixa claro que foi o empreendedorismo europeu que possibilitou que esta bonança exógena pudesse ser utilizada de forma produtiva.

Mercados e Sistema de Estados

Jones (1981, p. 86-88, 104-105, 109) tem uma visão política do desenvolvimento do capitalismo na Europa. O florescimento de uma economia de mercado eficiente foi favorecido pelo fato de que a Europa não era um império centralizado e sim um sistema de estados descentralizados. Impérios centralizados, como o chinês, podem ser burocráticos e reprimir as iniciativas capitalistas locais e as autonomias das cidades. Já em um sistema de estados, a própria competição entre eles impede o surgimento de governantes poderosos o suficiente para impor sua vontade arbitrariamente contra toda uma classe de capitalistas. Além disso, o próprio fato de haver vários estados oferece alternativas a empreendedores que estejam sendo perseguidos por um monarca: eles podem migrar para outro! Assim, uma competição sinérgica entre os estados da Europa elevava o padrão geral. Os grandes impérios asiáticos que monopolizavam os meios de coerção internamente e não eram ameaçados externamente por inimigos mais desenvolvidos tinham pouco incentivo para adotar novos métodos produtivos. (Jones, 1981, p. 118)

Mas a descentralização em si não assegura o sucesso, como mostra o exemplo da Índia, onde a excessiva descentralização e competição predatória entre uma miríade de estados principescos impediu o desenvolvimento econômico. (Jones, 1981, p. 194-195) O gênio (ou sorte) da Europa parece ter sido encontrar o equilíbrio ideal entre o excesso de descentralização, que se torna mutuamente enfraquecedor, e uma des-

centralização com elementos de interligação dentro de uma cultura e valores afins (proporcionados em muito pela cristandade). Como a economia de escala é importante para o desenvolvimento da moderna economia capitalista, Jones aponta que este ponto ótimo foi conseguido no estágio dos estados-nações. O sistema de estados-nações desenvolveu unidades grandes o suficiente para permitirem ótimas economias de escala, mas sem perder o caráter competitivo interestatal.

A evolução do estado centralizado europeu parece ter sido sujeita a alternâncias quase rítmicas. Traçando o curso como o de uma escada em espiral, o estado pôde se estender e consolidar sua posição quando havia crescimento populacional e expansão econômica, mas fez pouco progresso durante as fases de contração. Períodos bem-sucedidos parecem ter sido entre os séculos XI e XIII, novamente na parte final do século XV e no XVI, e em meados do séc. XVIII. Retrocessos, rebeliões e ameaças de dissolução foram evidentes após a Peste Negra [meados do séc. XIV] e durante a “crise geral” do séc. XVII [...] Uma fase ativa de crescimento para o estado-nação seguiu-se no séc. XV. Ela tem sido atribuída a uma mudança na tecnologia militar que favoreceu a autoridade central (Bean 1973), o episódio central começando com o rápido progresso do canhão em meados do século XV. Um renovado crescimento demográfico e de mercado no final do séc. XV também favoreceu, mas a tese principal é que as mudanças na técnica militar aumentaram o tamanho ótimo para os estados e por volta de 1500 levaram à criação dos estados-nações, que eram unidades maiores que as existentes anteriormente [...] O conceito atrás desta explicação é a teoria da firma, cada estado sendo tratado como o equivalente de uma firma. Devido às indivisibilidades e aos ganhos de especialização, estados grandes podem obter economias de escala. Eles proveem uma área de livre-comércio maior e seus custos de defesa per capita são mais baixos já que aos aumentos em área não correspondem acréscimos proporcionais no comprimento do perímetro. Entretanto, outros custos podem crescer a partir de um dado tamanho, por exemplo, os custos de administrar minorias conquistadas têm que ser assimilados. A curva do custo médio a longo prazo do estado tem, portanto, a forma de U. Os custos caem na parte da curva onde as economias de escala

umentam, apenas para crescerem novamente quando as de-seconomias de escala se fazem sentir. Como as firmas, estados fora da gama de tamanho ótimo tendem a ser eliminados pela competição, os menores sendo absorvidos e os maiores se dividindo. (Jones, 1981, p. 128-131)

Jones considera que, com o estado-nação, a Europa completou um longo processo de desenvolvimento que a colocaria agora à frente das antigas civilizações asiáticas.

De maneira geral, a Europa passou para o *mix* mais eficiente de produção e serviços daquele tempo. Não houve um gatilho único, um *annus mirabilis*. A explicação geral da mudança está na interseção de mudança tecnológica, crescentes tamanhos dos mercados, e as ambições de um sistema de estados-nações. Revisando isso de outro ângulo, a experiência europeia não é capturada apropriadamente por uma simples oposição de mercantilismo e *laissez-faire*, nem pela expressão “ascensão do capitalismo”. Isso não é apenas porque esses termos são vagos. É porque a ascensão do estado-nação e de seu programa de serviços é igualmente importante. O estado “racional” ocidental de Weber apareceu apenas ao final da Idade Média, quando o capitalismo no sentido de busca do lucro e de comércio já estava bem entrincheirado e, de acordo com Rodinson (1978: 104), isto significa que o estado-nação não pode explicar o capitalismo. O que a ascensão do estado-nação parece explicar é o estabelecimento das condições estáveis necessárias para a expansão do desenvolvimento e crescimento, para a difusão das melhores práticas em tecnologia e comércio, e, em alguns países, pela fundação de manufaturas onde antes só havia artesanato. A autopropulsão das forças de mercado explica muito, pelo menos nas partes menos autoritárias do nordeste da Europa. Uma explicação completa da generalização da novidade tem que levar em conta também o estado-nação. (Jones, 1981, p. 149)

Comparações com o Resto do Mundo

Tendo traçado a gênese do vitorioso sistema de estados europeu até bem antes da Revolução Industrial do século XIX, Jones passa, então,

a analisar porque civilizações como a China, a Índia e o Império otomano, antes competidores tão temíveis, não conseguiram o mesmo sucesso da Europa na época moderna. Por um lado, aponta a burocratização e a repressão de iniciativas locais trazidas por um império centralizado como a China. Por outro, o excesso de descentralização da Índia, onde uma competição predatória entre uma miríade de estados principescos inibia a criação de estados estáveis que propiciassem a paz e a segurança de contratos necessários para o funcionamento ótimo do mercado capitalista. Aspectos culturais também são invocados. O confucionismo, com sua ênfase em valores morais, literários e burocráticos e na agricultura como fonte de riqueza, rebaixava o valor dos comerciantes e capitalistas na sociedade em vez de estimulá-los. Na Índia, o sistema de castas criava uma grande rigidez no mercado de trabalho, inibindo a criação de mão de obra livre do capitalismo. O próprio caráter instável do sistema de estados indiano levava a que os governantes tivessem comportamento predatório e imprevisível em relação aos seus governados. Os comerciantes e protocapitalistas, sem a tranquilidade necessária de que seus bens não seriam arbitrariamente confiscados pelo soberano, evitavam investimentos de capitais estruturais de mais longo prazo, concentrando-se no lucro de curto prazo.

O argumento cultural foi empregado por Jones mais fortemente para explicar o ocaso dos impérios islâmicos, especialmente o Otomano. O islã, de uma força originalmente progressista, aberta e propiciadora de grandes economias de escala ao incorporar populações cada vez maiores sob uma *Weltanschauung* religiosa comum, ao perder seu ímpeto de conquistas virou-se para dentro de maneira conservadora e inibidora.

O estado otomano era uma máquina de pilhagem que necessitava de saque ou terra para se manter em movimento, se financiar e recompensar a classe de seus oficiais [... Quando] a expansão militar foi detida, o estado ficou sob severa pressão. A renda caiu e o exército e a marinha não puderam ser apropriadamente mantidos, o que, por sua vez, diminuía as opções militares. O sistema virou um predador de si mesmo com uma pressa indelicada. Os impostos se tornaram tão altos que levaram ao despojoamento. O caminho para a riqueza pessoal de oficiais e funcionários logo foi percebido como a aquisição e a exploração dos empregos públicos [... O império otomano] passou a operar um

sistema econômico baseado em confisco, espoliação e numa insegurança total e calculada de propriedade e vida [...] Depois de seu tolerante começo, típico talvez dos despotismos militares em seu primeiro ímpeto confiante, os otomanos acabaram por encorajar o pensamento obscurantista. Isso positivamente militava contra o empréstimo de tecnologias ocidentais e contra a inventividade nativa [...] As instituições muçulmanas poderosas dos turcos, pelas quais o xeique do Islã ou seu mufti podiam declarar qualquer ato do sultão religiosamente inaceitável, (Kiernan 1978: 214) trabalhavam contra as novidades e a influência ocidental. Entretanto, o declínio econômico parece ter-se instalado independentemente e as mudanças sectárias podem ter sido mais uma resposta a isso que sua causa. Interessante notar que os desvios teológicos no Islã geralmente são “para a direita”, em direção a um maior conservadorismo, observância rigorosa e ortodoxia espiritual, um ponto colocado por Landes (1969:30). Na Europa que estava se desenvolvendo economicamente, os movimentos cismáticos tendiam a se desviar para a “esquerda” dentro da igreja estabelecida em direção a maior participação laica. (Jones, 1981, p. 183, 185, 187)

Conclusões de Jones

Assim, a obra de Jones examina os caminhos que levaram a Europa a se destacar do resto do mundo. Ele faz uma descrição de *longue durée*, enfatizando fatores geográficos e climáticos antigos e toda uma série de inovações que ocorreram no continente ainda no período da Idade Média. Tudo isso culminaria no desenvolvimento do capitalismo moderno e, posteriormente, industrial, naquela região do mundo e não nas outras. Mas, o autor deixa claro que não vê a economia e os desenvolvimentos tecnológicos como fatores isolados do contexto político. Segundo ele, foi o sistema de estados competitivos que possibilitou o desabrochar dos fatores apontados na Europa. Em suma, o *milagre europeu* foi resultado da confluência de meio-ambiente e sistema político favoráveis.

1.2. Outros Autores Eurocêntricos já Traduzidos em Português

Eric Jones foi destacado e descrito em detalhes por ser um autor representativo e um dos mais citados do novo eurocentrismo econômico dos anos 1980. Além disso, seu argumento geral engloba muitos dos fatores apontados por outros autores eurocêntricos ao longo das décadas de debate.

O presente texto visa principalmente apresentar ao público brasileiro os autores e livros recentes (das últimas décadas) do debate eurocentrismo versus asiocentrismo *que não tenham ainda sido traduzidos em português*. Na prática, isso representará uma apresentação detalhada de muitos dos autores não eurocêntricos, visto que, sintomaticamente, muitos dos autores eurocêntricos já foram traduzidos para o português. Assim, neste capítulo daremos, em seguida, uma visão geral dos argumentos de alguns autores importantes eurocêntricos já traduzidos para o português, seguido da descrição, em separado, das obras de Joel Mokyr e Jared Diamond.³ Posteriormente passaremos à descrição detalhada dos autores não eurocêntricos.

Autores Tradicionais Eurocêntricos já Traduzidos para o Português

Na Introdução deste trabalho já mencionamos alguns importantes autores eurocêntricos pré-século XX. Vimos como Montesquieu citava fatores geográficos e climáticos para explicar o maior dinamismo dos europeus das zonas temperadas e frias que os países tropicais e quentes. Weber distinguiu entre racionalidade instrumental (orientada a resultados) e racionalidade substantiva (orientada a valores) e disse que os europeus

³ *The European Miracle* e *Guns, Germs and Steel* têm tradução em português, respectivamente, em Jones (1987) e Diamond (2001). Dedicamos seções à parte para estas obras devido à especial importância de seus argumentos dentro do debate eurocentrismo versus asiocentrismo.

foram os únicos a chegar por si mesmos à primeira, que é a base do pensamento capitalista moderno. Além disso, dentro da Europa, enfatizou o papel que a ética de trabalho de algumas correntes protestantes teve para estimular o espírito do capitalismo moderno. Mesmo o grande crítico do capitalismo no século XIX não escapou ao clima ideológico eurocêntrico da época. Marx postulou que o modo de produção asiático, estagnado há séculos, era uma das explicações para o atraso daquele continente.

O imperialismo europeu do século XIX atingiria no terreno ideológico seu auge com as teorias de superioridade racistas como as de Gobineau (1999).

No século XX diversas teorias eurocêntricas sofisticadas procuraram explicar o avanço do Ocidente sobre o Oriente.

Uma das visões mais aceitas é a que coloca a Renascença como o ponto fulcral de onde a Europa lentamente passou a disparar na frente das outras regiões. Ela trouxe uma nova *Weltanschauung* aos europeus, mais racional e científica, mais antropocêntrica e menos ligada à religião. Armados deste novo e mais eficiente arsenal teórico, os europeus puderam desenvolver-se capitalisticamente à frente do resto do mundo. Uma visão muito específica da Renascença é aquela fornecida por Perry Anderson (1985) em seu *Linhagens do Estado Absolutista*. Ele vê a Renascença como o ponto de viragem para a decolagem vitoriosa da Europa. Mas o que deu à Renascença esta capacidade prometeica foi o fato de que ela representava a concatenação entre a antiguidade clássica greco-romana e o feudalismo europeu. Esta mistura foi explosiva e propulsora. As outras partes do mundo não tiveram estas duas coisas combinadas e, portanto, ficaram para trás posteriormente.

Esta não foi a única tentativa de tentar explicar o avanço da Europa em épocas anteriores da história. John A. Hall (1989) sublinhou a contribuição que o feudalismo deu à Europa para sua decolagem posterior na época moderna. Hall observou que o feudalismo europeu, apesar de fragmentário no início, foi instrumental posteriormente em instilar um senso de competição entre as diversas estruturas estatais e casas dinásticas. Possibilitou o desenvolvimento sinérgico de estruturas estatais e mercados competitivos. Se a Europa tivesse permanecido um império, poderia ter tido o destino da China em tempos modernos. Impérios tendem à burocratização e centralização em sua tentativa de controlar e dominar

as políticas locais. Isso leva a um excesso de controle burocrático e à inibição das iniciativas locais e do empreendedorismo privado, não sendo assim condutivo ao desenvolvimento de um capitalismo competitivo. O feudalismo puro em si não é suficiente, pois pode facilmente escorregar para a fragmentação excessiva. Na Europa, entretanto, ele foi um estágio importante de modo que quando os estados nacionais, com mercados unificados, aparecessem, eles não estariam em um ambiente autárquico, isolado e sim em um ambiente de competição sinérgica e eficiente, onde os desenvolvimentos em um estado estimulariam desenvolvimentos semelhantes em outros. É importante notar que John A. Hall está falando do feudalismo “europeu”, com seu complexo sistema não apenas de serviço, mas também de combinação de vassalagem, benefício e imunidade em um sistema de feudo, intricado regime de subenfeudamento, relações biunívocas de obrigações/direitos entre suseranos e vassalos, etc. Foi essa específica combinação de fatores no que chamamos de “feudalismo europeu” que evitou um caminho posterior de excessiva centralização ou fragmentação e que, em última instância, forneceu as condições para o nascimento de um sistema de estados nacionais capitalistas altamente eficiente e competitivo naquele continente.

Hall realça essa combinação ótima europeia ao compará-la com os casos da China e Índia. Na China, a forma do império centralizado, com sua burocracia sufocante, desestimulava as iniciativas locais e o empreendedorismo privado. Já a Índia caía no extremo oposto: o excesso de descentralização. Na maior parte do tempo era formada por uma miríade de estados principescos em guerras destruidoras uns com os outros. Era uma competição destrutiva e não sinérgica como na Europa. Além disso, fatores culturais e religiosos pioravam a situação. O sistema de castas propiciava um regime de trabalho excessivamente rígido, sem o dinamismo e liberdade de mão de obra exigidos pelo capitalismo moderno. O fato da classe dos brâmanes, no sistema religioso hindu, estar acima da dos governantes (reis e nobres), podendo a qualquer momento tirar a legitimidade destes, aumentava a instabilidade da posição destes governantes, já alimentada pelas guerras constantes. Reis incertos de sua duração no poder acabavam governando predatoriamente, desperdiçando recursos públicos em obras de autoglorificação pessoal, tentando tirar proveito máximo do tempo em que estavam “por cima” na situação.

Charles Tilly (1996) enfatizou o papel crucial que a coerção e a criação de um aparato de exércitos modernos teve no aparecimento dos estados nacionais europeus. A guerra forçou os estados europeus a organizarem complexas forças armadas o que, por sua vez, possibilitou aos estados extraírem recursos e homens, ter um melhor controle sobre suas populações e desenvolver burocracias mais eficientes paralelamente ao seu relacionamento com a classe mercantil. Tilly vê o estado-nação como uma estrutura estatal mais poderosa e eficiente que as cidades-estados ou os impérios. Esta é uma opinião compartilhada por muitos autores. Como vimos John A. Hall, Eric Jones e outros acham que a Europa ocidental se tornou tão poderosa devido ao seu sistema de estados-nações competindo sinergicamente entre si.

Immanuel Wallerstein (1985, 2004) é um autor também considerado eurocêntrico, em despeito do tom anticapitalista e neomarxista de sua obra. Postula a criação de um sistema-mundo capitalista que se forma a partir da Europa no século XVI e vem a dominar o globo desde então. Propõe que o capitalismo, por ser um sistema expansionista mundial, não pode ser analisado apenas a partir das economias nacionais. O todo constrange e formata as partes, portanto apenas uma análise sistêmica, a partir do todo, pode explicar de maneira profunda as peculiaridades gerais e locais deste modo de produção. Nesta versão, o sistema-mundo capitalista literalmente tomou conta de todo o globo (segundo Wallerstein, mesmo a URSS e os países socialistas estavam inseridos dentro da economia-mundo capitalista). No quadro wallersteiniano há dois tipos de sistema-mundo (que, a propósito, nem sempre necessariamente compreendem todo o globo, mas sim formam um sistema internacional integrado e suficiente em si mesmo): os impérios-mundo e as economias-mundo. Em um império-mundo, mais centralizado politicamente, o regime político é o mesmo em todas as partes do sistema. Já as economias-mundo podem ser constituídas por partes (países) com diferentes sistemas políticos. Esse é o caso da economia-mundo capitalista de hoje, o que parcialmente explica sua grande flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de sobrevivência até os tempos atuais. A exploração capitalista pelo mundo se faz através do sistema de países centrais, semiperiféricos e periféricos. Países europeus formaram o núcleo dos países centrais originais e a Ásia entrou no sistema pela porta da periferia nessa narrativa. Os países centrais estabelecem até hoje hegemonia sobre os países semiperiféricos e periféricos.

Douglas Cecil North (1973, 1998, 2002) enfatiza aspectos institucionais como chaves para entender a ascensão da Europa ocidental. Começando no período final da Idade Média e se acelerando na Idade Moderna, vemos o aparecimento na Europa de instituições e arranjos institucionais de mercado que eram eficientes e confiáveis o suficiente para permitir o desenvolvimento de um tipo de capitalismo que era não apenas competitivo mas também baseado em leis e direito estáveis. Em outras partes do mundo, excessiva interferência governamental ou a falta de um estado poderoso o suficiente para prevenir tendências centrífugas e anárquicas impediram o desenvolvimento deste tipo de “segurança nos contratos” e estímulo à propriedade privada. A narrativa mais notável desta abordagem institucional é a de Douglas North, mas a ideia de que a Europa ocidental gerou, antes de qualquer outro lugar, as instituições e as condições de mercado mais favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo — criando, assim, as condições para sua ulterior ascensão — é disseminada entre autores de diversas correntes, como Charles Tilly, Perry Anderson, E.L. Jones, John A. Hall, Max Weber e Karl Marx.

1.3. *The Lever of Riches* de Joel Mokyr

The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress de Joel Mokyr (1990) é sobre desenvolvimento tecnológico em geral, mas integra essa análise com suas relações com o progresso econômico.⁴ Estuda basicamente a história ocidental e europeia nesse campo, mas incorpora elementos comparativos com outras civilizações, especialmente a China.

Mokyr criou uma distinção entre *microinvenções* e *macroinvenções*:

Eu defino *microinvenções* como passos pequenos, incrementais que melhoram, adaptam e melhor formatam técnicas existentes já em uso, reduzindo custos, melhorando forma ou função, aumentando durabilidade, e reduzindo as necessidades de energia e matérias primas. *Macroinvenções*, por outro lado, são aquelas nas quais uma ideia nova, radical, sem precedente claro, emerge mais ou menos *ab nihilo*. Em termos numéricos, as *microinvenções* são muito mais frequentes e responsáveis pela maior parte dos ganhos de produtividade. As *macroinvenções*, entretanto, são igualmente cruciais na história da tecnologia [...] Eu argumentei no início deste livro que, sem invenção, a inovação eventualmente se esgotaria. Simetricamente, sem *macroinvenções*, as *microinvenções* provavelmente acabariam por proporcionar retornos cada vez menores e a tecnologia começaria a parecer cada vez mais com a *stasis* observada por Gould e seus colegas entre os fósseis. Sem as *macroinvenções* da Revolução Industrial nós poderíamos estar em um mundo de diligências e navios à vela quase perfeitamente projetados. (Mokyr, 1990, p. 13 e 292)

Mokyr diz que essas *macroinvenções* tendem a ocorrer em grupos. Mas o que explicaria que grupos de *macroinvenções* ocorram em certas épocas e áreas geográficas específicas?

Dois fatores explicam esses agrupamentos [de *macroinvenções*]. Uma possibilidade, discutida no capítulo 7, é que as ma-

⁴ Agradecemos à Oxford University Press a cortesia da permissão para reproduzirmos passagens selecionadas de *The Lever of Riches*. Recomendamos ao público a leitura do original completo da editora.

croinvenções não são eventos independentes e sim influenciadas umas pelas outras. Cientistas sociais há muito notaram que quando o comportamento de agentes econômicos depende do que outros agentes façam, modelos do tipo de “massa crítica” são relevantes. Um ou dois inventores solitários podem não ser suficientes para começar uma revolução industrial, mas com mais alguns, os efeitos mútuos de imitação e aprendizado pode se tornar forte o suficiente para iniciar algo maior. Assim, uma onda de macroinvenções pode ocorrer quando a atividade inventiva alcançou certo nível crítico [...] Em segundo lugar, mudanças exógenas no ambiente social e institucional no qual as novas ideias são impostas podem mudar a receptividade da economia como um todo às macroinvenções. [...] Algumas sociedades eram menos receptivas a mudanças radicais que outras [...] As macroinvenções são sementes lançadas por indivíduos em um solo social. Não há presunção que o fluxo de macroinvenções seja o mesmo em todos os tempos e lugares. Alguns dos fatores que determinam a oferta de ideias — tais como religião, educação, abertura para correr riscos, e o status social da produção física na sociedade — foram discutidas no capítulo 7. Mas o ambiente no qual essas sementes são plantadas é, naturalmente, o principal determinante se elas germinarão ou não. (Mokyr, 1990, p. 298-299)

Em seu livro, Mokyr passa a buscar, então, os fatores sociais mais propícios para o desenvolvimento tecnológico. Passa em revista uma série de fatores (aspectos institucionais, questões demográficas e geográficas, custos laborais, valores religiosos). Para explicar a decolagem da Europa frente às outras regiões, enfatiza a questão do sistema de estados europeus como a explicação crucial.

Uma diferença ente o Oriente e o Ocidente, muito enfatizada nos escritos dos historiadores econômicos, é que o Ocidente estava politicamente fragmentado em unidades mais ou menos autônomas que competiam por sobrevivência, riqueza e poder. Muito tempo antes que o sistema de estados emergisse, a Europa era uma sociedade diversa e plural na qual muitas unidades políticas mantinham zelosamente sua independência umas das outras. Rosenberg e Birdzell (1986, pp. 60-62) ligam o pluralismo europeu ao feudalismo, argumentando que o feudalismo

assegurava a descentralização política necessária para o pluralismo. O fim do feudalismo e a ascensão do estado não destruiu o pluralismo na Europa [...] A luta pela sobrevivência garantia que, a longo prazo, os governantes não poderiam aguentar ser hostis a mudanças que aumentavam o poder econômico de seu reino por causa do perigo real de que uma inovação ou inovador poderia emigrar para beneficiar um rival [...] Cardwell (1972, p. 210) mostrou que “nenhuma nação foi (tecnologicamente) criativa por mais que um período historicamente curto” [...] O centro de gravidade tecnológico da Europa se moveu ao longo dos séculos, residindo em várias épocas na Itália, sul da Alemanha, Holanda, França, Inglaterra e novamente na Alemanha. A fragmentação política não inibiu o fluxo de informação de um líder tecnológico para os seguidores na Europa e, assim, a tecnologia usada na Europa eventualmente sempre acabava se estabelecendo na técnica da melhor prática independentemente de onde esta tenha sido inventada. (Mokyr, 1990, p. 206-207)

Mokyr contrasta esta situação com a forma imperial centralizada da China.

Os impérios não são necessariamente antitéticos ao progresso tecnológico. Mas o exemplo chinês nos dá alguns vislumbres de porque uma correlação negativa foi observada entre os dois. [...] A diferença entre a China e a Europa era que na Europa o poder de qualquer grupo social de sabotar uma inovação que fosse considerada prejudicial aos seus interesses era bem menor. Primeiro, na Europa a mudança tecnológica era um assunto essencialmente da iniciativa privada: o papel dos governantes era normalmente secundário e passivo. Poucas contribuições significativas à tecnologia não militar foram iniciadas pelo estado na Europa antes (ou durante) a Revolução Industrial. Havia um mercado para ideias, e o governo entrava neste mercado como qualquer outro freguês ou, mais raramente, fornecedor. Segundo, sempre que um governo europeu escolheu tomar uma atitude ativamente hostil em relação à inovação e o não-conformismo que lhe acompanhava, tinha que enfrentar consequências em termos de seu status relativo na hierarquia econômica (e, eventualmente, política). Além disso, as possibilidades de migração dentro da Europa permitiam a pensadores originais e

criativos encontrar um porto seguro se seus locais de nascimento fossem insuficientemente intolerantes, de modo que, a longo prazo, sociedades reacionárias ficavam para trás na competição por riqueza e poder [...] Na China, antes de 1400, o estado tinha um papel muito mais importante na geração e difusão de inovações que na Europa. O governo, por exemplo, deliberadamente tentou monopolizar a medida do tempo e do calendário [...] Na grande expansão agrícola da Idade Média, o governo teve um papel central na coordenação de projetos hidráulicos e na disseminação de informação técnica. Os funcionários públicos escreviam e publicavam livros sobre agricultura e promoviam a adoção de tipos de arroz mais resistentes e de maturação mais rápida [...] O governo provia os camponeses com capital para melhoramentos agrícolas, incluindo ferramentas e animais de tração, e ativamente promovia o uso de melhores arados [...] Em algum ponto [após 1400] tal apoio do governo foi retirado. Europeus que tentaram desenvolver a mineração chinesa em meados do século XIX descobriram que era uma tarefa impossível sem auxílio governamental, mas que tal apoio não existia. Os funcionários chineses simplesmente não estavam interessados em avanços tecnológicos (Brown and Wright, 1981, p. 80). Durante a dinastia Qing (Manchu) (1644-1911) o governo chinês parou quase totalmente de prover qualquer tipo de serviço público [...] Não provia os elementos usuais de infraestrutura necessários para o desenvolvimento econômico, tais como pesos padronizados, direito comercial, estradas e polícia. Em muitas áreas, o setor privado conseguiu substituir o setor público no fornecimento desses serviços, mas na esfera do progresso tecnológico isso não pode ser feito [...] Por que a burocracia chinesa em séculos anteriores tinha um papel ativo no desenvolvimento tecnológico não é facilmente explicável [...] Talvez o estado tenha assumido um papel central na China porque a aristocracia fundiária e a intelligentsia demonstravam pouco interesse em tecnologia [... Também] Por que o estado chinês mudou sua atitude em relação à mudança tecnológica é difícil de determinar. Os imperadores Ming e Qing eram mais absolutos e autocráticos que seus predecessores. Antes deles, golpes de estado e regicídios ocorriam frequentemente, introduzindo um elemento de “competição” no mercado político chinês. Etiqueta rígida e obediência e conformismo completos tornaram-se a marca do governo chinês sob os imperadores Ming. Ao mesmo tempo,

o serviço público chinês tornou-se uma das maiores forças de preservação do status quo. Ele aprendeu a resistir às mudanças com as quais não concordava, e nem mesmo os mais poderosos imperadores conseguiram implementar políticas progressistas. Os dois grandes déspotas esclarecidos, K'ang Chi (1662-1722) e Ch'ien Lung (1736-1795), cujos governos são invariavelmente descritos como pacíficos e prósperos, estavam interessados em pacificação, ordem e administração. Em sua busca por estabilidade, seus interesses convergiam com os da burocracia. O domínio absolutista de um monarca todo-poderoso cuja preferência era estabilidade acima de tudo desencorajava o tipo de dinamismo que pulsava na Europa da época [...] Por volta do século XV, o papel do governo imperial tanto em invenção quanto inovação era bem menos notável que o que tinha sido em tempos medievais, e não havia outra entidade na China capaz de substituir o estado na promoção do progresso tecnológico. Na Europa, a mudança tecnológica, precisamente por ser de natureza privada e ocorrer em um contexto descentralizado e politicamente competitivo, podia ser mantida a longo prazo. (Mokyr, 1990, p. 233-238)

Assim, Mokyr é mais um dos autores que colocam a configuração do sistema de estados europeus como crucial para entender o avanço da Europa em relação às outras regiões do mundo.

1.4. *Guns, Germs and Steel* de Jared Diamond⁵

Em seu livro de 1997, *Guns, Germs and Steel: the Fates of Human Societies*, o professor de fisiologia e geografia da University of California at Los Angeles, Jared Diamond, reviveu elementos da teoria do determinismo geográfico de uma maneira muito erudita e controvertida. Na obra, sua questão central é porque civilizações da Eurásia têm, em geral, exercido hegemonia no mundo. Colateralmente, tenta explicar por que nos últimos quinhentos anos os países da Europa ocidental tomaram a dianteira em relação aos países da Ásia.

As explicações de Diamond são baseadas na *longue durée*. Para explicar a liderança geral da Eurásia (no sentido de Europa e Ásia juntas), ele começa notando a vantagem que o desenvolvimento da agricultura trouxe em relação aos povos que não a desenvolveram e permaneceram estagnados no estágio da caça e colheita nômades. A agricultura trouxe sedentarização, possibilitou o desenvolvimento futuro da urbanização, criação de burocracias, tecnologias e sistemas de escrita sofisticados. Neste ponto crucial da Revolução Neolítica, a Eurásia possuía vantagens na disponibilidade de plantas e animais para domesticação. Além de ser grande, seu território estava disposto num eixo leste-oeste em vez de norte-sul. Isso fazia com que houvesse uma enorme quantidade de terra com latitudes e, portanto, climas semelhantes. Isso tornava mais fácil às populações em migração utilizarem plantas e animais de um lugar em outro. Isso gerou uma grande abundância e diversidade. Por exemplo, enquanto a Eurásia domesticou originalmente 13 espécies de animais grandes (acima de 44 kg), a América apenas um (a lhama) e os outros continentes nenhum. Enquanto a Eurásia desenvolveu uma série de cereais (trigo, cevada e outros), os agricultores da América do Norte tinham apenas indigenamente o milho.

⁵ Este livro já foi traduzido ao português (*Armas, Germes e Aço*, Ed. Record, 2001), mas mantemos uma seção separada para ele devido ao seu caráter difícil de classificar no espectro “eurocentrismo-asiocentrismo” e a alguns aspectos instigantes idiossincráticos de seu argumento, que merecem uma atenção mais detalhada. Agradecemos ao editor Sergio Machado (da editora Record, que detém os direitos em português da obra) pela gentil cortesia de ter permitido a reprodução dos trechos selecionados no presente livro. Recomendamos ao público a leitura do texto original completo traduzido pela Record.

Assim, duas são as grandes vantagens iniciais da Eurásia, segundo Diamond. A primeira é o fato de possuir, originalmente, o maior acervo de animais e plantas capazes de serem domesticados de todos os continentes. Animais de carga eficientes até o início da Idade Moderna eram um dos fatores mais importantes para a ampliação da produção e distribuição de produtos. Além disso, a disposição leste-oeste da Eurásia permitiu que este acervo de animais e plantas fosse mais facilmente disseminado de um lugar a outro que em continentes dispostos no sentido norte-sul, onde os gradientes muito diversos de latitudes e climas impossibilitavam ou dificultavam a adaptação de espécies de uma área à outra.

Diamond nega que ele seja um determinista geográfico. Ele diz apenas que esta grande vantagem inicial acabou sendo mantida e ampliada por uma série de mecanismos de *feedback* ao longo de seu desenvolvimento social. Assim, sua explicação para a vantagem histórica da Eurásia é baseada nos dois pontos de apoio: a vantagem geográfica e esses mecanismos históricos posteriores de feedback que mantiveram (e até ampliaram) essa vantagem original. Como sumarizou Diamond

Minha principal conclusão foi que as sociedades se desenvolveram diferentemente em diferentes continentes por causa de diferenças nos ambientes continentais, e não em biologia humana. Tecnologia avançada, organização política centralizada e outras características de sociedades complexas podiam emergir apenas em populações sedentárias densas capazes de acumular excedentes de comida; populações que dependeram alimentariamente do aparecimento da agricultura que começou por volta de 8.500 a.C. Mas as espécies animais e de plantas selvagens domesticáveis essenciais para o aparecimento da agricultura estavam distribuídas desigualmente entre os continentes. As espécies selvagens domesticáveis mais valiosas estavam concentradas em apenas nove pequenas áreas no globo, que se tornaram, então, as pátrias mais antigas da agricultura. Os habitantes originais destas áreas ganharam, assim, uma grande vantagem inicial no desenvolvimento de armas, germes e aço. As línguas e genes dos habitantes dessas áreas, bem como seu gado, colheitas, tecnologias e sistemas de escrita, se tornaram dominantes no mundo antigo e moderno. (Diamond, 2005, p. 450-451)

A expressão “armas, germes e aço” é uma metáfora para os principais fatores que levaram os europeus a dominarem povos de outros continentes ultramarinos. Usando suas vantagens iniciais, os europeus acabaram desenvolvendo armamentos (“armas”) e tecnologias (“aço”) superiores que facilitaram as conquistas ultramarinas. Mas Diamond chama a atenção também que germes europeus dizimaram nativos de outros continentes e foram um importante fator biológico nas guerras de conquista. Mas como os europeus desenvolveram essa “superioridade” biológica? Os mesmos fatores que deram uma vantagem inicial à Eurásia — altos níveis de densidade populacional e de movimento dessa população em migração e comércio, além do contato íntimo com uma grande variedade de animais domésticos e plantas — facilitavam a transmissão de doenças e expuseram os habitantes cedo a uma grande variedade de germes e doenças. A seleção natural levou à formação de uma população resistente a uma grande variedade de agentes patogênicos já na antiguidade. Em outros continentes não havia esse contato tão próximo de populações tão diversas e seus habitantes não tinham imunidade a um número tão grande de doenças. Daí o placar final da secreta guerra biológica e imunológica entre europeus e nativos acabou pendendo para o lado dos primeiros.

O livro de Diamond se dedica principalmente a mostrar porque a Eurásia foi o berço das civilizações dominantes na história. Mas uma parte dele é dedicada a explicar porque a parte europeia ocidental da Eurásia superou a parte asiática a partir do século XV. Afinal, este resultado não estava predeterminado. Na antiguidade e em boa parte da Idade Média, as civilizações do Oriente (com especial destaque para a China) estavam à frente do Ocidente.

Para explicar a vantagem da Europa sobre a China em tempos modernos, Diamond recorre a uma explicação muito comum entre vários autores eurocêntricos: o fato de que o sistema de estados competindo entre si da Europa era mais dinâmico que o burocrático sistema centralizado imperial chinês. A centralização precoce (que data do século III a.C.) foi uma grande vantagem inicial da China em tempos pré-modernos, pois a centralização possibilitou o aparecimento de uma burocracia poderosa e funcional que executou tarefas impossíveis para grupos dispersos e atrasados de povos muitas vezes ainda nômades. Entretanto, na época

mais dinâmica do capitalismo, que exige muita iniciativa local e individual, a excessiva centralização da forma imperial chinesa se tornou um freio ao desenvolvimento econômico. Bastava um governante seguir política equivocada que todo o império seguia na direção errada. Na Europa, ao contrário, o erro de um governante, no máximo, afetaria seu estado, sendo que os outros não apenas seguiriam o caminho certo como mostrariam o erro para o estado “pródigo” desviante.

Diamond enfatiza que descentralização em si também não assegura sucesso. A Índia fragmentada, com inúmeros estados principescos em permanente guerra entre si, não se desenvolveu. Diamond (2005, p. 454) postula um *Princípio da Fragmentação* [política] *Ótima*, ou seja, que há um “grau ótimo” entre centralização e descentralização em que os melhores resultados são obtidos. Desvios para cima ou para baixo desse ponto ótimo levam a ineficiências.

A perene centralização da China e a perene descentralização da Europa são explicadas por Diamond através de fatores geográficos.

A Europa tem um litoral altamente irregular, com cinco grandes penínsulas que parecem ilhas em seu isolamento, e todas desenvolveram línguas, grupos étnicos e governos independentes: Grécia, Ibéria, Dinamarca e Noruega/Suécia. O litoral da China é muito mais regular e apenas a península coreana próxima adquiriu importância separada. A Europa tem duas ilhas (a Grã-Bretanha e Irlanda) suficientemente grandes para assegurar sua independência política e manter suas próprias línguas e etnias; uma delas (a Grã-Bretanha) grande e perto o suficiente para se tornar uma grande potência europeia independente. Mesmo as duas maiores ilhas da China, Taiwan e Hainan, têm cada uma menos que metade da área da Irlanda [...] A Europa tem dentro de si altas cadeias de montanhas (Alpes, Pireneus, Cárpatos, montanhas da fronteira da Noruega) que separam suas unidades linguísticas, étnicas e políticas independentes, ao passo que as montanhas da China a leste do planalto tibetano são barreiras bem menos formidáveis. O interior da China é unido, ligado do leste para o oeste por dois longos sistemas de rios navegáveis em vales ricos em aluvião (os rios Amarelo e Yangtze) e tem conexões fáceis do norte ao sul entre esses dois sistemas de rios (posteriormente ligados por canais artificiais). Como resultado, a China

bem cedo foi dominada por dois enormes cernes geográficos de alta produtividade, eles mesmos fracamente separados um do outro e finalmente fundidos em um só. Os dois maiores rios da Europa, o Reno e o Danúbio, são menores e conectam bem menos a Europa. Diferentemente da China, a Europa tem muitos cernes geográficos menores, nenhum grande o suficiente para dominar os outros por longo tempo, sendo cada um o centro de estados cronicamente independentes. (Diamond, 2005, p. 414)

Diamond explica também porque a região do Crescente Fértil, berço das primeiras civilizações, perdeu sua vantagem posteriormente para a Europa. A chave seria uma exaustão ecológica.

Em relação ao Crescente Fértil, a resposta é clara. Uma vez que tenha perdido a vantagem inicial que teve graças à concentração localmente disponível de plantas e animais selvagens domesticáveis, o Crescente Fértil não possuía mais nenhuma vantagem geográfica convincente [...] Hoje, as expressões “Crescente Fértil” e “líder mundial da produção agrícola” são absurdas. Grandes áreas do antigo Crescente Fértil são deserto, semideserto, estepe, ou terreno altamente salinizado ou em erosão que não é apropriado à agricultura [...] Em tempos antigos, entretanto, grande parte do Crescente Fértil [...] era coberta por floresta. A transformação da região de terreno madeireiro fértil a solo empobrecido pela erosão ou deserto foi elucidada por paleobotânicos e arqueólogos. Suas florestas foram colocadas abaixo para abrir caminho para a agricultura ou para obter madeira, ou queimadas como combustível [...] Devido à baixa precipitação pluvial e à consequente baixa produtividade primária (proporcional à precipitação pluvial), a recuperação da vegetação não conseguiu acompanhar o ritmo de sua destruição, especialmente com o excesso de pasto por gado caprino. Com a cobertura da grama e das árvores removida, a erosão progrediu e os vales assorearam-se, enquanto a agricultura de irrigação na baixa precipitação pluvial levou à acumulação salina. Estes processos, que começaram já na época neolítica, continuaram na era moderna [...] Assim, as sociedades do Crescente Fértil e do Mediterrâneo oriental tiveram o azar de serem geradas em um ambiente ecologicamente frágil. Cometeram suicídio ecológico ao destruir sua própria base de re-

curiosos [...] A Europa ocidental e setentrional resistiu a este destino não porque seus habitantes fossem mais sábios, mas porque tiveram a sorte de viverem em um ambiente mais robusto, com maior precipitação pluvial, no qual a vegetação cresce de novo rapidamente. (Diamond, 2005, p. 410-411)

Diamond (2005, p. 23) diz, então, que, em *Guns, Germs and Steel*, ele trata da *longue durée*, buscando não as causas próximas e sim a causalidade mais estrutural da superioridade de poder de algumas sociedades sobre as outras. E ele vai buscar essas raízes mais profundas na época da Revolução Neolítica. A passagem de uma economia de meros caçadores de animais e coletores de vegetais para o aparecimento da agricultura foi o grande ponto de viragem. A agricultura sedentária possibilitou a criação de uma população mais densa, urbanizada, com o desenvolvimento de uma burocracia, tecnologias e sistemas de escrita complexos. Assim, as áreas eurásianas que tiveram uma grande vantagem inicial nesse ponto de viragem (devido à sua maior variedade de plantas e animais domesticáveis) e conseguiram, posteriormente, estruturar e elaborar ainda mais essa vantagem através de mecanismos de feedback social ampliativos foram as sociedades dominantes na história.

2

Os Autores Asiocêntricos das Últimas Décadas

Como colocado anteriormente, o eurocentrismo de autores do século XIX e início do XX sofreu forte crítica pela literatura anticolonial do pós-guerra. Entretanto, essa crítica se processou mais pelo lado político. Tanto que, no campo econômico, um renovado boom de obras eurocêntricas ocorreu na década de 1980. Entretanto, em boa parte impulsionada pela forte impressão causada pelo crescimento da China (além dos já tradicionais tigres asiáticos e Japão), uma série de autores asiocêntricos atacou os postulados básicos do eurocentrismo no próprio campo da economia. Relativizando fortemente a liderança econômica e tecnológica da Europa e do Ocidente na era moderna, esses autores trouxeram à baila novos argumentos técnicos que desconstruíam a narrativa de uma vantagem da Europa sobre o resto do mundo. São esses argumentos e autores que apresentaremos a seguir.

2.1. Andre Gunder Frank e Reorient

Andre Gunder Frank foi um instigante camaleão intelectual ao longo de sua carreira acadêmica. Um dos nomes seminais da teoria da dependência dos anos 1960, foi influenciado pela teoria do sistema-mundo de Wallerstein nos anos 1980 e criou uma versão crítica, própria, de sistema mundo nos anos 1990 que dava forte ênfase na história da Ásia e criticava como eurocêntricos autores tradicionais (inclusive o próprio Wallerstein).

Seu livro *ReOrient* foi um marco da onda antieurocêntrica dos anos 1990, pois representou o que foi recebido como uma das posições mais asiocêntricas entre os autores daquela leva.⁶ Como veremos, Frank reduzirá a vantagem econômica europeia sobre a Ásia a um breve período a partir de meados ou finais do século XIX (e que já estaria se eclipsando no final do século XX).

Esta percepção de exacerbado asiocentrismo conflita com a própria posição do autor. Andre Gunder Frank (1998, p. 4 e 8) diz que sua posição não é nem eurocêntrica nem asiocêntrica e sim globalista ou hu-

⁶ Agradecemos à University of California Press a permissão para reproduzirmos passagens selecionadas de *ReOrient*. Recomendamos ao público a leitura do original completo.

manocêntrica. Ele diz que o todo do sistema mundial constrange e forma o desenvolvimento de suas partes, inclusive Europa e Ásia, e nenhuma delas podia ser vista isoladamente.

Nós estudaremos Frank nesta seção de autores asiocêntricos devido ao papel fundamental que *ReOrient* teve na onda asiocentrista dos anos 1990, mas guardaremos esta distinção que o própria Frank faz entre uma posição puramente asiocêntrica e uma globalista quando formos estudar, mais adiante, maneiras de tentar superar a dicotomia eurocentrismo/asiocentrismo no estudo do continente asiático.

A Crítica Econômica de Frank ao Eurocentrismo Baseada no caso da China

Economista por formação,⁷ Frank (1998, p. 171-173) fez uma crítica frontal ao eurocentrismo nesta área baseando-se no caso chinês. Perguntou como poderia ser postulada uma vantagem econômica europeia se até bem dentro do século XIX a China tinha a maior economia do mundo, com um Produto Interno Bruto que superava o de toda a Europa Ocidental (incluindo a Inglaterra) junta (ver tabelas 1.1 e 1.2 em nosso anexo final de tabelas). Além disso, a Ásia até praticamente todo o século XIX teve uma economia maior que a da Europa ou das Américas (ver tabela 1.3). Aos que contra-argumentam que se a produção bruta era maior, a produtividade (produção per capita) era menor na China que na Europa ocidental desde o século XV segundo os cálculos de diversos economistas (ver, por exemplo, tabela 1.1 do anexo de tabelas), Frank responde com os cálculos de Paul Bairoch (1981)

Braudel (1992) cita as estimativas dos PNBs regionais e global feitas por Paul Bairoch para 1750. O PNB mundial total era de US \$155 bilhões (medidos em dólares de 1960), dos quais \$120 bilhões, ou 77%, eram da “Ásia” e \$35 bilhões de todo o “Ocidente”, significando Europa e Américas, mas também in-

7 Andre Gunder Frank tornou-se Doutor em Economia pela Universidade de Chicago em 1957, tendo como orientador de tese, Milton Friedman.

cluindo a Rússia e o Japão devido à maneira como Bairoch agrupou suas estimativas (para realçar o subsequente crescimento do “Ocidente”). Se nós realocarmos o Japão e a Rússia siberiana à Ásia, sua parte do Produto Nacional Bruto seria certamente maior que 80% [...] Particularmente significativo é a comparação da parte de 66% da Ásia na população [mundial...] com sua parte de 80% na produção do mundo na mesma época. Assim, 2/3 da população do mundo na Ásia produzia 4/5 da produção mundial total, enquanto 1/5 da população do mundo na Europa produzia somente uma parte do 1/5 restante da produção mundial para a qual os africanos e americanos também contribuía. Portanto, na média, os asiáticos forçosamente eram mais produtivos que os europeus em 1750! (Frank, 1998, p. 171-173)

Frank assim dizia que não apenas em produção, mas em produtividade, os asiáticos estavam à frente dos europeus às vésperas e no período inicial da Revolução Industrial. Se as tendências apontadas por Frank para a produção bruta são aceitas como corretas, suas conclusões sobre a produtividade (produção per capita), mesmo que baseadas em dados de um historiador econômico considerado eurocêntrico como Paul Bairoch, são controversas.

A partir desses dados empíricos contra a corrente principal da historiografia econômica até então, Frank propõe que se reORIENTE radicalmente a história eurásiana (e mundial) até aqui. Ele vai dizer que a vantagem econômica ocidental é um breve período de exceção na história (praticamente o período do século XX, já que a Ásia é novamente a maior economia do mundo entre os continentes, como mostra a tabela 1.3) cercada de todos os outros séculos em que a Ásia esteve na frente.

Vejamos por partes a argumentação de Frank em *ReOrient*.

Nem Eurocentrismo nem Asiocentrismo, mas Globalismo

A primeira parte de *ReOrient* tem caráter metodológico. Expõe as limitações da narrativa eurocêntrica.

Hodgson (1993) e Blaut ([...1993]) sarcasticamente chamam-na de “história de túnel”, derivada de uma visão de túnel que vê apenas causas e consequências intraeuropeias “excepcionais” e é cega às contribuições extraeuropeias à história moderna mundial e europeia. Entretanto, como observa Blaut, em 1492 ou 1500 a Europa ainda não tinha nenhuma vantagem sobre a Ásia ou África, nem tinha nenhum “modo de produção” específico. Em 1500, ou mesmo mais tarde, não havia razão para se prever o triunfo da Europa ou seu “capitalismo” três ou quatro séculos depois. Os desenvolvimentos econômicos e científicos e o “tecnicalismo” racional dos séculos XVI e XVII, que Hodgson vê como a base da grande “transmutação” subsequente, ocorreram, como ele insiste, em escala mundial e não exclusivamente ou especialmente na Europa. (Frank, 1998, p. 9-10)

Mas a solução metodológica para Frank não é partir para o outro extremo de inventar um “asiocentrismo” ou “afrocentrismo” que busque explicar como estas regiões do mundo tiveram um capitalismo (ou algum outro “modo de produção”) tão ou mais desenvolvido que na Europa. Surpreendentemente para alguém considerado neomarxista, Frank agora descarta o conceito de “modo de produção” ou de “capitalismo” desigual e autonomamente distribuídos em diversas regiões do mundo em favor de uma visão holística de um todo integrado, independentemente do nome que se dê ao mecanismo econômico que governa esse todo.

Em minha opinião, pouco se ganha, e muitas oportunidades de reformulação são desperdiçadas à toa, inventando-se novas variações sobre esse velho tema que são na verdade eufemismos. Assim, Eric Wolf (1982) e Samir Amin (1991) defendem a existência de um “modo de produção tributário” que supostamente caracterizou o mundo inteiro antes de 1500, segundo o primeiro, e a maior parte dele até 1800, segundo o último. Ou pegue o caso de Gates (1996), que constrói sua análise com mil anos de um “motor chinês” nos “modos de produção tributário e do pequeno capitalismo” [...]. Meu livro, ao contrário, mostrará que, independentemente da variedade de suas relações internas — para não se falar de “modo” ou “modos” — de produção, muito mais importante é a participação em uma economia mundial única, o que é obscurecido por essa indevida ou mal colocada ênfase em “modos de produção”. (Frank, 1998, p. 30)

Frank exemplifica o posicionamento acima na maneira como estruturou os capítulos 4 e 5 de seu livro.

Outras seções do capítulo 4 trazem evidências e julgamentos de autores abalizados sobre as comparações de produtividade e tecnologia bem como de instituições financeiras e econômicas na Europa e Ásia, especialmente Índia e China. Estas comparações mostram que a superioridade da Europa sobre a Ásia é infundada como fato. A Ásia esteve não apenas economicamente, mas muitas vezes também tecnologicamente à frente da Europa não apenas no início, mas também no final do período [1400-1800]. Entretanto, este capítulo também lança o argumento que a produção, comércio e suas instituições e tecnologia não devem ser apenas comparadas internacionalmente, mas precisam ser vistas como mutuamente relacionadas e geradas no nível econômico mundial. O capítulo 5 propõe e persegue uma “macro-história horizontalmente integrativa” do mundo, na qual a simultaneidade de eventos e processos não é uma coincidência. E os eventos simultâneos aqui e ali também não são vistos como diferentemente causados por circunstâncias “internas” locais diversas. Em vez disso, uma seção após a outra investigam as causas comuns e conectadas de ocorrências simultâneas ao redor do mundo. Análises monetárias demográfico-estruturais dos ciclos de Kondratiev e maiores, são utilizadas em tentativas diferentes, mas complementares, de explicar o que estava acontecendo aqui e ali. Tais análises monetárias e cíclicas são usadas para ajudar a explicar a simultaneidade da queda dos Ming na China e a revolução na Inglaterra, rebeliões na Espanha e Japão e outros problemas em Manilha e em outras partes. As Revoluções Industrial, Americana, Holandesa batava e Francesa na final do século XVIII são também examinadas em termos cíclicos relacionados. (Frank, 1998, p. 35-36)

Assim, Frank propõe uma teoria *sistêmica* em que o todo é maior que a mera soma das partes e formata, estimula e estabelece limites para estas mesmas partes.

O Comércio Global

Coerentemente com sua posição sistêmica, Frank inicia sua exposição, não pela produção, mas pelo comércio internacional.

A tese principal deste livro é que, contrariamente às dúvidas e negativas disseminadas, houve uma economia mundial global única com uma divisão mundial do trabalho e comércio multilateral de 1500 em diante. Esta economia mundial tinha o que pode ser identificado como seu próprio caráter sistêmico e dinâmico, cujas raízes na Afro-eurásia se estendiam há milênios. Foi essa estrutura político-econômica mundial, e sua dinâmica, que motivou os europeus a procurar maior acesso à economicamente dominante Ásia desde as cruzadas europeias. O mesmo ímã asiático levou a “descoberta” e incorporação do “Novo” Mundo do hemisfério ocidental no sistema e economia do Antigo Mundo depois da viagem de Colombo em 1492 e a relações euro-asiáticas mais próximas depois da viagem de circum-navegação da África por Vasco da Gama em 1498. Uma rota alternativa para a China através da Passagem Noroeste em volta da ou pela América do Norte — e também em direção ao leste pelo Mar Ártico — continuou a ser ansiosamente buscada por séculos. A economia mundial continuou a ser dominada pelos asiáticos até pelo menos três séculos mais tarde, cerca de 1800. A marginalidade relativa e absoluta da Europa na economia mundial continuou, apesar das novas relações da Europa com as Américas, que ela também usou para aumentar suas relações com a Ásia. Na verdade, foi o seu novo acesso ao dinheiro americano que permitiu à Europa alargar, mas não aprofundar, sua participação no mercado mundial. As atividades econômicas comerciais e produtivas, e o aumento populacional baseado nas mesmas, também continuaram a se expandir mais rápido e com mais volume na Ásia pelo menos até 1750 [...] (Frank, 1998, p. 52-53)

Frank enfatiza o papel fundamental de um agente monetário, a prata das Américas, para que a Europa pudesse se aprofundar nos mercados asiáticos.

Três grandes consequências das viagens de 1492 e 1498 e suas subsequentes relações comerciais e migratórias merecem mais atenção [...] As primeiras duas são a “Troca Colombiana” de germes e genes e o “imperialismo ecológico”, como Alfred Crosby (1972, 1986) os denominou [...] Naturalmente, a terceira grande consequência da Troca Colombiana foi a contribuição em ouro e prata que o Novo Mundo deu para o estoque e fluxo do dinheiro mundial, o que certamente forneceu renovado estímulo à atividade econômica e ao comércio do Velho Mundo do século XVI em diante. (Frank, 1998, p. 59-60)

Segundo Frank, o comércio da Europa ocidental com a Ásia era deficitário. Os europeus, nos sécs XV-XVIII, não conseguiam encontrar mercadorias que os asiáticos quisessem, enquanto importavam de lá não apenas chá e algumas matérias primas, mas também manufaturados, como porcelana, tintas e tecidos. O resultado era um grande fluxo de prata americana para a Ásia, representando a forma como os europeus pagavam por suas importações daquele continente.

Os maiores importadores e reexportadores tanto de prata quanto de ouro eram a Europa ocidental e meridional, para cobrir seus perpétuos e maciços déficits estruturais no balanço de pagamentos com todas as outras regiões exceto as Américas e a África. Naturalmente os europeus podiam receber os metais valiosos africanos e especialmente americanos sem dar muito em troca, e muito do que forneciam era providenciado pelo seu papel como intermediários na reexportação de mercadorias asiáticas. A Europa ocidental tinha um déficit na balança de comércio com — e, portanto, reexportava muita prata e um pouco de ouro para — a Europa oriental e báltica, a Ásia ocidental, a Índia (diretamente e via Ásia ocidental) o Sudeste Asiático (diretamente e via Índia) e China (via todos mencionados e o Japão). Uma indicação do déficit estrutural da balança de comércio europeia é que o ouro e a prata nunca constituíam menos que 2/3 das exportações totais (Cipolla 1976: 216). Por exemplo, em 1615 apenas 6 por cento do valor total dos carregamentos exportados pela Companhia das Índias Orientais holandesa eram bens: 94% eram metais valiosos (Das Gupta and Pearson 1987:186). Realmente, nos sessenta anos de 1660 a 1720, os metais preciosos constituíram uma média de 87% do que a VOC

importou para a Ásia (Prakash 1994: VI-20). Por razões similares, o estado britânico, representando também a manufatura e outros interessados em “promoção das exportações”, obrigou a Companhia das Índias Orientais britânica, em seus estatutos, a incluir produtos de exportação britânicos em pelo menos 1/10 do valor total das exportações. Não obstante, a companhia tinha constantes dificuldades em encontrar mercado mesmo para estas modestas exportações, e a maior parte disso ia para a Ásia ocidental [...] Em resumo, a Europa continuou a ser um *player* marginal na economia mundial, com um déficit perpétuo apesar de seu acesso barato e fácil ao dinheiro americano, sem o qual a Europa estaria totalmente excluída de qualquer participação na economia mundial. (Frank, 1998, p. 74-75)

Frank dizia que o centro da economia mundial no início da era moderna era a China e, depois dela, a Índia.

Este comércio multilateral global sinocêntrico se expandia através da infusão de dinheiro americano pelos europeus. Na realidade, foi isso que permitiu aos europeus aumentar sua participação na economia global que até o século XVIII permaneceu dominada pela produção, competitividade e comércio asiáticos [...] Na estrutura da economia mundial, quatro grandes regiões mantinham déficits embutidos de comércio de mercadorias: as Américas, Japão, África e Europa. Os dois primeiros equilibravam este déficit produzindo prata para exportação. A África exportava ouro e escravos [...] A quarta região deficitária, a Europa, mal conseguia produzir algo próprio exportável para equilibrar seu perpétuo déficit comercial. A Europa só conseguia fazer isso “administrando” as exportações das outras três regiões deficitárias, da África para as Américas, das Américas para a Ásia, e da Ásia para a África e as Américas. Os europeus também participavam, em alguma extensão, no comércio intra-asiático, especialmente entre o Japão e o resto. Este “comércio nacional” intra-asiático era marginal para a Ásia, mas mesmo assim vital para a Europa que ganhava mais com ele que com seu próprio comércio com a Ásia [...]

As duas maiores regiões que eram mais “centrais” para a economia mundial eram a Índia e a China. Esta centralidade se baseava nas notáveis produtividades, absoluta e relativa, de suas manufaturas. Na Índia, estas eram primariamente seus produtos têxteis de algodão, que dominavam o mercado mundial, e, em menor, escala seus produtos têxteis de seda [...]

A outra economia, ainda mais central, era a da China. Sua maior centralidade era baseada em sua produtividade ainda mais alta, tanto relativa quanto absoluta, na indústria, agricultura, transporte (fluvial) e comércio. A produtividade, competitividade e centralidade ainda maior da China se refletia em sua balança de comércio favorável. Ela se baseava principalmente em sua liderança mundial na exportação de tecidos e cerâmica e em suas exportações também de ouro, cobre em moedas e, mais tarde, chá. Estas exportações, em troca, fizeram da China a “pia última” da prata do mundo, que fluía para lá para equilibrar o perpétuo superávit chinês em exportações. (Frank, 1998, p. 126-127)

Este vazamento da prata mundial para a China tinha a ver com o fato de a China e outras partes do mundo, como o Império Otomano, terem entrado em um virtual sistema monetário baseado na prata. Na China o valor da prata relativo ao ouro se tornou maior que na Europa a partir do século XVI (refletindo mudanças na oferta e procura dos metais). Enquanto que na virada do século XVI para o XVII o valor do ouro em relação à prata era de, aproximadamente, 1:6 em Cantão, na Espanha era de 1:13. (Frank, 1998, p. 134-135) Ou seja, a prata valia mais na China que na Europa. Assim, os comerciantes europeus faziam lucro com a arbitragem das moedas. Traziam prata para a China, onde com ela conseguiam comprar quantidades maiores de ouro que na Europa. Levavam de volta este ouro à Europa ou outras regiões onde o ouro valia mais e compravam mais prata. Com essa prata acrescida voltavam à China, onde conseguiam mais ouro ainda. Era um círculo virtuoso e expansivo de arbitragem monetária. Não foi à toa que entre um quarto e um terço da prata mundial entre meados do século XVI e meados do século XVII foram parar na China. (Frank, 1998, p. 149)

Assim, para a prata, os maiores produtores e exportadores eram a América espanhola e o Japão; para o ouro os maiores produtores eram a África, a América espanhola e o Sudeste Asiático. O mundo estava efetivamente em um padrão-prata, apesar de que o ouro e o cobre [...] também eram mutuamente intercambiáveis. Os otomanos, a China Ming e a Índia usavam grandes quantidades de prata para manter seus sistemas monetários, em última instância, sustentados pela produção enorme e barata das Américas, mas também das minas japonesas. (Frank, 1998, p. 139-140)

Assim, a conclusão de Frank (1998, p. 164) sobre as condições monetárias e comerciais da Idade Moderna (sécs. XV-XVIII) é que a Ásia ainda era o centro da economia mundial. Segundo ele, “a evidência sugere que o novo dinheiro trazido pelos europeus das Américas provavelmente estimulou mais a produção e crescimento da população na Ásia que na Europa propriamente dita” neste período.

Frank ilustra essa vantagem asiática no período 1500-1800 com uma passagem de *The Times Illustrated History of the World*:

Apesar de ser difícil “medir” a produção econômica da Ásia na Idade Moderna [...] a informação disponível que vem à luz confirma uma escala maior de empreendedorismo e lucro no Oriente que no Ocidente. Assim, o Japão, na segunda metade do século XVI, era o maior produtor mundial de prata e cobre, com seus 55 mil mineiros ultrapassando a produção do Peru para a primeira e da Suécia para o segundo. Apesar das fontes ocidentais enfatizarem o papel dos cerca de oito navios holandeses que aportavam no Japão a cada ano, na realidade os cerca de 80 juncos da China eram mais importantes. O mesmo ocorria no sudeste da Ásia: os europeus [...] e seus navios eram superados numericamente na proporção de dez para um pelas embarcações chinesas; e as cargas europeias consistiam, em geral, não de mercadorias ocidentais, mas de porcelana e tecidos chineses. A produção de ambas as mercadorias era estonteante. Apenas em Nanquim, as fábricas de cerâmica produziam um milhão de peças de cerâmica vítrea fina por ano, muitas das quais desenhadas para exportação [...] Na Índia, a cidade de Kasimbazar em Bengala produzia mais de 2 milhões de libras de seda anualmente durante da década de 1680, enquanto os tecelões de algodão de Gujarat no oeste produziam quase 3 milhões de peças por ano apenas para exportação. Em comparação, a exportação anual de seda de Messina [...] líder europeu na produção de tecido [,] era de apenas 250 mil libras [...] ao passo que a maior empresa têxtil da Europa, o “Novo Armário” de Leiden, produzia menos que 100 mil peças de roupa por ano. A Ásia, não a Europa, era o centro da indústria mundial na Idade Moderna. Era igualmente a terra dos grandes estados. Os mais poderosos monarcas da época não eram Luís XIV ou Pedro, o Grande, mas o imperador Manchu K’ang-hsi (1662-1722) e o “Grande Mogol” Aurangzeb (1658-1707). (Frank, 1998, p. 165)

Assim, Frank enfatiza que os europeus tinham um papel basicamente de intermediários, não de produtores, no comércio mundial da Idade Moderna e que, mesmo esse status, só foi conseguido devido à bonança que receberam das Américas.

Os europeus conseguiam vender muitos poucos manufaturados para o Oriente. Em vez disso, lucravam primariamente inserindo-se no “comércio nacional” dentro da própria economia da Ásia. A fonte dos lucros da Europa era majoritariamente derivada de fazer o comércio e transacionar em metais valiosos, dinheiro e mercadorias em múltiplos mercados e, mais importante de tudo, *por toda a economia mundial*. Antes disso, nenhuma potência, ou seus comerciantes, tinha conseguido operar em *todos* os mercados simultaneamente ou sistematicamente integrar suas atividades entre todos eles numa lógica coerente de maximização do lucro. O principal fator para a habilidade europeia em fazer isso era seu controle de imensos suprimentos de metais valiosos. Suas capacidades navais eram um fator muito menor e menos decisivo. E suas formas de organização de companhias privadas ou imperiais não eram tão diferentes de seus competidores [...] Os europeus faziam arbitragem dos diferenciais em taxas de câmbio ouro/prata por todos os países da Ásia e se colocavam no papel de intermediários em alguns circuitos comerciais, particularmente entre China e Japão no século XVI e início do XVII. Entretanto, em termos da economia mundial, por pelo menos três séculos entre XV e XVIII a mais importante, e, na verdade, quase a única, mercadoria que a Europa era capaz de produzir e exportar era dinheiro — e para isso precisava das Américas. Uma coisa é certa: a Europa não era um grande centro industrial em termos de exportações para o resto da economia mundial. Os capítulos 2 e 3 demonstram que a incapacidade da Europa de exportar mercadorias, com exceção do dinheiro, gerava um crônico déficit na balança de pagamentos e um constante vazamento de metais valiosos da Europa para a Ásia [...] Este problema não seria superado antes do final do século XVIII, quando o fluxo de dinheiro foi finalmente invertido, passando a ir do Oriente para o Ocidente. (Frank, 1998, p. 177-178)

Por que o Ocidente Venceu (Temporariamente)?

Este é o título de um dos últimos capítulos do livro de Frank. Afinal, se a Ásia era tão ou mais forte economicamente que a Europa até o século XIX, por que foi a Europa que “conquistou” a Ásia dali em diante e não vice-versa?

A maioria dos autores logo aponta para a Revolução Industrial como o óbvio ponto de viragem que lançou a Europa na frente do resto do mundo no século XIX. Mas aí a pergunta se recoloca. Porque a Revolução Industrial aconteceu na Europa, e não na Ásia?

Vamos revisar novamente o processo inteiro do declínio asiático e da ascensão europeia em termos econômicos e demográficos globais. Fazer isso sugere que paradoxalmente pode ter sido a própria expansão da população e da produção econômica da Ásia nos séculos anteriores que militou contra sua continuação após 1800. Capítulos anteriores examinaram a longa expansão econômica global, particularmente na Ásia, que foi alimentada — mas não começada — pelo dinheiro americano ofertado pelos europeus. Também notamos que essa expansão foi maior na Ásia que na Europa. O novo dinheiro americano parece ter gerado inflação na Europa e relativamente maior expansão de produção e população na Ásia, como notado nos capítulos 3 e 4. Entretanto, a relação de recursos população/terra já tinha sido mais elevada desde o começo. E esta expansão aumentou significativamente a pressão sobre os recursos em grandes partes da Ásia. Se o mesmo ocorreu em menor grau na Europa (ou, como argumentaremos abaixo, esta tinha mais válvulas de escape), a expansão global pode ter aumentado o hiato relativo e absoluto de população/recursos entre o Oriente e Ocidente [... Maior aumento populacional na Ásia impediu o avanço tecnológico gerado por e baseado em demanda por e oferta de máquinas geradoras de energia e economizadoras de mão de obra. O menor aumento populacional na Europa gerou os incentivos por elas — em competição com a Ásia! (Frank, 1998, p. 297-300)

Para se entender este raciocínio é preciso mencionar que Frank, surpreendentemente, recorre a um argumento muito citado pelos autores eurocêntricos: o conceito de *high-level equilibrium trap* (“armadilha de equilíbrio em alto nível”) de Mark Elvin (1973)

Elvin cita [Adam] Smith como parte de seu conhecido argumento (1973) sobre a “armadilha de equilíbrio em alto nível”. Ele tenta explicar a ausência da Revolução Industrial na China quando todas as outras condições e “pré-requisitos” pareciam abundantes, como observamos em nossa revisão da produção, comércio, instituições e tecnologia. A essência da tese de Elvin é que a China “tinha ido tão longe quanto poderia” [...] com suas técnicas manufatureiras, agrícolas e de transporte desenvolvidas nos séculos precedentes com base em abundante mão de obra humana combinada com terra e outros recursos escassos. Por exemplo, terra de pastagem era especialmente escassa, porque toda terra agrícola é escassa com uma população alta e crescente. Entretanto, isso torna a mão de obra barata. Assim, baixos custos de transporte fluvial e altos custos de ração para animais tornam a dependência em transportes à base humana a escolha alternativa racional. Por exemplo, uma referência de 1742 a uma bomba d’água argumentava que ela podia economizar 4/5 da mão de obra necessária para irrigar a terra agrícola. Entretanto, a construção da máquina requeria cobre, que era caro demais — na verdade, literalmente dinheiro sacrificado, pois as moedas em circulação eram de cobre. Portanto, o investimento na fabricação de tais bombas não era nem econômico nem racional. Elvin argumenta que não era uma falha institucional ou outra qualquer em “desenvolver”, mas exatamente o contrário, rápido crescimento da produção, uso de recursos, e da população baseada no mesmo, que deixava os recursos escassos (com exceção da mão de obra) [...] Mão] de obra barata devida à grande população, recursos caros, e capital escasso tornavam os investimentos em tecnologia economizadora de mão de obra nem racionais nem econômicos [...] A abordagem de Elvin pode ser aplicada não apenas à China, mas também ao Sudeste Asiático, Índia, Pérsia, o Império Otomano [...] Na Europa, salários mais altos e demanda mais alta, bem como a disponibilidade de capital vindo do exterior, agora faziam o investimento em tecnologias economizadoras de mão de obra racional e possível [...] O argumento adicional aqui é que, naturalmente, a competição pelo mercado mundial entre a Europa, China, Índia e outras partes da Ásia tornava essas tecnologias produtoras de energia e economizadoras de mão de obra racional para os europeus, mas não para os asiáticos. (Frank, 1998, p. 301-304),

Macro-história História Horizontalmente Integrada

Mas Frank acredita que esta situação da Ásia se revelará passageira na história. Isso porque as tendências integrativas do sistema e da economia mundial estão crescentemente recolocando as condições da competição internacional e a Ásia já demonstra evidências de estar se recompondo bem dentro destas novas condições, como mostra a tabela 1.3. Frank vê então todo esse quadro de revezamento entre os centros líderes da economia mundial dentro de um quadro sistêmico maior de longos (na verdade longuíssimos) ciclos durando algumas centenas de séculos. Além dos ciclos de negócios comuns de cerca de 10 anos (já estudados por Marx) e dos longos ciclos de Kondratiev (de cerca de 50 anos), Frank (1998, p. 348-349) postula ciclos de (aproximadamente) 500 anos divididos em fases ascendentes (fase “A”) e descendentes (fase “B”).

A história afro-eurasiana desde tempos antigos é cíclica, ou pelo menos pulsátil. O milênio começou com um período de expansão do sistema como um todo. Era aparentemente centrado na sua extremidade leste, na China Song, mas também acelerou uma reinserção acentuada da extremidade “ocidental” da Europa. Esta respondeu realizando diversas cruzadas para ligar sua economia marginal mais efetivamente com a dinâmica afro-eurasiana. Um período de declínio político-econômico pan-afro-eurasiano e mesmo crise se seguiu no final do século XIII e especialmente no século XIV. Outro grande período de expansão começou no início do século XV, novamente na Ásia oriental e no Sudeste Asiático. Logo incluía a Ásia meridional, central e ocidental e, após meados do século XV, a África e Europa. A “descoberta” e conquista das Américas, e a subsequente Troca Colombiana, foram um resultado direto, desta expansão mundial do sistema. Assim, o “longo século XVI” começou realmente no XV e continuou através do século XVII até o XVIII. Esta expansão continuou a ser baseada na Ásia, apesar de ser alimentada pelos novos suprimentos de prata e ouro agora trazidos das Américas pelos europeus. Na Ásia, esta expansão tomou a forma de rápido crescimento da população, produção, comércio (incluindo importações e exportações) e presumivelmente,

de renda e consumo para a China, Japão, Sudeste Asiático, Ásia Central, Índia, Pérsia, e as terras otomanas. Politicamente esta expansão se manifestou, ou foi administrada, pelos florescentes regimes Ming/Qing chinês, o Tokugawa japonês, o Mogol da Índia, a Pérsia Safávida e o turco otomano. As populações e economias europeias cresceram mais lentamente que todas (exceto a última) dessas asiáticas, e o fizeram bastante heterogeneamente [...] A oferta acrescida de dinheiro e/ou população gerou mais inflação na Europa que na maior parte da Ásia, onde a produção acrescentada acompanhou o ritmo, inclusive no século XVII. Em grande parte da Europa, entretanto, o crescimento político e econômico foi estrangido e regionalmente mesmo revertido na grande “crise do século XVII”, que deixou a maior parte da Ásia ileso. Portanto, também o crescimento da população foi maior e maior na Ásia que na Europa e continuou assim até a inflexão depois de 1750. [...] A presente descrição] serve para mostrar que podemos explicar e compreender a subsequente “Ascensão do Ocidente” apenas dentro do escopo sistêmico/econômico *mundial* no qual realmente ocorreu. Além disso, este processo sistêmico mundial incluiu o “Descenso do Oriente” como um fator condicionante, ou mesmo uma pré-condição, para a “Ascensão do Ocidente”, que deslocou o Oriente dentro deste mesmo e único sistema/economia mundial. Este livro sugere três razões e análises preliminares para esta “troca”. Uma é a hipótese sobre a oferta e procura microeconômica por mão de obra e tecnologia geradora de energia e economizadora de mão de obra para ajudar a explicar a Revolução Industrial que esteve temporariamente localizada em partes do Ocidente. Outra é a hipótese macroeconômica dos longos ciclos, de acordo com a qual o Oriente “declinou” como parte da estrutura, operação e transformação do próprio sistema/economia mundial. A terceira explicação combina as duas em uma análise demográfica/econômica/ecológica da estrutura global e regional e do processo de desenvolvimento mundial, que ajuda a explicar a diferenciação que ocorreu entre a Europa e a Ásia cerca de 1800 [...] Esta explicação sugere que o século XIX e pelo menos a primeira parte do XX pode ser considerada uma fase “B” para a Ásia [...] De um ponto de vista ocidental os últimos dois séculos aparecem como uma longa fase “A” que, pelo menos no Ocidente, se seguiu a uma longa fase “A” no Oriente. Isto

significaria que uma fase “A” na área previamente marginal do Ocidente se seguiu a outra na área anteriormente “central” do Oriente? Além disso, esta fase “A” precederá outra possível fase “A” no Oriente à medida que o lugar ao sol do Ocidente se põe e uma nova mudança de centro se processa para o Oriente [atualmente]? (Frank, 1998, p. 349-353)

Frank, assim, encerra seu livro com a certeza de que a vantagem europeia (ocidental) foi um fenômeno temporário e já está terminando com o (re)fortalecimento da Ásia nos dias de hoje.

2.2. *The Great Divergence* de Kenneth Pomeranz

O livro *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy* analisa comparativamente os caminhos da Europa e da Ásia (com ênfase em China) até que cheguem à época industrial.⁸ O argumento de Pomeranz é que se pegarmos as áreas avançadas da Ásia (o baixo Yangzi na China, Gujarat na Índia, a planície de Kanto no Japão) e as áreas avançadas similares em tamanho na Europa, como Inglaterra e Holanda, a diferença entre elas não era tão grande assim em termos de expectativa de vida, consumo e comercialização. Ou seja, às vésperas da Revolução Industrial não era claro qual dos dois continentes, Europa ou Ásia, seria o mais avançado em épocas posteriores. O que teria, então, permitido que a Europa ocidental desse o “pulo do gato” da industrialização e a Ásia não? Aqui Pomeranz avança uma explicação que mescla diferenças ecológicas, exploração ultramarina e pura sorte. Segundo Pomeranz, as duas regiões estavam se aproximando de um beco sem saída ecológico no século XVIII devido à exaustão dos recursos naturais (florestas, madeira, erosão, etc.). A Europa saiu dele através de dois mecanismos principais: a bonança de recursos do Novo Mundo e o carvão. O elemento de sorte estava em que, na Inglaterra, iniciadora da Revolução Industrial, o carvão estava localizado favoravelmente, perto dos centros produtores consumidores enquanto que na China, por exemplo, sua produção estava longe dos pontos de consumo.

Analisemos por partes como Pomeranz constrói seu argumento.

Um Mundo de Surpreendentes Semelhanças

Pomeranz começa seu livro fazendo um apanhado das principais narrativas eurocêntricas em voga, que dão uma vantagem à Europa já bem antes da industrialização. Mas ele checa essas afirmativas. Especi-

⁸ Agradecemos à Princeton University Press a permissão para reproduzirmos passagens selecionadas de *The Great Divergence*. Recomendamos ao público a leitura do original completo.

ficamente ele compara Europa e Ásia em termos de expectativa de vida, consumo, taxas de natalidade, acumulação de capital, tecnologia e desenvolvimento das instituições de mercado.

Pomeranz (2000, p. 36-40) cita várias estimativas para mostrar que a longevidade era comparável nas partes avançadas de Europa e Ásia. A expectativa de vida na Inglaterra do século XVII situava-se entre 31,6 e 34,0 anos. Na França foi entre 27,5 e 30 anos no século XVIII. As estatísticas asiáticas não ficam muito abaixo. No país mais longevo, o Japão, Hanley e Yamamura estimam, a partir dos dados de duas aldeias, uma expectativa de vida de no mínimo 34,9 anos para homens e um mínimo de 44,9 anos para as mulheres. Na China as expectativas de vida eram menores, devido ao alto índice de infanticídio, mas mesmo assim comparáveis às da Europa. Lee e Campbell, a partir de dados confiáveis de uma aldeia na área rural da Manchúria para o período 1792-1867, calcularam uma expectativa de vida de 35,7 anos para homens a partir de um ano de idade e de 29 para mulheres de um ano de idade. Na Índia, as estimativas precárias sugerem um nível mais baixo: 20 a 25 anos no nascimento (mesmo assim, com a margem mais alta comparável com a margem mais baixa da França ou com as regiões mais atrasadas da Europa).

Em termos de nutrição, as estimativas de ingestão calórica citadas por Pomeranz para o século XVIII, são as de Braudel para a Inglaterra (cerca de 2000 calorias por dia para as massas urbanas) e as de Marks para a China (1837 calorias por pessoa).

Em termos de distribuição de renda, Pomeranz (2000, p. 136-137) diz que os esparsos dados disponíveis apontam para uma distribuição de renda comparável entre China e Inglaterra (o país mais avançado da Europa), melhor para o Japão e pior para a Índia. Chang Chung-li calculou que a *gentry* da China era cerca de 2% da população e recebia 24% da renda nacional. Para a Inglaterra, Peter Lindert e Jeffrey Williamson afirmavam que os 2% superiores da população (sem contar a família real) recebiam 23% da renda nacional em 1801-3.

Sobre o nível de tecnologia, Pomeranz diz que antes da Revolução Industrial o quadro não era unilateral e claramente pendente para a Europa. Se a Europa na Idade Moderna conseguira diminuir a grande distância tecnológica que tinha da China nos tempos antigos e mesmo medievais, antes da Revolução Industrial o quadro não era de uma vantagem unilateral e clara dos europeus.

Em 1850 pelo menos a parte noroeste da Europa tinha uma vantagem tecnológica marcada sobre o resto do Velho Mundo e isto não pode ter sido apenas uma criação do século XIX. Mas, como as seções anteriores deixaram claro, parece improvável que os europeus do século XVIII eram, no total, mais produtivos que, digamos, os chineses e japoneses. Isso significa que precisamos circunscrever cuidadosamente as afirmações de “superioridade tecnológica” *circa* 1750 [...] Se os europeus não estavam, como argumentei, na dianteira da produtividade geral em 1750, então é improvável que o nível médio de tecnologia que usavam era superior, mas é mais plausível que as melhores tecnologias disponíveis em partes da Europa (principalmente na Grã-bretanha nas Províncias Unidas e em partes da França) para muitos setores importantes já eram as melhores do mundo. A disseminação destas tecnologias durante o século teria então diminuído o hiato entre as melhores e médias tecnologias na Europa e criado grande parte da vantagem em produtividade que observamos em 1850. Claramente, por exemplo, a mecânica newtoniana permitiu aos europeus em 1750 desenhar bombas e comportas de canais melhores que quaisquer outras existentes, mas a ubiquidade dos canais chineses, por exemplo, provavelmente deram a estes uma vantagem continuada no grau médio com que exploravam as possibilidades de navegação fluvial até um pouco mais tarde [...] Em muitas áreas as sociedades não europeias continuavam na frente. A irrigação, que já mencionamos, era, talvez, a mais óbvia; em muitas outras tecnologias agrícolas também a Europa estava atrás da China, Índia, Japão e partes do Sudeste Asiático. Uma sociedade de melhoria agrícola do País de Gales fundada em 1753 tomava como isso como truísmo ao ser dedicada a trazer o dia em que o País de Gales estaria “florescendo como a China”. De fato, uma vez que assumamos que as expectativas de vida eram semelhantes — tornando improvável que os europeus eram vastamente melhor nutridos — as grandes diferenças em densidade populacional entre a Europa e Ásia ficaram como testemunho impressionante do tamanho desta diferença. A isto podemos adicionar a capacidade da agricultura chinesa e japonesa de se manter à altura (o que a agricultura europeia deixou de fazer depois de 1800) da demanda crescente por fibras têxteis e as evidências (a serem discutidas no capítulo 5) que mesmo o relativamente atrasado norte da China estava indo melhor na conservação da fertilidade do solo do que, diga-

mos, a Inglaterra e França. Como veremos posteriormente, os europeus que tateavam para combater o desflorestamento e a degradação do solo em suas colônias tropicais no final do século XVIII descobriram que tinham muito que aprender com a Índia e a China, mas não aplicaram as lições em casa até bem dentro do século XIX. Retire a enorme quantidade de terra extra que a Europa ganhou no outro lado do Atlântico (através de sorte, varíola e violência, além de habilidades comerciais e navegacionais) e é fácil imaginar o mercado atraso tecnológico da Europa no maior setor das economias do século XVIII tendo um significado tão grande quanto as vantagens que tinha em outros setores. Havia também outros setores no final do século XVIII em que os europeus ainda estavam atrás. Em muitas áreas de tecelagem e tinturas, os europeus ainda estavam tentando imitar processos chineses e indianos. O mesmo vale para a manufatura da porcelana. Mesmo em 1827 e 1842, dois observadores britânicos separadamente concluíram que a barra de ferro indiana era tão boa ou melhor que o ferro inglês, e o preço cotado para 1829 era metade que o do ferro na Inglaterra [...] A medicina não era terrivelmente eficiente em parte nenhuma do mundo, mas as cidades do leste (e provavelmente do sudeste) da Ásia estavam bem na frente em termos de assuntos de saúde pública, especialmente cuidados sanitários e provimento de água potável. Um dos poucos avanços médicos importantes dos séculos XVII e XVIII — prevenção de varíola — parece ter-se desenvolvido autonomamente na Europa, China e Índia. Estudos recentes sugerem que, pelo menos nas áreas de saúde da criança e da mãe, a medicina Qing — conhecimento popular do que parecia estar se espalhando rapidamente — continuava superior ao seu correspondente europeu, apesar de (ao que sabemos) não ter feito nenhum avanço teórico revolucionário comparável ao trabalho de Harvey sobre a circulação. Assim, os argumentos de que a Europa em 1750 já dispunha de um nível de sofisticação tecnológica único precisa de qualificação significativa. Mesmo na geração e uso de energia — provavelmente a mais importante vantagem da Europa no século XIX (como argumentarei posteriormente) — a situação é muito menos clara cem anos antes. Smil estima que o uso per capita de energia era provavelmente comparável entre a China e a Europa *ocidental* por volta de 1700. E apesar da eficiência individual das máquinas de geração de energia (de rodas d'água a — logo depois — motores a vapor) provavelmente ter sido a área da maior vantagem europeia,

a China tinha uma igualmente marcada vantagem na eficiência de seus fornos, tanto para cozinhar quanto para aquecer. Em retrospecto, é claro que, dada a mudança da Europa do século XIX para os combustíveis fósseis abundantes e disponíveis, os avanços europeus em descobrir maneiras de usar o calor tinha um potencial revolucionário maior que a dianteira chinesa em capturar o calor eficientemente. — mas apenas em retrospecto, e apenas com a vantagem do carvão sendo favoravelmente localizado. Caso a falta de combustíveis tivesse desacelerado o crescimento industrial da Europa e um avanço revolucionário tivesse ocorrido em outra parte primeiro, o desperdício causado pelas fornalhas europeias não apareceria como uma “exceção” menor em uma estória de crescente superioridade técnica, mas como um exemplo primordial de deficiência tecnológica que atrasava esta região. Ou se o Novo Mundo não tivesse provido a enorme quantidade de fibras têxteis, a precocidade europeia em mecanizar a fição e tecelagem poderia ter se assemelhado mais a uma curiosidade que ao centro de uma grande transformação. Agora nós poderíamos estar invocando o baixo nível de rendimento agrícola por acre na Europa como um sinal de fraqueza tecnológica séria que tornava necessário manter a maior parte das terras em colheitas alimentícias, e assim fazer com que estas invenções inteligentes, mas mesmo assim insuficientes, ficassem soltas e sem utilização em massa até que acabassem por ser imitadas em algum outro lugar [...] Mais adiante no capítulo eu vou argumentar que as mais importantes inovações para criar crescimento sustentado foram as que economizavam terra de um jeito ou de outro, especialmente aquelas associadas com combustíveis fósseis. Mas tem sido muito mais comum argumentar que o fenômeno crucial na inovação tecnológica europeia foi o aparecimento de uma ênfase nas inovações que economizavam *trabalho*. (Pomeranz, 2000, p. 43-49)

O autor lança, assim, uma proposição heterodoxa, mesmo em relação a alguns outros autores asiocêntricos (como Andre Gunder Frank, visto acima): a de que a inclinação de *economia de terra* da tecnologia asiática não estava condenada *a priori* a ser inferior ao caráter de *economia de trabalho* das inovações europeias. Isso será entendido melhor quando tratarmos das especificidades dos dilemas ecológicos que a Europa e a Ásia enfrentavam às vésperas da Revolução Industrial.

Mãos Visíveis

Se as condições gerais de expectativa de vida, consumo, distribuição de renda e tecnologia não eram tão diferentes entre as partes avançadas da Europa e Ásia, não estaria a diferença da Europa na Idade Moderna exatamente em suas *instituições* (governamentais, mercantis, etc.) que seriam mais estimulantes de desenvolvimento econômico? A propalada maior eficiência e “segurança nos contratos” das instituições europeias são uma constante na corrente principal da historiografia econômica ocidental, epitomados nos trabalhos de North (1973 e 2002).

Assim, Braudel argumenta que o capitalismo se desenvolveu lentamente e somente pôde tornar-se verdadeiramente poderoso onde uma ordem social muito estável na qual a propriedade era considerada sacrossanta permitia a famílias capitalistas construir suas estruturas ao longo de muitas gerações — condições que Braudel afirmava estarem presentes apenas na Europa e no Japão. Na China e no mundo islâmico, ele argumenta, o estado era simplesmente poderoso demais para ricos não membros da elite governamental poderem gozar de qualquer segurança de verdade. Na Índia as restrições de casta em termos ocupacionais deram aos comerciantes alguma segurança, mas não o suficiente, enquanto simultaneamente limitava seu acesso a novas atividades.

K.N. Chaudhuri faz afirmações similares, apesar de um pouco mais restritas, sobre as diferenças nos tratamentos europeu e asiático da propriedade. Em seu trabalho inicial, Chaudhuri realçava certas formas de negócios europeias pós-1500 — o banco público de depósitos e a companhia por ações — que facilitavam o investimento. Ao avançar esses argumentos, Chaudhuri se apoiava em Weber, que argumentava que apenas a Europa ocidental desenvolveu as ideias e os sistemas de contabilidade que mantinham os recursos das firmas, proprietários e agentes confiavelmente separados, tornavam possível computar a verdadeira lucratividade e assim maximizar a acumulação de capital. Mas pesquisas recentes têm enfraquecido tais argumentos. A contabilidade chinesa, por exemplo, era bem mais sofisticada que Weber supunha. Além disso, notavelmente poucas firmas ocidentais adotaram os mais “racionais” dos sistemas de con-

tabilidade ocidentais até que as grandes firmas “gerenciais” aparecessem no *final* do século XIX. E muitas firmas chinesas sobreviveram por séculos, apesar das subidas e descidas das linhagens das quais elas estavam imperfeitamente separadas. Os registros das dinastias comerciais eram particularmente escassos, mas alguns exemplos sobreviveram de qualquer maneira. A Companhia Ruifuxiang, que operava lojas de tecidos, durou mais de trezentos anos. A Companhia Yutang, processadora de alimentos, existiu de 1776 a 1949. E se olharmos a dinastias familiares mais geralmente, descobrimos que várias sobreviveram mil ou mais anos apesar da China ter poucos cargos hereditários e (como vimos) pouca terra inalienável.

Além disso, mesmo as firmas predominantemente associadas a uma linhagem específica atraíam capital de outras e contratavam gerentes profissionais. Muitas levantavam capital suficiente para operar em vastas áreas geográficas, entrar em múltiplas linhas de negócios, e mesmo alcançar um grau substancial de integração vertical. Cada uma das grandes madeireiras de Shaanxi no início do século XIX reportadamente empregavam entre 3 mil e 5 mil trabalhadores. Isso as tornava algumas das maiores empresas do mundo pré-industrial e certamente sugere que poderiam levantar dinheiro suficiente para gerenciar qualquer processo pré-industrial ou industrial inicial. Ao entrar no século XIX numerosas firmas no grande entreposto de Hankou estavam organizadas em princípios acionários, com investidores de diversas partes do país. O mesmo era verdadeiro para as firmas que fabricavam e vendiam sal das gigantescas salinas em Furong, Sichuan. Parcerias comerciais complexas envolvendo investidores não parentes eram também comum entre os grupos mercantis do tipo *banjara* ou *bania* do norte da Índia e de outras partes. Sem dúvida estes grupos não eram um reflexo à perfeição do tipo ideal de Weber, mas não está claro que a maioria das firmas da Europa ocidental estivesse mais perto disso.

Em seu trabalho posterior, Chaudhuri focou menos em seus argumentos iniciais sobre a organização de negócios racional e mais em uma alegada falta de segurança do capital comercial na Ásia. Diferentemente de Braudel, que às vezes parece sugerir que isso reflete um sistema de governo mais arbitrário em geral na Ásia, Chaudhuri sugere que *pessoas e riqueza fundiária* não eram necessariamente mais inseguras na Ásia que na Europa. Mas o capital de firmas mercantis não era tratado separada-

mente das pessoas na Ásia, como veio a ser na Europa, e assim permaneceu inseguro [...] Esta falta de separação entre capital e capitalistas, Chaudhuri argumenta, derivava do fato de que as elites governantes dos grandes impérios da Ásia, ao contrário das cidades-estados europeias, não se engajaram em comércio, seja para si ou para o governo [...] Consequentemente o “espectro da expropriação arbitrária nunca estava distante”.

Entretanto, não é claro se os grandes mercadores asiáticos realmente sofriam mais expropriações que seus equivalentes europeus. Tal afirmação parece especialmente duvidosa quando adicionamos que expropriações *de facto* ocorreram quando monarcas europeus ficaram inadimplentes e deixaram de pagar seus empréstimos: como veremos pelo menos alguns mercadores asiáticos tinham proteção contra isso e os comerciantes chineses em grande parte não sofriam deste problema porque o estado pegava muito pouco emprestado. Os comerciantes do Japão Tokugawa, que tinham, segundo Braudel, as mesmas *vantagens* dos seus equivalentes europeus, provavelmente sofreram mais expropriações *de facto* que os mercadores na China ou Índia [...] Mas, mesmo se o estado não ameaçava os mercadores chineses ou indianos muito mais que seus equivalentes europeus, uma separação menos completa entre capital comercial e seus donos ainda poderia ser importante. Alguns argumentam que na China as demandas da parentela extensa da linhagem sobre qualquer membro que se tornasse rico inibia a acumulação de capital de longo prazo, extraindo partes dos lucros para “fundos caritativos” que davam suporte a viúvas e proviam educação e ajuda em achar emprego. Entretanto, trabalhos recentes mostram que mercadores bem-sucedidos de Tianjin encontravam poucos problemas em separar seus ativos daqueles das famílias de seus irmãos, e cada vez menos através do tempo. Alternativamente, o “fundo de caridade” podia ser ele mesmo um veículo para a acumulação de capital mercantil de longo prazo. Estamos descobrindo mais e mais casos em que fundos teoricamente inalienáveis eram emprestados a empreendedores ou possuíam empresas comerciais ou industriais em vez de terra. Aqui os laços comunais e de parentesco serviram para a acumulação de capital de longo prazo, permitindo a cada ramo da família receber uma corrente de renda do negócio ao mesmo tempo em que tornava muito difícil para qualquer ramo retirar o principal. Os gerentes (às vezes contratados fora da linhagem) parecem ter tido am-

plos poderes para estabelecer a escala de pagamento da firma, retendo lucros, como uma corporação gerencial moderna. [...] A historiografia recente tem descrito um capitalismo sulasiático que superou exatamente as limitações enfatizadas por Chaudhuri. Frank Perlin, por exemplo, mostrou que no início do século XIV grandes famílias em várias partes da Índia acumularam a liderança nas aldeias, direitos de taxaço, e outras quotas na produço gerada pela terra. Esses direitos eram frequentemente adquiridos através de empréstimos ao estado, a outras famílias e, crescentemente, aos próprios camponeses. No processo, essas quotas na produço camponesa se tornaram institucionalmente definidas e a extensáo de sua proteço foi acordada. Mesmo o rei não podia revogá-las, e um proprietário podia vender ou pegar emprestado a partir delas. Em outras palavras, elas eram em grande parte “títulos” como os europeus a que se referiam Chaudhuri e Braudel. Aliás, na Índia, o gerenciamento financeiro público parece ter evoluído a partir de inovaçoes privadas, não o contrário.

Enquanto Perlin e Andre Wink se concentraram na Índia setentrional e central, Sanjay Subrahmanyam encontrou evidências ainda mais fortes de interpenetraço das famílias acumuladoras de capital e a finança pública comercializada no sul da Índia. Subrahmanyam traça as carreiras do que ele chama de “capitalistas de portfólio”: homens que combinavam um crescente *mix* de interesses em comércio de longa distância (principalmente os altamente lucrativos bens de luxo); empréstimos, pagamentos à distância, e outras atividades financeiras; a aquisço ou aluguel de direitos de taxaço e monopólios governamentais (ex. minas de diamante); recuperaço de terras por meios intensivos em capital (frequentemente adquirindo os direitos de taxaço em terras de fronteira, financiando irrigaço e estabelecimento de colonos, e então utilizando a alavancagem dada pelo crédito e pelos direitos de taxaço para se tornar o único comprador de bens de exportaço localmente produzidos); serviço como agente de compras local para os britânicos e holandeses; e serviço como corteço ou general, e oficial de suprimentos. E aqui também os direitos a futuros fluxos de renda ganharam forte proteço costumeira e, às vezes, formal: eventualmente se tornaram negociáveis, herdáveis e hipotecáveis, como os interesses equivalentes na maior parte da Europa.

Mais recentemente Subrahmanyam generalizou do sul da Índia

para muito do que ele chama de “Ásia moderna inicial”, argumentando que dois particularmente grandes e importantes grupos de “capitalistas de portfólio” se espalharam ao longo do enorme litoral do Oceano Índico e mares adjacentes. Os iranianos se inseriram no comércio, coleta e remessa de rendas, finança, tipos de produção de alta lucratividade (*e.g.*, minas governamentais) da costa do leste da África ao Oriente Médio, e (mais tarde) a partes do Sudeste Asiático. Entrementes, chineses do litoral de Guangdong e Fujian se espalharam pelo Sudeste Asiático. Ambos os grupos trouxeram métodos desenvolvidos inicialmente nos negócios e finanças privados ao projeto de coleta de rendas pelo estado, usando as ligações com o estado para ganhar concessões lucrativas, adquirir informações privilegiadas, e por outros meios avançar seus interesses mercantis, muito na maneira descrita por Perlin.

As atividades destes “capitalistas de portfólio” e as atitudes geralmente mercantilistas dos estados que penetravam são mais bem documentadas para uma série de cidades-estados que viviam de suas posições como entrepostos comerciais (Malaca, Ormuz, etc.) e realmente precisavam oferecer um clima favorável para os mercadores móveis. Apenas estes estados já constituíam uma zona de atividade e segurança comparáveis àquelas gozadas pelos capitalistas europeus da Idade Moderna — note que Chaudhuri se refere ao status legal claro dos credores de Veneza, Gênova e Amsterdã, não à posição mais incerta daqueles que emprestavam aos reis da França, Espanha ou outros grandes estados europeus [...]

Subrahmanyam então argumenta que os grandes impérios terrestres do sul e sudeste da Ásia estavam crescentemente seguindo o exemplo destas cidades-estados, enquanto algumas das cidades-estados estavam ganhando controle substancial em partes do interior. Havia, assim, uma convergência dos caminhos anteriormente separados das finanças estatais dos grandes estados agrários e das cidades-estados dominadas pelos mercadores do Oceano Índico, e uma vasta expansão dos territórios em que “capitalistas de portfólio” podiam operar segura e lucrativamente. (Pomeranz, 2000, p. 167-176)

Após haver feito uma introdução em que, como grande parte dos autores asiocêntricos, refuta os argumentos de que havia uma ine-

quívoca vantagem da Europa sobre a Ásia na Idade Moderna, Pomeranz passa, então, a defender sua própria tese de por que no século XIX este quadro se altera e os europeus passam a dominar a Ásia.

O Argumento de Pomeranz

Antes de entrarmos nos detalhes da tese do autor, vejamos a maneira peculiar como Pomeranz resume a situação de Europa e Ásia às vésperas da Revolução Industrial.

Parece, então, que até a metade do século XVIII, a Europa ocidental não era produtiva ou economicamente eficiente de forma única. Mas não podemos pular da constatação que outras partes do Velho Mundo eram tão prósperas e “protoindustriais” ou “protocapitalistas” como a Europa ocidental à imensa afirmação contrafactual feita por alguns acadêmicos de que algumas sociedades asiáticas estavam se dirigindo a um avanço revolucionário industrial antes que invasores Manchu ou britânicos esmagassem os “germes do capitalismo”. O que parece mais provável é que nenhuma parte do mundo estava necessariamente se dirigindo a tais avanços revolucionários. De fato, na Europa os maiores pensadores econômicos do século XVIII não anteviam nada parecido com isso em futuro próximo.

Ao contrário, todas as partes mais “completamente povoadas” (*i.e.*, densamente povoadas relativamente à capacidade de provimento da terra usando-se as tecnologias disponíveis) e economicamente desenvolvidas do Velho Mundo pareciam destinadas a um beco sem saída “protoindustrial” comum no qual (mesmo com as crescentes adições de unidades de trabalho, a disseminação das melhores práticas produtivas, e uma crescente comercialização tornando possível uma cada vez mais eficiente divisão do trabalho) a produção mal se mantinha um pouco à frente do crescimento populacional. Se continuaria a se manter à frente indefinidamente — produzindo uma duplicata europeia do que Sugihara chamou de “milagre asiático oriental” de crescimento sustentado baseado na intensificação do trabalho — ou se teria atrasado, criando um impasse realmente malthusiano, não é possível saber. Mas nenhum desses dois resultados é pa-

recido com o “milagre europeu” intensivo em capital e energia e “comedor” de terra que de fato ocorreu. A crescente produção e consumo de têxteis, apesar de frequentemente citada como o começo da “industrialização”, não poderia por si mesma ter alterado aquele caminho, já que não oferecia solução para um dilema básico: que a produção de alimentos, fibras, combustíveis e artigos de construção, todas, competiam por terra crescentemente escassa. Realmente, na medida em que florestas desapareciam em favor de colheitas de fibras (ou, pior ainda, ovelhas, que necessitavam de muito mais terra por metro de fio), a energia necessária para mais avanços tecnológicos revolucionários na área de transportes ou indústria pesada estava se tornando cada vez mais inacessível.

Assim, em vez de ver as outras economias avançadas dos séculos XVI-XVIII como exemplos de “Europa *manquée*”, provavelmente faz mais sentido olhar para a Europa ocidental neste período como uma economia não tão diferente qualitativamente. Ela se tornou uma aberração felizarda apenas quando descontinuidades inesperadas e significativas no final do século XVIII e, principalmente, XIX lhe permitiram superar as limitações fundamentais no uso da energia e na disponibilidade de recursos que anteriormente tinham limitado o horizonte de *todo mundo*. E mesmo que a nova energia tenha vindo principalmente de um aumento na extração e uso do carvão inglês, nós veremos nos dois próximos capítulos que a capacidade da Europa de se aproveitar de um novo mundo de energia de origem mineral também requeria fluxos de vários recursos do Novo Mundo. Foi ao criar as condições para estes fluxos que o capitalismo e fiscalismo militar europeus — como parte de uma grande conjuntura global — realmente importaram. (Pomeranz, 2000, p. 206-207)

Assim, Pomeranz traça um quadro que difere sensivelmente das narrativas tradicionais eurocêntricas (e mesmo muitas asiocêntricas) que passavam uma imagem otimista das condições criadas pela Idade Moderna para a posterior industrialização. Em vez de uma gradual “acumulação de forças” criando as bases econômica, tecnológica, social e ideológica para o grande pulo da industrialização, o autor enfatiza as dramáticas limitações ecológicas enfrentadas tanto pela Europa quanto pela Ásia no final do século XVIII. Sem o rompimento destas limitações havia possibilidades reais do desenvolvimento protoindustrial de então entrar por um beco sem saída e deixar de acompanhar o nível coevo de crescimento populacional.

E que limitações eram essas? Basicamente, o grau de desmatamento de florestas e utilização dos limites das terras agrícolas em um momento em que a produção de alimentos entrava agora em competição com a produção agrícola para fins não alimentares (especialmente têxteis) e colocava uma pressão cada vez mais insuportável nas possibilidades de produção e geração de energia com a tecnologia disponível até então. Como esse dilema foi rompido na Europa para possibilitar a Revolução Industrial? Entre outros fatores, Pomeranz coloca como cruciais a utilização do carvão para fins industriais e o enorme alívio ecológico proporcionado pela exploração das terras do Novo Mundo. Veremos os detalhes dessas duas vertentes a seguir.

Tendo separado a industrialização de qualquer aperfeiçoamento “natural” de processos econômicos da Idade Moderna em *qualquer* área, podemos agora sugerir maneiras como um padrão em desenvolvimento de relações entre certas áreas deu à Europa ocidental vantagens importantes nas vésperas da industrialização. Estas não eram vantagens que *tinham que* levar a um avanço revolucionário industrial, mas vantagens que aumentavam em muito essa possibilidade e a fizeram mais fácil de manter. Essas vantagens ajudaram a resolver um grande problema compartilhado pelas áreas centrais do Velho Mundo: que antes do fertilizante sintético, fibras sintéticas e a fonte mineral barata que tornou estes produtos sintéticos econômicos, havia limites na capacidade de substituir trabalho e capital por terra. Estes limites tornavam difícil continuar a expandir populações, elevar o consumo per capita e aumentar o grau de especialização industrial destas áreas, mais ainda fazer tudo isso nos ritmos acelerados do século XIX. Comércio ajudava, como veremos, mas não poderia resolver esses problemas. Gerenciamento agrícola intensivo em trabalho poderia suportar mais pessoas e, talvez, sustentar melhoramentos modestos nos padrões de vida, mas provavelmente não mais que isso. E tenderia a diminuir, não aumentar, a percentagem da população capaz de trabalhar fora da agricultura. As vantagens da Europa em escapar essas limitações eram, em grande parte, ecológicas. Algumas provinham de recursos em reserva na própria Europa — e eram benefícios irônicos de barreiras ao desenvolvimento anterior desses recursos — mas eram compensadas, em grande parte, pelas vantagens leste-asiáticas no uso eficiente de terra e combustível. Outras, como discutido

no capítulo 1, eram relacionadas à localização afortunada dos depósitos de carvão e das habilidades para explorá-los. Outras eram baseadas no botim do Novo Mundo e nas conjunturas particulares que formatavam sua relação com a Europa: esta parte da história será o foco do capítulo 6. Por outro lado, esses choques de recursos favoráveis compraram tempo para a emergência de outras inovações. Juntas transformaram o mundo de possibilidades econômicas da Europa. Isso naturalmente não significa que este espaço extra para respirar explique criatividade tecnológica — mas os dois fatores funcionaram juntos, reforçando as recompensas um do outro.

Assim, neste capítulo, recapitulo brevemente as perspectivas da Europa ocidental em comparação com as de outras regiões, enfatizando o que ela compartilhava com as outras áreas densamente povoadas. Depois descrevo um conjunto de desafios ecológicos comuns do século XVIII e noto que, apesar de ser menos densamente povoada em termos absolutos que China ou Japão, a Europa ocidental enfrentava problemas ecológicos comparavelmente sérios. Tanto na Europa ocidental quanto no Leste da Ásia, havia relativamente pouco espaço no final do século XVIII para crescimento extensivo adicional ocorrer sem mudança institucional significativa, novas tecnologias economizadoras de terra e/ou tremendo aumento na importação de mercadorias intensivas no uso de terra. Enquanto o Japão ainda tinha alguns domínios periféricos nos quais, se mudanças institucionais fossem feitas, o crescimento poderia ser realizado aplicando-se as melhores práticas existentes à terra que não tinha sido ainda utilizada intensivamente, a Europa tinha uma área ainda maior deste tipo (especialmente na Europa oriental), e a China tinha relativamente poucas. Todas as três tinham áreas centrais (os deltas dos rios Yangzi e Pérola; a Inglaterra e Holanda; Kinai e Kanto) onde apenas uma grande transformação tecnológica, comércio vastamente aumentado com as periferias, ou ambos poderiam sustentar crescimento adicional de população e consumo.

Teoricamente, a Europa tinha mais espaço que a Ásia oriental para sustentar crescimento populacional adicional aumentando a intensidade do trabalho em seu uso de terra. Mas a natureza da agricultura europeia tornava improvável ela utilizar essas possibilidades totalmente. Além do mais é pouco provável que este caminho levasse a grandes aumentos adicionais em consu-

mo per capita, muito menos à industrialização. Quando observamos o país europeu que seguiu este caminho — a Dinamarca — vemos que a intensidade de trabalho aumentada levou-o a estabilizar sua frágil ecologia e *manter* seu padrão de vida. Mas a população e o consumo per capita estagnaram, e nenhuma base para um grande avanço revolucionário [industrial] foi criada. (Pomeranz, 2000, p. 211-212)

Pomeranz na passagem acima insiste, então, que o crescimento econômico da Idade Moderna (época da protoindustrialização) era intensivo em mão de obra e em uso de terra. Para ele não havia mais espaço nestas áreas para explorar aumento nem em um nem em outro. Ele menciona que a Europa oriental oferecia ainda terras em reserva para a Europa como um todo. Entretanto, o tipo de regime de trabalho lá existente (com forte componente servil e dificuldades institucionais para a livre movimentação de mão de obra) impedia que formasse uma área de livre migração e uso ótimo dos fatores de produção integrada com a já “esgotada” Europa ocidental.

[...] este tipo de parceiro comercial colocava problemas diferentes para a Europa ocidental. Primeiro, rigidez institucional limitava a capacidade da Europa oriental de aumentar a produção. Segundo, não era um grande mercado de manufaturados, o que limitava a capacidade da Europa ocidental de pagar por produtos primários. Consequentemente, o trabalho servil ajudou a estabilizar um padrão de intercâmbio leste-oeste na Europa, mas o manteve em escala pequena, uma escala que era crescentemente inadequada para o apetite da Europa ocidental por mercadorias intensivas em terra. (Pomeranz, 2000, p. 257)

Pomeranz enfatiza que tanto Europa quanto Ásia, sem o grande salto revolucionário da industrialização, caminhavam para um beco sem saída ecológico que tornava impossível continuar os aumentos populacionais e de padrão de vida com os métodos intensivos em mão de obra e terra prevalentes até então. Segundo ele, não foi apenas a China e outros países asiáticos que seguiram esse beco sem saída da manutenção dos métodos intensivos em mão de obra. Na Europa havia o exemplo da Dinamarca, país que não participou ativamente da exploração colonial ul-

tramarina, e, portanto, pode servir como um exemplo de como a Europa ocidental, sem a bonança ecológica das Américas e colônias, também iria ficar presa no beco sem saída dos métodos intensivos em mão de obra.

[...] É revelador olhar de novo para a Dinamarca, um caso europeu ocidental que parece, em muitos aspectos, mais como partes da China e do Japão do que a Inglaterra. A despeito de uma vigorosa expansão de sua marinha comercial e de guerra no período dos séculos XVI-XVIII (a um custo considerável para suas florestas) e o licenciamento de companhias para a colonização e comércio ultramarino no modelo anglo-holandês, a Dinamarca não ganhou muito com a expansão ultramarina e seus problemas com a terra, combustíveis e fertilidade do solo se tornaram agudos no século XVIII. Entretanto, o país se saiu melhor que a maioria dos outros da Europa em estabilizar sua ecologia através de medidas domésticas: campanhas maciças de adubação com marna, recuperação de dunas de areia, escavação de valas, gerenciamento florestal sistemático, lavradio convertível com a utilização de grandes quantidades de trevo, e assim por diante. Essas eram medidas intensivas em trabalho — Kjaergaard estimou muito conservadoramente um aumento de 50% no aumento de horas trabalhadas per capita para os trabalhadores rurais — e em muitos casos requeria uma mobilização maciça de trabalho forçado de vilões (o que ainda era comum na Dinamarca do século XVIII).

Apesar de estes esforços terem colocado a prosperidade agrícola em uma base nova e ecologicamente mais segura, a Dinamarca não teve aumento em sua percentagem da população urbana entre 1500 e 1800 e viu apenas um crescimento limitado da protoindústria [...] Estes padrões persistiram por um período até mesmo no século XIX, a despeito da Dinamarca ter quantidades razoáveis de capital, bom transporte, participar da ciência europeia, e ter abundância de modelos de industrialização próximos a si. Além disso, a mão de obra continuou esmagadoramente concentrada na agricultura, apesar destas abordagens intensivas em trabalho para a agricultura, conservação de combustíveis e gerenciamento de terra produzirem um declínio a longo prazo substancial da produtividade física do trabalho: Kjaergaard estima um aumento na produção agrícola de, no máximo, 100% entre 1500 e 1800 [...] enquanto os insumos de trabalho aumentaram mais de 200%. Quando o rendimento do trabalho na Dinamarca começou a aumentar na parte final do séc. XIX, isso

ocorreu, no início, menos pela melhoria da produtividade física que pelo fato de que seus vizinhos estavam se industrializando, aumentando assim os preços que os dinamarqueses recebiam por seus produtos agrícolas.

Assim, o caminho da autossuficiência ecológica através da intensificação do trabalho rural, uma vez adotado, não era facilmente abandonado, pelo menos não até que a química e a maquinaria do século XX tornassem possível uma transformação bem mais radical da agricultura. Neste sentido, o caminho da Dinamarca se assemelha ao tomado por várias partes da Ásia oriental no final do séc. XVIII, início do XIX mais do que o tomado pela Inglaterra ou mesmo Flandres. (Pomeranz, 2000, p. 239-240))

Como alguns países da Europa ocidental conseguiram escapar da armadilha do modelo (dinamarquês ou asiático oriental) do prolongamento do padrão pré-industrial da intensificação do trabalho? Pomeranz realça o alívio ecológico trazido pelo carvão e pelo Novo Mundo.

Assim, em 1800, as pressões ecológicas descritas antes no capítulo continuavam irresolutas na Europa ocidental, tanto quanto na China e Japão. Estas pressões poderiam ter interrompido o crescimento completamente ou forçado um caminho “asiático oriental” (ou, talvez, “dinamarquês”) mais intensivo em trabalho, que não envolveria nenhum avanço revolucionário. Eventualmente, as “vantagens do atraso” ecológicas discutidas aqui fizeram uma grande diferença, mas elas levaram tempo para se tornar disponíveis.

Entretantes, o avanço trazido pelo carvão forneceu uma importante forma de alívio ecológico. Mas mesmo isso não era suficiente, dada a variedade de produtos intensivos em terra necessários. Se a Europa ocidental tivesse que passar por um grande aumento na produção industrial e no consumo de produtos primários além dos níveis do século XVIII (mesmo um aumento absoluto, ainda mais um per capita) ela necessitaria de um novo tipo de parceiro comercial. E isso, como veremos, só era possível no Novo Mundo. (Pomeranz, 2000, p. 263)

Pomeranz, assim, coloca que, sem o alívio ecológico do Novo Mundo, o Velho Mundo europeu teria grandes dificuldades para seu deslanche nas fases iniciais da Revolução Industrial. Antes de vermos como

o autor analisa esta contribuição exógena, vejamos uma contribuição endógena que ele considera assaz importante, especialmente no caso da pioneira industrial, a Inglaterra: o carvão.

Como vimos anteriormente, Pomeranz enfatiza a imensa pressão ecológica a que já estava submetida a Europa ocidental no século XVIII. A crescente competição no uso de terra para produzir comida e fibras levava à grande desflorestamento. Não haveria condição de se utilizar mais madeira ainda como combustível para as necessidades aumentadas pela vindoura Revolução Industrial sem colocar uma pressão insuportável sobre aquele sistema. O carvão mineral, escavado das profundezas da terra, com grande economia do solo superficial possibilitaria um considerável (mas não totalmente suficiente) alívio, além de trazer a portabilidade necessária para o dinamismo dos futuros centros industriais.

O carvão foi central para as primeiras visões da Revolução Industrial. Apenas o algodão, ferro, aço e estradas de ferro receberam atenção comparável e, exceto pelo algodão, estes outros setores dependiam do carvão. Entretanto, mais recentemente, o carvão tem saído do foco. Notaram, por exemplo, que inicialmente mais fábricas recebiam energia da água que do carvão e que a maior parte do carvão da Inglaterra era usada para as tarefas não glamorosas e pouco inovadoras de aquecimento domiciliar e cozinhar. E.A. Wrigley reafirmou a centralidade do carvão ao calcular que levariam 15 milhões de acres de florestas (21 milhões se ele tivesse usado uma conversão menos conservadora) para equiparar a energia anual gerada pelo carvão na Inglaterra em 1815, mas não é óbvio o que este número nos diz. A Inglaterra não teria consumido esta quantidade adicional de madeira (nem Wrigley diz que teria) já que não a tinha. Nem podemos dizer com certeza que um número específico de forjas teria fechado, vidro não seria fabricado, ou casas não aquecidas. Os ajustes teriam envolvido alguma combinação complexa de pessoas passando mais frio, comprando mais roupas, produzindo menos ferro e assim por diante. E não podemos ter certeza que alguns avanços industriais específicos — muito menos a industrialização em geral — teriam parado totalmente sem carvão.

Mesmo assim, ao menos um retorno parcial à ênfase anterior no carvão parece justificada, tanto pelas razões de Wrigley quanto por outras. A água pode, por um tempo, ter gerado energia

para mais fábricas que o carvão, mas era geograficamente restrita, não portátil e muitas vezes pouco confiável sazonalmente. Além disso, não era substituta para combustão em muitos tipos de processos químicos e físicos (da cervejaria à metalurgia e tinturaria) e na revolução dos transportes que deu grande impulso à divisão do trabalho. No setor crítico do ferro (e assim também no aço, estradas de ferro, etc.) é difícil imaginar que alternativa haveria aos combustíveis fósseis. (Pomeranz, 2000, p. 59-60)

Mas como poderia o carvão em si ter beneficiado especialmente a Grã-Bretanha como pioneira, se este mineral se encontrava também em outras partes do mundo, inclusive a China? Aqui Pomeranz vai enfatizar o efeito do acaso, da pura sorte, na determinação se uma localidade ou outra em posições tecnológicas semelhantes será a pioneira em algum avanço importante. Ele aponta que a *localização* dos depósitos de carvão na Inglaterra foi mais afortunada que na China: na primeira estavam localizados perto dos centros industriais consumidores e na última longe, dificultando o aproveitamento daquele material.

[...] Apesar de que seria teleológico demais ver no boom do carvão no início do século XIX todas as maneiras como combustíveis fósseis baratos *eventualmente* relaxaram pressões de uma oferta finita de terra (mesmo na própria agricultura, graças aos fertilizantes intensivos em energia), ele foi um passo crucial. Energia hídrica, independentemente de quão desenvolvidas estivessem as rodas hidráulicas simplesmente não tinha o mesmo potencial para suprir insumos de energia que teriam significativamente ultrapassado uma população rapidamente crescente pelas décadas por vir ou permitir à química servir de substituta para a terra. Assim, parece lógico ver a mineração e usos do carvão como provavelmente a vantagem tecnológica europeia endógena crucial para a revolução do século XIX e (diferentemente dos têxteis) não dependente do florescimento completo do acesso europeu aos recursos ultramarinos.

Os motores a vapor foram cruciais aqui, tanto como máquinas que usavam o carvão para fornecer energia a outros processos e como a fonte de energia para bombas à água mais eficientes que permitiram uma grande expansão da própria mineração do carvão [...]

Máquinas a vapor de algum tipo tinham sido desenvolvidas em várias sociedades antes do século XVIII, mas nunca passaram

de curiosidades. Os chineses há muito tinham compreendido o princípio científico básico envolvido — a existência da pressão atmosférica — e tinham há muito dominado (como parte de seu “fole de caixa”) um sistema de pistão/cilindro de dupla ação semelhante ao de Watt, bem como um sistema para transformar o movimento rotatório em movimento linear que era tão bom quanto qualquer um desenvolvido em qualquer parte antes do século XX. Tudo que faltava era usar o pistão para movimentar a roda em vez de vice-versa. (em um fole, o jato de ar quente impulsionado pelo pistão era o objetivo, não um passo para fornecer energia à roda.) [...] Em um sentido estritamente tecnológico, então, esta tecnologia central da Revolução Industrial *poderia* ter sido desenvolvida fora da Europa. Nós não podemos dizer definitivamente por que foi de fato desenvolvida primeiramente na Europa. Podemos, entretanto, identificar algumas razões por que a Europa — mais especificamente a Inglaterra — foi um local particularmente provável para a série de desenvolvimentos conexos em carvão e vapor centrais para a Revolução Industrial. E quando comparamos a Inglaterra com o delta do Yangzi — onde incentivos similares existiam para aliviar a pressão no suprimento local de madeira, e onde tecnologia avançada e uma economia altamente comercializada também estavam presentes — a vantagem da Europa apoiava-se em acidente geográfico tanto quanto nos níveis gerais de habilidade técnica e muito mais que em qualquer vantagem (provavelmente não existente) em eficiência de mercado da economia como um todo [...]

A estória da mineração chinesa em geral, e mineração de carvão em particular, é algo intrigante. O norte e noroeste da China possuem enormes depósitos de carvão e na longa era em que o norte incluía o centro de gravidade político, econômico e geográfico da China, a China desenvolveu um enorme complexo de carvão e ferro. De fato, Hartwell estima que a produção de ferro chinesa por volta do ano 1080 provavelmente excedia a de toda a Europa não russa em 1700. Além disso, o complexo de carvão e ferro não era meramente grande, mas também sofisticado: os metalúrgicos chineses, por exemplo, parecem ter conhecido coisas sobre a criação e uso de coque (carvão purificado) que não seriam descobertas em outras partes por séculos. Mas entre os anos 1100 e 1400, o norte e noroeste da China foram atingidos por uma série de enormes catástrofes: invasões e ocupação (pelos mongóis e outros), guerras civis, enormes enchentes (incluindo um grande

deslocamento no rio Amarelo) e a peste. Os invasores Jurchen do século XII frequentemente exigiam que alguns dos mais hábeis artesãos da região da capital fossem entregues a eles como preço para (temporariamente) suspenderem o cerco: não é claro quantos retornaram. Quando a área recobrou alguma estabilidade depois de 1420, o centro demográfico e econômico da China tinha-se movido irrevogavelmente para o mais ecologicamente hospitaleiro sul. Grandes partes do norte da China tiveram que ser repovoados por transferências governamentais de pessoas durante o século XV [...]. Apesar da mineração de carvão ter permanecido significativa na China, nunca mais foi o setor vanguardista de antes. (Pomeranz, 2000, p. 61-63)

Pomeranz vai enfatizar então o fato de que a partir daí ocorrerá o distanciamento físico entre os centros de produção de carvão (no norte) e os grandes centros econômicos chineses (como a região do baixo Yangzi) situados no sul (e as consequências disso para o desenvolvimento da indústria carvoeira às vésperas da Revolução Industrial).

[...] É altamente improvável que o carvão em particular tivesse atraído muita atenção dos artesãos e empreendedores do baixo Yangzi: havia pouco carvão na região ou em lugares facilmente acessíveis aos seus negociantes. As nove províncias meridionais da China têm apenas 1,8% das reservas de carvão da China contemporânea. Em contraste, a província Shanxi no noroeste mais a Mongólia Interior possuem 61,4% [...]

Apesar dos ganhos de ligar esses depósitos de carvão do noroeste com o delta do Yangzi parecerem tão imensos em retrospecto que é tentador imaginar algumas pessoas fazendo um enorme esforço para tal, não é claro que tenha sido assim. A maior parte dos ganhos de tal projeto que podemos imaginar agora, dado o que conhecemos sobre o uso do carvão, eram invisíveis *ex ante*. Entrementes, os mineiros de carvão do noroeste, operando em uma região atrasada em geral, não eram particularmente propícios a aprender os desenvolvimentos técnicos de outras partes que eles pudessem aplicar aos seus problemas e tinham pouca chance de encontrar artesãos que tivessem aprendido habilidades técnicas precisas [...] Estes artesãos existiam (e suas quantidades e habilidades pareciam não ficar atrás de seus equivalentes europeus), mas estavam quase todos no delta do Yangzi ou

ao longo da costa meridional [...] Mesmo se os operadores das minas tivessem visto como melhorar suas técnicas de mineração, não tinham razão para pensar que extrair mais carvão iria permitir-lhes capturar um mercado vastamente expandido; problemas de transporte aparentemente insuperáveis continuariam a separar suas minas dos ricos, mas ecologicamente carentes, consumidores de combustíveis das grandes cidades chinesas.

[... E finalmente,] o maior problema técnico enfrentado pelos mineiros chineses de carvão, especialmente no noroeste, era fundamentalmente diferente daquele enfrentado pelos seus correspondentes na Inglaterra. As minas inglesas tendiam a se encher de água, assim bombas poderosas eram necessárias para remover a água. As minas de carvão chinesas tinham bem menos problemas com água. Em vez disso, eram tão áridas que a combustão espontânea era uma ameaça constante. Foi esse problema — que requeria ventilação em vez de bombas poderosas — que preocupava o compilador do mais importante manual técnico chinês do período. E apesar do problema não ter sido completamente resolvido, pelo menos um historiador contemporâneo da mineração afirmou que as abordagens descritas naquele manual eram muito sofisticadas para o seu tempo. Mesmo se melhor ventilação tivesse melhorado o problema — ou as pessoas desejassem tanto o carvão que pagariam por este nível tão alto de perigo — as técnicas de ventilação não teriam ajudado a resolver os problemas de transporte de carvão (e coisas em geral) como os motores a vapor que bombeavam as minas inglesas fizeram. Assim, apesar do nível geral de habilidades, recursos e condições econômicas da China, tomada como um todo abstrato, poder não ter sido menos condutivo a uma revolução de vapor/carvão como o nível geral da “Europa” como um todo, a distribuição desses dotes tornava suas chances de tal revolução mais apagadas.

Em contraste, alguns dos maiores depósitos de carvão da Europa estavam localizados em uma área muito mais promissora: a Grã-Bretanha. Isto os colocava perto de excelente transporte por água, da economia comercialmente mais dinâmica da Europa, de muitos artesãos hábeis, e — para dar aos problemas de obter e usar o carvão uma urgência adicional — de uma sociedade que enfrentava uma grande penúria de madeira combustível desde 1600, senão antes. E apesar de madeira e produtos baseados em madeira serem importados por

mar, isso era muito mais caro que receber toras flutuando na corrente de um rio, como o delta do Yangzi fazia. Os incentivos para usar (e aprender mais sobre) carvão comparativamente acessível eram correspondentemente maiores [...]

Assim, vemos que o conhecimento técnico foi essencial para a revolução do carvão na Europa, mas o desenvolvimento deste conhecimento técnico dependeu de um longo período de experimentação (e muitos fracassos ao longo do caminho) com suprimentos baratos e abundantes. Estas experimentações foram possíveis porque a habilidade artesanal, a demanda de consumidores, e o próprio carvão estavam concentrados perto uns dos outros.

Sem essa boa sorte geográfica, poderiam ser desenvolvidas habilidades técnicas em uma área com futuro limitado (*e.g.*, no uso e melhoramento das fornalhas de madeira) e não prosseguir na trilha que eventualmente levou à utilização de novos suprimentos vastos de energia. E a situação chinesa — em que os depósitos de carvão estavam bem mais longe do delta do Yangzi do que, digamos, a bacia de Paris — coloca a boa sorte da Inglaterra em maior realce. (Pomeranz, 2000, p. 64-67)

Assim, o autor admite um fator endógeno para que a Europa, ou mais especialmente a Inglaterra, fosse pioneira na Revolução Industrial. Mas nota a importância do fator *sorte* na utilização deste fator crucial para os fins de deslanche desta revolução.

Além disso, Pomeranz (2000, p. 263) afirma que o carvão em si não resolveria o dilema ecológico em que se encontrava a Europa no final do século XVIII. Isso só seria resolvido definitivamente com o imenso alívio ecológico trazido pelas colônias do Novo Mundo. É interessante notar que, para o autor, este alívio ecológico é mais importante para explicar a Revolução Industrial que a própria contribuição financeira direta trazida pela exploração de rendas, metais preciosos, etc. das Américas.

Vários acadêmicos primariamente preocupados com lugares não europeus argumentaram que os ativos financeiros acumulados através de comércio de escravos, pirataria e atividades similares foram cruciais para o financiamento da Revolução Industrial. A versão deste argumento de Eric Williams é a mais famosa de todas. Alguns poucos europeístas, notavelmente Fernand

Braudel, concordaram que a minas do Novo Mundo, as plantações e o comércio de escravos deram à Europa uma importante habilidade de viver melhor e investir mais que sua própria produtividade permitiria. Mas a maioria defendeu que os lucros não foram importantes por pelo menos uma de três razões. Em primeiro lugar, alguns negam que a coerção permitiu lucros acima da média. Outros concedem ao menos a possibilidade de lucros acima da média, mas argumentam que a acumulação destes lucros foi trivial comparada com a acumulação de lucros vindos da atividade econômica dentro da própria Europa. E outros apontam, como fiz acima, aos relativamente pequenos requisitos de capital nos período inicial da Revolução Industrial e argumentam que isso torna qualquer lucro acima do normal que tenha havido em grande parte irrelevante para a industrialização.

A validade deste argumento — de que o estoque de capital disponível para o investimento fixo não foi decisivo para a criação da Revolução Industrial — depende do que exatamente este argumento está refutando. Remova os lucros do comércio de escravos e das minas do Novo Mundo e algumas pessoas na Inglaterra ainda poderiam ter construído fábricas de tecidos de algodão e cervejarias; mesmo os requisitos muito maiores de capital das estradas de ferro poderiam ter sido obtidos uma vez que os lucros da revolução do algodão tivessem aparecido. Mas um argumento mais geral ainda é defensável. Em vista das consideráveis dificuldades que partes da Europa estavam tendo em prover suas populações crescentes no século XVIII — e a diferença do padrão de longo prazo que a Europa poderia ter formado caso a necessária produção tivesse sido gerada aumentando a intensidade de trabalho em vez da intensidade de capital [...]— uma redução nos recursos financeiros disponíveis poderia ter tido profundas implicações [...]

Por qualquer padrão, os lucros extraeuropeus foram menores que aqueles ganhos em atividades menos espetaculares dentro da Europa, mas isso não resolve a questão em definitivo. Patrick O'Brien, em um artigo frequentemente citado, calculou que os frutos da coerção ultramarina não podem ter sido responsáveis por mais de 7% do investimento bruto dos britânicos no final do século XVIII (apesar de um artigo posterior deixar aberta a possibilidade de uma percentagem maior); e para a Europa como um todo teria sido bem menos.

Mas em um mundo pré-industrial, isso poderia ter sido bastan-

te significativo. As taxas típicas de produção eram muito mais lentas que na maior parte das economias industriais de hoje, e tem sido sugerido (mas não provado) que os bens de capital pré-industriais eram, em média, bem menos duráveis fisicamente que agora (sendo feitos de diferentes materiais e expostos à natureza). Isso sugeriria que uma proporção muito menor da produção não consumida de um ano tornava-se acumulação líquida de capital: a maior parte servia para compensar a alta taxa de depreciação do estoque de capital. Simon Kuznets estimou que usando uma taxa de crescimento anual menor para a economia como um todo (0.4% em vez de 2.5% que ele calculava ser o normal para as economias industriais), encurtando o tempo de vida médio do estoque de capital de quarenta para trinta anos e aumentando as necessidades correntes de manutenção (de 1% para 2% da produção) para acomodar aquelas diferenças, chegou-se a um modelo de economia “pré-industrial” no qual apenas 6% de poupança bruta é suficiente para tornar-se acumulação líquida de capital, comparado com 76% no modelo da economia moderna. Fazendo mais ajustes, ele chegou a um modelo hipotético de economia pré-moderna que, mesmo que poupasse mais em termos brutos (26%) que a moderna (24.9%), alcançava um incremento líquido ao seu estoque de capital igual a apenas 1,32% de sua produção anual (versus 19%).

Em tal contexto, mesmo um relativamente pequeno “lanche grátis” — um incremento em poupança bruta que não era adquirido a expensas do consumo — poderia levar a um significativo aumento na acumulação líquida de capital. Por exemplo, se imaginarmos uma economia conformada exatamente como o segundo modelo de economia pré-industrial de Kuznets (investimento bruto de 26%, líquido de 1,32%), aumentar o investimento bruto em 7% como admitido por O’Brien para os “super-lucros” mais que *dobrar* o aumento líquido anual do estoque de capital [...] Falando mais geralmente, há claras situações em que um pequeno incremento em algo faz toda a diferença do mundo. Os genes humanos são 98.4% idênticos aos dos chimpanzés bonobos, mas poucos de nós desqualificariam uma explicação de por que os seres humanos se espalharam por quase todo o planeta (enquanto os chimpanzés sobreviveram apenas em alguns lugares) na base de que ela se concentraria demais no comportamento tornado possível por apenas 1,6% restantes. (Pomeranz, 2000, p. 186-188, 279)

Assim, Pomeranz, diferentemente de muitos autores anticolonialistas ortodoxos, não enfatiza tanto a quantidade absoluta de riqueza (minerais preciosos, etc.) obtida no Novo Mundo quanto sua posição relativa crucial como os fundos adicionais que podem ter determinado a vantagem da Europa no pioneirismo da Revolução Industrial. Mas, segundo ele, mais importante que o dinheiro em si (que, na verdade facilitaria mais a *manutenção* de um padrão industrial principalmente passada a fase inicial da Revolução Industrial, baseada em indústria leve com baixa exigência de capital) foi o alívio ecológico trazido pelas colheitas do Novo Mundo, solucionando o problema de falta de terra na Europa ocidental para sustentar crescentes populações e crescentes demandas concorrentes de comida e fibras.

Uma área central, a Europa ocidental, foi capaz de escapar do beco sem saída protoindustrial e transferir trabalhadores artesanais para as indústrias modernas à medida que a tecnologia se tornava disponível. Ela pode fazer isso, em grande parte, porque a exploração do Novo Mundo tornou desnecessário mobilizar a enorme quantidade de trabalhadores adicionais que teriam sido necessários para usar a própria terra da Europa de maneiras mais intensivas e ecologicamente sustentáveis — se é que mesmo isso pudesse prover os produtos primários para se manter à frente do crescimento populacional do século XIX [...]

Dado que o total de terra arável da Grã-Bretanha era de aproximadamente 17 milhões de acres [... se] nós computarmos o algodão, açúcar e madeira [importados do Novo Mundo pela Inglaterra] por volta de 1830 teríamos entre 25 e 30 milhões de “acreagem fantasma” [...] Isso também supera a estimativa de Anthony Wrigley de que, para obter [por combustível de madeira] o equivalente anual de energia fornecido pelo carvão em 1815, seria necessário que o país magicamente recebesse 15 milhões de acres adicionais de florestas [...]

Assim, quão importante o carvão e o Novo Mundo parecerão depende parcialmente do grau de convencimento dos leitores das similaridades [que havia entre diversas regiões avançadas da Europa e Ásia às vésperas da Revolução Industrial ...] Eu sugeriria quatro razões para dar-lhes especial peso:

1. Os cálculos acima mostram que [essas contribuições] não eram pequenas relativamente a um padrão razoável (*e.g.*, a extensão doméstica de terra da Grã-Bretanha)

2. Elas apareceram no tempo certo para explicar uma divergência crucial (uma vez que tenhamos datado a divergência de cerca de 1800)
 3. Elas afetaram o desenvolvimento ao aliviar uma restrição — a quantidade finita de terras — que seria difícil de resolver com a base de conhecimentos e as instituições de seu tempo.
 4. Os exemplos das áreas centrais na China, Japão e certas partes da própria Europa (como a Dinamarca) fornecem exemplos plausíveis de como sociedades sem essas vantagens poderiam ser.
- Elas não requerem que imaginemos que, sem esse alívio, a Europa teria sofrido uma catástrofe malthusiana [...] ou que a Índia, China ou Japão, recebendo uma janela ecológica um pouco mais longa, poderiam ter produzido uma Revolução Industrial. Uma crise ecológica europeia *poderia* ter ocorrido, mas nosso pensamento contrafactual nos permite imaginar uma variedade de resultados prováveis, que têm, em comum, um conjunto de ajustes intensivos em trabalho para as pressões por terra que pessoas reais em circunstâncias similares fizeram com sucesso, mas não levaram a nada como o avanço revolucionário industrial inglês. [...] Na verdade] estes caminhos intensivos em trabalho podem também ter tornado mais difícil imitar a industrialização, mesmo quando a tecnologia estava lá para ser copiada. Assim, realçar os fatores que escolhi me parece uma razoável, não temerária, invocação do princípio de que diferenças iniciais não muito grandes podem levar a diferenças futuras vastamente maiores. (Pomeranz, 2000, p. 264, 275-276, 280-281)

Ecologia, Carvão e Colônias, Sorte e Coerção no Caminho da Revolução Industrial

Assim, chegamos ao fim da narrativa de Pomeranz. Seu argumento, em resumo, é que, às vésperas da Revolução Industrial, as diferenças em termos de instituições, níveis de comercialização e tecnologia entre as regiões avançadas, de tamanhos comparáveis, na Europa (Inglaterra e Holanda) e Ásia (*e.g.*, o delta do Yangzi na China, a região de Kanto no Japão, Gujarat na Índia) não eram suficientemente grandes para explicar porque a Revolução Industrial aconteceu primeiro na Europa (ou melhor,

na Inglaterra). Afirma que todas essas regiões, em seus padrões de desenvolvimento na fase manufatureira ou protoindustrial, caminhavam para um beco sem saída ecológico, no qual as pressões crescentes por terras e florestas, disputadas concorrencialmente para a produção de comida, fibras e energia não encontravam saída na base tecnológica (intensiva em uso de trabalho e terra) de então. Pomeranz enfatiza os fatores acaso (sorte) e coerção nas duas saídas encontradas pela Europa (pioneiramente Inglaterra) para este dilema: sorte no caso do carvão e coerção no caso do alívio ecológico propiciado pelo Novo Mundo. E quantificou este alívio (que considerava mais importante até que a própria contribuição financeira direta em termos de impostos, pedras preciosas, etc. do Novo Mundo): os 30 milhões de “acres fantasmas” necessários para produzir o algodão, açúcar e madeira enviados à Inglaterra em 1830 ou os 15 milhões de acres adicionais de florestas que seriam necessários para suprir, através de madeira, a energia fornecida pelo carvão em 1815, certamente não “caberiam” na extensão total de terras aráveis da Grã-Bretanha (17 milhões de acres no alvorecer do séc. XIX). Foi esse alívio ecológico que tornou possível a alta produção de fibras e energia necessárias para a manutenção dos novos padrões da Revolução Industrial, principalmente em suas fases iniciais. Sem ele, a Inglaterra e a Europa poderiam ter continuado pelo mesmo caminho intensivo em mão de obra da Ásia (e da Dinamarca), sem ter passado pelo avanço revolucionário intensivo em capital da Revolução Industrial antes das outras regiões. Como colocou Pomeranz em suas palavras finais na obra:

Assim, forças extramercado e conjunturas fora da Europa merecem um lugar central na explicação de por que o (não excepcional) cerne da Europa ocidental alcançou avanços revolucionários únicos e terminou como o centro privilegiado da economia do novo mundo do século XIX, capaz de prover uma população crescente com um padrão de vida sem precedentes. Nossa longa jornada através de comparações inter-regionais nos trouxe alguma resolução da nossa questão metodológica inicial. Mostrou que em vez de fingirmos que estamos procurando diferenças entre entidades verdadeiramente independentes nas vésperas da industrialização, precisamos reconhecer a importância de conexões pré-existentes em criar essas diferenças. (Pomeranz, 2000, p. 297)

2.3. *China Transformed* de Roy Bin Wong

Em *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience*, Roy Bin Wong (1997) reexamina as bases teóricas do pensamento eurocêntrico em relação à China e propõe alternativas metodológicas para suas limitações.⁹ É importante logo de início notar que Wong não descarta totalmente os postulados eurocêtricos sobre a Ásia. Segundo ele, a ciência ocidental trouxe *insights* importantes sobre a história mundial. Entretanto, ela não é detentora da verdade absoluta e possui fortes limitações. Como colocou, “as visões eurocêtricas do mundo são inadequadas, mas elas não são necessariamente mais erradas (ou certas) que comparações feitas a partir de outros pontos de vista”. (Wong, 1997, p. 7) Assim, o autor se coloca como não fazendo parte daqueles que combatem o eurocentrismo a partir de um ponto de vista oposto geograficamente, seja asiocêntrico, afrocêntrico ou outro qualquer. Na verdade, o que Wong propõe é o estabelecimento de uma maior simetria em comparações, de modo a evitar a unilateralidade de uma visão de apenas um ponto de vista. Nos estudos comparativos entre Europa e China, ele postula o que chama de “comparações simétricas”, ou seja, uma estratégia de duas mãos:

Nós não podemos escapar inteiramente de analisar a formação dos estados asiáticos por padrões europeus porque não há nenhum terreno metateórico em que basear nossas comparações. Em vez disso, devemos atingir simetria olhando a Europa de uma perspectiva chinesa. (Wong, 1997, p. 282)

China Transformed é um esforço para construir as bases para este tipo de metodologia. Veremos a seguir os diversos passos do autor nesta direção.

9 Agradecemos à Cornell University Press e a Roy Bin Wong a permissão para reproduzirmos passagens selecionadas de *China Transformed*. Recomendamos ao público a leitura do original completo. (“Reprinted from R. Bin Wong: *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience*. Copyright © 1997 by Cornell University. Used by permission of the publisher, Cornell University Press.”)

Mil anos de História Chinesa e a Teoria Social Ocidental

Com este título Wong inicia sua apresentação das visões tradicionais ocidentais sobre a China. Chama a atenção para um *Leitmotiv* constante nelas. O fato de que a China após ter atravessado séculos como uma civilização adiantada e ter atingido um auge de avanço produtivo, comercial e tecnológico, tanto na área urbana quanto rural entre os séculos X e XII, passou por uma fase de estagnação de séculos, em que perdeu a vantagem sobre a Europa e outras regiões adiantadas do mundo.

A pergunta principal, então, se torna: O que descarilhou a China deste início promissor e a impediu de manter sua vantagem desenvolvimentista sobre a Europa? Uma visão alternativa enfatiza a ausência de mudança secular antes do século XIX: a ideologia política, as instituições sociais e as práticas culturais são vistas como reproduzindo uma ordem permanente e constante [...] Estas duas visões básicas sobre a China — mudança social dando errado e estagnação — foram desenvolvidas pela própria tradição ocidental de teoria social como explicação para as sociedades modernas [... Por exemplo,] Karl Marx e Max Weber argumentaram a favor de um conjunto de traços distintos que distinguem a Europa do resto do mundo: esses traços explicam os sucessos ocidentais e os fracassos dos outros. (Wong, 1997, p. 6)

Wong (1997, p. 2) nos alerta que os estudos comparativos tendem a chamar a atenção para alguma *diferença crucial*: por exemplo, “nos anos 1950 uma família comum de explicações para o fracasso dos países do Leste da Ásia em desenvolverem economias industriais modernas citava fatores culturais, enfatizando a ausência de um individualismo agressivo e aquisitivo nas sociedades confucianas”. Mas o autor recorda que “somente diferenças não garantem comparabilidade” (por exemplo, o ethos confucionista, que nos anos 1950 explicava o *atraso* do Extremo Oriente, para alguns autores ocidentais mais recentes passou a ser uma chave para explicar o *sucesso* posterior de algumas das economias asiáticas). Assim, Wong (1997, p. 7) afirma que seu método comparativo se iniciará sempre que possível com as *similaridades* a fim de “estabelecer uma base clara a partir da qual avaliar a natureza e a importância das diferenças.

Eu começarei pela Europa, da qual muita pesquisa sobre partes não ocidentais tem tentado escapar. Para transcender as visões eurocêntricas do mundo, eu acredito que devemos retornar aos casos europeus para considerar cuidadosamente como a formação do estado nacional e o desenvolvimento capitalista na realidade aconteceram como processos históricos em vez de como modelos teóricos abstratos. Depois de analisar as dinâmicas chinesas de acordo com medidas europeias de mudança, eu avaliarei as possibilidades europeias de acordo com padrões chineses a fim de introduzir comparações não usualmente realizadas pelos analistas contemporâneos [...] Uma comparação sustentada dos padrões chineses e europeus de desenvolvimento econômico, formação estatal e protesto social pode sugerir maneiras de interpretar a mudança histórica em ambas as partes do mundo, identificar os assuntos em que pesquisa histórica adicional pode ser especialmente útil, e contribuir para a construção de uma teoria social baseada não apenas no passado europeu, mas também no de outras regiões do mundo. (Wong, 1997, p. 7)

Assim, Wong divide seu livro em três partes, onde analisará, com este método de *comparações simétricas*, o desenvolvimento capitalista, a formação estatal e as formas de protesto social tanto na Europa quanto na China.

Desenvolvimento Capitalista

O fato de a Europa ter sido pioneira e ter mantido a liderança por muito tempo no desenvolvimento do capitalismo é colocado por diversos autores como a chave para entender a vantagem europeia nas disputas mundiais. Por isso, Wong inicia sua análise a partir dos processos de desenvolvimento capitalista nas duas regiões do mundo. Primeiro de tudo, como outros autores asiocêntricos citados aqui, faz uma grande diferenciação entre o período antes e depois da eclosão da Revolução Industrial. Segundo ele, são dois períodos radicalmente diferentes com dinâmicas econômicas bem diferenciadas. Ele nota que o período moderno, nos séculos XV a XVIII, é marcado por uma dinâmica econômica *smithiana*.

A força motora por trás dos melhoramentos econômicos na *Riqueza das Nações* de Adam Smith são ganhos de produtividade advindos da divisão do trabalho e da especialização [...] Como a produção agrícola era tão predominante na atividade econômica geral [...] a economia de *Riqueza das Nações* de Smith continuava a ser principalmente uma economia agrícola. Não admira, então, que Smith enfatizasse o investimento agrícola, assumisse que o crescimento econômico era finito e esperasse que os salários reais, no final das contas, se rebaixassem aos níveis de subsistência [...] Malthus e Smith viviam no mesmo mundo de limitadas possibilidades econômicas. O mundo de Smith não era a Europa [industrial] do século XIX. Em pontos cruciais, a Europa do século XVIII compartilhava mais características comuns com a China do mesmo período do que com a própria Europa dos séculos XIX e XX [...] Nós observamos dinâmicas smithianas em muito da China nos séculos XVI a XIX. As características gerais de agricultura comercializada, manufatura e comércio são bem conhecidas na literatura chinesa e japonesa [...] Especialmente famosas são as indústrias de seda e algodão da região do baixo Yangzi, perto de Shangai, as duas principais formas de indústrias manufatureiras que se juntaram à agricultura comercializada de arroz e outros produtos para criar a economia regional chinesa mais rica. (Wong, 1997, p. 16-17)

Assim, Wong mostra que nos séculos precedentes ao XIX, Europa e China apresentavam semelhanças em suas dinâmicas econômicas, basicamente smithianas. Aqui interferem as escalas espaciais das regiões envolvidas na comparação. A China, muito maior que a maioria dos países europeus, forma quase que um continente em si, de forma que às vezes é mais adequado comparar certos países europeus com regiões da China em vez de com o reino do Meio como um todo. (Wong, 1997, p. 8). Se nem todas as regiões da China eram tão adiantadas como o baixo Yangzi, a mesma heterogeneidade era encontrada na Europa pré-século XIX: ao lado das adiantadas Inglaterra e Holanda havia regiões da Europa setentrional, central e oriental que eram bem menos avançadas que as regiões adiantadas da China. (Wong, 1997, p. 16)

Wong (1997, p. 30) chama a atenção também para o fato que a chamada protoindustrialização, que precedeu à Revolução Industrial na Europa, foi fortemente marcada pela indústria manufatureira rural e

tinha características do que Jan de Vries chamou de *industrious revolution*, baseada num aumento da *intensidade* do trabalho (isto é, as pessoas trabalham mais ou mais arduamente, mas não necessariamente com aumento de sua renda per capita ou do nível tecnológico). Os europeus tiveram que trabalhar mais devido exatamente ao aumento no nível de comercialização da vida em geral nessa fase inicial do capitalismo. Os camponeses, antigamente mais autossuficientes, tinham que adquirir cada vez mais bens através do mercado e por isso eram forçados a trabalhar mais intensamente. A indústria rural seria estimulada também por este processo. Segundo Wong essa protoindústria rural ainda seguia basicamente uma dinâmica smithiana, baseada na intensificação do trabalho e, em si, não conduziria ao imenso pulo tecnológico representado pela Revolução Industrial. Assim, no debate entre os que defendem que a protoindustrialização era condutiva à Revolução Industrial e aqueles que a consideram como tendo uma dinâmica distinta (baseada no uso crescente de mão de obra barata e com baixo nível de especialização) e não necessariamente condutiva à industrialização propriamente dita, Wong (1997, p. 38-39) claramente toma o lado dos últimos. Isso é importante, pois a China constitui um caso em que havia grande generalização da indústria (manufatureira) rural (maior que na Europa, onde ela se localizava em bolsões específicos) que acabou não conduzindo endogenamente à industrialização. Ela pode ter até inibido a possibilidade de uma Revolução Industrial na China, pois como colocou Mark Elvin (1973) em seu conceito de *high-level equilibrium trap*, a China alcançou um equilíbrio geral de alto nível entre população e recursos, com grande grau de comercialização e indústrias rurais baseadas no uso intensivo de mão-de-obra, o que fazia com que este sistema protoindustrial fosse, de certa maneira, bem-sucedido, equilibrado e autoperpetuável, não deixando espaço para o “pulo” da industrialização endógena. Wong chama a atenção que na própria Europa a dinâmica protoindustrial, por si mesma, não conduziu à industrialização. Wong (1997, p. 50), seguindo E. Anthony Wrigley (1988), chama a atenção que a Revolução Industrial nasceu, não na Europa como um todo, mas na Inglaterra, e que papel crucial nisso teve a disponibilidade e o uso do carvão como o mineral que conseguiu superar as barreiras impeditivas dos recursos vegetais anteriores (*e.g.*, madeira) como fonte ampliada de combustível e energia. Wong (1997, p. 49-51) considera cru-

cial esta passagem da economia que Wrigley chamava de orgânica para a economia baseada em minerais. Além disso, Wong (1997, p. 49-51) cita dois outros fatores importantes que facilitaram o desenvolvimento da Revolução Industrial na Europa. Como E. L. Jones (1981), ele mostra o grande alívio ecológico trazido pelas descobertas de terras no Novo Mundo. E, finalmente, aponta para o desenvolvimento na Europa das instituições do que ele chama de capitalismo braudeliano (das grandes companhias comerciais monopolistas ou oligopolistas do capitalismo comercial em diferenciação ao que Braudel chamava de “economia de mercado”, isto é, o mercado baseado na livre competição).

Wong (1997, p. 50-51 e 149) segue a terminologia idiossincrática de Fernand Braudel que distingue entre três níveis de atividade econômica moderna: vida material, economia de mercado e capitalismo. A *vida material* é o reino das necessidades diárias de subsistência (comida, roupa, abrigo) obtidas mais imediatamente ou autonomamente (na própria família, na aldeia, etc.). A *economia de mercado*, para Braudel, é apenas aquela em que há competição entre os agentes econômicos, com os preços fixados por oferta e demanda. Braudel reserva o termo *capitalismo* para o mundo mais rarefeito dos grandes mercadores e companhias que conseguem dominar ou oligopolizar a produção ou comercialização dos bens a que se dedicam. A economia de mercado é competitiva; o capitalismo não o é.

Esta terminologia braudeliana é importante para entender a seguinte passagem de Wong que resume por que, em sua opinião, a Revolução Industrial ocorreu na Europa e não na China.

A grande transformação econômica do capitalismo industrial foi integrar e expandir a produção e distribuição econômicas em escalas espaciais impensáveis antes [...] A industrialização acelerou a integração da vida material, da economia de mercado e do capitalismo em níveis impossíveis na era pré-industrial [...] A economia política europeia não gerou a industrialização, nem foi projetada deliberadamente para tal. Em vez disso, a economia política europeia criou um conjunto de instituições capaz de promover a industrialização uma vez que ela aparecesse. A economia política europeia não carregava [como a chinesa] preocupações com questões de equidade regional ou de classe, assim os europeus podiam ignorar os problemas econômicos de áreas não favorecidas pela industrialização e os problemas de diferenciação

de classe que preocupavam os pensadores confucionistas [...]

Os elementos chaves da experiência europeia são os seguintes: uma conexão entre expansão smithiana de mercado e industrialização e a conexão entre capitalismo e economia de mercado descrita por Braudel. O capitalismo de Braudel é a coleta de superlucros por ricos mercadores que evitam o controle das forças de mercado; capitalistas são aqueles atores capazes de invocar poder de monopólio e amealhar grandes quantidades de recursos com impunidade. A industrialização começou a conectar a economia de mercado e o capitalismo braudeliano no século XIX. A industrialização não se desenvolveu rapidamente dentro de uma economia política chinesa de império agrário por diversas razões. Uma foi uma falta de flexibilidade institucional, uma inabilidade em criar novas instituições econômicas facilmente. Em parte isto ocorreu porque as instituições comerciais que os chineses já tinham estabelecido funcionavam bem. A falta de superioridade inicial da indústria em produtos de consumo, em particular têxteis, queria dizer que havia pouco incentivo para desenvolver um quadro institucional alternativo. Outra questão era que, em áreas onde as novas indústrias não se sobrepunham às formas antigas de produção, como em novos armamentos e navegação, seu propósito concebido era fortalecer o estado. Já que a Europa nunca teve uma economia política agrária elaborada, não tinha nada a deslocar que se comparasse ao sistema chinês em escala e importância. Até o século XVIII a economia política chinesa atendia suas principais preocupações — mobilizar recursos suficientes e promover a estabilidade social — limitando conscientemente a extração fiscal e gastando recursos financeiros e energia burocrática em projetos para fortalecer a infraestrutura econômica e social do império. No século XIX, os desafios europeus criaram uma nova preocupação com riqueza e poder, similar a ansiedades mercantilistas europeias de épocas mais antigas. Os chineses agora enfrentavam o desafio de fortalecer o estado através de políticas que o ajudasse a aumentar sua riqueza e poder. A industrialização podia ser (e foi) utilizada para fortalecer o estado. Mas a industrialização não era vista como beneficiando a sociedade em geral. Numa economia política adaptada a um império agrário no qual os melhoramentos eram alcançados proporcionando às pessoas oportunidades para ganhar o que outros já usufruíam, onde condições equalizadoras na produção eram vistas como meios de promover

a expansão, a industrialização era vista como potencialmente perturbadora e subversiva, pois criaria disparidades regionais e promoveria diferenças de classe [...]

A despeito destas diferenças [com a Europa], a industrialização ocorreu na China do século XX, mas esta China já não era mais um império agrário. (Wong, 1997, p. 149-151)

Esta longa citação de Wong reflete suas considerações finais sobre a comparação econômica entre Europa e China em relação a suas condições de atingirem o estágio da Revolução Industrial. Para entendê-la, precisamos analisar por partes o diagnóstico que ele fez da constituição da sociedade e estado nessas duas partes do mundo. Antes de o fazermos, entretanto, eu gostaria de chamar a atenção para suas palavras finais nesta passagem acima: “A despeito destas diferenças [com a Europa], a industrialização ocorreu na China no século XX”. Uma afirmação aparentemente inocente e inócua, mas que enfatiza um ângulo teórico importante em Wong. Ele não faz uma análise meramente quantitativa das condições econômicas das duas regiões, mas também uma avaliação qualitativa destas. Após relativizar fortemente a diferenciação capital entre Europa e China em termos de condições de desenvolvimento produtivo e comercial nos séculos anteriores ao XIX, mostrando que a Europa só deu um pulo qualitativo à frente com a Revolução Industrial, Wong diz que a China levou, na verdade, apenas algumas décadas (menos de dez) para iniciar solidamente seu processo de industrialização em relação a várias das regiões da Europa (muitas das quais só o fizeram ao longo do século XIX). Se a China no final do século XX se revelava a economia mais dinâmica, em termos de crescimento econômico, do mundo, então esta vantagem europeia fica fortemente qualificada e mais restrita. Pode ser que um observador mais distanciado da cena, digamos no século XXII, vá olhar para os séculos todos atrás dele e ver a China como a grande estrela econômica do show e não a Europa, ou mesmo os EUA.

Mas vejamos agora, retrospectivamente, o que significavam as diferenças de *Weltanschauung* e de ideologia que Wong citou como importantes para entender os caminhos diferenciados de China e Europa em relação à Revolução Industrial.

Primeiramente, recapitulamos que Wong frisou que as dinâmicas smithianas de desenvolvimento protoindustrial eram semelhantes na

China e na Europa pré-Revolução Industrial. A China possuía alto grau de comercialização de sua agricultura e uma indústria (manufatureira) rural forte. A manufatura rural chinesa era bastante generalizada e incluía um forte componente de indústria doméstica, com significativo emprego de mão de obra feminina em trabalhos (especialmente de tecelagem) no lar. Alguns observadores, como Philip Huang, veem esse padrão de indústria rural chinesa entrando em um estado de “involução”, onde camponeses trabalhavam mais dias por ano e mais duro, mas os retornos de cada dia de trabalho eram declinantes. Wong discorda da avaliação de involução, pois esta era a situação também na Europa (trabalho mais duro e intenso, mas rendas per capita declinantes). Na verdade, Wong via esta situação como um equilíbrio precário, mas suficiente e autopropetante entre população crescente e recursos na China. Esse equilíbrio relativamente satisfatório (atingido, em parte, pela própria generalização da indústria têxtil caseira rural) podia representar um desestímulo à posterior industrialização, segundo Wong:

[...] A produção têxtil europeia se tornou crescentemente um fenômeno urbano durante o século XIX. Na China os lares camponeses competiram de forma bem sucedida com as fábricas modernas de tecelagem até a primeira metade do século XX. Kang Chao [...] argumentou que a produtividade do trabalho da tecelagem fabril era quatro vezes maior que a dos produtores artesanais, mas, ele suspeita, como os produtores artesanais trabalhavam por salários menores e os custos de produção eram mais baixos nos lares camponeses, os produtos artesanais eram competitivos. (Wong, 1997, p. 60)

Mas este aspecto técnico econômico não era a razão única. Wong dá um grande peso à formação estatal diferenciada entre China e Europa. Ele analisa a formação do estado nas duas regiões em termos de: desafios, capacidades, reivindicações e compromissos. (Wong, 1997, p. 82)

O principal *desafio* para os governantes europeus da época moderna era o fortalecimento de um poder real central, em constante fricção e negociação com outras camadas da elite como nobreza e clero, em um ambiente externo de constantes guerras com os vizinhos. Sua *capacidade* de governar foi expandida nos séculos XVI e XVII com o “desenvolvimento

de capacidades burocráticas de taxação e legislação [...] A guerra se tornou uma atividade fundamental [...] Organizados e comandados de acordo com novas regras e linhas de autoridade, os exércitos se tornaram uma das estruturas organizacionais inovadoras dos estados modernos bem-sucedidos. Para suportar estes exércitos, os estados foram obrigados a extrair novas rendas [...] Em troca de aquiescência a esta nova taxação, [nobres, clero e elites urbanas] fizeram suas próprias reivindicações de poder ao estado”. (Wong, 1997, p. 84) Este jogo de equilíbrio entre taxação e representação criou uma situação em que as *reivindicações* delinearam contornos mais nítidos entre estado (taxação) e sociedade (representação). O estado cresceu, mas com fronteiras definidas em redor. (Wong, 1997, p. 87) O estados europeus não assumiam muitos *compromissos* frente a sua sociedade, com os principais sendo estabelecer segurança, legislação e assumir um papel de mediador e negociador entre os diversos interesses. (Wong, 1997, p. 87-88)

Os desafios, capacidades, reivindicações e compromissos do estado chinês eram bem diferentes.

A primeira coisa a notar é que, enquanto o sistema de estados europeu foi fruto de muitas mutações ao longo dos séculos passando de uma forma imperial para formas de soberania parceladas e para grandes estados nacionais, a China formou-se como império agrário centralizado no século III a.C. (com o imperador Qin Shi Huangdi) e manteve essa dinâmica básica daí em diante, pontuada por fases mais descentralizadoras de guerras civis ou invasões. “Nenhuma das dinâmicas-chaves da formação do estado moderno europeu — guerra juntamente com expansão e centralização fiscal ou relações de autoridade variáveis entre governo real e soberania popular — eram cruciais para as dinâmicas do estado imperial chinês tardio”. (Wong, 1997, p. 101)

Vejamos por partes as características da formação estatal chinesa em termos de desafios, capacidades, reivindicações e compromissos.

[Desafios.] O desafio principal para os governantes chineses no segundo milênio de governo imperial não era [como na Europa] a criação de um estado radicalmente novo em competição com outros atores políticos [similares], mas sim a reprodução e transformação de um estado agrário, um estado que governava uma população cada vez maior em imensas porções de território-

rio. O estado chinês não era um entre muitas unidades políticas similares que tinha que se expandir para poder competir, como os estados europeus. A ordem doméstica na China se espalhava por uma área do tamanho da de muitos estados europeus juntos. Esta ordem dependia de um controle social efetivo, um entendimento que marcava os textos políticos clássicos bem como as classes políticas das dinastias precedentes. A escala do desafio colocado pela ordem doméstica não quer dizer que desafios estrangeiros não existissem. Os principais vinham [dos nômades das estepes ao norte...]

[**Capacidades.**] Em termos militares, o império chinês era fraco em comparação com vários grupos da fronteira da Ásia interior, incluindo os tibetanos do séc. VIII, os jurchen, khitans e mongóis do século XII e os manchus do séc. XVII [...] O desafio da fraqueza militar chinesa persistiu depois do colapso mongol. Mas, a despeito dessas fraquezas, ou talvez até como resposta a elas, o estado chinês foi bem-sucedido em criar uma configuração em suas relações internacionais que colocava os outros países em situação tributária, um status ritual confirmado pela apresentação do tributo, a doação de presentes pelos chineses aos emissários, e vários acordos de cronogramas de visitas regulares ao longo dos anos [...] O governo chinês procurava comprar a boa vontade de potenciais ameaças militares através de trocas em termos favoráveis. [...] Do ponto de vista chinês, o sistema de tributo dava conta do desafio de ordenar o mundo chinês com a China no centro [...] Quando os manchus estabeleceram a dinastia Qing, eles basearam sua estrutura governamental em grande medida no sistema burocrático da dinastia Ming anterior. Assim, a observação comum que a China podia ser conquistada, mas seu sistema permanecia intacto é importante para nós em um contexto comparativo, pois a China não era ameaçada por possibilidades frequentes de desmembramento ou incorporação como as que enfrentavam as unidades políticas europeias menores, ou mesmo as maiores, como a Polônia [...] As preocupações com ameaças militares estavam concentradas nas fronteiras, especialmente na fronteira norte. Mais preocupante era o desafio de manter a ordem interna [...] A administração civil da China, como as administrações civis em geral, estava voltada para a taxaço e manutenção da ordem doméstica. Na maior parte da história imperial, a principal fonte de renda eram os impostos sobre a terra. Ao contrário da Europa, nenhum grupo

institucionalizado de interesses [como nobres e clero com isenção fiscal, por exemplo] constrangia explicitamente as autoridades chinesas em seu trabalho de estabelecer impostos. Em vez disso, o nível das taxas era estabelecido por funcionários que acreditavam que uma taxa leve permitiria ao povo prosperar, e já que se acreditava que um povo próspero era crucial para a manutenção de um estado poderoso, o nível de taxa era mantido baixo [...] Demandas extraordinárias eram enfrentadas com uma combinação de taxas fundiárias extras, impostos comerciais e “contribuições”. Os mesmos funcionários locais que coletavam as taxas também promoviam a produção agrícola e armazenavam grãos para distribuição à população pobre na estação “magra” da primavera. Além de sua responsabilidade pelo bem-estar material, os funcionários das dinastias Ming e Qing tinham que organizar palestras didáticas para ilustrar o comportamento virtuoso e persuadir as pessoas comuns a viver de acordo com os preceitos confucianos [...] Entre as dinastias Tang e Song, o estado desistiu de tentar controlar a distribuição de terra e os assuntos de mercado diretamente. Após a dinastia Song, o estado simplificou a gerência da economia, trocando o controle direto por estratégias de influenciar indiretamente uma economia crescentemente controlada por interesses privados.

[Reivindicações.] O governo imperial chinês tardio não enfrentava poderosas elites que poderiam estabelecer reivindicações que legalmente limitassem as fronteiras de ação do estado. A destruição da elite aristocrática por volta de meados do séc. X significou que não havia desafios ao imperador por parte de elites com uma base de autoridade independente; a única nobreza que restou nas dinastias Ming e Qing era a parentela do imperador. Nem havia elites municipais com reivindicações de autonomia urbana. A elite imperial chinesa tardia era composta, em grande medida, de pessoas que tinham passado os exames do serviço civil, parte das quais entrava para o serviço do governo. Aqueles que não serviam no governo compartilhavam com os funcionários uma ideologia confucionista cultivada durante a preparação para os exames do serviço civil. Os portadores de diploma, tanto os oficiais como aqueles frequentemente chamados de *gentry* (que não eram parte do governo), juntamente com os mercadores e proprietários rurais ricos, formavam uma elite que compartilhava uma perspectiva de ordem social e de estado generalizada. As diferenças de opinião que existiam não se cris-

talizavam em classes sociais ou estados institucionalmente separados [...] As elites chinesas após 1000 d.C. não enfrentavam um estado agressivamente expansionista desenvolvendo novas instituições centrais e estratégias para fortalecer o poder estatal com uma fome cada vez maior de extrair rendas (a situação da maior parte das elites europeias após 1500). Assim, as elites chinesas tinham menos incentivo para demarcar fronteiras claras limitando o poder e autoridade do estado. A autoridade estatal era limitada na prática em termos de organização e recursos: o número de funcionários estatais era simplesmente pequeno demais para colocar uma ameaça constante e clara às elites e suas habilidades de seguirem sua agenda própria. Em termos de visão de ordem social e política local, essas agendas coincidiam em muitos pontos com a visão promovida pelo estado [...] Elites e funcionários estatais certamente discordavam ocasionalmente sobre a taxaço e as relações entre funcionários e elite locais não eram sempre amigáveis. Mas as tensões nunca se tornaram foco de reivindicações das elites para limitação formal do poder do estado. Em vez disso, funcionários e elites compartilhavam um conjunto de compromissos confucianos para com estratégias culturais específicas para criar ordem social e política.

[Compromissos.] Os compromissos ideológicos do estado chinês se desenvolveram de uma filosofia política que dava alta prioridade a manter o bem-estar [*welfare*] popular e associava governar com instruir o povo. A autoridade estatal repousava em um mandato dos céus revogável sob evidência de mau governo: inundações, fome, etc. Para evitar estes fenômenos, os funcionários eram motivados a intervir em assuntos econômicos e ecológicos [...] A ideologia de governo era moral, e isso implicava em formar o mundo mental camponês e sustentar seu bem-estar material. [...] Estes compromissos] diferiam em intenção e substância dos tipos de compromissos ideológicos desenvolvidos pelos estados europeus da época moderna. (Wong, 1997, 88-93)

Após descrever as principais características da formação estatal nas duas regiões em termos de desafios, capacidades, reivindicações e compromissos, Wong utilizará a metodologia que postula das *comparações simétricas*: examinará o processo de formação estatal chinês de uma perspectiva europeia e depois o sistema estatal europeu de uma perspectiva chinesa.

Formação Estatal na China de uma Perspectiva Europeia

A formação dos estados nacionais na Europa ocidental teve um número de características básicas. Reinhard Bendix [...] enfatiza a transformação das relações de autoridade quando a cidadania foi expandida e grandes burocracias criadas. Para Charles Tilly [...], a formação dos estados nacionais foi impulsionada pela guerra e pela extração fiscal. Nenhum desses dois grupos de processos — a disseminação da cidadania e a formação de burocracias ou a guerra e extração fiscal — parece ser imediatamente relevante para o sistema imperial chinês tardio, onde as relações de autoridade não sofreram mutação, a cidadania era um conceito estrangeiro, uma grande burocracia já existia há mais de mil anos, o estado chinês nunca foi apenas mais um entre vários estados similares competindo entre si. A saúde fiscal do estado chinês variou com o tempo; superávits no século XVIII precederam e sucederam períodos de necessidade extrema, mas as respostas às necessidades fiscais não foram causadoras de criação de poderes burocráticos radicalmente novos. Isto significa que não há nada digno de ser comparado? Absolutamente não. Bendix e Tilly levantam questões importantes que merecem ser consideradas em um contexto chinês. Tomando emprestado de Bendix, podemos nos perguntar como as relações de autoridade e poder determinaram a separação de estado e sociedade na China. Que tipos de reivindicações e compromissos formataram a divisão entre estado e sociedade? A partir de Tilly, podemos indagar entre outras coisas: quais eram as ameaças básicas à segurança do estado? Como difere a reprodução de um império agrário do processo de forjar estados nacionais sob condições de competição interestatal? Diferentes desafios e capacidades se desenvolvem porque as situações de um império agrário e de uma competição interestatal são tão diferentes?

As experiências de formação estatal na Europa definiram relações entre estado e sociedade [bastante claras e demarcadas [...]]. A dinâmica de formação e reprodução estatal chinesa não criou demarcações tão agudas entre estado e sociedade. Na verdade, a separação entre estado e sociedade em termos práticos diminuiu a partir do século XII quando os funcionários passaram

a contar cada vez mais com as elites locais para ajudá-los a implementar uma agenda comum na promoção de ordem doméstica, uma agenda que incluía persuasão social, vigilância e guerra. Se mudarmos para o assunto da guerra e extração fiscal, [...] os chineses tinham uma base de renda que não cresceu continuamente, mas flutuou de acordo com as necessidades. Estas necessidades foram mantidas sob controle após meados do século XII em parte por delegação, ora explícita, ora implícita, de responsabilidades políticas e fiscais às elites. O estado chinês pós-1500 enfrentava crises fiscais periódicas, muitas vezes originadas de campanhas militares, mas este problema não levou à geração de novos sistemas fiscais, como foi o caso da Europa pós-1500. Os problemas fiscais eram, de maneira geral, semelhantes no sentido que tanto na China quanto na Europa, as capacidades estatais de extrair renda eram frequentemente menores que as necessidades. Mas na Europa da Idade Moderna, o hiato era crônico [... enquanto na China] episodicamente crítico [... e] o estado central fazia suas reivindicações sobre os recursos sem obstrução [institucional] por outros atores. Tanto na China quanto na Europa, os estados tinham como objetivos levantar recursos, controlar seus súditos, e gerenciar as relações com os grupos fora das fronteiras. Mas estas funções básicas, em situações históricas diferentes, criaram configurações distintas de desafios e capacidades políticas e diferentes misturas de reivindicações e compromissos. A política chinesa não desenvolveu as instituições representativas da política europeia nem o sistema básico de competição interestatal. Portanto, não é de se esperar que apareçam na China as feições do processo de formação estatal ocidental mais intimamente associadas a estes aspectos ideológicos e institucionais particulares da história europeia. A reprodução de um império agrário era um processo impulsionado por uma lógica política diferente [...] Se tomarmos os casos europeus como norma, muito da história chinesa imperial tardia se tornará irrelevante, pois não se relaciona com questões de representação política, guerra e expansão fiscal. O que acontece quando olhamos para os desenvolvimentos europeus de uma perspectiva chinesa? (Wong, 1997, p. 93-95)

Uma Perspectiva Chinesa sobre a Formação Estatal na Europa

[Os governantes chineses elaboraram estratégias de governo] focadas em técnicas de controle social doméstico. A ordem social ideal era uma sociedade agrária estabelecida, mas a ordem social funcionava tanto nas cidades quanto no campo [...] Os funcionários estatais compartilhavam com as elites um entendimento confucionista comum da importância da doutrinação moral e do bem-estar material para um governo bem-sucedido [...] Tomando a instrução moral como um aspecto básico de governo, o estado chinês almejava formar a educação tanto da elite quanto das pessoas comuns. Para aspirantes a funcionários do governo, o estudo dos clássicos, dos comentários, e das histórias formava o cerne de um currículo ensinado em escolas patrocinadas tanto pelo governo quanto pelas elites. Como preparação para uma série de exames, o conteúdo dos quais era definido pelos funcionários estatais, a educação da elite criava uma visão de mundo que ligava estado e elite. As elites tinham, é claro, ideias e interesses fora do sistema de exames; as elites podiam, por exemplo, perseguir seus interesses em poesia ou budismo sem necessariamente estar desafiando as expectativas estatais sobre as crenças das elites [...] Para formar as crenças populares e reduzir o apelo do pensamento heterodoxo, o estado promovia palestras públicas das pessoas educadas locais, que explicavam as virtudes do comportamento confuciano apropriado [...] Os estados europeus da baixa Idade Média e da Idade Moderna eram menos diretamente responsáveis pela educação e, portanto, chegavam ao povo em menor grau. O esforço chinês de atingir as mentes e corações dos camponeses contrastava com os estados europeus, que deixavam tais assuntos para as autoridades religiosas.

Nós consideramos “moderno” o estado se envolver em educação e moldar as crenças do povo. Os estados europeus começaram esses esforços [apenas] no século XIX [...] De um ponto de vista chinês, a falta de preocupação com a educação e doutrinação moral na Europa da Idade Moderna constituía uma limitação básica do governo europeu, não menos importante que a ausência de instituições políticas representativas na Europa. Quando nos viramos para questões de bem-estar [*welfare*] ma-

terial, encontramos uma tradição de intervenção em questões de subsistência na China que apequena os esforços dos governos europeus em relação às inseguranças das economias agrárias. Na dinastia Han, a criação de uma classe de camponeses autossuficientes a quem a terra era distribuída pelo estado significou a criação de um grupo de pessoas que podiam pagar impostos ao estado. Por volta de 1100 d.C., a doação direta de terras aos camponeses não tinha mais o papel central anterior, mas os funcionários continuavam a ponderar sobre esquemas de distribuição de terra, reconhecendo que a generalização da propriedade camponesa era a fundação de uma ordem social agrária estável. Para este fim, o estado imperial tardio promoveu o estabelecimento de camponeses em novas terras e a expansão das fronteiras chinesas [...] Em termos mais gerais, as preocupações do estado com o bem-estar material mudou da produção para o consumo [...] Durante a dinastia Qing um sofisticado sistema de gerenciamento do suprimento alimentar foi criado, no qual o governo central coletava informações sobre preços dos grãos, condições meteorológicas e chuva de funcionários locais a fim de prever onde poderia ocorrer escassez de comida no império e reagir às dificuldades quando aparecessem. A peça central [...] era um sistema de silos de armazenamento com capacidade para armazenar milhões de toneladas de grãos. Situados principalmente em pequenas localidades com mercado, os silos de armazenamento representavam um compromisso oficial com o bem-estar material bem além de qualquer coisa imaginável de se alcançar na Europa [...]

Na Europa, o gerenciamento do suprimento de gêneros alimentícios esteve tradicionalmente nas mãos das autoridades políticas locais até que o impulso centralizador da formação dos estados modernos impelisse os governos centrais à adjucação das reivindicações competitivas dos consumidores locais, mercados de longa distância, e consumidores urbanos. Tais intervenções que começaram a ser feitas após a década de 1520 foram inspiradas em doutrinas e práticas religiosas. Mas, mesmo com motivações cristãs, os governos europeus nunca criaram nem mesmo redes modestas de silos de armazenamento para proteção contra anos de má colheita [...] A falta de assistência atingia principalmente os camponeses [...] Uma comparação das maneiras como os estados europeus e chinês afetavam as necessidades mais imediatas e básicas do povo, sugere que, apesar dos

crescentes esforços dos estados europeus da Idade Moderna, em importantes aspectos seus esforços continuavam mais limitados que os esforços chineses da mesma época. Esta deficiência europeia tem a ver com a agenda e preocupações dos estados europeus. Meios materiais de controle eram importantes na China muito antes que se tornassem elementos do *welfare state* ocidental moderno. Pensar esforços estatais para o bem-estar popular como práticas políticas recentes faz sentido apenas se nos limitarmos aos casos ocidentais [...]

A ordem social na China também significava coerção política. A ameaça de coerção estava por trás das atividades do estado para registrar a população e encorajar as pessoas a delatar comportamento suspeito de seus vizinhos [...] Para manter um controle da população, os chineses registravam os lares de duas maneiras. Os lares eram registrados para propósitos de taxação fundiária. Depois de 1100 d.C. eles também foram registrados periodicamente pra criar grupos de lares mutuamente responsáveis pelo comportamento uns dos outros (*baojia*) [...]

As relações de parentesco tinham um papel maior ainda no controle coercitivo. Um grupo extenso de parentesco que traçava suas origens a um ancestral masculino comum formava uma *linhagem*. Como um grupo corporativo, uma linhagem mantinha regras de pertencimento que lhe permitiam expulsar indivíduos por comportamento impróprio. Ser cortado da linhagem significava experimentar ostracismo social [...] As linhagens também tinham algum papel no bem-estar material, visto que era esperado das elites dentro de uma linhagem que apoiassem os membros mais pobres da linhagem em tempos de dificuldades [...]

A sociedade europeia não tinha redes de parentesco funcionando em estilo corporativo. A gama de estratégias que grupos de parentesco podiam seguir na China para a reprodução da ordem social inexistia, portanto. Em relação ao controle coercitivo em si, os estados europeus diferiam sobre que níveis do governo podiam exercer jurisdição sobre que tipos de crimes e os padrões eram sempre focados no indivíduo. A formação dos estados nacionais incluiu a centralização de muitas formas de controle coercitivo exercido sobre os indivíduos. Portanto, os estados europeus, como o governo central chinês, finalmente desenvolveram maior controle sobre punições para crimes, mas alcançaram isso sem as instituições básicas do governo imperial tardio. No cerne do controle social coercitivo chinês estava

o pressuposto de que o governo deveria ter capacidade para saber de qualquer fonte de desvio ou ameaça potencial (mesmo que na prática isso não fosse alcançado totalmente). Esta suposição não reconhecia qualificações de direitos individuais ou de privilégios de estados ou classes [...] O objetivo chinês de vigilância parece perturbadoramente similar aos esforços políticos contemporâneos de controle [generalizado...]

Os estados europeus não podiam cooptar as elites com a mesma facilidade que o estado chinês podia [...] Flanqueados por aristocracias e pela igreja, os estadistas europeus eram constrangidos por reivindicações colocadas a eles por outros atores e limitados em suas próprias capacidades organizacionais.

Observando a formação dos estados europeus na Idade Moderna de uma perspectiva chinesa, encontramos poucas evidências de diversas características básicas do caso chinês. Estas características ausentes no caso europeu — preocupação profunda com a educação e moralidade da elite e da população; promoção ativa do bem-estar material, especialmente dos pobres e camponeses; curiosidade invasiva sobre comportamento potencialmente subversivo — somente apareceram séculos após seu surgimento na China [... Nesse sentido, algumas] ideias e instituições que são especificamente “modernas” no Ocidente, simplesmente não são “modernas” na China. Observando algumas das ausências anteriores na formação estatal europeia de uma perspectiva chinesa nos ajuda a perceber quão recentemente alguns dos traços que nós normalmente chamamos de “modernos” apareceram na Europa. (Wong, 1997, p. 95-101)

Após realizar estas comparações simétricas, Wong resume assim seus principais pontos.

A formação estatal europeia está embebida em uma combinação particular de instituições e ideologias bem distintas da combinação de instituições e ideologias que tornou possível a reprodução e transformação do império agrário na China. Na Europa da Idade Moderna dois desafios principais afrontavam os governantes centrais potenciais. Externamente competiam com outros governantes centrais potenciais, frequentemente em termos bélicos; domesticamente negociavam com grupos distintos e delimitados da elite que desenvolveram suas próprias reivindicações ao estado ao mesmo tempo em que o esta-

do expandia suas capacidades de extrair recursos e fazer guerra. Os estados europeus não assumiam muitos compromissos com seus súditos. Em vez disso, as dinâmicas reivindicatórias das elites se generalizaram à medida que ideologias e instituições de liberdade e representação eram compartilhadas por um número cada vez maior de pessoas. Ao longo deste processo, a expansão do poder estatal foi acompanhada de uma crescentemente clara separação entre o domínio estatal e a sociedade civil.

Na China imperial tardia, o estado enfrentava grandes desafios. Externamente, o governo almejava realçar sua estatura e segurança *vis-à-vis* os povos nômades e seminômades ao norte e as sociedades sedentárias menores no sudoeste e no além-mar. O império criou uma ordem sinocêntrica do mundo que os governantes e outros povos toleravam por uma de três razões: (1) eles eram militarmente fracos demais para resisti-la; (2) ganhavam benefícios materiais e simbólicos do sistema de tributo; ou (3) eram pouco afetados pelas pretensões do império chinês à ordem mundial. Domesticamente o governo enfrentava desafios mais difíceis centrados na construção e manutenção de uma ordem social sob controle estatal. O estado chinês desenvolveu capacidades burocráticas para criar uma forma unitária de governo, na qual a hierarquia dos funcionários estatais era responsável por implementar a agenda estatal de ordem doméstica. O sucesso do trabalho destes funcionários dependia dos esforços e recursos das elites que compartilhavam suas sensibilidades sociais. Os funcionários e as elites assumiam conjuntamente compromissos frente ao povo comum, expressando sua disponibilidade e habilidade para criar e manter instituições materiais e morais da ordem social que, em troca, lhes proporcionavam os meios de controle social. Ao contrário de seus correspondentes europeus, nem as elites nem o povo comum na China usufruíam de posições institucionalizadas de poder autônomo de onde pudessem estabelecer reivindicações ao estado como contrapeso à sua crescente expansão. Mas o estado chinês também não expandia seu poder à custa da elite; em vez disso, trabalhava em concerto com elas [...] Quando comparamos capacidades concretas de fazer tarefas particulares, descobrimos que o estado imperial chinês tardio às vezes tinha desempenho melhor que os estados europeus da Idade Moderna. Os estados europeus não tinham a habilidade para expandir a taxação de suas populações agrárias porque as reivindicações das elites sobre a terra impediam os governos de estabelecer grandes reivindicações próprias sobre ela. Os governos europeus também não podiam enumerar suas populações.

Finalmente, antes do século XIX nenhum estado europeu poderia imaginar tentar formatar a opinião social e as práticas culturais. Os chineses tinham rotineiramente taxado sua população de uma maneira burocrática organizada desde o séc. III a.C. Os registros populacionais e as enumerações também começaram há dois milênios. No século XVIII os registros populacionais eram feitos no país inteiro, enquanto que na Europa apenas a Igreja mantinha dados demográficos. As religiões altamente institucionalizadas da Europa também definiam a ortodoxia das crenças, o que era feito pelo estado na China [...]

Na Europa a separação entre estado e sociedade, a elaboração de níveis funcionalmente distintos e institucionalmente independentes no governo, a construção de organizações dentro da sociedade, e a formação de teorias representativas de governo se formaram de uma situação inicial na qual os governantes centralizadores tentavam expandir suas capacidades e negociavam com as elites para tal. Esta relação básica não apareceu na China [...] Lá funcionários e elites compartilhavam de compromissos comuns em relação à ordem doméstica que produziam um *continuum* entre o estado e a sociedade, limitavam a institucionalização de diferentes grupos dentro da sociedade e reforçavam as preferências políticas por um estado unitário verticalmente integrado com uma visão fractal de estado que podia sobreviver a colapsos do poder do governo central. Pensar que apenas uma dessas dinâmicas pode conduzir a relações estado-sociedade “modernas” faz sentido apenas se uma delas deslocar a outra completamente em algum ponto no tempo. (Wong, 1997, p. 281-283)

Conclusão

Wong, neste livro, cria uma metodologia de comparações simétricas. Para evitar os desequilíbrios de uma visão eurocêntrica da China, ele propõe uma visão chinesa da história europeia, de modo que tal visão comparativa mais balanceada possa oferecer *insights* e possibilidades alternativas de olhar. Com isso, ele constata que as possibilidades para a modernidade são múltiplas e o caminho ocidental, apesar de ter sido marcante, não é o único. Relativiza também fortemente a importância desse pioneirismo, demonstrando que até a Revolução Industrial se espalhar minimamente na Europa (isto é, até o século XIX) as dife-

renças entre as dinâmicas da economia chinesa e europeia não eram tão radicais quanto usualmente suposto, ambas dentro do quadro de crescimento smithiano. Assim, o grande pulo da Europa à frente veio ao longo do século XIX quando esta se industrializou antes da China. Mas Wong aponta para o fato de que a China também se industrializou algumas décadas depois, no século XX. Se no final do século XX a China está com uma dinâmica econômica mais forte que a Ocidental (em termos de crescimento econômico), já sendo uma das maiores economias do mundo, isto reduz a “vantagem” europeia a uma dimensão relativamente pequena na escala de existência do estado chinês.

Independentemente dos resultados deste quadro econômico competitivo, Wong chama a atenção que o propósito principal de seu livro é metodológico: propor um método mais simétrico que forneça visões alternativas do desenvolvimento das duas regiões, sem descartar, inclusive, *insights* frutíferos que possam advir de uma visão europeia da China.

2.4. *Lost Modernities* de Alexander Woodside

Quando analisamos anteriormente a obra de Roy Bin Wong, vimos como ele encontrou elementos de modernidade na China de antes da Idade “Moderna”. Aproveitaremos este gancho para traçarmos um breve paralelo com outra obra que leva este conceito da possibilidade de múltiplas modernidades a um nível elevado. Trata-se do livro *Lost Modernities: China, Vietnam, Korea, and the Hazards of World History* de Alexander Woodside (2006).¹⁰ O autor o faz analisando os estados burocráticos confucianos do leste da Ásia que, segundo ele, tinham várias características modernas embutidas em si.

Neste livro eu proponho que os processos de racionalização que encaramos como modernos são mais múltiplos que normalmente se pensa. Podem ocorrer independentemente uns dos outros, como uma multiplicidade de desenvolvimentos; em alguns casos separadamente dos óbvios marcos do crescimento do capitalismo ou da industrialização. Para defender esta proposição, reconsiderarei um elemento comum na história da China, Coreia e Vietnã, iniciado na época da dinastia chinesa Tang (618-907 d.C.) [...]: a ascensão de burocracias embrionárias baseadas em regras claras, com pessoal obtido, pelo menos formalmente, de forma não hereditária, através de concursos meritocráticos para o serviço público. (Woodside, 2006, p. 1)

Woodside considera que o mandarinato chinês, emulado na Coreia e Vietnã, tinha características surpreendentemente modernas, já que se tratava de uma ordem burocrática baseada em regras formalmente racionais e impessoais dentro do contexto de um país que tinha conseguido uma forma de governo centralizado pós-feudal no século III a.C. que

¹⁰ Agradecemos à Harvard University Press a permissão para reproduzirmos passagens selecionadas de *Lost Modernities*. Recomendamos ao público a leitura do original completo. [“Reprinted by permission of the Publisher of LOST MODERNITIES: CHINA, VIETNAM, KOREA AND THE HAZARDS OF WORLD HISTORY by Alexander Woodside, pp. 1-14, 18, 26, 27, 32-33, 56-57, 58-59, 60, 61, 64, 66-67, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, Copyright © 2006 by the President and Fellows of Harvard College.”]

a Europa só conseguiria mais de mil anos depois, após a Idade Média. A descrição que Woodside faz dos próprios concursos públicos para o mandarinato mostra vários desses elementos modernos *avant la lettre*:

Os locais dos concursos se tornaram eles mesmos espetáculos públicos. Na China, no século XVIII, o local do concurso de Jiangnan [...] acomodava mais de 16 mil estudantes. Estes locais relembra-
vam as pessoas da importância da mensuração competitiva do talento administrativo, algo como os estádios de futebol atuais nos lembram da empolgação da competição esportiva [...] No século XV, por exemplo, as respostas dos candidatos nos exames para o serviço público coreano passavam pelas mãos de inspetores, encarregados de registro, encarregados de verificar a ordem das folhas, e leitores, cujas funções eram assegurar que os nomes dos candidatos não fossem vistos pelos que corrigiam as provas, que suas respostas fossem recopiadas de modo que sua caligrafia não pudesse ser reconhecida, e que muitos examinadores, não apenas um, avaliassem a performance do candidato. Nem os exames para as universidades ocidentais contemporâneas contemplam tantas precauções com procedimentos de transparência [...] É um excesso, sem dúvida, escrever, como fez um historiador britânico, que os concursos da Ásia oriental foram os “precursores da obsessão americana corrente, a exaltação do PhD”. Mas uma clarificação do lugar dos mandarinatos da Ásia oriental na história mundial é essencial para a crítica de falsas formas de fantasia revolucionária que exageram as diferenças entre os mundos “tradicionais” e “modernos”. (Woodside, 2006, p. 2-3)

Woodside (assim como Roy Bin Wong) se insere na corrente de uma nova (variada e heterogênea) literatura de “modernidades múltiplas” ou “modernidades alternativas” (e.g, Gaonkar, 2001; Sachsenmeier, Riedel & Eisenstadt, 2002; Eisenstadt, 2002; Reis & Rolland, 2008), que procura fugir do paradigma tradicional que praticamente identifica modernidade com *ocidentalização*, no sentido de que ser moderno significa seguir os passos de industrialização, urbanização, secularização, racionalização e especialização que marcaram a passagem do Ocidente para esta nova era.

Modernidade (no singular) é um conceito dúbio [...] Um foco em modernidade pode hipersimplificar (senão suprimir) o tempo vi-

vido historicamente. Pode ignorar a história dos “perdedores” e os vários modos, legítimos ou ilegítimos, de resistência ao poder [...] “Modernidades” (no plural), em contraste, nos permite começar a descobrir tradições de racionalidade discursiva que a noção singular mais tosca de modernidade obscurece; ou, pelo menos, nos permite acabar com usos do termo moderno no singular que meramente camuflam o caráter historicamente auto-centrado de uma civilização. (Woodside, 2006, p. 9)

Woodside mostrará que, *malgré* Max Weber, fortes elementos de racionalidade e impessoalidade do tipo que pode ser considerado moderno, eram encontrados na burocracia confuciana daquela parte da Ásia. Mesmo vários dos problemas e ansiedades desses regimes, normalmente considerados como sinais de atraso na literatura de modernização ocidental, por vezes denotam ansiedade, dubiedades e problemas que confrontam os regimes modernos atuais. Woodside descreve assim um dos principais problemas estruturais desses estados burocráticos confucionistas:

Os concursos e os governos dependentes deles deram às comunidades políticas chinesa, vietnamita e coreana pré-industriais personalidades duplas. As narrativas essencialistas de suas histórias políticas perdem de vista sua síntese precária de elementos incompletamente compatíveis. Por um lado, havia uma ênfase em utilidade administrativa, confiança na autoridade invisível, não familiar (como a dos examinadores dos concursos). Por outro, havia a fé na virtude confuciana, não na utilidade; e a supremacia ética não da autoridade invisível, mas das hierarquias de parentesco, ou simulações de hierarquias de parentesco. Sistemas de múltiplos valores, variando de indivíduo para indivíduo em grau de aceitação, devem ter criado certo nível de ambivalência normativa, mesmo se tanto ajudassem quanto atrapalhassem a estabilidade política. Mesmo assim, o pluralismo — significando aqui uma coexistência competitiva de diferentes valores e instituições, na qual nenhum se pode impor à completa exclusão dos outros — era considerado por pensadores europeus do século XIX (de Guizot a Tocqueville e além) ser monopólio do que consideravam a única civilização progressista do mundo, isto é, a Europa. (Woodside, 2006, p. 3)

Woodside afirma, então, que tentará fazer em relação à Ásia o que o jurista Harold Berman fez em relação à Europa e o Ocidente: jogar para trás no tempo a noção de modernidade.

O termo “moderno” estava fatalmente comprometido pelo seu provincialismo desde o início. O termo aparentemente emergiu no latim escrito tardio. No século IX os europeus o estavam aplicando à era de Carlos Magno, como maneira de contrastar o governo de Carlos Magno na Europa ocidental com a “antiguidade” tanto dos escritores pagãos quanto dos pais fundadores da Igreja. Entretanto, comparado com o império de Carlos Magno, a dinastia Tang na China (e provavelmente também o império Angkor cambojano) era naquela época discutivelmente mais moderno — no sentido em que entendemos a palavra — em termos de capacidades do estado e de administração política. O antídoto extremo para este provincialismo tem sido afirmar, nas palavras do acadêmico francês Bruno Latour, que “nós nunca realmente fomos modernos” [...] Um estágio intermediário entre estes dois extremos poderia ser seguir a pista do historiador jurídico Harold J. Berman. O livro de 1983 de Berman [*Law and Revolution: the formation of the Western Legal Tradition*], sobre a formação da tradição legal ocidental, nos estimulava a ir “além de Marx e Weber” e superar as falácias dos vários nacionalismos ocidentais, preconceitos religiosos, materialismos históricos e análises do tipo-ideal do século XIX, reescrevendo nosso passado. Especificamente, Berman arrostou protestantes e marxistas ao argumentar que a modernização dos sistemas legais ocidentais se iniciou realmente com a revolução papal no direito canônico dos séculos XI ao XIII, bem antes do capitalismo e industrialismo. Nossa ultrassimplificada genealogia do que significava ser moderno na história ocidental, portanto, teria que ser revisada, procurando “características modernas no que era geralmente considerado uma época pré-moderna”. Se o exercício de Berman vale a pena para a história ocidental, também vale a pena fazê-lo para a história asiática. Este é o propósito deste livro. (Woodside, 2006, p. 3-4)

A maneira como Woodside fará isso não é por uma listagem unilateral de características modernas dos três mandarinatos, em uma visão romantizada de sua modernidade, mas sim mostrando também seus problemas e dilemas e como esses problemas e dilemas algumas vezes deno-

tam preocupações e limitações de caráter moderno, junto com o resto da bagagem pré-moderna que eles, como outros regimes (alguns inclusive do Ocidente até pouco tempo) têm.

É claro que as monarquias dos mandarinatos eram palpavelmente pré-modernas de muitas maneiras, por exemplo, no parasitismo das famílias reais, especialmente na China (O Grande Secretário Ming Xu Guagqi calculou no início do século XVII que havia cerca de 80 mil parentes vivos da casa dinástica Ming que governava a China desde 1368; todos com direitos a estípidios do estado). Tal parasitismo era sério e irritava os “aristogênicos” servidores públicos que tinham uma forte nostalgia feudal, e uma tendência queixosa de contrastar sua própria incapacidade de mobilizar o que eles consideravam suas linhas de parentesco patrilineares completas com a capacidade maior da casa real de fazer o mesmo, isso para não se mencionar a capacidade legendaria dos senhores feudais hereditários das épocas antigas. Mas o estado europeu que inspirou a imagem que Max Weber tinha do racionalismo burocrático moderno — sua própria Alemanha guilhermina — foi dominado, antes da Primeira Guerra Mundial, por uma monarquia e uma casta guerreira que poderia igualmente ser descrita como arcaica ou não moderna [...]

Se os mandarinatos da Ásia oriental tivessem sido “feudais” como às vezes são descritos — no sentido de ter um paralelismo ou correspondência hereditária forte entre parentesco, recompensas econômicas e poder político se estendendo das cortes para as aldeias — um dos problemas centrais de sua teoria política, a debilidade de comunicações entre “alto” e “baixo”, ou governantes e governados, seria difícil de explicar. Esta era uma questão burocrática: os monarcas dos mandarinatos governavam principalmente através de textos compostos para eles pelos mandarins, mais do que através de meios mais pessoais (e talvez mais feudais) de contato humano persuasivo [...]

A desfeudalização limitada precoce dessas três sociedades asiáticas que mantinham o sistema de concursos era, de fato, parte da história da razão humana, de uma tentativa de aplicar o pensamento supostamente racional à política e economia. Como tal, o tópico não pode ser discutido de maneira inteiramente triunfalista. Um tipo diferente de história é necessário, no qual o foco será direcionado tanto às vulnerabilidades do experimento quanto às suas realizações, tanto ao magnetismo do ideal quan-

to às pressões ao longo dos séculos para abandoná-lo [...] O esforço, em si mesmo, foi um grande “pulo no escuro” (para usar a expressão dos líderes conservadores britânicos de um século e meio atrás para caracterizar a extensão do direito de voto), e tanto seus medos quanto sua empolgação devem ser captados. Pensadores ocidentais, como Maquiavel e Pascal, viam os perigos de um poder baseado no mérito em termos simples de ressentimentos dos excluídos; a teoria política do mandarinato, por muitos séculos, escrutinou também a autossubversão das elites meritocráticas de dentro.

O resultado é que grande parte das teorias contemporâneas ocidentais de administração pública funciona como uma câmara de eco inconscientes de questões e controvérsias que, em linguagem própria, foram exploradas nos mandarinatos muito tempo atrás. Os especialistas ocidentais em administração pública dissecam o que chamam de “paradoxo da responsabilidade burocrática” [*bureaucratic accountability paradox*]. Os servidores públicos pós-feudais são, por um lado, meros instrumentos da autoridade política maior, epitomando como tais o perigo de uma deficiência de responsabilidade pessoal pelo que fazem; por outro, são participantes ativos no processo de formação de políticas, epitomando o perigo de uma usurpação da autoridade política maior pelo seu próprio comportamento subjetivo [...] Os mandarins asiáticos, obrigados a trabalhar com uma visão de mundo confuciana mais moralista, discutiam esse problema em termos de dificuldade de criar maior “autoestima” entre os funcionários do governo, ou dificuldade de alimentar (de fora) um sentido de “vergonha” entre os funcionários do baixo escalão. Mas os rudimentos da teoria do paradoxo da responsabilidade estavam lá, já na dinastia Ming, senão antes. (Woodside, 2006, p. 5-7)

Woodside analisará, então, estes elementos de modernidade *avant la lettre* nos três mandarinatos com esta abordagem heterodoxa: não apenas mostrando seus elementos claramente modernos, mas mostrando também que vários dos problemas e dilemas deste mandarinato, em vez de serem elementos pré-modernos ou antimodernos, na verdade prefiguram alguns problemas e dilemas do mundo burocrático moderno ocidental posterior.

No capítulo 2, eu argumento que os mandarinatos anteciparam

vários perigos da meritocracia com os quais a experiência ocidental tem se confrontado mais recentemente. Estes incluíam os perigos relacionados às instabilidades do poder administrativo impessoal baseado em textos escritos. Também incluíam perigos relacionados com formas pós-feudais de criação de autoestima na elite que vinham cada vez menos de dentro (satisfação interior com o fato de incorporar de forma bem sucedida virtudes heróicas ou aristocráticas) e cada vez mais de fora (em um ambiente em que a ética de status ou classe não é mais pré-ordenada, as técnicas estatais de estímulo, como melhores salários, se tornam mais importantes). E incluíam os riscos de que as ordens políticas baseadas em burocracias de mérito pudessem ter capacidade mais fraca de mobilizar os seus povos para os objetivos públicos que os regimes baseados em uma ética de serviço feudal ou (mais recentemente) em patriotismo de massa.

No capítulo 3, argumentarei que os três mandarinos perseguem objetivos de bem-estar social (*welfare goals*), como minoração da pobreza e maior equalização da posse de terra. Entretanto, em sua conversão (em estilo bem moderno) de problemas políticos (como a pobreza) em preocupações administrativas, corriam o risco de permitir que objetivos administrativos se transformassem em fins descontextualizados em si mesmos, contribuindo para uma disjunção entre administradores e administrados, e a graus significativos de apatia pública. Todos os três mandarinos tentaram superar a apatia e revitalizar o comportamento político local de maneiras aceitáveis, tal como a fórmula neoconfuciana do “pacto de aldeia”. Estas são contrastadas com as formas artificiais de criação de comunidade da Europa do início da Idade Moderna. (Woodside, 2006, p. 8-9)

A Terceira Revolução

Woodside começa por explorar uma imagem revolucionária dos regimes burocráticos modernos, a partir de Harold Perkins

A modernidade certamente envolve um terceiro projeto, ou mesmo o que Harold Perkins dramatizou como a “Terceira Revolução” mundial, depois da Primeira Revolução ([Neolítica] com o surgimento da agricultura sedentária com superávits de

comida) e da Segunda Revolução (industrial). A terceira modernidade é a substituição de aristocracias por elites profissionais que não são necessariamente nem terratenentes nem capitalistas, mas que são funcionários profissionais com comando de conhecimentos, cujas hierarquias são criadas por competição pública [...] Os mandarinatos pré-industriais do leste da Ásia mal exemplificam todas as características das “classes profissionais” de Harold Perkin. Mas eles antecipam o suficiente delas para levantar questões sobre a estreiteza das genealogias do moderno que os omitem. (Woodside, 2006, p. 18)

Woodside vê as origens da burocracia na China nascendo também da crescente complexificação das tarefas de administração de um império em crescimento.

Concursos para o serviço público de algum tipo existiam na China no século VII, e nos séculos VIII e XI, respectivamente na Coreia e Vietnã [...] O nascimento da democracia ateniense, visto por alguns como o começo do politicamente moderno na Europa, foi causado, como sugerem alguns autores, não apenas pelo apelo residual da ideia democrática grega, mas também pela expansão do império ateniense. As tarefas do império, especialmente as relacionadas com as ambições navais, esgotaram as possibilidades da oligarquia ateniense existente e a compeliram a compartilhar o poder com os plebeus. Em uma escala bem maior, este argumento pode ser aplicado à China nos mil anos após a extraordinária façanha da unificação política chinesa. O apelo do ideal pré-imperial asiático oriental de valores políticos foi institucionalizado em concursos escritos à medida que a pura magnitude das tarefas de governar um estado tão enorme, e a magnitude da tarefa de preservar sua unidade, mesmo em nível de elite, superou a capacidade de qualquer forma concebível de poder hereditário. Os concursos criaram os necessários reflexos novos de realização política, sobre um espaço tão vasto, de uma maneira que faria inveja aos funcionários da União Europeia contemporânea. (Woodside, 2006, p. 26-27)

Woodside também criticará a divisão de Max Weber das burocracias em modernas e pré-modernas e a inclusão da China entre as últimas.

[...] Os concursos dos mandarinos anteciparam as normas de recrutamento dos serviços públicos do Ocidente industrial e pós-industrial em um impressionante número de maneiras. Eles santificaram a competição pública, por concurso, para os cargos governamentais, dos quais ligações particulares e compadrismo estavam rigorosamente excluídos (ao ponto de haver patrulhas militares nos locais de exame e os examinadores serem impedidos de conhecer o nome dos titulares das provas; precauções bem menos desenvolvidas no Ocidente mesmo na época atual). Estabeleceram uma relação clara entre níveis dos exames e tipo de posto no governo. E aplicaram ação afirmativa para assegurar que as minorias em desvantagem (mas não mulheres) pudessem participar como em 1777, quando Beijing deu aos estudantes das terras das fronteiras nos exames regionais um período de anistia de trinta anos até poderem adquirir os tons de voz do “Domínio Central” necessários para entender os exames de poesia, ou no início do século XIX no Vietnã, onde minorias étnicas receberam admissão privilegiada nas escolas preparatórias para os exames. Face a face com esta aparente confusão no tempo desenvolvimentista da Ásia oriental, Max Weber piscou. Ou melhor, preferiu tanto ver quanto não ver. Escrevendo sobre os funcionários-literatos confucianos, Weber diferenciou a China imperial da Europa feudal de consciência hereditária. Escreveu que na China a estranhos de níveis desconhecidos se pergunta quantos exames ele fez, não (como na Europa) quantos ancestrais de que certo tipo social ele tem. (Na época em que Weber escreveu, o mundo alemão, de sua alta nobreza até a *gentry* Junker, ainda preservava uma forte aura feudal; na Prússia, 83% dos prefeitos de província eram nobres de nascimento em 1914, a despeito de receberem treinamento em serviço público.) Mesmo assim, na mesma discussão, Weber bizarramente comparou o *impeachment* de funcionários chineses pelos censores governamentais não à vigilância de uma burocracia moderna sobre seus membros, mas à insistência do clero católico medieval na confissão de pecados (um paralelo mais religioso e menos moderno). Para Weber, os mandarinos estavam tanto dentro quanto fora do tempo moderno. Eles exemplificavam uma dupla existência, ou mesmo (para adaptar um velho termo de Ernst Kantorowicz) uma verdade dupla, sendo eternamente não modernos em sua essência, mas ocasionalmente modernos em suas disposições [...]

O que as versões iniciais desta controvérsia revelam? A China

da dinastia Tang no século VII não era mais completamente meritocrática do que a Inglaterra do século XIX era democrática. Mas, assim como a ideia de democracia já estava implicada na política inglesa do início do século XIX, a ideia da “Terceira Revolução” mundial — a ascensão de burocracias profissionais pós-feudais — também já afetava a política chinesa no período Tang. (Woodside, 2006, p. 32-33)

Woodside vai aprofundar esta ideia da modernidade precoce da China em relação à ideia do estado de bem-estar social (*welfare state*). O *welfare state* é tradicionalmente considerado um conceito recente, da época do capitalismo tardio. Entretanto Woodside vai argumentar (assim como Roy Bin Wong) que o funcionamento do estado imperial chinês incluía elementos de uma concepção de *welfare state* em suas políticas públicas.

A despeito dos problemas com funcionários dos mandarinos e os riscos de deslocamento de objetivos dentro das administrações parcialmente corporificadas por eles, os objetivos declarados dos mandarinos — e as lembranças familiares dos meios e instituições utilizados para alcançá-los — merecem escrutínio cuidadoso. R. Bin Wong corretamente os vê como antecipando, pelo menos parcialmente, as burocracias de bem-estar social que o Ocidente veio a conhecer no século XX. O sistema de silos de armazenamento de grãos patrocinados pela China imperial para o caso de emergências de fome de acordo com Wong “representavam um comprometimento oficial com o bem-estar social além de qualquer coisa imaginável, e muito menos alcançável, na Europa [da época]... Pensar em preocupações do estado com o bem-estar popular como uma prática política recente faz sentido apenas se nos limitamos novamente aos exemplos europeus”.

Os dois mandarinos menores da Coreia e do Vietnã tentaram versões modestas das estratégias chinesas de bem-estar administrativo. Parecem, inclusive, ter compartilhado os mesmos ciclos de planejamento pela corte para colocá-los em funcionamento. No final do século XIV os governantes da Coreia e do Vietnã experimentaram programas similares de leis de reforma agrária equalizadoras; o rei Taejo (Yi Songgye) da Coreia em 1390 e Ho Quy Ly do Vietnã em 1397. Na década de 1860 ambos o Taewongun na Coreia e o imperador Tu-Duc no Vietnã tentaram remediar as debilidades em seus governos garantindo, ou

renovando, sistemas similares de silos de armazenamento nas aldeias que poderiam proteger contra falta de alimentos.

Para muitos, a própria noção de um estado de bem-estar social é inimaginável sem os recursos fiscais, serviços profissionais e redes de negociação do capitalismo. Novamente nos confrontamos com a questão: quão absoluta deve ser a linha divisória na história humana criada pelo capitalismo, tanto em atitudes (tais como o desejo de usar o poder político para fortalecer a ética social) como em métodos? Algumas diferenças são óbvias. Nos mandarinatos as estratégias clássicas de bem-estar social dos pensadores confucianos tinham se originado em uma época em que cereais e tecidos eram os meios de troca; eles assumiam o primado da agricultura e suspeitavam da propriedade privada. Tudo isso as fez mais difícil de salvar e mesmo seriamente imaginar em circunstâncias de crescimento comercial. As estratégias modernas de bem-estar social são muito mais flexíveis em suas interações com o capitalismo. Mas é possível encontrar ecos do presente nos riscos que os mandarinatos encontraram com suas formas de participação produzidas administrativamente, menos mediadas por hierarquias feudais (pelo menos na China e Vietnã) que na Europa pré-industrial. A experiência do leste da Ásia mais antiga e longa com formas pelo menos embrionárias de política administrativa mostra como extensões da racionalidade burocrática das elites ao longo dos séculos podem encorajar sua própria reversão, e mesmo sua própria refeudalização disfarçada, à medida que se desligam das necessidades locais. Os estados de bem-estar social atuais, com sua máquina estatal e senso de cidadania mais desenvolvidos e sua maior variedade de ativos econômicos, podem não conhecer os mesmos limites à sua capacidade de intervenção racional. Mas a história do leste da Ásia oferece exemplos admonitórios não totalmente irrelevantes se nós dispensarmos as visões fundamentalistas do tempo moderno como completamente separado e estanque.

Todos os três mandarinatos guardavam uma tensão entre uma visão mais diminuta e realista das tarefas governamentais e visões maiores e mais salvacionistas delas. A tensão se expressava em um tipo curioso de teoria política que combinava realismo empírico e idealismo normativo, em vez de separá-los. Já se disse que, por muitos séculos, o pensamento político europeu, com seus milhares de textos do tipo “espelhos para príncipes” e seus catálogos de virtudes, estava principalmente preocupado com a

questão de como uma sociedade deveria ser governada, quase negligenciando o estudo empírico de como as sociedades eram, na realidade, governadas. Os burocratas ativamente em serviço público que produziram muito da teoria política dos mandarinatos tinham mais probabilidade de combinar as duas preocupações. Sua mistura de vocabulários administrativo e profético tem até mesmo um paralelo na maneira como alguns cientistas sociais contemporâneos lutam para distinguir suas ambições prescritivas de suas funções analíticas., confundindo os papéis de engenheiros sociais e cientistas [...]

[*Reforma agrária*]

Provavelmente, as aventuras de um projeto particular e persistente de engenharia social tentada nos três mandarinatos, que podem apenas serem delineadas aqui, demonstram bem a simbiose asiática oriental de objetivos de salvação social e cálculo administrativo. Trata-se do sistema de “campos iguais” (sistema equitativo de posse de terra), praticado em partes da China entre os séculos V e VIII. Seus proponentes queriam recapturar o espírito dos ideais supostamente de bem-estar social das antigas “Três Dinastias” [...] O sistema de “campos iguais” foi talvez a mais famosa adaptação asiática oriental “de compromisso” (para citar James Palais) do sistema ainda mais profundo de propriedade pública e equidade de posse de terra chamado modelo dos “campos de poços”, que supostamente tinha existido sob as Três Dinastias. Por sua vez, este mito de criatividade humanitária destas Três Dinastias feudais, muito disseminado em todos os mandarinatos, se tornou uma curiosa projeção retroativa de fé no poder criativo dos próprios administradores pós-feudais.

O sistema de “campos iguais” combinava a ambição administrativa de criar um maior número de camponeses possuidores de terra (e conseqüentemente pagadores de impostos) com os objetivos salvacionistas de restringir o crescimento excessivo das posses de terra dos ricos e diminuir a pobreza. A versão real do sistema declinou na China na época da dinastia Tang. Mas, como sonho — senão mais — continuou como uma parte intrínseca da consciência das Três Dinastias na elite dos funcionários-literatos da Coreia e Vietnã, e também da China. No final do século XIV, a Coreia tentou uma grande reforma agrária. A linguagem de um dos mais importantes conselheiros do governo coreano, Chong Tojon (morto em 1398), em seu ensaio sobre a reforma agrária, era quase intercambiável com a linguagem utilizada por Li Anshi

(443-493), o proponente burocrático do primeiro dos sistemas de “campos iguais”, na China da dinastia Wei setentrional, cerca de nove séculos antes. O último esforço de um mandarinato do leste da Ásia de impor de cima um sistema de “campos iguais” ocorreu na província vietnamita de Binh Dinh em 1839 [...]

Os intérpretes burocráticos da tradição dos “campos iguais” assumiam que a pobreza era politicamente criada, mais do que eterna ou inevitável. Sua visão de que os pobres eram efeitos colaterais políticos ou administrativos remonta a textos clássicos como o de Mêncio, escritos em uma sociedade feudal na qual o poder hereditário era lugar comum. Numa grande ironia, este texto antigo se tornou mais importante à medida que as sociedades do leste da Ásia se tornavam cada vez mais diferentes da sociedade em que ele tinha sido escrito [...]

[Reformas fiscais]

Assim como os salários e rendas, a carga de impostos podia ser tratada pelos mandarinatos como uma categoria contingente, sujeita a mudanças pelo alto, em sociedades que, ao contrário da Europa antes de 1789, não tinham províncias, nobreza ou clero com isenção fiscal fixa e imutável ou outros privilégios [...]

A doutrina fiscal clássica, que remontava a textos como Mêncio, declarava não apenas que mau governo produz pobreza, mas que uma carga fiscal padronizada baixa ideal — de não mais que 10% da colheita ou renda total — era a fundação para um bem-estar geral e a base de um bom governo [...] Na China a crença no padrão absoluto de 10% para a taxa justa entrou em colapso nas dinastias Tang e Sung. Os pensadores deste período, como Ye Shi (1150-1223), rejeitando Mêncio, propuseram que a legitimidade de uma carga fiscal específica era determinada por circunstâncias mutantes, não por um ideal estático. Para uma civilização que acreditava que a pobreza e práticas administrativas estavam interligadas, esta sugestão soava como o abandono de um padrão-ouro moral de quatorze séculos. Mas a afirmativa que a taxa justa deveria flutuar de acordo com o grau de serviço, ou competência, do governo levantava questões gerenciais a expensas das salvacionistas. Também corria o risco de debates teóricos sobre impostos se tornarem crescentemente autorreferenciais, entre os próprios burocratas, e alienados das realidades sociais. Qual administrador deveria decidir a taxa de impostos então? [...]

É claro que isso poderia ser visto como um ganho para a estabilidade, mesmo se ilustrasse também os limites da racionalidade burocrática. Por que, perguntou retoricamente um

queixoso liberal chinês em 1947 (em um artigo reimpresso na China em 1999), na longa história do império chinês os contribuintes não se comportaram como os contribuintes ingleses e demandaram o “direito de falar”? A falta de uma sociedade independente do estado chinês era a resposta que ele queria. Mas a reinvenção de questões políticas como administrativas, no ponto de vista precocemente moderno do ideal mandarim, pode ter tido algo a ver com isso.

A teoria política dos mandarinatos analisava os riscos deste tipo de consciência gerencial. Os escritores ocidentais começaram a fazer isso apenas em tempos relativamente recentes. Em um dos mais brilhantes livros que já analisaram a conversão burocrática de problemas políticos em administrativos (*Ideologia e Utopia*, 1929), Karl Mannheim argumentou que o principal risco da racionalidade estreitamente administrativa dos burocratas prussianos (que ele conhecia tão bem) era que ela os cegaria para os perigos de forças irracionais operando além de sua esfera de ação particular, como os nazistas e outros revolucionários. Mas a experiência mais longa do leste da Ásia, mesmo se mais limitada, com formas de governo burocrático pós-feudal demonstra alguns dos outros riscos que eram igualmente agudos, mesmo se menos dramáticos. Um dos maiores era a acumulação de apatia, ou formas não confrontadoras de alienação, na base do sistema político, à medida que a superestrutura tentava imprimir suas técnicas gerenciais de controle racional [...]

Quando reclamava da apatia popular sobre os assuntos de estado, a linguagem dessa teoria política chinesa soava um pouco como a linguagem do pensamento político da Europa do século XVIII. Mas também tinha semelhança com a linguagem de trabalhos ocidentais mais contemporâneos, como os infundáveis artigos sobre apatia dos eleitores em revistas como *Public Opinion Quarterly*, ou em livros com títulos como *Why Americans Hate Politics* [...]

Não houve guerras religiosas do tipo europeu nos mandarinatos da Ásia oriental para manter suas políticas “quentes”. Os teóricos políticos daquela região descobriram, antes dos europeus, que em sociedades onde o princípio dos ganhos de utilidade administrativos e os ideais de lealdade feudais personalizados mais antigos fora da família se enfraquecem, a implicação emocional do povo com seu sistema político pode declinar, mesmo que não haja revoltas dos contribuintes do tipo que os liberais chineses ocidentalizados buscaram em vão na história chinesa.

Em 1995, um crítico arguto da União Europeia burocratizada contemporânea liderada de Bruxelas se queixou que a Europa era “um conceito grande e nebuloso demais para conseguir forjar uma comunidade humana convincente” e que uma “unidade transnacional tão grande” sofreria de um perene “déficit democrático”. Substitua “déficit democrático” por “déficit de solidariedade” neste argumento e isso serviria para descrever o que foi, por séculos, uma questão crucial da teoria política da China imperial, que era tão grande quanto a Europa.

Tudo isso sugere que a reforma fiscal de Yang Yan na dinastia Tang, mais de doze séculos atrás, não foi um marco na história mundial apenas porque foi o primeiro passo para a conversão global a sistemas políticos baseados no mercado. Também foi um marco porque foi um augúrio precoce de que racionalizações burocráticas de cima para baixo, não importa quão bem sucedidas sejam na prática, podem eventualmente desvitalizar o envolvimento de comunidades locais em seu governo, causando alienação não confrontadora, ou alienação entre os de cima e os de baixo [...] Até muito recentemente, a teoria política ocidental tinha, em termos comparativos, uma consciência empobrecida deste tipo particular de risco desenvolvimentista [...] (Woodside, 2006, p. 56-76)

Mas o que sobrou dessas modernidades mandarinais *avant la lettre*? Por que elas se perderam no tempo? Estas são as perguntas que, finalmente, Woodside se faz.

Mas como as modernidades que eu propus que existiram na Ásia oriental pré-industrial “se perderam”? Para os ocidentais, da segunda metade do século XIX em diante, os concursos meritocráticos asiáticos para a burocracia perderam sua novidade e, portanto, seu efeito estimulador. Nas sociedades europeias previamente aristocráticas houve um aumento no número de servidores públicos não aristocratas. Aumentou a crença que o mérito poderia ser medido. [...] Nesta nova época da história ocidental, uma época de testes de QI e pesquisadores mensuradores de inteligência como Alfred Binet e Edward Thorndike, as técnicas mais limitadas das antigas meritocracias asiáticas — que (ao contrário dos novos procedimentos de julgamento de mérito ocidentais) não tinham discriminado contra a idade avançada ou reivindicações hereditárias — começaram a pare-

cer relíquias exóticas e velhas. Mas é menos fácil entender porque os próprios asiáticos fizeram pouco caso de seu passado. A perda dessas modernidades começou com as derrotas militares que os franceses, ingleses e japoneses infligiram sobre os três mandarinatos no século XIX. O conflito unilateral entre os dois mundos tecnológicos representados pelos navios de guerra a vapor ocidentais e os juncos chineses pré-industriais na guerra do Ópio também expôs, de uma maneira humilhante sem precedente, os déficits em realizações administrativas com os quais funcionários-literatos tinham se preocupado por séculos antes da Revolução Industrial. As fraquezas de todas as burocracias, não apenas das confucianas, é sua incapacidade de criar sentimentos de pertença iguais aos encontrados nas relações patrão-cliente dos períodos feudais europeu, japonês e tailandês ou na política dos estados baseados no nacionalismo de massa. Uma olhada nos problemas da União Europeia atual mostrará que o problema não é apenas da Ásia do século XIX [...]

Por esta razão, os líderes governamentais da elite que propuseram de maneira bem-sucedida a abolição dos concursos para serviço público na China em 1905 — justo no momento em que o mundo ocidental começava a abraçá-los — não faziam do conteúdo destes exames seu alvo principal. Os concursos poderiam ter sido convertidos, afinal, para o serviço de um novo currículo. O que os abolicionistas atacavam era a associação dos concursos chineses com uma insuficiência de força de vontade coletiva. Em 1905, Yuan Shikai e seus companheiros reformistas afirmavam que a vitória da Prússia sobre a França em 1871 e a vitória do Japão sobre a Rússia em 1905 foram devidas não aos soldados prussianos e japoneses em si, mas à força socializadora por trás dos soldados desses dois países, nomeadamente seus professores de escola primária. (Este mito — que professores inculcadores de patriotismo poderiam produzir vitórias militares — era então corrente pelo mundo: em 1905, Sidney e Beatrice Webb, os reformadores sociais ingleses, faziam a mesma afirmação que Yuan Shikai.) O objetivo da educação, insistiam, deve ser a mobilização de massa, não o recrutamento burocrático. A China deveria passar por uma revolução psicológica, mudando de um mandarinato onde o interesse educacional era “armazenar talento” para uma sociedade de mentalidade mais coletiva, cujas escolas excitariam e iluminariam a força de vontade popular. Entretanto, à medida que os serviços públicos baseados em concurso se espalharam pelo mundo ocidental após 1905, os man-

darinatos asiáticos deveriam ter recobrado um pouco de sua persuasão histórica. O fato que suas modernidades tenham continuado “perdidas” pode ser explicado pela ascensão e popularidade, por todo o mundo, da teoria da administração científica ocidental. Frederick Winslow Taylor, talvez o pensador americano do século XX mais influente globalmente, publicou seu livro sobre “administração científica” em 1911. Taylor afirmava que apenas os métodos científicos mais precisos, aplicados às relações entre trabalhadores humanos e a nova maquinaria industrial, poderiam aumentar a eficiência dos trabalhadores.

O efeito do “taylorismo” foi espalhar a ilusão, durante e após a Primeira Guerra Mundial, que as teorias quase utópicas de Taylor de produtividade incrementada do trabalho em lugares como usinas siderúrgicas, através de ligações “mais científicas” entre as classificações de trabalho e suas recompensas materiais, poderiam ser aplicadas ao trabalho dos servidores públicos também. As técnicas de estímulo de performance dos operários da Bethlehem Steel poderiam ser transferidas para melhorar a performance dos funcionários e secretários do governo. Até o final da década de 1920, os governos britânico e americano tinham batalhado para adotar sistemas “científicos” de classificação do serviço público nos quais os níveis de pagamento estavam intimamente ligados à performance. Este princípio implicava em uma definição mais materialista da natureza do servidor público que a favorecida nos mandarinatos menos “científicos”. Incentivos materiais eram tudo no taylorismo; nobreza moral de boa administração bem menos.

O evangelho taylorista inevitavelmente se disseminou para a China. Nos anos 1930, a China nacionalista não apenas tinha seus próprios jornais dedicados às ciências administrativas, com títulos como “Pesquisa em Administração” e “Eficiência Administrativa”, como também sua própria “Sociedade para a Pesquisa da Eficiência Administrativa” [...] Havia um debate na elite sobre se a China deveria seguir a abordagem britânica ou americana para a classificação dos postos no serviço público [...] As revoluções comunistas nos antigos mandarinatos, até recentemente, também agiram para assegurar que a história dos mandarinatos permanecesse perdida. Lenin admirava muito o taylorismo e a teoria administrativa americana. Ele afirmou em 1918 que o socialismo era uma questão de poder soviético, ferrovias prussianas e técnica americana. Stalin reforçou esta mensagem em 1924 com a proposição que “a combinação do poder revolucionário russo com a eficiência americana é a essência do tra-

balho partidário e estatal russo” [...] Em outras palavras, a perda da história das modernidades dos mandarinatos parecia ser um acompanhamento necessário à esperança de convergência [...] Os críticos chineses contemporâneos da burocracia desdenham da afirmação do historiador britânico Arnold Toynbee que a Inglaterra tomou emprestado seu serviço público moderno da China [...] Descartar desta maneira as realizações dos mandarinatos esconde, possivelmente, um proporcional medo subconsciente delas: o medo de que a história dos mandarinatos, se tomada seriamente, nos colocará de frente com o fato que não existe tal coisa como uma burocracia baseada em pura razão. (Woodside, 2006, p. 10-14)

2.5. *The Eastern Origins Of Western Civilization* de John M. Hobson

Se o livro *ReOrient* de Andre Gunder Frank talvez tenha atingido o ápice da negação do eurocentrismo no terreno econômico, *The Eastern Origins of Western Civilization* constitui o suprassumo radical e detalhado da refutação que a Europa tenha sido mais avançado, tecnológica, cultural ou mesmo economicamente que a Ásia até o período da Revolução Industrial.¹¹ Além disso, John M. Hobson (2006, p. VII, VIII, 10 e 19) propõe uma narrativa não eurocêntrica alternativa da história dos encontros entre Europa e Ásia desde a Antiguidade até o presente. É um livro ambicioso e controverso, pois pretende nada menos que colocar de cabeça para baixo a tradicional narrativa eurocêntrica da arrancada da humanidade a partir do fermento intelectual dos gregos, passando pela revolução agrícola da Idade Média europeia, pela ascensão das cidades-estado italianas na parte final da Idade Média, pela Renascença e Iluminismo, até chegar à época industrial e democrática do Ocidente atual. Em vez dela, propõe uma contranarrativa: a do Oriente como uma região desenvolvida precoce que será alcançada apenas no final do século XIX e XX pelo Ocidente em sua condição de região de desenvolvimento tardio que contou com uma gerschenkroniana “vantagem do atraso” na época contemporânea. Será a formação do *Ocidente oriental*, segundo ele, devido à tremenda influência dos países do Oriente no desenvolvimento dos países da Europa ocidental.

David Landes, em seu livro autodeclaradamente eurocêntrico [*The Wealth and Poverty of Nations*, diz] que “pelos últimos mil anos a Europa (o Ocidente) tem sido o principal agente do desenvolvimento e modernidade”. Mas o registro empírico histórico que consultei revela que, pela maior parte dos últimos mil anos, o Oriente tem sido o principal agente do desenvolvimento mundial [... Todas] as assim chamadas potências ocidentais eram inferiores, econômica e politicamente, às principais potências asiáticas. Foi somente perto do final desse período, cerca de

11 Agradecemos à Cambridge University Press a permissão para reproduzirmos passagens selecionadas de *The Eastern Origins of Western Civilization*. Recomendamos ao público a leitura do original completo.

1840, que uma potência ocidental finalmente eclipsou a China [...O] Ocidente apenas conseguiu chegar à modernidade porque foi ajudado por uma difusão e apropriação do recursos e *portfólios* de recursos mais avançados provindos do Oriente [... Os] portfólios de recursos orientais tiveram uma influência significativa em cada um dos grandes pontos de viragem da Europa. A maioria das grandes tecnologias que possibilitaram a revolução agrícola medieval europeia após 600 d.C. parece ter vindo do Oriente (ver capítulos 5 e 6). Após o ano 1000, as grandes tecnologias, ideias e instituições que estimularam as várias revoluções comercial, produtiva, financeira, militar e de navegação ocidentais, bem como a Renascença e revolução científica, foram desenvolvidas primeiramente no Oriente e depois assimiladas pelos europeus (ver capítulos 6-8). Depois de 1700, todas as grandes tecnologias e ideias tecnológicas que deslançaram as revoluções agrícola e industrial britânica se difundiram a partir da China (ver capítulo 9). Além disso, ideias chinesas também ajudaram a estimular o Iluminismo europeu. E é precisamente porque o Oriente e Ocidente estiveram ligados intrinsecamente em uma única teia global desde 500 que precisamos dispensar as suposições eurocêntricas de que essas duas entidades podem ser representadas separada e antiteticamente. (Hobson, 2006, p. 20-22)

Hobson explorará adicionalmente esta não separação possível entre as duas entidades ao abordar a questão da *agency* (participação ativa) da Europa neste processo. Dirá que o seu conceito do *Ocidente oriental* como entidade de desenvolvimento atrasado, que atinge o topo com ajuda de um extenso portfólio de recursos vindos do Oriente, não significa a mera inversão da narrativa eurocêntrica para uma de uma Europa como receptora passiva das influências orientais. Hobson analisará o conceito de *agency* do Ocidente em termos de *identidade*.

Minha concepção de *agency* europeia [...] está fundamentada na noção de identidade, que, por sua vez, é um fenômeno socialmente criado [... A] identidade europeia sempre foi forjada em um contexto global [...] Como, então, os europeus constituíram uma identidade imperial e como isso, por sua vez, possibilitou a fase posterior da ascensão do Ocidente? Durante o período medieval os europeus vieram a definir-se negativamente em relação ao islã. Isso foi vital para a construção da cristandade, o que, por

sua vez, possibilitou a consolidação do sistema econômico e político feudal que emergiu por volta do final do primeiro milênio d.C. Foi essa identidade que levou às Cruzadas. Subsequentemente, a identidade cristã europeia pôs em marcha as chamadas “viagens de descobrimento” [...] Tendo chegado às Américas, várias ideias cristãs levaram os europeus a acreditarem na inferioridade dos nativos americanos e dos negros africanos. Isto, por sua vez, legitimou a superexploração e repressão dos nativos americanos e africanos bem como a apropriação do ouro e prata americanos, o que, por sua vez, ajudou o desenvolvimento econômico europeu de diversas formas. Durante o século XVIII, a reconstrução da identidade europeia levou à criação do que eu chamo de “racismo implícito”, que, por sua vez, levou à ideia da necessidade moral da “missão civilizadora” imperial. Imaginar o Oriente como atrasado, passivo e infantil, em contraste com o avançado, ativo e paternal Ocidente foi vital no deslanche do imperialismo entre os europeus. [...] E a apropriação de muitos recursos não europeus através do imperialismo esteve na base da crucial Revolução Industrial britânica. (Hobson, 2006, p. 24-25)

Analisemos, então, essas duas grandes avenidas da narrativa hobsoniana.

Começemos pela influência da Ásia e do Oriente na formação do Ocidente oriental de Hobson.

A História antes e até a Formação do Ocidente Oriental

Como se denota do título dos capítulos de seu livro, Hobson (2006, p. VII e VIII) vê o Oriente como a parte desenvolvida inicial, descobrindo e liderando o mundo através de uma globalização oriental que vai de 500 a 1800 seguida depois por um desenvolvimento tardio do Ocidente a partir do século XIX, possibilitado em grande parte por um portfólio de recursos e ideias vindo do Oriente.

Esta é uma visão bem diferente da narrativa tradicional eurocêntrica de que foi só a partir de 1500, com as viagens de navegação europeias na “Idade dos Descobrimentos”, que a globalização teve seus primeiros germes.

Esta imagem eurocêntrica familiar é um mito desde o começo porque a economia global que quebrou o isolacionismo entre as civilizações começou no século VI durante a Idade dos Descobrimentos afro-asiática. E, como veremos, os chamados pioneiros europeus entraram neste circuito pré-existente em termos basicamente ditados por árabes, persas e africanos. (veja também capítulos 4, 6 e 7). Além disso, como este e os dois capítulos seguintes demonstram, o período após 1500 testemunhou considerável progresso econômico no Oriente, o que simultaneamente falsifica a teoria eurocêntrica do despotismo oriental. Eu também mostro que a liderança do poder econômico global no período pré-1800 pertenceu a várias sociedades do Oriente. Há dois tipos genéricos de poder econômico global que podem ser chamados, seguindo Michael Mann [1986, v.1, p. 6-10], de “extensivo” e “intensivo”. No terreno econômico, poder extensivo se refere à habilidade de um estado ou região de projetar os seus tentáculos econômicos externamente para o mundo, enquanto que poder intensivo se refere ao alto grau de poder produtivo dentro de suas próprias fronteiras. Precisamos diferenciá-los, pois as diferentes regiões tiveram proeminência em um ou ambos em diferentes épocas. Assim, por exemplo, entre aproximadamente 650 e 1000 a região islâmica do Oriente Médio e norte da África teve os níveis mais altos de poder extensivo e intensivo; por volta de 1100 a liderança no poder intensivo passou para a China (onde ficou até o século XIX - veja capítulo 3). Mesmo assim, o Oriente Médio e o norte da África mantiveram a liderança no poder extensivo até o século XV (quando a China assumiu o posto), apesar de continuarem a usufruir de considerável nível de poder extensivo e intensivo até o século XVIII. Este quadro foi conscientemente reimaginado pelos intelectuais eurocêntricos no século XIX, de modo que primeiro Veneza, depois Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra foram re(a)presentados como as potências líderes globais no período pós-1000. (Hobson, 2006, p. 30)

Hobson afirma que o Oriente permitiu a ascensão do Ocidente de duas maneiras principais.

O Oriente possibilitou a ascensão do Ocidente através de dois processos principais: difusão/assimilação e apropriação. Em primeiro lugar, os orientais criaram uma economia global e uma

rede de comunicações globais após 500 pelas quais os “portfólios de recursos” (*e.g.*, ideias, instituições e tecnologias) mais avançados do Oriente se difundiram ao Ocidente, onde foram subsequentemente assimilados através do que eu chamo de globalização oriental. Em segundo lugar, o imperialismo ocidental após 1492 levou os europeus a se apropriarem de toda forma de recursos econômicos orientais para permitir a ascensão do Ocidente. Em suma, o Ocidente não desenvolveu autonomamente o pioneirismo de seu próprio desenvolvimento na ausência de ajuda do Oriente, pois a sua ascensão teria sido inconcebível sem as contribuições orientais. A tarefa deste livro, então, é traçar as múltiplas contribuições orientais que levaram à ascensão do que eu chamo de Ocidente oriental. (Hobson, 2006, p. 2-3)

Vejam os por partes os diferentes capítulos desta contranarrativa antieurocêntrica de Hobson. De início vejamos como descreve o que considera a primeiro período de verdadeira globalização na Terra.

A Globalização Oriental a partir de 500

Tomo 500 como a data aproximada de início da globalização oriental. Como William McNeill explica, apesar de ter havido um conjunto de ligações globais incipientes já desde o primeiro milênio a.C. (ou até antes), em cerca de 500 quase todos os interstícios que tinham insulado o contato entre regiões foram preenchidos. O reavivar do transporte por camelos entre 300 e 500 foi especialmente importante [...] Como McNeill (1991a) descreveu: “As áreas mais afetadas por isso foram a Arábia juntamente com os oásis e desertos da Ásia central, as estepes ao norte e a África subsaariana [...] que] foram todas trazidas em contato mais íntimo com os centros estabelecidos de vida civilizada — primariamente o Oriente Médio e a China — do que tinha sido possível antes. Como resultado, entre 500 e 1000 um intensificado [...] sistema mundo [emergiu].” Mas o desenvolvimento chave aqui foi a emergência de uma série de impérios mundiais interligados que possibilitou um ambiente pacificado no qual o comércio terrestre — e marítimo — podia florescer. A ascensão da China Tang (618-907), do império islâmico omíada/

abássida no Oriente Médio (661-1258), bem como os fatímidas no norte da África (909-1171) foram cruciais para a emergência de uma rede de comércio global suficientemente extensiva [...] Como notou McNeill recentemente, a prosperidade e comercialização dos árabes e chineses (bem como dos sulasiáticos) agiu como um gigantesco fole que alimentou o fogo da economia global emergente. É interessante notar aqui que a famosa tese de Pirenne — que as invasões islâmicas quebraram a unidade das Europas ocidental e oriental (Bizâncio), e que somente na virada do milênio o comércio reviveu — precisa ser invertida. [...] Com] o nascimento do império carolíngio em 751 na Europa ocidental e a emergência de várias cidades italianas comerciais nos séculos VIII e IX, o sistema de comércio global se estendeu até a Europa, ligando assim ambos os extremos da massa terrestre eurasiática em uma rede contígua de impérios mundiais interligados. [...] A] globalização oriental foi a parteira, senão a mãe, do Ocidente medieval e moderno. [...] E os] muçulmanos do Oriente Médio e do norte da África foram os verdadeiros pioneiros capitalistas globais. (Hobson, 2006, p. 34-36)

Com esta última frase o autor desbanca, então, as cidades-estados italianas de seu tradicional reconhecimento como as pioneiras do capitalismo comercial. Para Hobson, ao contrário do que diz Max Weber,

[...] um dos mais significativos aspectos do islã é sua tendência para o comércio e atividade capitalista racional. Isso merece ênfase, pois vai contra a pressuposição eurocêntrica que o islã é uma religião regressiva que bloqueou a possibilidade de atividade capitalista e principalmente a atividade capitalista racional. Parece ter sido esquecido, propositalmente ou não, que o próprio Maomé tinha sido um comerciante de *qirad* (comandita). [...] Como colocou Maxime Rodinson] “Os mercadores do império muçulmano se encaixavam bem nos critérios racionais de Weber para a atividade capitalista. Aproveitavam toda e qualquer oportunidade para o lucro e calculavam suas despesas, rendas e lucros em termos monetários” [...] Algumas das ligações entre islã e capitalismo podem ser vistas no Corão. De acordo com o exame detalhado de Maxime Rodinson [1978], o Corão “não apenas afirma que uma pessoa não deve esquecer de sua porção no mundo, mas também diz que é apropriado combinar as práticas da vida religiosa e material, conduzindo negócios até

durante as peregrinações e chama o lucro comercial de *prêmio de Deus*.” [...] No Corão encontramos as seguintes passagens: “Se vós lucrardes fazendo o que é permitido, este ato é *Jihad* [...] Se vós investirdes em vossa família e parentes, isto será uma *Sadaqa* [i.e., uma obra de caridade pia]; e verdadeiramente, uma *dracma* ganha legalmente no comércio vale mais que dez *dracmas* ganhas de outra maneira” [...] A *Sharia* (lei sagrada islâmica) [...] estipula provisões para o direito dos contratos [...] Além disso, havia claros sinais de maior liberdade pessoal no islã que na Europa medieval. Os cargos eram determinados na base das responsabilidades contratuais igualitárias. Estas pressupunham noções de racionalidade que, segundo Hodgson [1993, p. 111-116, 141], estavam mais próximas das noções modernas de *Gesellschaft* que das tradicionais noções de *Gemeinschaft* [...] Eric Jones (1988) afirma que o califado abássida foi a primeira região a atingir crescimento econômico per capita (supostamente o *Leitmotiv* do capitalismo moderno). Fernand Braudel [1995, p. 71] descreveu a atividade econômica do islã após 800 nos seguintes termos: “Capitalista não é uma palavra muito anacronista. De uma extremidade das conexões mundiais do islã à outra, especuladores jogavam com o comércio. Um autor árabe, Hariri, registrou as declarações de um mercador: ‘Eu quero enviar açafraão persa à China, onde consegue altos preços, e então embarcar porcelana chinesa para a Grécia, bordado grego para a Índia, ferro indiano para Aleppo, vidro de Aleppo para o Iêmen e tecido listrado iemenita para a Pérsia’” [...] Notável também foi que o Oriente Médio/Norte da África islâmico manteve por muito tempo uma vantagem comparativa frente à Europa no que concerne conhecimento científico e tecnologias militares. Não menos importante foi a criação de uma série de instituições capitalistas (referentes a sociedades, direito contratual, operações bancárias, crédito e muitas outras) nas quais não apenas a produção, investimento e comércio islâmicos eram baseados, mas também o comércio global. (Hobson, 2006, p. 37-38, 42-44)

O califado abássida, o ápice do império árabe, teria seu fim com o saque de Bagdá pelos mongóis em 1258. Mas, segundo a narrativa antieurocêntrica de Hobson, o bastão da liderança econômica e tecnológica e de poder intensivo do mundo seria passado não para alguma das potências emergentes da Europa ocidental (como as cidades-estado italianas, por exemplo) e sim para a China por volta de 1100. Entretanto, Hobson

(2006, p. 49) enfatiza que a Casa do Islã prosseguiu forte posteriormente em seus poderes extensivos, com o império dos turcos otomanos, que seria uma grande potência até o século XX.

A China

A contranarrativa de Hobson toma um contorno surpreendente na passagem do bastão da liderança mundial de poder intensivo do califado abássida para a China. Segundo Hobson (2006, p. 50-51), por volta de 1100 desabrochou sob a dinastia Sung o “milagre industrial” chinês, que antecipou várias características normalmente associadas com a Revolução Industrial britânica do século XVIII. Além disso, ele posteriormente confronta

[...] a refutação eurocêntrica recorrente da façanha Sung: que governos subseqüentes chineses de despotismo oriental sufocaram os germes Sung de progresso industrial fazendo com que a economia [posteriormente] entrasse em marcante declínio. Isso, por sua vez, seria responsável pela suposta retirada chinesa do mundo depois de 1434, quando o estado banuiu o comércio exterior e se recolheu em um sistema de tributo imperial. Eu aqui pinto um quadro diferente, que revela, senão uma economia global sinocêntrica, pelo menos certamente uma em que a China teve um papel tremendamente importante no período pós-1434. (Hobson, 2006, p. 50-51)

Vejamos por partes este quadro pintado por Hobson.

O Primeiro Milagre Industrial: A China Sung do século XI

Segundo Hobson (2006, p. 51-54), o “milagre industrial” chinês foi desenvolvido ao longo de 1500 anos e culminou na China Sung. Teve seus primórdios antes de Cristo, quando a China começou a produzir ferro fundido (séc. VI a.C.) e alto-fornos (séc. V a.C.) cerca de mil anos antes da Europa (que somente começou a produzi-los a partir do final da Idade Média), além do aço no séc. II a.C. Entre 800 e 1100 houve uma tremenda

aceleração deste processo, com a produção chinesa de ferro, segundo Robert Hartwell (1966), sextuplicando entre 806 e 1078, atingindo cerca de 125 mil toneladas por ano. O significado desta cifra fica claro quando constatamos que a Inglaterra, em 1788, já após o início da Revolução Industrial, produzia apenas 76 mil toneladas por ano. Além disso, os espetaculares desenvolvimentos em metalurgia, produção de energia hidráulica, transportes (especialmente por canais) e comunicações, com as invenções das eclusas (984), pólvora e bússola (séc. X), papel (séc. II), imprensa, etc. foram acompanhados de igualmente revolucionárias transformações no sistema comercial e financeiro. A China inventou o papel-moeda no séc. IX e no século X este já era um meio corrente de pagamento. As taxas ao governo se monetizaram: o pagamento em dinheiro vivo passou de 4% das taxas em 749 a 52% em meados do século XI. As trocas pelo mercado se generalizaram pela sociedade, inclusive pela economia rural. O alto nível de comercialização se refletia no aparecimento de grandes cidades, com populações maiores que qualquer centro urbano europeu.

Este quadro prefigurava uma verdadeira revolução, principalmente se comparado com o quadro medieval da Europa na época. Segundo Hobson (2006, p. 208) é sintomático que “as partes essenciais de um motor a vapor apareceriam pela primeira vez, por escrito, em chinês, no *Tratado sobre Agricultura*, de Wang Chen (1313)”. Pelo alto grau de desenvolvimento da agricultura e indústrias metalúrgica e têxtil chinesas sob os Sung (cujos níveis de produção, como vimos, em algumas áreas só seriam alcançados pela Inglaterra em períodos bem avançados da Revolução Industrial) e pelo fato de que muitas dessas inovações chinesas terem sido a base de vários dos desenvolvimentos tecnológicos cruciais durante a Revolução Industrial inglesa (como Hobson mostrará posteriormente), o autor considera que a primeira grande transformação industrial na Terra aconteceu na China e não na Inglaterra, como é habitualmente colocado.

O Mito da Decadência Oriental e da Ascensão Ocidental Pós-século XV

Hobson (2006, p. 61-71) revida o argumento eurocêntrico de que, apesar da China e os impérios islâmicos do Oriente terem tido gran-

de desenvolvimento até o século XII, depois entraram em declínio e, durante a parte final da Idade Média a Europa se acelerou de modo que, a partir do século XV, com as Grandes Navegações e a Renascença, passou decididamente à liderança mundial.

Uma das proposições eurocêntricas centrais é que por volta de 1500 o Ocidente emergiu como a região dominante do mundo. Também geralmente se assume que as principais potências mundiais entre 1400 e 1800 eram todas, sem exceção, europeias. Mas, como este capítulo mostra nenhum dos grandes atores da economia mundial até 1800 era europeu [...] O Oriente se manteve à frente do Ocidente até o século XIX. (Hobson, 2006, p. 74)

Hobson (2006, p. 75-79) cita uma série de estatísticas para fundamentar esta afirmação. Segundo Paul Bairoch [1981, p. 7], a renda nacional conjunta dos países do Oriente era maior que a dos países do Ocidente até 1870 e segundo Angus Maddison [1995, p. 30, 182-90] o PIB chinês era o maior do mundo (29% do PIB mundial) e era aproximadamente igual ao de toda a Europa ocidental (incluindo Inglaterra) junto.

Qual era a situação comparativa em termos de proporções na produção mundial de produtos manufaturados? Aqui eu tenho que me basear no conjunto de dados de Bairoch [1982] (que, ao que eu saiba, é o único que existe). De acordo com Bairoch, em 1750 o Ocidente contribuía com 23% enquanto que o Oriente [...] com 77%. Mesmo tão tardiamente quanto 1830 o Oriente produzia o dobro do Ocidente, que só igualaria o primeiro em 1850. Mas o ponto mais importante é a posição relativa dos países líderes. Em 1750 a liderança da China era clara, com 33% da produção mundial de produtos manufaturados (o que é bem maior que a posição dos EUA hoje). Incrivelmente, a proporção relativa da China era 50% maior que a do Ocidente como um todo naquela época — o que iguala a proporção dos EUA em relação à Europa, Japão e Canadá juntos em 1953, seu pico. Apenas por volta de 1830 o Ocidente como um todo ultrapassou a China. (Hobson, 2006, p. 76)

Hobson (2006, p. 75) nota que os eurocêntricos contra-argumentam dizendo que apesar da renda nacional da China (e da Ásia) ser maior

que a da Europa ocidental até o século XIX, a renda per capita (o verdadeiro símbolo de desenvolvimento) da Europa já era maior que a da Ásia (e China) a partir do século XV. Retruca que há controvérsias sobre esse ponto da renda per capita. Enquanto Angus Maddison e David Landes confirmam a posição eurocêntrica sobre este ponto, os cálculos de Paul Bairoch indicam que em 1750 a renda per capita do Oriente era aproximadamente equivalente à do Ocidente e a da China equiparável aos países líderes da Europa.

Como podemos, então, concluir esta discussão? Se utilizarmos os dados de Produto Nacional Bruto, o Ocidente passou à frente do Oriente somente após 1870. Se utilizarmos os dados da renda per capita parece, justo dizer que o Ocidente passou à frente apenas após 1800. Entretanto, renda per capita não necessariamente mede o poder econômico global. A Suíça e Cingapura hoje têm altíssima renda per capita, mas não se conclui daí que tenham poder econômico global marcante. A notável liderança da China em percentagem da produção mundial de produtos manufaturados até meados do século XIX é particularmente significativa. Parece justo concluir, então, que o Oriente parece ter estado à frente do Ocidente pelo menos até 1800. (Hobson, 2006, p. 77)

Em termos de padrão de vida, Hobson (2006, p. 77) cita a afirmação de Lee e Feng (1999) que o padrão de vida da China era comparável ao do Ocidente até 1800 e a estimativa de Susan Hanley (1983) de que até 1850 o padrão de vida dos japoneses era mais elevado que o dos britânicos.

Por tudo isso, o Oriente estava claramente à frente em sua posição no comércio mundial. Como a maioria dos especialistas concorda, a Europa sofria de crônicos déficits de comércio com as grandes potências orientais ao longo de todo esse período [sécs. XV-XIX] — um precedente iniciado na época do Império Romano. Devido ao fato de que a demanda europeia por produtos asiáticos era alta, mas a demanda asiática por produtos europeus era baixa, a Europa compensava a diferença com a exportação de prata e outros metais (um claro sinal da posição de atraso da Europa). Um testemunho adicional é dado pelo fato que os europeus nem conseguiam produzir os metais eles mesmos: tinham que trazê-los como saque da África e das Américas.

Ou como Andre Gunder Frank [1998, p. 127] colocou: “Na estrutura da economia mundial, quatro grandes regiões mantinham déficits estruturais no comércio de mercadorias: as Américas, Japão, África e Europa. Os dois primeiros compensavam seus déficits produzindo prata para exportação. A África exportava ouro e escravos. Em termos econômicos, estas regiões produziam ‘mercadorias’ para as quais havia demanda em outras partes da economia mundial. A quarta região deficitária, a Europa, não era capaz de produzir nada próprio para exportar que pudesse equilibrar o seu perpétuo déficit comercial”.(Hobson, 2006, p. 77-78)

A Renascença “Oriental”

Um dos alicerces da construção eurocêntrica é o da Renascença como o grande momento de viragem da Europa em relação ao resto do mundo. A partir dali os europeus começaram a adquirir uma visão de mundo secular, racional, que se afastava cada vez mais dos preconceitos religiosos do passado e assumia o contorno de uma visão científica do mundo. Esta nova *Weltanschauung* permitiu aos europeus se diferenciar do resto da manada e criar um mundo cada vez mais racional que culminaria na Revolução Industrial. Hobson considera isso uma versão idealizada da história, que menospreza não apenas os avanços das outras regiões da Ásia, mesmo após o século XV, como também a imensa contribuição oriental para o deslanche da Renascença ocidental.

A Renascença foi caracterizada por uma retomada, em novos termos, da herança cultural clássica da Grécia pelos europeus. Hobson (2006, p. 174-180) relembra o papel crucial dos árabes neste processo. Enquanto a Europa fragmentada da Alta Idade Média, às voltas com guerras e migrações internas, perdia seu contato com a herança grega, os árabes criaram centros especiais de saber em que uma sistemática atividade de tradução de textos gregos para o árabe foi exercida. Foi, através da tradução da língua árabe para o latim que, posteriormente, muitos destes textos clássicos perdidos dos gregos voltariam à Europa e serviriam, subsequentemente, para inflamar a Renascença. Mas os árabes não trariam para si (e retransmitiriam para a Europa) apenas o conhecimento

grego. Uma imensa gama de conhecimentos avançados da Índia, da China e de outros pontos do Oriente foi dissecada por eles, tornando-os uma espécie de irradiador cultural universal. Além disso, os árabes não foram meros “transmissores” desses conhecimentos internacionais: a partir deles, criaram uma longa série de inovações independentes que avançariam consideravelmente o estágio intelectual e tecnológico da época. Os livros de al-Khwarizmi sobre álgebra, de Ibn al-Haytham sobre ótica, de al-Razi e Ibn-Sina sobre medicina, de al-Farabi sobre ciência, entre outros, não apenas transmitiram os avanços islâmicos nestes campos aos “atrasados” europeus medievais, como muitas vezes se tornaram, em tradução, o texto padrão europeu nestes campos até a Renascença. Ibn al-Shatir, da escola de Maragha, desenvolveu uma série de modelos matemáticos com uma teoria heliocêntrica que antecipou a de Copérnico em 150 anos.

Além disso, Hobson (2006, p. 177-179) chama a atenção que os árabes desenvolveram a noção experimental do conhecimento (carente nos gregos) antes dos europeus. Al-Razi operava seu hospital na base da experimentação. Vários autores baseavam seus estudos não na aceitação das autoridades dos textos antigos, mas na investigação racional dos princípios regulatórios dos fenômenos. O conceito de *ijtihad* engloba este espírito com uma teologia islâmica racional, através do julgamento independente.

Assim, Hobson rejeita a narrativa eurocêntrica de que os árabes apenas alimentaram os europeus com a tradição intelectual clássica grega dando a base para que estes desenvolvessem os princípios racionais na Renascença e científicos na Revolução Científica do século XVII, mas defende que os árabes *adiantaram* já grande parte deste espírito racional e científico da Renascença através de suas atividades.

Finalmente, Hobson (2006, p. 183-186) menciona a deslavada apropriação europeia de uma das mais importantes invenções da humanidade e que teria um papel fundamental para a difusão da Renascença e do espírito científico: a imprensa. Segundo ele, nada há ali que tenha sido inventado pelos europeus. Os chineses já tinham uma forma de imprensa em madeira (xilografia) desde o século VI e imprensa com tipo móvel desde 1037, muito antes da “invenção” da imprensa por Gutenberg em meados do século XV. Sintomático disso é que no final do século XV, a produção chinesa de livros, segundo alguns cálculos, superava a produção de todos os outros países do mundo juntos.

A “Última Trincheira” da Revolução Industrial: As Origens Chinesas da Revolução Industrial Inglesa

Após haver derrubado os mitos da superioridade europeia anterior a 1800 (seja a partir dos grego-romanos, da Idade Média ou da Renascença), o rolo compressor de Hobson chega à última e “intransponível” trincheira: a Revolução Industrial. Afinal, há praticamente um consenso de que a partir das vantagens da Revolução Industrial, a Europa (Ocidente) passou à frente do Oriente. Mesmo neste terreno, Hobson (2006, p. 190-218) relativiza a supremacia Europeia em um capítulo que intitula “As Origens Chinesas da Revolução Industrial Britânica”.

Primeiramente, nota que a Revolução Industrial não foi uma invenção “europeia” e sim britânica. De lá difundiu-se para a Europa. Em segundo lugar, afirma que este não foi o primeiro grande salto revolucionário industrial na face da Terra, pois considera o “milagre industrial” na China Sung do século XI como o pioneiro neste campo, como vimos anteriormente. Finalmente, ataca as visões que consideram a Revolução Industrial um fenômeno endógeno inglês (ou ocidental), postulando significantes contribuições orientais (principalmente chinesas) para o seu aparecimento.

Aqui eu retorno ao lado assimilacionista da estória. O próximo e o mais significativo momento na cronologia eurocêntrica padrão da ascensão do Ocidente é a Revolução Industrial britânica. Na verdade, a estória britânica constitui o pivô da narrativa eurocêntrica. Pois é idioma universal corrente que a Inglaterra foi o primeiro país a se industrializar [...] Há dois axiomas adicionais interligados que se localizam no epicentro da narrativa eurocêntrica da revolução industrial britânica. Primeiramente, que ela foi possibilitada por um ambiente social positivo proporcionado pelo estado *laissez-faire* liberal britânico [...]. Em segundo lugar, este avanço revolucionário foi alcançado pelo individualismo e engenhosidade única dos anglo-saxões sem ajuda externa [...] Muita ênfase é colocada na engenhosidade dos inventores pioneiros britânicos. Tipicamente, os historiadores enfocam o processo pelo qual a revolução industrial britânica foi impulsionada por uma “sequência de desafio e resposta” puramente interna.

Esta sequência implicava um processo pelo qual “a aceleração de um estágio no processo de produção colocava forte pressão nos fatores de produção de outros estágios [os ‘pontos de estrangulamento’] e estimulavam outras inovações para corrigir o desequilíbrio”. Foi a resolução cumulativa destes numerosos pontos de estrangulamento pelas novas invenções britânicas pioneiras que culminou no pulo revolucionário final ao moderno capitalismo industrial [...] A tese fundamental deste capítulo é que, apesar dos britânicos terem realmente contribuído, a história é significativamente afetada por transformações geradas ‘por outros’. Marshall Hodgson [1974, v. 3, p. 197] uma vez observou casualmente que o Ocidente era “o herdeiro inconsciente da [...] revolução industrial da China Sung”. Eu concordo com isso, exceto pela palavra “inconsciente”, pois, como argumento neste capítulo, os britânicos conscientemente adquiriram e assimilaram tecnologias chinesas: seja a tecnologia própria, seja o conhecimento de uma tecnologia particular [... Os ingleses] tinham uma capacidade grandemente derivativa: eram excelentes em copiar, assimilar e refinar as ideias de outros [...] Faz mais sentido ver a revolução industrial britânica como um (não insignificante) momento em uma permanente história cumulativa de desenvolvimento global que liga os “parceiros” historicamente distantes da China Sung com a Inglaterra do século XVIII. Eric Jones [1988, p. 80] estava correto em dizer que o avanço revolucionário da China Sung não era como o da Inglaterra — o da Inglaterra era como o da China Sung. Mas, em outro sentido, esta identificação obscurece duas diferenças cruciais. Primeiro que a Inglaterra, diferentemente da China, era bastante dependente de tomar emprestado e assimilar as invenções dos outros, como este capítulo explica. Em segundo lugar, e novamente em contraste marcante com o milagre chinês, a industrialização britânica foi, em grande medida, dependente da apropriação imperial de recursos não europeus — terra, mão de obra, matérias primas e mercados. (Hobson, 2006, p. 190-193)

Hobson (2006, p. 198-199) inicia sua reconstituição dos canais de transmissão dos conhecimentos chineses para a Europa com os primeiros monges franciscanos que chegaram à China em 1245. Ao se acomodarem com os imperadores chineses e encontrarem um nicho na esfera científica daquele país, foram um dos principais canais de transmissão das inovações tecnológicas e ideias chinesas para a Europa. Luís XIV, Colbert, Leibniz e Turgot deram a missões jesuítas tarefas específicas de recolher

material sobre determinadas esferas da tecnologia e ciência. Outros tipos de viajantes e comerciantes também preencheram esta função. O livro do capitão Ekeberg, *Um Relato da Agricultura Chinesa*, traduzido em inglês e alemão, foi um exemplo da literatura de exploração dos avanços da China.

Claramente, então, os europeus podiam ganhar acesso às ideias e tecnologias mais avançadas dos chineses (e outros povos asiáticos). E, como veremos em breve, os europeus, e especialmente os britânicos, começaram a assimilá-las a fim de alcançar e ultrapassar. Infelizmente, nenhum inventor ocidental confessou, na verdade, ter copiado ideias de outros ocidentais, muito menos dos chineses. Como colocou Francesca Bray, “Se tivermos esperança de encontrarmos reconhecimento explícito de tais influências [do Oriente] nos trabalhos [dos ocidentais] ficaremos desapontados. Os inventores e escritores ocidentais plagiavam as ideias uns dos outros desavergonhadamente [...] e podemos ter certeza que passavam como suas ideias que tinham vindo da outra parte do mundo”. Entretanto, é possível traçar o caminho da difusão de certas ideias e tecnologias chinesas específicas. (Hobson, 2006, p. 200-201)

Hobson passará, então, a descrever as contribuições chinesas para a criação de algumas tecnologias chaves da Revolução Industrial.

A Máquina a Vapor

É instrutivo começar notando que os elementos essenciais da máquina a vapor primeiramente apareceram, por escrito, na China no *Tratado Sobre Agricultura* de Wang Chen (1313). O essencial retroage aos foles hidráulicos [chineses] (usados primeiramente em 31 d.C.) Como é normalmente reconhecido, a máquina a vapor de Watt é um aperfeiçoamento da máquina de Wilkinson. Mas a invenção de Wilkinson é mais ou menos idêntica à máquina de Wang Chen. A única, apesar de não insignificante, adição foi o uso do virabrequim (uma das quatro genuinamente independentes inovações que os europeus fizeram no período 500-1700). Além disso, é não menos significativo notar

que o fole de caixa chinês, que era uma bomba de sucção e força de dupla ação, a cada movimento expelia o ar de um lado do pistão enquanto sugava uma quantidade igual de ar no outro lado. Não apenas tinha uma “semelhança formal próxima” com o engenho de Watt como no final do século XVII os chineses tinham desenvolvido uma turbina a vapor [...] Robert Temple (1986, p. 65-66) aponta que “os desenhos europeus [para a máquina a vapor] eram todos derivados, através de vários intermediários, como Agostino Ramelli (1588), da China. Quanto aos pistões impulsionando as rodas, em vez do contrário, o estímulo chinês esteve disponível separadamente aí. Pistões impulsionados por pólvora explodindo foram tentados na Europa, como Needham colocou, baseados na ideia de que ‘o pistão e a biela podem ser considerados uma bola de canhão presa a uma corda’. Já que os chineses inventaram tanto a pólvora quanto o canhão, a combustão interna e o motor a vapor foram parcialmente inspirados pelo fato que um revólver tem um projétil que se encaixa exatamente no cano e é expelido pela força - contribuições adicionais chinesas para as origens de ambos os engenhos.” O revólver e o canhão são, efetivamente, um motor a combustão interna de um cilindro e, como Lynn White [1962, p. 100] originalmente notou, “todos os quatro motores modernos... descendem disso” [...] De fato, um dos maiores desafios que confrontavam James Watt ao desenvolver sua máquina a vapor era a necessidade de furar um cilindro acuradamente impermeável. Interessantemente, ele solicitou auxílio a John Wilkinson; interessantemente porque Wilkinson possuía uma empresa de perfuração projetada para a produção de canhões [...] Na realidade, a máquina a vapor inglesa não surgiu milagrosamente do nada. (Hobson, 2006, p. 208-210)

Carvão e Alto-fornos

O eurocentrismo enfatiza particularmente a revolucionária substituição inglesa do carvão vegetal pelo carvão mineral (sob condições de rápido desflorestamento) [...] Como Phyllis Deane colocou: “O mais importante feito da revolução industrial foi que [o carvão mineral] converteu a economia britânica de ba-

seada em madeira e água para uma baseada em ferro e carvão mineral”. Mas, como notado no capítulo 3, isto obscurece o fato que os chineses já tinham usado o carvão mineral para substituir o vegetal no século XI. Além disso, o alto-forno se originou na China no séc. II a.C. e por volta do séc. V os chineses já tinham desenvolvido um processo de co-fusão no qual ferro forjado e ferro fundido eram misturados para produzir aço. “Isto é essencialmente o processo Martin-Siemens de produção de aço de 1863” [...] Além disso, mesmo em 1850 a Inglaterra produzia baixos níveis de aço (em relação a ferro) devido aos custos de produção muito mais altos. O que mudou isso foi a invenção do conversor Bessemer (1852). E aqui é instrutivo notar que “[O] trabalho de Henry Bessemer tinha sido antecipado em 1852 por William Kelly [...] Kelly tinha trazido quatro especialistas chineses em aço para Kentucky em 1845, de quem ele aprendeu os princípios de produção de aço usados na China há dois mil anos”. (Hobson, 2006, p. 210-211)

Produção de Aço e Ferro

Como notamos no capítulo 3, mesmo em 1788 os níveis de produção de ferro britânicos eram mais baixos que os atingidos pela China em 1078. E seria somente na virada do século XIX que os britânicos foram capazes de igualar os baixos preços do produto chinês do século XI. Como Joseph Needham originalmente apontou: “É um extraordinário paradoxo histórico que [...] a civilização ocidental, que tanto influencia a civilização mundial hoje, seja tão dependente de ferro e aço, [dado que] os chineses estiveram 1300 anos na frente do Ocidente em termos de aço fundido”. A Índia também estava na frente da Inglaterra. O aço *wootz* indiano foi o melhor do mundo por muitos séculos até o XIX e era especialmente valorizado na Pérsia, onde era conhecido como aço de Damasco. Mesmo no final do século XVIII, o produto britânico continuava inferior à variedade de Damasco. Em 1842 o ferro e aço indianos não apenas estavam no mesmo nível, ou superior, ao produto britânico, como era muito mais barato que o produzido em Sheffield. Interessante também que,

nesta mesma época, o número de alto-fornos em operação na Índia era 50 vezes maior que na Inglaterra (e ainda era dez vezes maior no ano pico de 1873). Crucialmente, os produtores ocidentais continuavam perplexos pela alta qualidade do produto indiano e persa. Não admira que quando os ingleses tardiamente se interessaram pela produção de aço, eles olharam na direção das técnicas chinesas e indianas. A primeira tentativa de replicar o processo foi feita por Benjamim Huntsman em Sheffield em 1740, e outras tentativas foram feitas ao longo dos oitenta anos seguintes [...] Como Braudel concluiu: “Durante as primeiras décadas do século XIX, muitos cientistas ocidentais [...] tentaram descobrir o segredo do aço de Damasco: os resultados de suas pesquisas marcaram o nascimento da metalurgia [britânica]”. É importante notar que os produtores britânicos fizeram experimentos na usina metalúrgica Corby para tentar reproduzir as técnicas chinesas antigas de produção de aço. Estas tentativas foram bem sucedidas, e a produção de um aço uniforme foi conseguida. (Hobson, 2006, p. 211-212)

Indústria Algodoeira

A indústria do algodão foi o outro, senão o maior, pilar da revolução industrial inglesa. Em 1830 produtos de algodão tinham se tornado o principal item de exportação. A indústria algodoeira foi, portanto, o marcapasso da industrialização britânica. Mais uma vez os historiadores enfocam uma lista de invenções independentes que foram feitas pioneiramente por vários inventores britânicos, incluindo: a lançadeira volante (*flying shuttle*) de John Kay (1733), o caixilho de fiar (*spinning frame*) de John Wyatt e Lewis Paul (1738), a *Jenny fiadora* (*spinning Jenny*) de James Hargreaves (1765) o caixilho movido a água (*water-frame*) de Richard Arkwright (1767), a *mula* (*mule*) de Samuel Crompton (1779), o tear mecânico (*power-loom*) de Edmund Cartwright (1787), e, uma vez mais, a máquina a vapor de James Watt (1776). E, novamente, estas invenções supostamente seguiram uma trilha endógena numa “sequência de desafio e resposta” na qual a aplicação sustentada do gênio britânico

inventou, e subsequentemente refinou, estas tecnologias. O resultado foi uma decuplicação na fição, que só pôde ser satisfeita com importação de algodão da América. Normalmente se assume que foi do ambiente cinzento de Lancashire no norte da Inglaterra que os primeiros raios ofuscantes da modernidade foram emitidos. Mas Lancashire não foi o lugar onde o milagre do algodão começou. A indústria do algodão não era um fenómeno único da Inglaterra do século XVIII, mas tinha antecedentes fortes na Índia e China. Não apenas a China liderava em termos de máquinas têxteis, mas também tinha inventado o *grande caixilho de fiar (big-spinning frame)* que era superior à máquina de Arkwright. Além disso, nos têxteis os chineses há muito tempo tinham tido máquinas que diferiam em apenas um aspecto crucial das máquinas *spinning Jenny* de Hargreaves e a lançadeira volante de Kay. Como Dieter Kuhn apontou: “Os técnicos da tecelagem chinesa tinham inventado todas as partes essenciais de uma máquina de fiar [similar às invenções britânicas] para uso industrial antes do século XIII [...] De fato, em termos de estrutura mecânica, mesmo a *spinning Jenny*, que nunca foi fácil de operar, não igualava a qualidade da *big spinning frame* [...]”. A única diferença era que a máquina chinesa era usada para produção de seda, e não de algodão. Mesmo assim, foi a difusão das tecnologias da seda chinesa que, em última instância, forneceu a base para as tecnologias têxteis do algodão na Inglaterra. A primeira difusão de invenções têxteis chinesas para a Europa ocorreu no século XIII, quando permitiram a ascensão da indústria italiana da seda, como vimos no capítulo 6. E, por sua vez, os italianos passariam estas ideias para os ingleses. Um dos momentos significativos aqui se refere às fábricas de produção de seda de John Lombe. É significativo porque foram suas fábricas de seda que forneceram o modelo para a indústria do algodão que se desenvolveria em Derby. Aqui descobrimos que a máquina de Lombe era, na verdade, a culminação de uma série de difusões globais nas quais a China comunicou indiretamente à Europa e, é claro, à Inglaterra. John Lombe tirou suas ideias da Itália, onde estas máquinas de seda já eram utilizadas. Mas descrever estas máquinas como invenções italianas obscurece suas origens chinesas. Como foi explicado no capítulo 6, o aspecto crucial dessas máquinas era seu uso de bobinas especiais (máquinas para enrolar). Estas, por sua vez, derivavam da China, onde tais máquinas

tinham sido usadas desde 1090. A máquina de Lombe era também baseada no uso de bobinas e lembrava muito as máquinas chinesas. Além disso, como vimos no capítulo 6, quase todos os aspectos das máquinas italianas lembravam os modelos chineses anteriores até a época em que Lombe visitou a Itália. Mas o ponto principal aqui é que foi a fábrica de seda de Derby (que era baseada em design italiano que, por sua vez, era baseado em modelos chineses) que forneceu o modelo para os produtores industriais emergentes do algodão. (Hobson, 2006, p. 212-214)

Em conclusão do total que foi dito até aqui sobre as origens orientais da Revolução Industrial inglesa, Hobson sumariza:

Nada disso é para dizer que a industrialização britânica foi construída em bases puramente chinesas. Mas é para dizer que a industrialização britânica foi significativamente baseada em um processo de mudanças “geradas por outros” que remonta a muitas invenções chinesas [...] Em suma, minha perspectiva histórica global cumulativa da industrialização sugere que a ênfase convencional da Revolução Industrial britânica como o lugar onde (para citar Rostow) “tudo começou” pode agora ser visto como produto de uma mentalidade eurocêntrica paroquial. (Hobson, 2006, p. 217-218)

A Questão do Racismo na Construção da Identidade Europeia

Após estas (e outras) considerações revisando várias passagens cruciais da história sob uma ótica antieurocêntrica, Hobson apresenta um quadro contrastando a visão tradicional eurocêntrica da história com sua visão revisionista

	Eurocentrismo		Antieurocentrismo
733	Vitória de Carlos Martelo sobre os “sarracenos” na batalha de Tours e Poitiers	751/1453	Vitória árabe na batalha de Talas estabelece a supremacia islâmica no oeste da Ásia central. Os otomanos tomam Constantinopla (1453)
600-1000	A Europa é pioneira na revolução agrícola medieval	400 a.C.- 500 d.C.	A China é pioneira em muitas tecnologias que possibilitariam a revolução agrícola europeia dos séculos XVIII e XIX
c. 1000	Os italianos são pioneiros no comércio de longa distância e no capitalismo incipiente e a Itália se torna a potência global líder	c. 800	Os italianos se juntam à economia global liderada pelos afro-asiáticos. A globalização oriental possibilita a difusão de “portfólios de recursos” orientais que possibilitará o desenvolvimento do Ocidente atrasado.
Pós-1095	Os cruzados europeus assumem controle sobre o Oriente Médio islâmico	1095-1517	Os italianos continuam dependentes do Oriente Médio islâmico e do Egito
c. 1400-1650	Renascentista italiana e revolução científica	c. 800-1400	A renascentista oriental ou islâmica (que subseqüentemente possibilitará a Renascentista europeia e a revolução científica)
1434	A China se retira do mundo deixando um vácuo que será preenchido pelos europeus superiores	1 4 3 4 - 1800/1839	A China continua a ser o principal país produtor e comercial do mundo e consegue resistir às incursões ocidentais bem como ditar os termos aos comerciantes europeus
1455	Gutenberg inventa a imprensa com tipos móveis de metal	1040/1403	Pi Sheng inventa a imprensa com tipos móveis (1040); os coreanos inventam a primeira máquina de imprensa com tipos móveis de metal (1403)

1487/8	Bartolomeu Dias é o primeiro a alcançar o cabo das Tormentas	c. 1492	Os árabes cruzam o cabo em navios à vela (c. 1450) até a Europa. Os chineses (séc. IX), polinésios (c. séc. III) e indianos navegam até a costa leste da África e o cabo.
pós-1492	A Era das Descobertas e a emergência da proto globalização ocidental inicial.	c. 1500-1800	Era das Descobertas afro-asiática: os orientais criam e mantêm a economia global (presidem a globalização oriental). Os chineses optam por não iniciar imperialismo.
pós-1492	Os espanhóis pilham o ouro e prata da América	c. 1450	A China adota a prata como dinheiro e, como o maior produtor/comerciante mundial, cria uma grande demanda pela prata europeia pilhada da América
1498	Vasco da Gama faz o “primeiro contato” com o povo primitivo e isolado da Índia	c. pós-800	Os indianos estão em contato comercial com o resto da Eurásia. Os indianos são economicamente superiores aos seus “descobridores” portugueses. A ciência e tecnologia dos chineses, dos indianos, talvez dos africanos negros, e certamente dos islâmicos, forma a base para o surgimento dos navios e navegação de Portugal.
1498 - c. 1800	Os europeus derrotam os asiáticos e monopolizam o comércio mundial	1498 - c. 1800	Os europeus não conseguem derrotar os asiáticos e continuam dependentes deles para ter uma fatia do lucrativo comércio oriental. A era Afro-asiática continua.
1550-1660	“Revolução militar” europeia	c. 850-1290	“Revolução militar” chinesa, cujos ingredientes tecnológicos formariam a base da revolução militar europeia.

1700-1850	Primeiro milagre industrial ocorre na Inglaterra	600 a.C. - 1100	Milagre industrial chinês. Assimilação das tecnologias e ideias chinesas possibilitará a revolução industrial britânica
1700-1850	A industrialização inglesa é o triunfo de mudanças domésticas ou autogeradas.	1750-1850	“Não europeus” (especialmente africanos) contribuem significativamente para a industrialização britânica através da apropriação e exploração de seus muitos recursos.
1853	O comodoro Perry “abre” o isolado Japão Tokugawa; Japão Meiji, com desenvolvimento industrial tardio, se industrializa copiando o Ocidente.	1603-1868	O Japão Tokugawa continua ligado à economia global. O desenvolvimento independente Tokugawa fornece os fundamentos para a posterior industrialização Meiji (Japão como país industrializado precoce)
1820	A Inglaterra reverte seu déficit comercial com a China	Década de 1820	A Inglaterra reverte seu déficit comercial com a China apenas através do tráfico de drogas naquele país [ópio]
1839-1858	As guerras do ópio e os tratados desiguais “abrem” e resgatam a economia atrasada da China	c. 850 - 1911	A China continua aberta ao comércio mundial e consegue progresso econômico considerável ao longo de todo o período.

Fonte: tabela extraída de Hobson, 2006, p. 318-321.

Se a superioridade asiática era tão óbvia (principalmente, mas não apenas, até o século XV), como pode ter sido criada uma narrativa tão afastada da realidade histórica quanto as teorias eurocêntricas que postulam uma superioridade europeia antiga (indo, por vezes, até a Grécia antiga)? Aqui, Hobson chama a atenção que a visão da civilização europeia como superior não existiu há tanto tempo como afirmação hegemônica óbvia. Na verdade, ela se tornou hegemônica, quase um lugar comum, a partir do século XIX, e teve uma ligação íntima com as correntes do racismo como uma forma de justificação do imperialismo sobre os povos “mais atrasados”. Mas Hobson chama a atenção que o racismo explícito do século XIX foi precedido por uma fase anterior de formação de um racismo implícito.

Este capítulo serve a três propósitos principais. Primeiro, ele avança a afirmação de que a formação de identidade teve um papel importante na ascensão do Ocidente. Faz isso mostrando que a formação de identidade foi um fator importante que levou ao imperialismo, que, por sua vez, possibilitou a fase posterior da ascensão do Ocidente. Segundo, foi a invenção de uma identidade racista que jaz na base do discurso imperial. Isto me pôs em oposição à pressuposição eurocêntrica geral de que propriedades liberais progressistas fundamentaram a ascensão do Ocidente. E, terceiro, ele reforça minha afirmação que o contexto global foi vital para a ascensão do Ocidente. Como nota Gerard Delanty:

“[A ideia da identidade] da Europa encontrou sua expressão mais duradoura no confronto com o Oriente na era do imperialismo. Foi no encontro com outras civilizações que a identidade da Europa foi formada. A Europa não deriva sua identidade de si mesma, mas da formação de um conjunto de contrastes globais. No discurso que sustentava a dicotomia do Eu e o Outro, a Europa e o Oriente [se tornaram] polos opostos em um sistema de valores civilizatórios definidos pela Europa.”

A afirmação de que o imperialismo foi fundamentado em um discurso racista parece implausível apenas se identificarmos o racismo com a sua forma “científica”, já que esta emergiu na década de 1840 — *i.e.*, tarde demais para o imperialismo. Mas, seguindo George Frederickson (e James Blaut), diferenciarei entre racismo explícito e racismo implícito. O racismo implícito foi

construído no séc. XVIII e na primeira metade do XIX. E, apesar da construção do racismo explícito ter começado no início do século XVIII, ele apenas emergiu com força (especialmente na Grã-Bretanha) após 1840. [...] O racismo implícito localiza a “diferença” através de critérios ambientais, institucionais e culturais em vez de propriedades genéricas. Mesmo assim, corporifica uma relação de poder racista que compreende a superioridade ocidental e a inferioridade oriental. Desta maneira, o racismo implícito é mais insidioso que o explícito, pois opera em nível subliminar — seu aspecto racista é frequentemente obscurecido. Foi o racismo implícito que permitiu a europeus sinceramente acreditarem que estavam ajudando o Oriente através do imperialismo quando, na realidade, estavam infligindo repressão, miséria e infelicidade de todas as maneiras — cultural, econômica, política e militarmente. Estas ideologias têm diferentes relações com, ou implicações para, o imperialismo. Crucialmente, o racismo implícito assume que a inferioridade civilizatória pode e deve ser remediada através da “missão civilizadora” imperial. Em contraste, o racismo explícito (ou científico), devido ao fato que enfatiza apenas propriedades genéticas/fisiológicas, tende a ver a inferioridade racial como permanente. Assim, o racismo explícito tem uma relação incoerente com o imperialismo. Muitos racistas científicos eram “pessimistas” e até eram contra o imperialismo seja porque era uma tarefa improdutiva (dado que as raças orientais eram incapazes de se tornar civilizadas), seja porque levaria a uma degeneração da raça superior em função da mestiçagem — como em Gobineau e Robert Knox [... Paradoxalmente] foi na era do progresso do Iluminismo que o racismo implícito emergiu definitivamente. Mas, como Thierry Hentsch também nota, ver o Iluminismo como um período em que os pensadores abertamente planejaram construir uma visão do mundo implicitamente racista é simplista demais. Isso foi, acima de tudo, um processo subconsciente. Além disso, o Iluminismo foi “esquizofrênico”. Seu maior paradoxo foi que pegava emprestado e assimilava ideias orientais (especialmente chinesas) e as incorporava em um corpo epistemológico que imaginava o Oriente como atrasado, o que, por sua vez, levou à missão civilizadora imperial e à repressão do Oriente. O racismo implícito emergiu propriamente durante o Iluminismo. Acima de tudo, o Iluminismo foi um momento definidor na reinvenção da identidade Europeia. Foi baseado efetivamente na

questão de “quem somos nós?” e “qual é o seu lugar no mundo”. Responder a esta questão levou à sistematização, classificação e, mesmo, invenção do mundo. Como resultado surgiu a crença de que o Ocidente é — e sempre foi — o único portador da civilização e do progresso humano nos campos econômico, político e intelectual. Como Samir Amin (1989, p. 89) colocou, este processo de reimaginação “inventou um Ocidente [progressista] eterno, único desde suas [imaginadas] origens”. O discurso criou (em grande parte não propositalmente) um tipo de regime de *apartheid* intelectual no qual o Ocidente esteve segregado do Oriente por uma fronteira imaginária que se remontava à Grécia antiga. Se as visões de que o Oriente tinha estado em contato antigo com o Ocidente e que o Oriente tinha sido pioneiro em progresso econômico ocorriam frequentemente antes do século XVIII, no século XIX elas tinham, em grande parte, desaparecido. Desta maneira, os europeus puderam ignorar ou marginalizar a contribuição positiva que o Oriente tinha dado para a ascensão do Ocidente. Assim, as novas teorias do mundo levaram à asserção de que a ascensão do Ocidente foi um nascimento virgem puro: tinha sido conseguido exclusivamente pelos esforços dos europeus. Desta maneira, os europeus se delinearam como o sujeito progressista da história mundial, tanto no presente quanto no passado, enquanto que os povos orientais foram relegados a objeto passivo. Como colocou Linda Tuhiwai Smith (1999, p. 25): “Uma das supostas característica dos povos primitivos era que nós não sabíamos usar nossas mentes ou intelectos. Não podíamos inventar coisas, criar instituições ou história, imaginar ou produzir algo de valor. Não sabíamos usar a terra ou outros recursos do mundo da natureza. Não praticávamos as ‘artes’ da civilização. Por falta destas virtudes, estávamos desqualificados [...] não apenas da civilização, mas da própria humanidade. Em outras palavras, não éramos completamente humanos; alguns de nós não éramos considerados nem parcialmente humanos.” Foi esta ideia que levou à noção dos asiáticos como “povos sem história”. E, ao ver os povos orientais como incapazes de conseguir progresso, tornava-se axiomático que apenas o Ocidente poderia trazer a dádiva da civilização ao Oriente através do imperialismo [...] Se havia uma essência no imperialismo, era a glorificação dos europeus como “os senhores da humanidade” e o reforço da ideia do europeu como ser superior. Assim, seria o veículo pelo qual: os capitalistas disseminariam a dádiva do capitalismo oci-

dental; os missionários disseminariam a dádiva da mensagem cristã de salvação; os cientistas desenvolveriam o conhecimento científico para todos; os professores disseminariam a dádiva do conhecimento europeu; burocratas universalizariam a dádiva da burocracia racional; e políticos produziram a democracia [...]

Esta teoria foi crucialmente importante para o processo da formação identitária europeia porque possibilitou aos europeus imaginarem-se como decididamente liberais e democráticos, no mínimo por não possuírem o “despotismo oriental”. Isto era necessário porque — como veremos no capítulo 12 — nenhum estado na Europa era democrático ou liberal antes do século XX. Assim, este “retrato totalitário aterrorizante” do Oriente servia para desviar a atenção do problema do déficit democrático dos países europeus. Os pensadores eurocêntricos não apenas fabricaram a Europa-como-democrática, mas também tentaram retrospectivamente jogar esta noção para trás no tempo de modo a representar a Europa como o berço da democracia [...]

A maior acrobacia intelectual aqui envolveu a reimaginação da Grécia. Em um espaço de tempo relativamente curto (do final do século XVIII ao início do XIX) os pensadores europeus repentinamente elevaram a Grécia à posição de berço da civilização europeia, devido a suas supostas instituições democráticas e racionalidade científica. Estabelecer a localização da Grécia dentro da Europa foi também crucial por causa de seu suposto papel na toda-importante Renascença (que supostamente criou a “dinâmica europeia”). Mas esta visão de uma Grécia puramente europeia não era como os gregos se viam. Eles viam a Grécia como fixada firmemente dentro do que era conhecido como o “Ocidente helênico”. Que a Europa tinha sido apenas uma ideia, em oposição a uma realidade geográfica, se reflete no fato de que a “Europa” mesma, na mitologia grega, era a filha de Agenor, rei de Tiro, situada na costa do Líbano. Note também que Tróia estava no leste de Dardanelos. Na realidade, “a Grécia era ligada espiritualmente e culturalmente ao Oriente, e [...] a tentativa de desviar de, ou negar, esta herança oriental sempre implicou, para a Grécia, em aviltar e tornar mais grosseiros valores espirituais e culturais.” Martin Bernal rotulou esta concepção (antieurocêntrica) de que a Grécia tinha sido pesadamente inspirada pelo Egito, de “Modelo Antigo”.

Mas admitir que a Grécia antiga era parcialmente oriental, que a Renascença foi formada ou informada por ideias orientais (es-

pecialmente islâmicas), ou que a Grécia não era especialmente democrática, teria sido confrontador demais. Teria minado a visão emergente de que a Europa tinha sido sempre, de maneira única, progressista e engenhosa. Teria interrompido a linha direta de progresso europeu que os acadêmicos eurocêntricos tinham inventado ou imputado. Os intelectuais europeus tentaram expurgar os aspectos orientais da Grécia e exagerar suas propriedades europeias bem como suas instituições democráticas e científicas. Isto era crucial, visto que a democracia grega era, no mínimo, grosseira: apenas homens gregos participavam do processo político — mulheres estavam excluídas — e a escravidão era uma instituição fundamental (com os escravos naturalmente também excluídos). Além disso, sua ciência devia muito ao Egito antigo. Na terminologia de Bernal, o “Modelo Antigo” da Grécia foi substituído pelo “Modelo Ariano” (o construto eurocêntrico moderno da Grécia como puramente europeia). E, como Bernal e Ali Mazrui notaram, a fabricação da Grécia antiga foi crucial para o construto eurocêntrico da Europa democrática/científica como permanentemente superior ao Oriente despótico/pré-científico. Em suma, a teoria do despotismo oriental foi crucial não apenas para “explicar” o atraso asiático como (não menos importante) para cimentar a identidade da Europa — passada e presente — como o berço da civilização democrática, avançada. E, desta maneira, a teoria elevava o europeu como o sujeito ou agente permanentemente progressista da história e simultaneamente relegava o oriental a um objeto passivo, permanentemente retrógrado, da história mundial. (Hobson, 2006, p. 219-228)

Mas o fato de que a identidade dos europeus os refletia como superiores por si só seria apenas um exemplo de *wishful thinking* e não poderia explicar sua posterior dominação militar e vantagem econômica e tecnológica no final do século XIX e no XX. O que a explicaria, então? Aqui Hobson, seguindo alguns outros autores, enfatiza o papel da *contingência* na ascensão do Ocidente oriental.

Os proeminentes autores antieurocêntricos Kenneth Pomeranz e James Blaut enfatizam “contingência” (acidente fortuito) como o fator crítico da ascensão do Ocidente. Em certo sentido, a ascensão do Ocidente poderia mesmo ser explicada quase completamente através da contingência. Os europeus necessitaram

de muita sorte, já que nunca tinham sido suficientemente racionais, liberal-democráticos e engenhosos para serem os pioneiros de seu próprio desenvolvimento. O primeiro, e provavelmente o mais afortunado momento de sorte que lhes apareceu pelo caminho, foi o fato de que o Oriente tinha trilhado o caminho pioneiro de um significativo progresso econômico via capacidade inventiva que, por sua vez, forneceu aos europeus muitos “portfólios de recursos” que formaram uma fundação para a ascensão do Ocidente. Em segundo lugar, se os asiáticos não tivessem criado uma economia global, muitas de suas mais avançadas inovações simplesmente não teriam chegado à Europa na ausência da globalização oriental.

Um terceiro momento de grande sorte foi o fato de que as sociedades mais avançadas do Oriente não tentaram colonizar a Europa e absorvê-la em sua órbita cultural (como os europeus fariam posteriormente com eles). Como notamos no capítulo 2, os mongóis viraram as costas para a conquista do interior da Europa e, em vez disso, foram em direção à China. Paradoxalmente, os europeus foram extremamente afortunados com a criação do império mongol. Ele transmitiu tanto bens quanto portfólios de recursos orientais ao Ocidente via a rota setentrional da economia global (*a pax mongolica*). Também notamos no capítulo 5 que os muçulmanos não estavam interessados em conquistar a Europa medieval, a despeito de várias incursões ousadas no continente. Além disso, a Europa foi abençoada pelo fato da China ser tão contida: ela não optou por universalizar seu “padrão de civilização” através do imperialismo. De forma triste, este autocontrole da China foi punido mais tarde pela campanha imperial europeia de tráfico de drogas, guerra e o assalto à identidade chinesa quatro séculos mais tarde (cap. 11).

Um quarto momento de sorte — como enfatiza Blaut — derivou do fato de que os espanhóis esbarraram nas Américas, onde ouro e prata abundavam (cap. 8). Foi muito afortunado de início, pois Colombo queria ter chegado na China. Mas ele errou. Se não tivesse se equivocado teria acabado prostrando-se em reverência frente ao imperador chinês — um cenário bem diferente do que se desenrolou nas Américas. Ou como Fernández-Armesto propriamente notou: “Se Colombo tivesse chegado ao Japão, teria sido recebido como uma aberração exótica, ridicularizado por comer com as mãos, e, na China, teria sido recebido

como um ser primitivo tributário, com presentes risíveis.” Além do mais, se tivesse aportado na China, então os recursos de prata das Américas não teriam sido explorados. E, dado que esses recursos foram especialmente importantes para possibilitar a fase de “alcançar o Oriente” após 1500, isto teria sido um golpe rude. Além disso, como James Axtell colocou: “Sem o espólio imediato do ouro e prata dos nativos, os espanhóis provavelmente teriam despedido Colombo depois da primeira viagem como um italiano maluco e redirecionado suas energias econômicas para o leste na trilha dos portugueses, em direção à riqueza provada da África, Índia e Índias orientais”. Entretanto, Axtell talvez esteja errado em um ponto. Sem a apropriação dos metais preciosos americanos, os europeus não teriam sido capazes de manter nem mesmo uma modesta presença na Ásia no período 1500-1800 (já que foi esse dinheiro que financiou seu comércio lá - veja cap. 7). Assim, seriam incapazes de “redirecionar suas energias econômicas para a África, Índia e Índias orientais”. Tragicamente, os europeus foram também afortunados que os nativos americanos tivessem sistemas imunológicos inadequados para as doenças europeias importadas, o que facilitou o processo de colonização europeia. Da mesma forma, os europeus foram extremamente afortunados em ter acesso à mão de obra produtiva dos escravos africanos e que estes tivessem sistemas imunológicos fortes o suficiente para resistir a doenças eurásianas.

Um quinto momento genérico de sorte pode ser resumido sob o título: “Os europeus frequentemente estavam no lugar certo na hora certa”. O exemplo das Américas vem logo à mente. Mas outro exemplo pertinente é que a Companhia das Índias Orientais chegou na Índia exatamente quando o Império Mogul começou a se desintegrar em várias facções concorrentes. O fato é que os ingleses inicialmente não derrotaram a Índia por seu poder militar “esmagador”. A vitória (chamada “heróica”) de Robert Clive em Plassey em 1757 foi produto de boa sorte. O que derrotou o exército indiano não foi o poder militar superior britânico, mas uma série de cisões destruidoras, que levaram ao colapso do exército indiano no que foi efetivamente um “*putsch* de batalha”. Além disso, após 1775 os britânicos conseguiram manter um controle imperial apenas jogando diferentes facções políticas umas contra as outras. Foi apenas posteriormente que as ar-

mas europeias conseguiram consolidar o controle da Inglaterra sobre a Índia. Se o Império Mogul tivesse resistido de início, poderia nunca ter havido uma jóia indiana na coroa imperial britânica. Além disso, se os indianos não tivessem sido anfitriões voluntários e graciosos à Companhia das Índias Orientais desde o começo do século XVII, os ingleses não teriam tido presença lá e não teriam tido a oportunidade de expandir sua base de poder quando o Império Mogul começou a autonomamente desintegrar-se. E o resto poderia não ter sido história.

Para resumir estas três últimas seções, podemos ver agora que a estória da ascensão do Ocidente oriental não pode ser narrada em termos de imanência da estrutura social europeia. A vanguarda do poder global residiu diretamente dentro de diversas partes do Oriente até 1800. Entre 500 e 1000 a vantagem do poder global estava no Oriente Médio. Por volta de 1100 o “pêndulo” se moveu para o leste com a China na liderança do poder intensivo global e, por volta do século XV, tomando a liderança do poder extensivo global. Depois de cerca de 1500 o pêndulo começou a se mover gradualmente para o oeste à medida que os europeus se engajavam em imperialismo e simultaneamente intensificavam suas ligações com o Oriente. Mas foi já bem dentro da fase industrial que a vanguarda do poder extensivo e intensivo global passou para a Inglaterra. Infelizmente não podemos dizer se o Oriente teria feito a transição final para o industrialismo moderno na ausência do imperialismo ocidental. As estratégias de contenção econômica do Ocidente inibiam o potencial de crescimento de muitas economias orientais (a despeito do Japão ser uma exceção que se encaixa na regra antieurocêntrica, já que se industrializou de maneira bem sucedida sem colonização europeia). A melhor analogia para entender o avanço final europeu é a corrida de revezamento dos 400 metros. Uma coisa é certa. Os ingleses nunca teriam cruzado a linha de chegada se o Oriente não tivesse corrido as três primeiras partes em tempo *record*. Ou, como Jack Goody colocou: “A modernização é um processo contínuo no qual as regiões participam em estilo corrida de sapo. Ninguém possui características [inventivas] únicas de um tipo permanente que lhes permita inventar ou adotar sozinho mudanças como a revolução agrícola [ou industrial]”. (Hobson, 2006, p. 313-316)

2.6. *Towards a Global Science* de Susantha Goonatilake

Susantha Goonatilake é um autor nascido em Sri Lanka, com formação em engenharia tecnológica obtida na Ásia e Europa. A carreira acadêmica adicionou um componente sociológico à sua formação técnica. No livro *Towards a Global Science: Mining Civilizational Knowledge* (1998), Goonatilake traça um amplo panorama comparando e contrastando a ciência “ocidental” com a visão científica do sul da Ásia (centrada especialmente, mas não apenas, na Índia) com vistas a propor um projeto sintético dos diversos ramos científicos, ocidentais e orientais, num esforço sinérgico em direção a uma ciência realmente global.¹²

Durante os últimos séculos, desde a Renascença europeia, a empreitada científica emergiu como talvez o maior movimento intelectual do mundo. Em muitos sentidos, é o mais poderoso. Inicialmente, o impulso da ciência foi alimentado por várias fontes: a tradição grega antiga, os árabes e, como pesquisas recentes têm descoberto, de civilizações ainda mais longe, como as do leste e sul da Ásia. Entretanto, desde o século XVI, este tem sido um exercício na maior parte europeu, com nomes como Galileu, Copérnico, Kepler, Brahe, Newton, Leibniz, Lineu, Darwin, Wallace, Hertz, Maxwell, Einstein, Schrödinger e Bohr como figuras chaves.

A dinâmica demográfica destes praticantes científicos de hoje (e amanhã) tem mudado este desequilíbrio. Em países em desenvolvimento, como China e Índia, já há mais pessoas com treinamento científico que na maioria dos países desenvolvidos. Os cientistas nos países grandes em desenvolvimento são, por enquanto, menos produtivos e criativos que seus equivalentes em países desenvolvidos, por uma variedade de razões institucionais e sociológicas. Mas este hiato está sendo preenchido com a globalização e as comunicações instantâneas — veja-se a emergência da Índia como uma superpotência em desenvolvimen-

12 Agradecemos à Indiana University Press a cortesia da permissão para reproduzirmos passagens selecionadas de *Toward a Global Science*. (“Courtesy of Indiana University Press. All rights reserved”) Recomendamos ao público a leitura do original completo.

to de *software* em menos de dez anos de esforço concentrado. Igualmente importante é que laboratórios e universidades em países desenvolvidos estão tendo seus postos de trabalho ocupados cada vez mais por migrantes da Ásia, enquanto a maioria dos alunos de pós-graduação em ciência e tecnologia das instituições americanas prestigiosas é asiática. Os nomes chaves em futuras descobertas refletirão esta mistura étnica múltipla. À medida que a empreitada científica se estabelecer pelo mundo globalizado afora, os futuros vencedores de prêmio Nobel, senão os futuros Einsteins e Darwins, emergirão de fora do rol europeu. A contagem anual dos vencedores de prêmio Nobel já reflete esta mudança; os vencedores não europeus sendo principalmente asiáticos trabalhando nos EUA [...]

Este livro é dedicado a trazer uma dimensão não europeia à ciência diferente destas demográficas. É impulsionado pela forte convicção que as aquisições pré-Renascimento de aspectos do conhecimento asiático — por exemplo, álgebra e aritmética do sul da Ásia, a imprensa, pólvora e bússola chinesas — não esgotaram a contribuição que as civilizações não europeias podem dar à ciência. Na verdade, há elementos de conhecimento válido ainda em depósito no que eu chamo de “armazéns civilizacionais”, que podem ser acoplados à empreitada científica contemporânea.

A legitimidade de tal tarefa foi tornada mais fácil recentemente pelo reconhecimento que tais “armazéns” existem mesmo entre os grupos sociais mais simples, como os habitantes das florestas. A busca pelo conhecimento etnomédico e etnobiológico desses povos é parte da empreitada científica atual. Mas eu estando aqui a busca de esferas muito mais sofisticadas, acessíveis apenas através da acumulação de conhecimento por meio de coleta, registro e debate formais — a saber, conhecimento utilizável em civilizações.

Por razões de familiaridade, eu tomarei a Ásia meridional como um exemplo de civilização a ser explorada [...] (Goonatilake, 1998, p. ix-x)

Goonatilake afirma que dividirá o livro em três seções.

O livro tem três grandes seções. Primeiro, uma breve introdução apresenta os pressupostos epistemológicos da obra e explora os complicados problemas de tentar recobrar elementos científicos de tradições não ocidentais passadas. Eu faço uma especial

distinção entre os esforços seculares que eu advogo neste livro e os que falsamente afirmam que todos os sistemas de conhecimento são equivalentes, além das tentativas puramente impulsionadas pela religião, como, por exemplo, alguns aspectos do movimento da “ciência islâmica”. Nos três capítulos da seção 1, eu estabeleço o quadro de referência para o exercício de “mineração de conhecimentos” ao considerar a ciência sem as viseiras eurocêntricas. Propondo um modelo de construção civilizatória da ciência, eu examino como a moderna empreitada científica foi construída com transferências de outras civilizações, além das contribuições europeias próprias. Mostro também que, de uma perspectiva comparativa, uma grande parte da historiografia da ciência tem que ser repensada, especialmente os eventos-chaves e seus impactos sociais.

A seção 2, sobre a “mineração” [de conhecimentos] para usos contemporâneos, inclui um capítulo introdutório sobre os usos de conhecimento não ocidental, não civilizacional — isto é, conhecimento indígena — na empreitada do conhecimento moderno. Eu então descrevo como na última década o insumo civilizacional do sul da Ásia ou se incorporou ou mostra potencial em três áreas específicas da empreitada científica.

Na seção 3, faço explorações adicionais, mais imaginativas, tocando em casos em que ideias provindas do sul da Ásia foram usadas ou têm potencial para serem usadas em três áreas. Eu exploro como o insumo sulasiático pode ser útil ao navegar por problemas filosóficos e éticos levantados por duas tecnologias que dominarão o futuro: biotecnologia e tecnologia da informação. Eu também mostro como um casamento frutífero de um dos aspectos desta tecnologia — a realidade virtual — com a filosofia sulasiática pode animar tanto a tecnologia como a filosofia [...] Como um exercício em exorcizar os fantasmas do eurocentrismo, ao longo do livro eu darei exemplos de “paralelos e antecedentes” para ilustrar como várias contribuições europeias, até aqui assumidas como originais, tinham emergido previamente ou contemporaneamente na Ásia meridional. (Goonatilake, 1998, p. xi)

Goonatilake começará, então, descrevendo as bases epistemológicas do que ele entende por ciência.

[... A] ciência, quaisquer que sejam suas raízes sociais, políticas, psicológicas ou filosóficas, é, em última instância, “aquilo que funciona”. Simplificando um pouco, é uma caixa preta onde se coloca uma questão; e dela sai uma resposta razoável e testável. Qualquer que seja a trajetória do presente sistema de entrega da ciência, este é o teste último. Consequentemente, todos os sistemas de conhecimento não podem ser equivalentes. Eu não acredito que o conhecimento das leis de movimento de um habitante da floresta chegue nem perto do de um Galileu, Copérnico, Kepler ou Newton. Manter esta posição seria, no extremo, ignorância romântica. Mas eu acredito que o habitante da floresta tem um profundo conhecimento da floresta, de sua flora e fauna. Eu acredito, como muitos antropólogos que estudaram este problema, que o intelectualismo que impulsiona o habitante da floresta é, em última instância, não diferente do de um Newton. Ele ou ela apenas foi colocado face a um conjunto diferente de problemas, um conjunto diferente de situações dadas historicamente, e chegam a diferentes lugares. Também acredito que se um Newton fosse transportado magicamente para a floresta, ele aprenderia muito conhecimento sistemático e testável sobre plantas dos grupos locais, e teria pouco a contribuir sobre este assunto em troca. Por outro lado, se transportássemos um Lineu à floresta, surgiria aí uma conversa animada sobre categorização de plantas.

Mas se mudarmos nossos encontros hipotéticos para entidades civilizacionais, onde sistemas formais de coleta e transmissão de conhecimento existem, haveria discussões mais profundas. Se Leibniz, um contemporâneo e rival de Newton, fosse transportado à China do século XII, ele encontraria muita coisa em comum no que se refere ao seu conceito de mônadas e momentos-pontos, como Joseph Needham documentou [...] Ou, retornando a tempos mais recentes, Mach, o filósofo que mais influenciou Einstein, reconheceria as posições da epistemologia sulasiática — como ele mesmo notou [...]

Em um recente documento público, cientistas americanos advertiram sobre um insinuante relativismo no trato com a ciência pelo qual todos os sistemas de conhecimento são considerados equivalentes; o documento também se queixa de um retorno paralelo ao obscurantismo por meio de cursos multiculturais e pós-modernismo.

[... Nós] temos que ler uma mensagem diferente dos tempos

pós-modernos na psique ocidental: a agenda moderna tem perdido embalo e o pós-modernismo é tanto um sintoma quanto um reflexo desta exaustão. Não é uma agenda para substituir o modernismo, o que seria uma contradição em termos [...]

Este livro não toma a posição, por exemplo, de que os antigos egípcios conheciam as pilhas modernas, uma acusação levantada pelo documento dos cientistas americanos citada acima como um exemplo das não verdades que os cursos multiculturais estão ensinando. [...] Neste livro eu me mantenho na esfera do que é formalmente aceito dentro do discurso essencialmente ocidental. Além disso, mesmo que a ciência contenha muitas incongruências em seu crescimento, como Feyerabend apontou, eu não assumo a posição de que “qualquer coisa vale” na ciência e que não há um método. Há *métodos* e as diferentes ciências usam diferentes abordagens.

Neste sentido, todos os sistemas de conhecimento não são equivalentes. Há também hierarquias de explicações possíveis para muitos fenômenos. Algumas explicações são mais parcimoniosas que outras, explicando muitos fenômenos com um número menor de variáveis; outras predizem melhor; e em ainda outras, os resultados de uma investigação científica de um fenômeno podem ser replicados. Há também fenômenos que, por definição, não podem ser replicados, como o *Big Bang* ou o começo da vida na Terra. Só se pode simular estes eventos [...]

Mas até que medida podemos importar elementos de fora da ciência ocidental tradicional? Pode-se ter uma ciência indiana, uma ciência budista, uma ciência cristã, uma ciência marxista, ou uma ciência islâmica? Com o reconhecimento da base social da ciência, houve tentativas de desenvolver uma ciência socialista na antiga União Soviética e, às vezes, na China. Alguns destes esforços levaram à crueza do lisenkoísmo ou ao anti-intelectualismo da Revolução Cultural. Estes fracassos provaram que mudanças totalizantes não são mais possíveis na ciência. A ciência é como a árvore da evolução biológica que já conhece suas próprias formas de rigidez. Mudá-la completamente é uma tarefa impossível, tão impossível como começar um novo sistema biológico em substituição ao que existe há 4 bilhões de anos. O tempo de revisão total já passou; o sistema existente tem bastante rigidez entrópica. A ciência existente pode ser capitalista, eurocêntrica, patriarcal e/ou baseada em classes. Mas cultivar uma completamente nova não é mais possível. Pode-se apenas

enxertar elementos à árvore existente, e esses novos elementos apenas “pegarão” se houver alguma compatibilidade. Podem-se fazer pequenos ajustes graduais, entretanto, e alguns destes podem ter um grande impacto se estiverem fundamentados em mudanças epistemológicas ou ontológicas profundas. Mas todas essas mudanças têm que ser manobradas dentro das necessidades paradigmáticas de uma dada disciplina. Assim, há limites para digamos, uma ciência islâmica ou algum outro tipo de ciência baseada em religião [...]

Eu importo à discussão conceitos e resultados de diversos sistemas de crenças sulasiáticos nos capítulos seguintes, incluindo matemática jainista, psicologias indiano-budistas e ontologias de diferentes tradições. Os sistemas de crença sulasiáticos podem todos ser descritos como sistemas filosóficos com elementos de observação, em comparação com as tradições religiosas de revelação judeo-cristãs. Eu uso esses elementos importados apenas se ajudarem nos problemas tratados. O resto da bagagem religiosa não é importado. Esses elementos são encaixados nos problemas que se apresentam, e não o contrário: tentar encaixar os problemas em pressuposições *a priori* de um sistema de crenças. Eu não quero substituir o doutor ocidental pelo curandeiro. Eu acredito, entretanto, que há elementos que o curandeiro — ou em nossos casos mais sofisticados, o “portador de conhecimento civilizacional” — pode contribuir para a base de conhecimentos de doutores nas diferentes ciências. Algumas dessas contribuições podem render abordagens completamente novas e sofisticadas, como no caso do conhecimento civilizacional. Assim, pode haver limites estritos alcançáveis por uma ciência impulsionada apenas pelos mulás, mas, por outro lado, ainda haverá muitos elementos na grande tradição científica islâmica que podem ser úteis. Muito provavelmente há coisas importantes que não foram traduzidas para o latim do árabe nos manuscritos em Córdoba e outros lugares, conceitos que ainda vale a pena examinar. Similarmente, em outras grandes áreas civilizacionais, como o leste da Ásia, e outras menores como as Américas pré-colombianas, há minas de conhecimento ainda a serem exploradas.

Se isso soa como se eu estou aceitando a hegemonia “totalizante” da ciência moderna, estou. Eu quero expandi-la se possível, não destruí-la. Eu quero ir além do Iluminismo e dos projetos modernos com suas limitações eurocêntricas. Mas as ciências modernas, quando vistas individualmente, não são projetos to-

talizantes monolíticos, ontológica ou epistemologicamente falando. Há muitas diferenças e mesmo contradições nas abordagens para as diferentes disciplinas quanto a metodologia, epistemologia e, às vezes, ontologia. Assim, a ciência, como projeto totalizante, é totalizante apenas à medida que é uma tentativa cética organizada para conseguir conhecimento válido. Eu me sinto perfeitamente confortável com essa busca. Eu quero apenas expandir o ceticismo, para torná-lo mais válido, e alargar o raio de ação. (Goonatilake, 1998, p. 1-8)

Goonatilake começará repensando algumas bases do *corpus* do pensamento ocidental, como a teoria de que este pensamento teve suas origens primordialmente entre os gregos antigos.

Pesquisas recentes indicaram que a visão da Grécia como um ponto de partida civilizacional particularmente único foi estabelecida no século XIX [...] Uma dessas ideias revisionistas recentes, posta por Martin Bernal, é que há muitas raízes africanas na civilização grega. Sua visão, transportada para a história da ciência, altera consideravelmente a rígida trajetória marxista-eurocêntrica para a ciência desenvolvida por seu pai, J.D. Bernal. Martin Bernal argumenta que o conceito de Grécia como a principal fonte do conhecimento e identidade ocidentais foi socialmente construído na Europa do século XIX. Seu argumento realça como os antigos gregos mesmos — incluindo Heródoto, o “pai” da história grega — reconheciam sua profunda dívida para com o Egito. A partir daí Bernal argumenta que aspectos da herança egípcia europeia foram transmitidos ao longo dos séculos continuamente dos antigos gregos aos romanos, até a Renascença e a ordem Rosacruz do século XVII e os maçons do século XVIII. Seu quadro oferece um ponto de partida para fugir do etnocentrismo de um modelo puramente grego.

Ele argumenta persuasivamente que o modelo grego foi uma invenção do século XIX profundamente ligada à ascensão do racismo e imperialismo europeus [...] Com a emergência da escravidão e impérios coloniais, a ideia de que povos africanos de pele escura fossem os verdadeiros originadores da civilização grega era agora incompatível com a criatividade e civilização.

Ao retroagir o primado da civilização grega a raízes culturais mais antigas no Egito e em outras civilizações precoces da re-

gião, como a Suméria, Martin Bernal abriu uma trilha em direção ao reconhecimento de como ideias destas civilizações mais antigas ajudaram a Grécia [...]

Assim, o caráter único da herança grega é problematizado e os dados sobre paralelos e antecedentes à era grega também problematizam os dados sociológicos do aparecimento da ciência. Esta situação clama por uma perspectiva histórica nova de longo prazo sobre a ciência. O que eu chamo de uma “perspectiva civilizacional” ajudará a prover uma visão meta-histórica da natureza da ciência. Em nossa perspectiva, a presente ciência ocidental é uma ciência civilizacional. Neste sentido, podemos analisar quais elementos sociais e de outros tipos ingressaram (e ingressam) no estabelecimento da ciência ocidental. Este conhecimento ajudará a universalizar os processos de busca de conhecimento científico e prover dicas e perspectivas sobre meu próprio objetivo: “mineirar” outras civilizações em busca de ciência. (Goonatilake, 1998, p. 15-16)

Goonatilake apontará que a ciência não ocorre em um vácuo e sim em um meio social específico. Mostrará as bases sociais e nacionais que balizam a criação científica no mundo.

Estudos na macroperspectiva de longo prazo tentam relacionar a emergência da ciência matematizada nos séculos XVI e XVII ao Renascimento e ao capitalismo mercantil; a ótica newtoniana e os estudos balísticos às necessidades sociais do período mercantilista inicial e seu interesse em navegação; e a emergência da teoria quântica na Alemanha do pós-Primeira Guerra Mundial às condições intelectuais e sociais da república de Weimar. Estas mudanças macrocognitivas correspondentes a mudanças macrossociais são mais difíceis de provar que os fatores sociais no nível de nações ou de grupos pequenos. Mesmo assim são sugestivos. A emergência da hegemonia econômica europeia acompanha, assim, a emergência da ciência ocidental e provê o contexto para ela [...]

Diferenças nacionais na ciência

De acordo com um estudo empírico, as práticas de ciência e tecnologia nos EUA, Japão, Inglaterra, França, Suécia e Alemanha

variam, dependendo de fatores como a história do país, fontes de financiamento, alocações para pesquisa e desenvolvimento, e mecanismos coordenadores. Estudos específicos de países e disciplinas individuais indicam como estes diferentes fatores operam na prática [...]

[... Por exemplo, entre 1900 e 1930,] a ciência se desenvolveu vigorosamente na França devido a um forte apoio governamental, um forte lobby pela ciência e melhoria institucionais. Mesmo assim, a França foi ultrapassada por outros mais tarde por causa de fatores ideológicos, diferenças epistemológicas e conflitos institucionais. No início do século XX, as forças do tipo “empurrão do lado da oferta” de dentro da comunidade científica gradualmente ajudaram a ciência, enquanto que em outros países um “puxão do lado da demanda” de fatores políticos e econômicos influenciou o desenvolvimento da ciência.

O campo da supercondutividade de alta temperatura fornece outro exemplo de respostas contemporâneas diferentes dos sistemas científicos e tecnológicos nacionais para importantes avanços. Com o advento da supercondutividade de alta temperatura, os japoneses desenvolveram uma estratégia nacional dentro de instituições nacionais. Os EUA, por outro lado, não tinham uma estratégia em nível nacional. A ênfase dos EUA é em individualidade e, assim, centenas de estratégias existem, cada uma tendo diferentes objetivos e impedindo uma resposta americana coordenada.

Diferenças nacionais também aparecem no comportamento das publicações. Um estudo de artigos de países nórdicos em pesquisa cardiovascular indica uma forte correlação entre a localização regional e especialização das citações, bem como das revistas científicas citadas. Por exemplo, um artigo publicado em um jornal dos EUA foi citado por autores de artigos em outros jornais dos EUA mais frequentemente que autores publicados fora dos EUA. Por causa do tamanho maior da comunidade científica dos EUA, isto resulta em citações mais frequentes para publicações americanas em pesquisa cardiovascular que em publicações nórdicas — resultando em um problema de acesso cognitivo. Isso também sugere que um artigo em uma revista científica situada ainda mais periféricamente que os países nórdicos, como uma revista do Terceiro Mundo, dificilmente atingirá a corrente principal da comunidade científica, mesmo se contiver descobertas significativas.

Esta marginalização dos países em desenvolvimento é mostrada

em estudos comparando as práticas de publicação daqueles que escrevem para revistas locais e aqueles que escrevem para revistas ocidentais. Estudos do contexto em dois países em desenvolvimento — Coreia e Filipinas — indicam que aqueles autores que publicam localmente tendem a citar fontes nacionais mais que aqueles que publicam internacionalmente — que tendem a citar fontes internacionais [...]

Vamos levar esse argumento sociológico adiante, na direção de microexemplos. Tais estudos são impossíveis para períodos anteriores a este século: a evidência simplesmente se perdeu. Mas eles nos permitem argumentar a favor de uma perspectiva civilizacional, geopolítica ao mostrar como a construção da ciência é profundamente relacionada às condições materiais. Estudos de caso detalhados, realizados na última década e meia, discutiram em bastante detalhe como a construção da ciência se dá dentro de pequenos grupos que realmente “fazem” ciência. Estes pequenos grupos incluem membros de laboratórios, redes de praticantes ou teóricos constituindo “faculdades invisíveis”, e “porteiros” em cada disciplina, tais como editores e pareceristas. Existem suficientes estudos de caso descrevendo em detalhes a natureza contingente e social do conhecimento assim produzido [...]

Novamente, estes microestudos apóiam meu argumento de que as precondições da cultura científica existem universalmente, mas circunstâncias sociais, econômicas e de outros tipos limitam e condicionam os locais onde a atividade científica florescerá. No mundo antigo, havia muitos locais possíveis. Desde a emergência da hegemonia ocidental, há menos lugares, assim a geopolítica da ciência tem sido limitada por fatores como riqueza e acesso a recursos. (Goonatilake, 1998, p. 16-19)

Mas como poderemos, então, fugir a este círculo vicioso e auto-perpetuante de uma ciência ocidental hegemônica e caminhar em direção a uma ciência realmente global, que incorpore, em bases democráticas, as contribuições de outras civilizações?

Atualmente não há possibilidade de começar do zero novas trajetórias da ciência [...] Enxertar conhecimento na árvore do conhecimento dominante pode ser feito de duas maneiras. Uma é incorporar diretamente material existente que tenha validade demonstrável imediata. A outra maneira é trazer, como metá-

foras, elementos de outras tradições que poderiam instigar a imaginação e dar origem a novos conceitos. O primeiro método seria, por exemplo, enxertar na tradição europeia, digamos, o conhecimento do compasso, pólvora, da matemática, e conhecimentos de flora e fauna [de outras civilizações] como ocorreu na Renascença e imediatamente depois. O segundo método seria como as muitas transferências de metáforas que têm sido constantemente usadas na construção da empreitada científica. O fluxo de conhecimento entre civilizações não é novo. De fato, a história da trajetória científica ocidental está repleta de tais exemplos. Assim, no próximo capítulo, oferecerei detalhes de como o ambiente de fundo para estes intercâmbios entre Ocidente e Oriente existiu desde tempos antigos, e como o tráfico cultural fluiu de um para o outro [...]

O próximo capítulo, então delineará o *background* histórico desta percolação mútua, mas seletiva, entre o Ocidente (inicialmente significando Grécia e depois Europa ocidental) e o Oriente (representado, em nosso estudo de caso, pela Ásia meridional).

O Pano de Fundo das Correntes Cruzadas: Onde o Oriente e o Ocidente se Encontraram

Desde o século XVIII, a tradição intelectual sulasiática anterior tem sido deslegitimada. Em vez disso, a tradição científica ocidental dos últimos séculos tem sido totalmente adotada [...] Entretanto, a forte bifurcação das tradições sulasiática e europeia é recente. Um estudo detalhado do crescimento histórico das duas tradições científicas indica consideráveis áreas sobrepostas e influências mútuas desde tempos antigos. Assim, por exemplo, se as tradições cultural e científica da Renascença se inspiravam retroativamente nos gregos, então estavam de fato olhando para fontes gregas parcialmente influenciadas por outras do sul da Ásia. [...] Traçarei] as interações entre essas duas tradições e indicarei as áreas sobrepostas e de congruência entre elas.

As raízes destes entrecruzamentos se remontam às culturas seminais que alimentaram tanto as tradições científicas gregas como as sulasiáticas. No caso da Grécia, a cultura clássica grega (à parte as novas evidências da influência egípcia documentadas por Martin Bernal) foi alimentada inicialmente pe-

las tradições das civilizações nilótica e suméria, e mais tarde pelas tribos de língua ariana que invadiram a Grécia. A cultura sulasiática que se desenvolveu na planície gangética deve sua existência à tradição indiana por um lado e, por outro, a influências culturais transmitidas através da língua indo-europeia do sânscrito e suas tradições orais.

Uma das civilizações que influenciaram a formação da Europa através da Grécia foi a Suméria, uma civilização com conexões próximas à cultura do Indo que foi contemporânea a ela. Alguns selos da cultura do Indo foram encontrados na Suméria, e um busto achado em Mohenjodaro é uma escultura estética lembrando a arte da Mesopotâmia, com as feições sendo semíticas. Estas descobertas indicam que ligações comerciais estreitas e outros contatos foram mantidos pelas duas regiões. Em um período posterior também, o comércio entre a região e o golfo pérsico foi feito pelos fenícios, iniciando-se em 975 a.C. [...]

As línguas dos gregos e dos invasores arianos do noroeste do subcontinente indiano, bem como o império persa intermediário, tinham uma origem comum. Esta linguagem comum muito provavelmente também transferia traços culturais comuns de sua fonte original [...] Há similaridades interessantes entre os deuses da antiga Grécia e os deuses védicos [...] Ambos os povos adoravam deuses similares, como o Pai Céu (Júpiter, Dyaus Pitar), a aurora (Aurora, Ushas), o sol (Helios, Surya) e a Mãe Terra [...]

Um terceiro processo como esse ocorreu durante o império persa que, em seu auge, ia do Mediterrâneo ao Indo. Edward James Rapson observou em seu *Ancient India* que nunca os meios de comunicação por terra estiveram tão abertos ou as condições tão favoráveis para o intercâmbio de ideias entre o sul da Ásia e o Ocidente [...]

Foi após as Guerras Greco-Persas que o Oriente entrou na psique ocidental e o mito da divisão entre Oriente e Ocidente (e o conceito de Europa) nasceu [...] O historiador grego Heródoto escreveu que Dario I (521-486 a.C.) frequentemente conclamava gregos e indianos juntos para conselhos e discussão [...] Mais tarde, Aristoxenes (350-300 a.C.) menciona um diálogo sobre a vida humana entre Sócrates e um filósofo indiano.

Possivelmente por causa destas ligações, algumas das ideias prevalentes no subcontinente entre 700 e 500 a.C. (encontradas nos hinos védicos tardios, Upanixades, e nas filosofias budista e jainista) aparecem no pensamento grego posterior. Os paralelos

às vezes são impressionantes. A busca de uma realidade única nos Upanixades ecoa em Xenófanés, Parmênides e Zeno, os fundadores da matemática grega que buscavam também a realidade única. Diz-se que Pitágoras, um dos fundadores do orfismo, viajou extensivamente e foi influenciado pelos egípcios, assírios e indianos. O pensamento de Pitágoras inclui visões caracteristicamente sulasiáticas como a transmigração da alma e a habilidade de lembrar vidas passadas. O próprio Pitágoras “se lembrou” de ter lutado na guerra de Tróia em vida passada. Rawlinson notou que quase todas as teorias matemáticas, filosóficas e religiosas ensinadas por Pitágoras eram conhecidas na Índia no século VI a.C. Assim, os pitagóricos, como os jainistas e budistas, não destruíam a vida ou comiam carne. Deve-se notar, entretanto, que nem todos os aspectos da matemática de Pitágoras eram conhecidos na Índia, por exemplo, o teorema de Pitágoras em sua formulação teórica (apesar de que sua utilização prática já lhes era familiar) O conceito de carma, representando seu “ciclo de necessidade”, era também central à filosofia de Platão, um dos fundadores da tradição filosófica ocidental. De acordo com Platão, o renascimento deve-se à necessidade, os seres humanos renascendo como animais ou novamente como humanos, uma crença comum a todos os grandes sistemas religiosos sulasiáticos. B.J. Urwick traçou em detalhes os paralelos entre o pensamento platônico e a filosofia indiana. Recentemente Vissilis Vitsaxis, um acadêmico grego moderno, fez um estudo detalhado de Platão e dos Upanixades e mostrou que em termos de estrutura e método, abordagem geral e crescimento de linhas paralelas de pensamento em pontos específicos, as duas tradições mostram características comuns. Outros paralelos entre as duas tradições são indicados pelo ensinamento de Xenófanés de que Deus é uma unidade eterna. Empédocles (490-430 a.C.), um discípulo de Pitágoras, propôs a teoria dos quatro elementos da matéria e a teoria dos quatro humores da doença. A teoria de Empédocles consiste de terra, água, ar e fogo e tem paralelos com os conceitos anteriores de *pancha bhuta* de *prthvi*, *ap*, *tejas*, *vayu* e *akasa* — terra, água, calor (fogo), ar e o vazio (éter). Deve-se notar que no sistema sulasiático, havia às vezes apenas quatro *pancha bhutas*: Nyaya e Vaisesika reconheciam cinco, enquanto que jainistas, budistas e os Charvakas materialistas reconheciam apenas quatro; terra, água, calor e ar. A visão aristotélica posterior do mundo físico

também incorporaria os conceitos essenciais *pancha bhuta* dos cinco elementos. As categorias de castas dos varnas — brâmanes, xátrias, vaixás e sudras — também têm paralelos com a República de Platão, onde os guardiões, filósofos, soldados e o povo formam os quatro estratos sociais. A doutrina dos quatro humores foi depois seguida por Hipócrates (460-377 a.C.). A teoria dos humores evoca comparação direta com o *tridhatu* paralelo do muito anterior *Rig Veda* e o *Tridosha* de Ayurveda.

Há também muitos paralelos entre os *Samhitas* de Charaka e Susruta (os trabalhos em sânscrito clássico sobre, respectivamente, medicina e cirurgia) e os sistemas gregos. Estes foram enumerados por Jolly, que cita mais de quinze grandes coincidências. É pouco provável que esses paralelos tenham acontecido por acaso, dado que as chances contra tantas coincidências seriam muito altas. Assim, “o tratado hipocrático *Sobre a Respiração* trata de maneira igual ao conceito indiano de *Vayu* ou *prana* seu sistema pneumático. Platão, em seu *Timeu*, estranhamente discute patologia da mesma maneira que a doutrina de *tridosha*”.

Enquanto algumas das ideias *tridosha* têm antecedentes sulasiáticos anteriores, empréstimos diretos pelos gregos somente podem ser colocados como hipótese. Uma rota possível é através de Pitágoras, o filósofo que mais influenciou a medicina hipocrática. É sabido que ele viajou pela Índia e aprendeu, entre outras coisas, a doutrina da transmigração. Em sua volta à Europa, ensinou a teoria de medicina e sistema dietéticos, juntamente com outras ideias. É possível, portanto, que tenha havido contatos e transmissões. Mas o fato de que as duas regiões tinham diferenças em teorias e práticas sugere também que houve desenvolvimentos pelo menos parcialmente independentes. A coleção hipocrática também menciona um regime indiano para a limpeza dos dentes, bem como lista drogas de origem indiana, algumas com nomes em sânscrito corrompidos.

Igualmente, as teorias atômicas ocorrem em dois sistemas, aparecendo mais cedo no sul da Ásia: “uma teoria atômica ensinada por Pakudha Katyayana, um contemporâneo mais velho que Buda [...] foi, portanto, anterior a Demócrito”. A crença de Heráclito de que tudo está em um estado de fluxo foi precedida de uma maneira mais sofisticada pelas discussões *anicca* e *anatta* dos budistas. A visão de Empédocles de que amor e ódio agem mecanicamente nos cinco elementos tem paralelo na adição de alegria e tristeza aos elementos pelos budistas e ajivakas.

Aristóteles, em seu sistema explicativo, trouxe a doutrina do meio (em 340 a.C.) enquanto que doutrinas semelhantes tinham sido ensinadas pelos budistas e outros alguns séculos atrás.

Depois do encontro de Alexandre, o Grande, com o sul da Ásia, houve um diálogo explícito com a Índia. Diz-se que vários que viajaram com Alexandre encontraram-se com sábios indianos: Onesicrito [...], Anaxágoras e Pirro, o cético radical. Foi relatado que o próprio Alexandre manteve conversações com os sábios indianos. Na época da invasão da Índia por Alexandre, os gregos já tinham contato com o conhecimento indiano sobre dieta, higiene, tratamento de mordidas de cobra, e veterinária. E Strabo considerava a astronomia como o passatempo favorito dos brâmanes [...]

Durante o Império Romano, que continuou e manteve a tradição clássica europeia depois do eclipse da Grécia, os contatos com o sul da Ásia continuaram. Os romanos comerciavam pesadamente com o sul da Índia e Sri Lanka principalmente em artigos de luxo e, como Plínio recorda, quatro embaixadores foram enviados de Sri Lanka a Roma. Alguns sulasiáticos se estabeleceram em Alexandria e outros centros comerciais [...]

Na Antiguidade clássica tardia, a Índia era descrita, em alguns debates, como a origem da filosofia e religião. Alega-se agora que figuras-chaves como Platão, Demócrito, Ferécides e Pitágoras viajaram à Índia e pegaram ideias emprestadas [...]

Por volta do século II d.C. a Índia tinha quase totalmente substituído o Egito como a origem do pensamento e do aprendizado [...] Sobre a influência do sul da Ásia no pensamento grego, Clemente [de Alexandria] era firme: ele declarava abertamente que “os gregos roubaram sua filosofia dos bárbaros” [...]

Com o passar da Idade Clássica e início da Idade Média na Europa, os contatos entre a Europa e o sul da Ásia continuaram, desta vez com os árabes como intermediários. Os árabes iriam ter agora o papel que anteriormente os persas, alexandrinos e gregos tiveram de juntar as ideias do Oriente e Ocidente.

A Conexão Árabe

No reinado do califa al-Mansur (753-774 d.C.) embaixadas vieram do Sind a Bagdá. Entre eles estavam intelectuais que trouxeram obras sulasiáticas sobre matemática, tais como *Brahmasphuta-*

siddhanta e *Khandakhadyaka* de Brahmagupta, que al-Fazari e outros traduziram para o árabe. Estes dois trabalhos foram muito usados e tiveram uma grande influência na matemática árabe, apesar de haver um número de outras obras em árabe sobre a aritmética indiana. *Aryabhatiya*, de Aryabhata, foi trazida aos países árabes por Abdul Hasan Ahwazi. A tradução de al-Fazari do trabalho indiano foi intitulada *Grande Sindhind*.

Musa al-Khwarizmi (c. 825 d.C.), cuja importância na história da matemática é atestada pelas palavras matemáticas derivadas corrompidamente de seu nome, como “algoritmo” e “álgebra”, fez suas tabelas astronômicas baseadas na tradução de al-Fazari bem como em elementos das astronomias babilônica e ptolomaica. Ele também apontou a origem indiana do sistema de números [chamados arábicos atualmente...] Os fundamentos da trigonometria moderna tinham sido desenvolvidos por Aryabhata I, e também foram transmitidos, através de traduções, aos árabes que, por sua vez, passaram a informação à Europa [...]

Os árabes chamavam a matemática de *hindsat* (“a arte indiana”), ilustrando sua própria percepção da ordem das coisas. O conhecimento matemático tomado emprestado de fontes indianas incluía o método indiano de notação e enumeração aritmética [conhecido no Ocidente como algarismos arábicos], o conceito de zero, o sistema decimal, álgebra e trigonometria. Com o tempo, a metodologia asiática substituiu o ábaco nos cálculos usados em comércio, governo e tecnologia [...]

Os árabes também traduziram grandes obras da medicina indiana ao mesmo tempo em que indianos trabalharam em hospitais árabes. Mais tarde esta transmissão continuou mais para o oeste quando al-Razi (865-925) escreveu um grande trabalho incorporando muito do conhecimento médico sulasiático que foi então traduzido para o latim por Farachi e se tornou, na Idade Média, o texto médico padrão da Europa, fornecendo a base para desenvolvimentos posteriores.

Entre aqueles que transmitiram conhecimento matemático sulasiático (incorporado em textos árabes) mais adentro da Europa estava o inglês Adelard of Bath. Cerca de 1142 ele traduziu a obra de al-Khwarizmi através de sua versão espanhola [...] Outros que transmitiram mais adentro da Europa foram João de Sevilha, Robert of Chester, Alexandre de Villedieu, John Sacrobosco, e Leonardo Pisano. João de Sevilha foi o autor de *Liber algorismi*, que era baseado nos textos árabes, incluindo aqueles de al

-Khwarizmi. Por volta de 1141, Chester traduziu o *Hisab al-jabr wal-muqabala* de al-Khwarizmi, que incorporou muito da álgebra indiana. Villedieu escreveu *Carmen de algorismo* (c. 1200), que seguia de perto o *Liber algorismi* de João de Sevilha. *Carmen* foi traduzido para o inglês, francês, islandês e outras línguas europeias. Sacrobosco, um contemporâneo de Villedieu, escreveu *Algorismus Vulgaris*, também um texto aritmético. O clássico de aritmética *Liber abaci* (1202), de Pisano, a primeira versão completa em latim da aritmética árabe e indiana, é considerado o começo da Renascença em termos de aritmética.

Os desenvolvimentos em aritmética na Renascença facilitaram a ascensão do comércio na época. A nova aritmética, baseada no sistema de notação posicional decimal, era chamada “algorismo” e o súbito aparecimento de muitos livros sobre o tópico, do século XVI em diante, indica sua importância.

As Viagens de Descobrimento e Após

Em suas extensivas “viagens de descobrimento” os europeus possuíam uma gama maior de engenhos e habilidades do que qualquer civilização asiática contemporânea ou europeia passada. E, mesmo assim, este novo conhecimento incluía empréstimos significativos do Oriente, especialmente em matemática e técnicas para as artes de renovada importância da navegação, astronomia e guerra. Os sistemas sulasiáticos de aritmética, álgebra e trigonometria (transmitidos um pouco antes pelos árabes) foram rapidamente desenvolvidos e utilizados para estes propósitos.

Assim, os portugueses, através de intermediários mediterrâneos interessados em astronomia, adquiriram conhecimentos de navegação na forma de tabelas, astrolábios e mapas — mas estes eram frutos de ideias árabes, indianas e de outros asiáticos. Os artefatos e técnicas usadas pelos marinheiros europeus em suas viagens pelo Oriente também incluía muitos outros empréstimos, tais como a bússola, o leme axial de popa da China, a vela latina dos árabes, a vela de mastro da Índia, e o uso de mastros múltiplos de várias fontes asiáticas. O conhecimento geográfico detalhado requerido pelos europeus foi obtido também de várias fontes asiáticas, incluindo informação para cruzar o oceano Índico. O oceano Índico tinha sido cruzado, nos séculos ante-

riores, por povos do sul e sudeste da Ásia e pelos árabes [...] De acordo com algumas fontes, o piloto de Vasco da Gama através do oceano Índico foi um árabe ou indiano; quando ele retornou a Portugal, trouxe vários instrumentos úteis para a navegação, chamados *kamals*. [...] Exceto na travessia do Atlântico, o gênio dos viajantes-descobridores [europeus] era em coletar e aplicar o conhecimento geográfico espalhado por diferentes povos. Depois dessa era, os portugueses introduziram novas ideias e produtos à Europa. Estas inovações foram importantes, mas sua influência não atingiu a importância das importações anteriores da Ásia, como a álgebra, trigonometria e pólvora.

Nas terras recentemente descobertas, os europeus encontraram remédios e ervas desconhecidas na Europa. Aqui particular atenção deve ser prestada ao português Garcia d’Orta, cujas descrições das plantas medicinais tiveram profunda influência no mundo científico contemporâneo. A introdução destas novas plantas abriu a mente científica europeia aos seus possíveis usos e classificação, esta última atingindo seu auge com Lineu no século XVIII. As línguas que os europeus encontraram também encorajaram novos sistemas de classificação linguística. O conhecimento importado abriu assim novos horizontes em botânica, geografia, estudos linguísticos e costumes sociais. A nova força e habilidade europeia de combinar ideias de diferentes fontes a fim de criar conhecimento novo apenas acelerou-se nos séculos seguintes e contribuiu para as diferenças agudas no desenvolvimento posterior de Europa e Ásia.

Como descrito anteriormente, parte do enorme corpo de literatura indiana sobre a prática de medicina tinha percolado para o Ocidente em séculos anteriores, parcialmente através dos gregos e, posteriormente, através dos árabes, tornando-se uma parte inerente da tradição europeia. Entretanto, do século XVIII em diante, duas novas contribuições sulasiáticas importantes chegaram à Europa: a cirurgia plástica e, possivelmente, a vacinação contra a varíola. Álvares e outros descreveram como as técnicas de cirurgia plástica fluíram para a prática inglesa no século XIX através de traduções da literatura sânscrita e observações pessoais de viajantes britânicos na Índia. “A cirurgia plástica indiana se manteve à frente da europeia até o século XVIII.” [incluindo remoção de úlceras e operações nas lentes dos olhos].

No campo da tecnologia após o século XVII, influências culturais do sul da Ásia continuaram a chegar ao Ocidente, como

documentado por C.A. Alvares. Ele notou que a primeira grande indústria a se desenvolver durante a Revolução Industrial, a indústria têxtil, deveu muito à transferência de tecnologia da Índia. Após um exame detalhado desta transferência tecnológica, baseado em documentos da época, ele resumiu assim: “Na Inglaterra e no continente, a indústria têxtil foi revolucionada através do estudo e imitação do trabalho de artesãos asiáticos. E, mais tarde, estes melhoramentos, atrelados a máquinas, mudariam a maré dos acontecimentos.”

A história dos desenvolvimentos na tecnologia do ferro e do aço no século XVIII, também uma parte essencial da Revolução Industrial, mostra influência indireta da tecnologia do aço indiana [...] O aço indiano, ou wootz, que tinha sido fabricado desde tempos antigos, foi introduzido na Inglaterra do século XVIII, onde era muito estimado. Na década de 1790, amostras de wootz criaram uma intensa curiosidade técnica e científica. Após exames, especialistas ingleses o julgaram como o melhor do mundo.

Até o século XVIII, a Europa acreditava que todas as línguas eram derivadas do hebreu confundido na Torre de Babel. A figura chave na nova disciplina da linguística foi William Jones, um juiz da Suprema Corte de Calcutá, que percebeu algumas das interconexões entre o sânscrito e as línguas persas por um lado e as línguas antigas da Europa por outro. No século XIX, a nova disciplina da linguística (filologia) estava assentada em bases firmes, ajudada pelos trabalhos do grande gramático de sânscrito do século IV a.C., Panini — que tinha, efetivamente, desenvolvido e estabelecido a linguística como ciência. A análise de Panini era formal e descritiva, e muito mais avançada que qualquer trabalho europeu até o século XIX [...]

Havia também significativos traços e elementos orientais nas ideias filosóficas que influenciaram o pensamento dos grandes cientistas do século XVII. Influências filosóficas em Newton incluem “elementos platônicos que ingressaram em sua filosofia e conseqüentemente na ciência moderna”. Como indiquei, havia antecedentes sulasiáticos não apenas para as ideias de Platão, mas também para a escola neoplatônica posterior [...]

O rival de Newton e codescobridor do cálculo infinitesimal foi Leibniz. Ambos desenvolveram sistemas de cálculo para capturar mudança infinitesimal. É aqui que se pode ver outra provável influência, documentada por Needham. Assim, o conceito budista de momentos tempo (*khanna vada*, também traduzido

como instantes-ponto ou “momentos fugazes”) viajou do sul da Ásia à China e foi incorporado à síntese neoconfucionista de Chu Hsi (1130-1200). Seria incorporado posteriormente no conceito de “monadologia” de Leibniz, que percebe o mundo como consistindo de instantes-ponto atômicos inextensos.

Leibniz também tinha um plano ambicioso para desenvolver um cálculo universal e uma linguagem técnica que poderia capacitar as pessoas a seguirem todas as investigações científicas. Isso era para ser uma ciência dedutiva universal onde todo o conhecimento seria desconstruído em ideias distintas fundamentais não sobrepostas. As ideias complexas poderiam ser descritas como combinações de vários símbolos, como na álgebra. Leibniz é, portanto, o fundador ocidental do que se tornaria, no século XX, a lógica simbólica. Mas deve-se notar que tal abordagem matematizada para os conceitos surgiu muito antes, nas tentativas jainistas de esquematizar as permutações de todas as posições filosóficas possíveis.

As ideias de Newton também influenciariam as ideias econômicas e políticas de sua época através de Locke e de seu sucessor David Hume. Estes pensadores criaram um clima de ceticismo e alimentaram uma crença no *laissez faire* que desafiou a ordem dada da sociedade e, em última instância, levou ao Iluminismo e, indiretamente, às ideias da Revolução Francesa. Alguns apontaram para as surpreendentes e detalhadas similaridades entre o pensamento de David Hume e de Buda. Esses comentaristas incluem Moorthy, Whitehead e de la Vallee Poussin (especialmente em relação à ideia do “eu”). De la Vallee Poussin resumiu a posição essencial budista da seguinte maneira: “De acordo com os budistas, nenhuma entidade pensante ou sensorial unitária ou permanente entra no campo de investigação. Nós conhecemos apenas o corpo, que é visivelmente uma coisa composta, que cresce e decai, e um número de fenômenos, sentimentos, percepções, desejos, cognições — em linguagem filosófica, um número de estados de consciência. Que estes estados de consciência dependam de um “eu”, sejam produto de um “eu” é apenas uma suposição, já que não há consciência do “eu” fora destes estados de consciência [...] Há percepções, mas não conhecemos um percebedor”.

Nolan Jacobson nota que Hume fala em um tom quase idêntico quando diz: “Há alguns filósofos que imaginam que estamos a cada momento intimamente conscientes do que chamamos de

‘eu’, que nós sentimos sua existência e sua continuação na existência, e estão certos, para além de uma prova por demonstração, tanto de sua perfeita identidade quanto de sua perfeita simplicidade [...] Quanto a mim, quando entro mais intimamente no que chamo de ‘eu’, sempre tropeço em uma ou outra percepção particular, de calor ou frio, luz ou sombra, amor ou ódio, dor ou prazer. Eu nunca consigo me pegar em nenhum momento sem uma percepção e nunca consigo observar nada a não ser a percepção [...] Eu me aventuro a dizer do resto da humanidade, que eles não são nada, mas apenas um feixe ou conjunto de diferentes percepções, que se sucedem umas às outras com rapidez inconcebível, e estão em estado de perpétuo fluxo e movimento.”

Jacobson também observa que em ambos os pontos de vista filosóficos, separados por mais de 2000 anos, “não há pensador, mas apenas os pensamentos, nenhum percebedor, mas apenas a percepção, nenhum desejador, mas apenas o desejo [...] As similaridades são impressionantes.”

Jacobson explora outras similaridades no contexto do clima intelectual europeu da época de Hume, apontando que os anos de 1600 a 1769 foram o período durante o qual “o Oriente contribuiu mais para o pensamento ocidental e estes são os anos em que foram formadas as bases da filosofia moderna no Ocidente. Jacobson sugere fortemente que os paralelos entre Hume e Buda eram provavelmente resultado da disseminação de ideias budistas na época. Ele rejeita a noção de uma descoberta independente por Hume e mantém a posição que Hume foi influenciado pelas ideias trazidas do Oriente ao Ocidente, e que elas forneceram o substrato no qual as ideias de Hume eram baseadas. A posição de Jacobson [...] era que as ideias de Hume foram formadas por fontes intelectuais influenciadas pelo pensamento chinês que penetrava a Europa na época. E as ideias budistas eram parte desta transferência da China.

Durante o Iluminismo, a China foi, em alguns setores, o ponto inicial de interesse europeu, especialmente em relação à “filosofia prática” da China frequentemente recomendada como corretivo para as tradições arcaicas da Europa [...]

Mais tarde, no século XIX, James Mill, Hegel e Marx [...] criaram certas visões padronizadas do subcontinente [indiano]. Seu etnocentrismo corria paralelo às descrições etnocêntricas da cultura e países árabes pelos pensadores ocidentais da época, tão bem documentadas por Edward Said como “orientalismo”.

As descrições de Martin Bernal de como o conceito de “Grécia” foi socialmente construído como a fonte da civilização também ilustra o etnocentrismo dos europeus da época. Um tema comum das narrativas de Mill, Hegel, Marx e outros é que o sul da Ásia era inerentemente irracional e sonhador. As perspectivas indianas eram consideradas dogmáticas e não científicas. Pior ainda, os defensores da cultura indiana no final do século XVIII e XIX internalizaram esta visão — que o “Oriente é o Oriente e o Ocidente é o Ocidente”.

Mesmo assim é no século XIX que grandes textos sulasiáticos estavam sendo traduzidos diretamente às línguas europeias por autores como Max Müller e Rhys Davids e publicados em séries acadêmicas como a Pali Texts Society em Londres e a Harvard Oriental Series. Estas traduções incluíam textos cruciais em sânscrito e pali. Pela primeira vez, informação relativamente não filtrada, o que estava e o que não estava sendo dito na região, estava disponível no Ocidente.

Parcialmente como resultado dessas (e anteriores) traduções, diversas figuras filosóficas do século XIX foram atraídas por ideias sulasiáticas. Schopenhauer identificou os princípios centrais de sua filosofia como expressamente compartilhados com os Upanixades e budismo [... Muitas] figuras literárias e artísticas alemãs do século XIX foram também influenciados pelo budismo, incluindo Richard Wagner, Eduard Grisebach, Josef Viktor Widmann, Ferdinand von Hornstein, Max Vogrich, Karl Ghellerup, Fritz Mauthner, Hanz Much, Herman Hesse e Adolf Vogel.

Os americanos tinham começado a descobrir o pensamento do sul da Ásia no século XVIII. Ralph Waldo Emerson (exageradamente) declarava: “O Oriente é grande, e faz a Europa parecer a terra das miudezas”. Outros admiradores incluíam Thoreau, Alcott e Parker. O livro best-seller de Arnold, *The Light of Asia*, o Movimento Teosófico, e o Parlamento Mundial de Religiões de 1893 foram pontos altos em um século concorrido em transmissões de ideias não ocidentais para o Ocidente [...]

Lá pelo final do século XIX, o ritmo das trocas tinha se intensificado. Dale Riepe notou a influência do budismo na epistemologia, psicologia e ideias sobre o “eu” no pensamento de William James, Charles A. Moore, Santayana, Emerson e Irving Babbitt.

À medida que adentramos o século XX estes contatos continuaram e se expandem. O interesse no pensamento inspirado no Oriente às vezes leva à criação de um pano de fundo para im-

portantes descobertas científicas. Há, assim, traços de paralelos e influências filosóficas orientais no campo da física moderna. Vejamos o caso da [teoria da] Relatividade [...]

Houve uma [...] possível influência indireta de ideias orientais no pensamento de Einstein: as ideias filosóficas associadas com Hume e Ernst Mach, dois dos poucos filósofos que Einstein leu entre 1902 e 1904, imediatamente antes de seu artigo sobre a relatividade especial. O *Tratado sobre a Natureza Humana* de Hume, que se sabe que Einstein leu, tinha fortes ecos do budismo, como vimos.

Mach (1838-1916) foi um grande filósofo de seu tempo, e Einstein foi fortemente influenciado por seu programa e metodologia. Com efeito, Einstein deu crédito a Mach por influências significativas no desenvolvimento da relatividade especial. Ele também queria que sua relatividade geral se conformasse com as ideias de Mach [...]

Einstein usou o princípio de Mach de que conceitos e afirmações que não pudessem ser empiricamente verificáveis não tinham lugar na ciência, inclusive considerando a simultaneidade de dois eventos acontecendo em diferentes lugares no espaço como uma noção não verificável. Este *insight* o levou à relatividade especial em 1905 e, dez anos mais tarde, à relatividade geral. O princípio de Mach foi, portanto, um empurrão heurístico que levou Einstein a uma nova maneira de pensar. Também útil a Einstein foi a ideia de Mach de que “a totalidade das massas distantes tem que ser a causa das forças centrífugas” [...]

A importância de Mach está em ele advogar visões positivistas e ter uma posição presentista, em oposição às teorias de representação. No fim do século XVII, tinha emergido uma visão do mundo exterior na qual “ver” e “experimentar” implicavam que as impressões sensoriais não constituíam o mundo externo. As qualidades “primárias” — tais como, tamanho, forma, número e densidade — agora representavam a causas externa das impressões sensoriais. A cor, som, cheiro e assim por diante eram qualidades “secundárias”, e junto com as qualidades emocionais “terciárias” eram consideradas inteiramente mentais, sem análogos no mundo físico. Esta visão representacional foi, entretanto, destruída no século XVIII por Kant, Hume, e Berkeley, e ocorreu uma volta às posições presentistas pré-Galileu. As impressões sensoriais ou objetos eram consideradas novamente partes do mundo exterior, não apenas representações dele. Esta

posição presentista continuou nos séculos XIX e XX através do positivismo, positivismo lógico, idealismo, fenomenologia, pragmatismo e, devemos adicionar, budismo: toda a ciência contemporânea segue uma perspectiva presentista.

Mach mesmo era atraído pela literatura e ciência indianas, incluindo matemática, e também respeitava toda forma de vida [...] A primeira apreciação direta de Mach da orientação filosófica budista, especialmente em conexão com a relatividade do observador, foi revelada em seu *Análise das Sensações*: “Mas pedir ao observador se imaginar de pé sobre o sol em vez de sobre a Terra é uma ninharia em comparação com a demanda que ele deve considerar o ego como absolutamente nada e deve vê-lo como uma conexão transitória de elementos mutantes.” [...] Em 1913] escreveu sintomaticamente em um fragmento autobiográfico: “Depois que eu reconheci que a coisa-em-si de Kant era besteira, eu também tive que reconhecer que um ego imutável também era um engano. Mal posso confessar quão feliz fiquei ao, assim, ficar livre de toda noção tola, atormentadora da imortalidade pessoal, e me ver apresentado ao entendimento do budismo, uma sorte que europeus raramente compartilham.” [...] A outra revolução que definiu a física do século XX foi a física quântica, a física do muito pequeno. Aqui o mundo do sentido comum novamente se esfacela e novos insights filosóficos são necessários para transcender o mundo clássico de Newton. A figura crucial da física quântica, equivalente a Einstein na relatividade, é Schrödinger, cuja celebrada equação definiu o comportamento de partículas e ondas no nível microscópico. Se Ernst Mach tinha visões filosóficas budistas, Schrödinger era ainda mais identificado com o pensamento sulasiático: ele professava o hinduísmo da tradição filosófica Vedanta [...] Schrödinger foi claramente influenciado por dois filósofos ocidentais, Mach e Schopenhauer; o último tinha escrito sobre sua principal obra *Die Welt als Wille und Vorstellung*: “Eu não acho que minha doutrina poderia ser formulada antes dos Upanixades” [...] O físico indiano Ranjit] Nair acha que a filosofia Vedanta de Schrödinger foi de central importância para o seu pensamento científico, permitindo a Schrödinger ocupar uma posição que normalmente seria inconcebível, a saber, a combinação do realismo com um idealismo monista absoluto.

Os exemplos de Ernst Mach e Erwin Schrödinger nos trazem quase ao limiar do presente, onde nas três últimas décadas as

interações intelectuais sulasiáticas com o Ocidente aumentaram. Tem havido intercâmbios de grande número de acadêmicos e estudantes, e nos anos 1960 e início dos anos 1970 a cultura jovem ocidental inspirou uma onda de interesse em coisas sulasiáticas. Este interesse foi, em parte, uma moda passageira, deixando alguns remanescentes espúrios no ainda florescente movimento New Age [...]

Mas é essencial lembrar que o pensamento sulasiático tem sido muito mais que uma recente moda passageira nas culturas europeias e derivadas das europeias. Sua presença na cultura ocidental e sua inescapável influência nas ideias ocidentais através dos séculos são repetidamente atestadas: da era da Grécia antiga a teoria dos cinco elementos, a teoria atômica, as teorias de fluxo, as doutrinas do meio termo, e conceitos médicos cruciais; da baixa Idade Média em diante o sistema de notação posicional na aritmética, o conceito de zero, álgebra, trigonometria, e grandes segmentos do texto médico padrão; na Renascença os começos da química com o novo elemento, o sal, no trabalho de Paracelso e na teoria do ímpeto; e há a cirurgia no século XVIII, linguística e filosofia no século XIX, e psicologia no século XX. A filosofia ocidental pós-Revolução Científica também pegou muito emprestado — o *cogito* de Descartes tem paralelo com Nagarjuna, o trabalho de Hume com ideias budistas, para não mencionar Schopenhauer, Kant e Hegel como alguns dos filósofos do século XIX cujos trabalhos ecoam a tradição sulasiática de várias maneiras, apontando para os exemplos de Ernst Mach e Schrödinger em nosso século.

E, como capítulos subsequentes mostrarão, ainda há muito mais a ser explorado a partir de bases de conhecimento sulasiáticas. (Goonatilake, 1998, p. 23-43)

Antes de entrar no que considera as possibilidades futuras de como o conhecimento sulasiático pode fazer avançar o mundo científico ocidental atual, Goonatilake enumera uma impressionante lista de avanços precoces da ciência sulasiática que antecederam pontos de viragem importante no Ocidente através dos tempos.

Em matemática já vimos como os indianos inventaram os algarismos (chamados “arábicos”) que utilizamos hoje, além do sistema de notação decimal e o conceito de zero. A trigonometria, antes embrionária e primitiva, assume suas feições minimamente modernas com o ma-

temático Aryabhata I (500 d.C.), que também desenvolveu os métodos aritméticos de extração das raízes quadrada e cúbica e iniciou a análise indeterminada. Bhaskara II (1150) foi o pioneiro de alguns princípios do cálculo diferencial, 500 anos antes de Newton. O ocidental George Cantor (1845-1918) é considerado o criador da teoria dos conjuntos, mas a matemática jainista já utilizava diversos tipos de conjuntos séculos atrás.

Os números irracionais eram usados desde o tempo dos Vedas, como nos *Sulbasutras*. O uso de números extremamente grandes e outros números considerados irracionais, imaginários, ou de alguma maneira estranhos no Ocidente (como os números transfinitos) aparecem cedo [no sul da Ásia], assim como o estudo das permutações e combinações e as chamadas séries Fibonacci, juntamente com outras soluções em trigonometria e álgebra. Em álgebra, o uso de símbolos para quantidades desconhecidas foi desenvolvido. Análise indeterminada, a equação de Pell, o método cíclico inverso — associados com nomes como Fermat, Euler, Lagrange e Galois; conceitos de infinidade e números transfinitos; aspectos do binômio de Newton; o triângulo de Pascal: todos aparecem no sul da Ásia antes da época em que são convencionalmente atribuídos no Ocidente. Desenvolvimentos pós-Revolução Científica, como as séries de Taylor e Gregory e os resultados de Lhuillier são redescobertas europeias mais recentes que seguem a tradição sulasiática.

[... Na física, teorias] do movimento constituem outro ponto de viragem na história da ciência ocidental: o desenvolvimento de uma teoria do ímpeto, seguida das teorias de Galileu e outros, culminando nas três leis do movimento de Newton e a teoria da gravitação universal.

Paralelos sulasiáticos anteriores nesses campos incluem as descrições dos textos Vaisesika de *vega* (ímpeto), as descrições jainistas de movimento em linha reta (Primeira Lei de Newton), as visões de Brahmagupta e Varahamihira sobre como a terra e o céu estão ligados um ao outro pela gravitação “como um pedaço de ferro no poder de um magneto” e os desenvolvimentos pelos astrônomos de Kerala de uma matemática heliocêntrica similar a de Tycho Brahe [antes de Copérnico]. (Goonatilake, 1998, p. 46-48)

Para o Futuro

Goonatilake (1998, p. 257-258) insiste que a contribuição que a (parte meridional da) Ásia deu à ciência mundial não se esgota na sua precocidade no passado e que muito esforço colaborativo pode ser feito no futuro. Descontando o fato de que pesquisadores asiáticos, dentro e fora dos EUA, são crescentemente responsáveis por consideráveis partes do labor científico tradicional do tipo “ocidental”, o autor diz que o grande avanço revolucionário no futuro será quando o Ocidente deixar de “monopolizar” os parâmetros de validação do que é científico ou não e incorporar insumos asiáticos em condições de igualdade para uma superação dialética destas dicotomias do tipo “ocidental-oriental” em direção a uma verdadeira ciência global e multifacetada.

Em relação ao sul da Ásia especificamente, ele exemplifica com o potencial de contribuição que vê daquela região nas áreas de medicina, psicologia e ciência da informação (especialmente no campo da realidade virtual). Vejamos por partes.

Medicina

Goonatilake (1998, p. 58) chama a atenção que a Índia possui o que provavelmente é o mais antigo contínuo sistema praticado de medicina do mundo: *Ayurveda*.

Como o nome sugere, ele tem raízes nos Vedas, a literatura mais antiga do sul da Ásia, alguns dos quais datam do segundo milênio antes de Cristo. O Ayurveda foi formalizado como um sistema coerente de medicina por volta do final da era pré-cristã [...] As mais famosas das coleções [do Ayurveda], as *Samhitas*, foram escritas por Charaka (sobre medicina geral) e Susruta (sobre cirurgia) [...] O tratamento objetiva não apenas curar uma dada doença, mas restaurar o corpo ao equilíbrio próprio. O Ayurveda exemplifica, assim, uma filosofia de tratamento de saúde total, como o nome indica: “o Veda da Longa Vida”. Também trabalha para aumentar a resistência à doença, recomendando rotinas

diárias, noturnas e periódicas, bem como uma rotina ética. Na vida diária, recomenda uma dieta regular, sono e sexo. Desde o começo, Ayurveda assumiu que o corpo e a mente são interligados, que todas as doenças são, de fato, psicossomáticas, uma abordagem que a ciência ocidental está adotando agora. Nos exames e diagnósticos do Ayurveda, o tratamento para o corpo vai junto com o tratamento para a mente [...] Após cuidadoso exame, o tratamento [para o doente] é indicado: consiste em evitar os fatores causativos e tomar remédios, manter uma dieta adequada, seguindo um regime que inclui atividade adequada para restaurar o equilíbrio do corpo, ou, se necessário, cirurgia. (Goonatilake, 1998, p. 78-79)

A cirurgia indiana Ayurveda foi precocemente desenvolvida e era uma das mais avançadas do mundo até o século XIX. E até hoje ainda guarda alguns detalhes que estão sendo redescobertos no Ocidente, como seu tratamento cirúrgico de hemorróidas utilizando um cordão e que é menos invasivo que o método ocidental tradicional de cortar o crescimento e suturar. (Goonatilake, 1998, p. 96) Mas o grande reservatório que Goonatilake (1998, p. 96-97) vê com potencial para fazer avançar a medicina atual é seu grande inventário de remédios derivados de ervas naturais. Ayurveda lista milhares de remédios feitos com plantas naturais, que estão sendo crescentemente testados e utilizados pelos laboratórios ocidentais. Goonatilake estima assim o potencial destes novos remédios (naturais) que tradições não ocidentais estão trazendo para a medicina global.

Plantas, porque não conseguem fugir dos animais que as devoram, desenvolveram uma série de defesas químicas, tornando-se “especialistas” em bioquímica animal. Estas defesas são um imenso reservatório para a medicina. Há estimadamente 250.000 a 750.000 espécies de plantas de alta espécie (que florescem) no mundo e muitas não estão descritas botanicamente. Norman Farnsworth estimou que, deste número, cerca de 10% (25 a 75 mil) foram utilizadas em medicina tradicional. E, deste número, apenas 1% (somente 250 a 750 espécies) foram reconhecidas através de estudos científicos como tendo valor terapêutico. Quase todas de valor terapêutico foram identificadas baseadas no conhecimento de seu uso médico em tradições não ocidentais. Estes números indicam tanto a ignorância geral

ocidental de remédios potenciais quanto as imensas possibilidades para novos remédios [...] De longe a mais forte biodiversidade (presença de muitas diferentes espécies) se encontra nos países em desenvolvimento [...] Por causa dos custos de busca por compostos úteis a partir do zero, o campo da “etnobiologia” está se tornando um meio extremamente eficiente em termos de custos para identificar plantas úteis. Dos três tipos atuais de busca — randômico, quimiotaxonômico e etnofarmacológico — o último é, portanto, o mais eficiente [...].

Referências a plantas curativas no sul da Ásia remontam ao período do Rigveda (3500-1800 a.C.) [...], entretanto, é o surgimento das duas coleções, o *Charaka Samhita* e o *Susruta Samhita*, que traz à luz grandes bancos de informação. Os dois compêndios são, na verdade, resumos de trabalhos anteriores. O *Susruta Samhita*, por exemplo, trata de cerca de 700 drogas, algumas delas fora da região subcontinental. Posteriormente, através dos séculos, o número de ervas medicinais mencionadas em coleções indianas formais aumentou para 1.500. Mas este número não é particularmente grande considerando o fato que, dentro das grandes variações agroclimáticas no subcontinente, há mais de 15.000 espécies de plantas de ordem superior. De acordo com outra estimativa, há cerca de 15.000 a 20.000 espécies de plantas na região indiana que têm propriedades medicinais. A despeito disso, apenas cerca de cem estão sendo exploradas atualmente pelas indústrias farmacêuticas (ocidentais), o que dá uma indicação das riquezas guardadas. (Goonatilake, 1998, p. 104-105)

Em Busca de Novas Psicologias

Goonatilake (1998, p. 150-177) aponta para o grande potencial, em parte já explorado, da utilização de técnicas orientais de meditação na psicologia. Ele inicia explicando o conceito vital de *mindfulness*¹³ para a utilização desta técnica oriental.

13 A palavra *mindfulness* (*sati* no idioma pali, *smriti* no sânscrito), no contexto da meditação, é de difícil tradução para o português. “Atenção” ou “consciência” não é exatamente o sentido, como veremos. Talvez a melhor maneira de traduzir seja utilizando uma gíria brasileira. Estar *mindful* significa estar “ligado” em alguma coisa, realmente conectado com ela, sem estar devaneando, distraído ou desligado. É uma consciência concentrada dos nossos próprios pensamentos, ações e motivações.

A *mindful meditation* [meditação com atenção plena] pertence às tradições gerais budistas, tanto Theravada quanto Mahayana, incluindo o Zen. Há muitos manuais na literatura clássica que fornecem instruções como se pode chegar a um estado *mindful* e inclui descrições de mecanismos tanto de estados psicológicos *mindful* quanto de não *mindful*.

O objetivo da *mindfulness* é experienciar e observar o que se passa na mente. A maior parte das pessoas não é *mindful*: a mente devaneia. Através da meditação, este devaneio é colocado sob controle. Há geralmente dois estágios na prática: acalmar e domar a mente (Shamata em sânscrito; Samatha em pali) e desenvolver *insights* (Vipashyana em sânscrito; Vipassana em pali). Estas técnicas instruem como pegar a mente e observá-la. Muitas escolas do budismo praticam Samatha e Vipassana juntos.

Nestas técnicas, algo — geralmente a respiração à medida que entra e sai da ponta das fossas nasais — é objeto de concentração. No processo a pessoa observa que a mente tende a devaneiar. O praticante, instruído para trazer a mente de volta de seu devaneio, logo nota que o corpo e a mente estão descoordenados. A mente é tomada por uma constante série interna de sentimentos, pensamentos, opiniões, teorias, teorias sobre teorias, fantasias, e assim por diante. É difícil manter a atenção apenas na respiração. Em vez de se estar apenas consciente dela, o praticante pode até começar a *pensar* sobre ela, o que é algo diferente.

Gradualmente, pela prática, começa-se a desenvolver consciência (*awareness*), uma visão panorâmica. De acordo com uma descrição convencional, *mindfulness* é como as palavras constituintes em uma frase, enquanto *awareness* é a gramática subjacente da frase. Em algumas tradições Theravada, o crescimento da visão panorâmica é desencorajado em favor da *mindfulness*. Mas estes exercícios de *mindfulness* na tradição psicológica budista deve ser contrastada com a tentativa do psicólogo Wilhelm Wundt no século XIX de uma abordagem “introspectiva” como laboratório de estudo da mente. Os diferentes “laboratórios”, a saber, os diferentes praticantes que participavam desses experimentos não chegavam a um acordo sobre seus resultados. Os psicólogos da abordagem *mindful* budista diriam que os praticantes da introspecção estavam apenas “pensando sobre seus pensamentos” e não verdadeiramente estudando a mente. A prática budista ultrapassa a atitude da introspecção. Neste sentido, torna-se um instrumento de estudo, uma ponte entre a experiência humana e a ciência cognitiva.

Os textos clássicos sobre o assunto descrevem a *mindful meditation* (*anapana sati*) como tendo fortes efeitos sobre o corpo. Assim, *mindfulness* da respiração, é mais que simples tranquilização de emoções: é um acalmar de todas as atividades corporais [...]

Daniel Goleman similarmente observa que a meditação resulta em uma experiência de fluxo caracterizada por uma fusão de ação e consciência. É também acompanhada por uma atenção incrementada a um campo de estímulo limitado bloqueando outros, uma realçada consciência dos estados do corpo e suas funções, e clareza em relação a estímulos do meio ambiente e à própria capacidade de responder a eles. A meditação leva, então, a um aguçamento da percepção e a respostas seletivas aos estímulos ambientais realmente importantes.

Delmonte também observa acesso seletivo à consciência, através de várias camadas de consciência. Ele considera que o re-treinamento da atenção subsumido na meditação é útil de três maneiras: aumentando e melhorando o sistema de construtos mentais pessoais, acessando material inconsciente e criando estados alterados de consciência.

Outras pesquisas de laboratório sobre praticantes de meditação mostraram que eles ficam facilmente alertas em caso de ameaça percebida, mas rapidamente retornam ao normal uma vez que a ameaça termine, sem ansiedade residual. Participantes não praticantes de meditação, por outro lado, levaram mais tempo para entrarem em alerta e mais tempo para voltarem ao normal. Claramente os praticantes de meditação tinham uma reação mais saudável [...]

Kabat-Zinn e seus colegas, em um artigo de resenha no *American Journal of Psychiatry*, notaram que há três grandes técnicas de autoregulação usadas no tratamento de ansiedade, a saber, meditação, relaxamento e biofeedback. As pesquisas indicavam que todas as três ajudavam na redução dos aspectos físicos e psicológicos da ansiedade. Um estudo sobre a eficácia da meditação *mindful* mostrou que este tipo de programa pode efetivamente tratar transtornos como transtorno de ansiedade generalizada, o transtorno do pânico e transtorno do pânico com agorafobia [...]. Relaxamento e biofeedback também devem muito à meditação e outras técnicas orientais como demonstrado nos trabalhos de Robert Benson na terapia do relaxamento e no de Karen Olness com técnicas de biofeedback.

Outros transtornos relacionados ao stress [...] estão sendo tratados de maneira bem sucedida com meditação [...]

A Biologia das Ciências Internas

Os seres humanos não são feitos de substâncias etéreas. São carne e osso — biologia — e os efeitos das práticas psicológicas orientais que registramos têm que ter uma base biológica e devem ser explicáveis no nível biológico e também no nível químico e físico. A evidência está se acumulando no lado biológico para confirmar os mecanismos dos fenômenos associados com a psicologia oriental aplicada.

Candace Pert descobriu o receptor opióide e vários outros receptores peptídeos no cérebro e no corpo, e seu trabalho levou ao entendimento dos agentes químicos que agem como mensageiros entre o corpo e a mente. Também se descobriu que endomorfina e outros produtos químicos do cérebro encontrados pelo corpo, incluindo o sistema imune, formam uma rede de comunicação psicossomática. As emoções, então, formam uma ponte entre a mente e o corpo: os agentes químicos como os neuropeptídeos e seus receptores são os correlatos bioquímicos da emoção. O cérebro e o sistema imune utilizam tantas das mesmas moléculas para comunicarem-se um com o outro que temos que pensar o cérebro não apenas como residindo na cabeça, mas como espalhado pelo corpo todo. (esta também é a visão budista, que trata a mente-corpo, *nama-rupa*, como um compósito) [...]

Estas conexões ajudam a explicar a inter-relação de corpo e mente, uma relação confirmada por pesquisa biologicamente sofisticada que mostrou que uma grande gama de mudanças fisiológicas ocorrem com a meditação, muitas das quais têm aplicação clínica, incluindo melhoria do sistema imunológico. Na faculdade de medicina da Ohio State University, Janice Kiecolt-Glaser e Ronald Glaser demonstraram que pessoas idosas tiveram um aumento significativo nas suas respostas imunológicas contra vírus e tumores durante o tratamento com meditação. Estudantes de medicina que utilizaram técnicas semelhantes para reduzir o stress das provas obtiveram níveis mais altos de células auxiliares, aumentando sua imunidade a doenças infecciosas. Aqueles que conseguiram as melhores respostas imunológicas foram os que fizeram maior quantidade dos exercícios de relaxamento. Outros estudos indicaram que os treinamentos de relaxamento e técnicas guiadas de evocação de imagens resultaram em significativo aumento na atividade das células exterminadoras naturais, em comparação com os grupos de controle [...]

Comparação das Psicologias Orientais e Ocidentais

Se as tecnologias mentais derivadas da Ásia encontraram aceitação e estão sendo crescentemente utilizadas, que tal a ciência mental asiática e suas psicologias formais? Poder-se-ia aceitar a cura — como um remédio utilizado por um grupo de habitantes da floresta amazônica — sem aceitar o sistema explicativo daquele grupo para a cura.

Roger Walsh, em um artigo de resenha no *American Journal of Psychotherapy*, nota que, em grande contraste com outras disciplinas, os profissionais de saúde mental norte-americanos tendem a ignorar e negligenciar psicologias emanadas do exterior. Até muito recentemente, este preconceito tinha também se aplicado às psicologias asiáticas. Entretanto, na literatura clássica oriental, há muitos textos sobre o funcionamento mental, com numerosas e detalhadas discussões. Essas discussões, notou Walsh, são comunicadas em termos não religiosos, não filosóficos e estritamente psicológicos e cobrem tópicos como percepção, motivação, pensamento, emoção, condicionamento, identidade, patologia e vício. Sem adotar a bagagem religiosa ou filosófica, podem-se avaliar esses fatores puramente psicológicos. Um exemplo ilustrativo é a psicologia budista no Abhidhamma da tradição Theravada, que, nota Goleman, descreve muitos estados psicológicos e fatores mentais — 53 ao todo, incluindo momentos mentais e objetos de consciência. A progressão de diferentes estados de meditação e os estágios mais altos de meditação são discutidos em detalhes.

Com a crescente legitimidade do campo nas últimas décadas, há uma literatura cada vez maior de comparações e paralelos entre as psicologias ocidentais e orientais. (Goonatilake, 1998, p. 155-171)

Realidade Virtual

O outro campo que Goonatilake selecionou como especialmente promissor para uma interação entre a ciência e filosofia sulasiática e a ciência “ocidental” hegemônica atual é o da realidade virtual. Segundo

ele, este é um campo que se tornará cada vez mais importante no futuro e que atrai, quase que por definição, uma grande empatia com as visões filosóficas que ecoam há séculos naquela parte do mundo.

Um importante campo emergente que afetará a maioria dos seres humanos nas décadas vindouras é a interface íntima de dados e entretenimento chamada “realidade virtual” (RV) [...] Será uma parte inescapável da vida nas décadas vindouras [...] Mas a RV, que dominará nossas vidas tão intimamente, não é apenas mais um show. Ela levanta muitas questões profundas, como comentaristas recentes apontaram. À parte os problemas dos efeitos de curto prazo, existem temas filosóficos envolvidos, alguns impingindo diretamente em ontologia e epistemologia. Devido ao fato de que a RV será um meio de comunicação muito disseminado, essas questões filosóficas não se limitam aos filósofos: elas ocorrem às pessoas comuns. Estas questões têm implicação direta com uma série de temas paralelos levantada pela filosofia sulasiática, criando um potencial de interação frutífera. Mas, antes de explorar esta sobreposição, devemos descrever a realidade virtual, a filosofia sulasiática, e os problemas filosóficos levantados pelas novas tecnologias.

A base da RV está na ciência da computação e na computação gráfica, especialmente no campo da computação interativa. As realidades virtuais, em seu formato usual, fazem uso da computação gráfica tridimensional na qual o usuário está imerso. O usuário então manipula e interage com estas interfaces gráficas por meio de mecanismos de entrada-saída. As recentes aparelhagens de interface incluem luvas de dados, capacetes com mecanismos de rastreamento, óculos, fones de ouvido, trajes com sensores. Com este equipamento, o usuário navega no ambiente virtual ou artificial — “ciberespaço” (o termo vem do celebrado romance de William Gibson, *Neuromancer* e é usado para descrever o espaço interno dos sistemas de realidade virtual). Com efeito, tais realidades virtuais não mais apenas imitam ou representam a realidade: elas *são* a realidade.

Os sistemas de realidade virtual algo elementares que estão sendo usados atualmente se sofisticarão com os desenvolvimentos já previstos. Assim, maior poder computacional com as novas gerações de computadores mais rápidos aumentarão a intimidade da RV. Há também algumas outras abordagens muito radicais em que pesquisadores britânicos estão trabalhando, tais como,

utilizar scanners microscópicos a laser para inscrever as imagens diretamente na retina. Estas iriam, de fato, atingir os cones e bastonetes da retina que transmitem os impulsos nervosos ao cérebro. Esta seria uma forma mais direta de tratar a informação do que ver os pontos (pixels) normalmente associados com a modalidade de vídeo e então direcionar estes pixels ao cérebro através dos olhos. Tal sistema direto teria então o mesmo tipo de qualidade visual que a visão normal.

Esta intensidade sensual pode ser mais bem ilustrada imaginando como a percepção virtual direta, aplicada a auxiliar um cirurgião, aparecerá em um futuro não tão distante. Usando um capacete de RV que alimenta dados de um cateter e sua sonda, o cirurgião é transportado diretamente para dentro do corpo do paciente, vendo suas visões e ouvindo seus sons. Usando a informação visual e auditiva, fará a cirurgia dentro do corpo.

A RV, através do uso de mecanismos pneumáticos, deverá ter também bons sistemas táteis, melhor que os sistemas atuais de “luvas de dados”. Sistemas futuros, que estão sendo contemplados, poderão também incorporar paladar e olfato.

Os cientistas reconhecem que os fenômenos são mais bem entendidos quando podem ser visualizados que quando apenas conceituados. Assim, o uso potencial da RV inclui, por exemplo, atividades como cirurgia cerebral, onde uma simulação computadorizada do cérebro é mostrada de modo que o cirurgião possa praticar na imagem antes de realizar a operação delicada. Outro uso é em desenho assistido por computador (*computer aided design* ou CAD). De maneira geral, a RV permite explorações sensoriais íntimas de espaços intelectuais anteriormente abstratos. — sem ter que passar pela cadeia de dados de uma base de dados convencional [...]

Os sistemas de realidade virtual já foram usados em sistemas médicos, em uma estação espacial orbital virtual, no projetar de fábricas, no treinamento de cirurgiões, em um corpo virtual, em cirurgia simulada de olhos [...], como ajuda a deficientes físicos, em exposições de museu e na manipulação e estudo de reações químicas. Esta é apenas uma lista fragmentária, indicando os usos potenciais disseminados e poderosos da RV. Com efeito, a RV pode ser introduzida em quase todas as atividades humanas, com os atores humanos imergindo em mundos virtuais artificiais. Seu impacto será maior que o da literatura, filme ou teatro no passado. [...]

Em RV se pode mergulhar e explorar um mundo artificial auto-criado ou, nas palavras de Myron Krueger, uma “realidade artificial”. Krueger desenvolveu a ideia de um espaço inteligente que detecta, através de sensores, várias características dos seres humanos no espaço. Esta realidade artificial permite uma mistura única de sentimento e tecnologia.

Através das novas tecnologias, podemos combinar uma variedade de novas experiências em maneiras totalmente surpreendentes. Assim a RV nos permite estar com outras criaturas e experienciar (pelo menos parcialmente) seus mundos. Um artefato permite a uma pessoa se sentir como no corpo de um caranguejo. Garras gigantes substituem as mãos e o participante se torna um caranguejo bípede. Em última instância, poder-se-ia até estimular recordações, através do uso de computadores, para realçar a experiência — de modo que quando alguém toma a forma de uma minhoca se arrastando pela areia, para todos os propósitos a pessoa é uma minhoca [...]

A fronteira entre a realidade “real” e a realidade virtual já está desaparecendo [...]

Filosofia e a Realidade Virtual

No século XX as questões filosóficas sobre a natureza da realidade perderam muito de seu impulso anterior. Mas a RV, Helms observa, pode fazer ressurgir este tipo de interesse filosófico. A realidade virtual, ele diz, se torna o motor metafísico por excelência. Krueger acrescenta que um computador pode fazer qualquer experiência imaginável disponível a alguém. As realidades real e virtual se tornam agora projeções, alucinógenos que poderiam ser compartilhados por várias pessoas. A realidade virtual poderia, portanto, se tornar um laboratório onde questões básicas em filosofia — O que é a realidade? O que é a percepção? Quem sou eu? — podem ser colocadas [...]

Já foi sugerido que o caráter imediato da RV pode ser utilizado em psicoterapia como um mecanismo de anulação de sentimentos. Máquinas de RV podem ser utilizadas, por exemplo, para dissipar a ansiedade que os estudantes sentem antes dos exames. Em tais casos, vários cenários psicológicos realistas são apresentados ao usuário ao toque de um botão. Na tradição ocidental, ter um cor-

po cria um “princípio por trás da nossa separação uns dos outros e por trás de nossa presença pessoal”. No ciberespaço, entretanto, esta exclusividade é transgredida. O usuário pode criar seu próprio corpo particular no ciberespaço, desconectado das fronteiras corporais. No entanto, este substituto nunca representa totalmente o “eu” da perspectiva ocidental.

Questões da Realidade na Filosofia Sulasiática

Em um esboço rápido, o teórico de RV Michael Helm dá a seguinte visão panorâmica do conceito de realidade na trajetória intelectual ocidental. Começando com Platão, que denegria o mundo físico imediato e dizia que as formas ideais eram as “realmente reais”, Helm traça um caminho através de Aristóteles, do período religioso da Idade das Trevas e a Renascença, até as discussões modernas da questão da realidade na física moderna. De maneira geral, os debates ocidentais sobre o que é real incluem posições como o dualismo, empirismo, racionalismo e realismo. Platão deu o exemplo de seres humanos em uma caverna que confundem as sombras lançadas nas paredes pela coisa real. Usando os olhos da mente, conseguem depois ver através da ilusão. O ciberespaço, já foi dito, agora oferece “platonismo como um produto em andamento”. Mas o maior depósito de permutações e combinações sobre questões relacionadas à realidade foi levantado na tradição sulasiática. A VR pode, assim, se tornar um laboratório no qual as várias permutações e combinações de ontologia e epistemologia discutidas na literatura sulasiática podem ser encenadas.

Os pensadores indianos fizeram muitas perguntas fundamentais sobre a natureza da verdade e como (e através de que meios) nós a conhecemos. Como conhecemos? O que é o conhecimento e como podemos acessá-lo? Podemos acessar a realidade? Qual é sua natureza? Há mais de uma realidade? Nós a vemos como realmente é ou nós superimpomos a ela nossas categorias tangenciais fabricadas quando tentamos percebê-la? A realidade é material ou algo menos substancial? Há uma realidade maior por trás do mundo dos fenômenos?

A filosofia indiana é dividida em muitas escolas e subescolas diferentes, mas há seis grandes escolas da tradição ortodoxa de-

rivadas dos Vedas: Mimamsa e Vedanta, baseadas diretamente nos Vedas; Samkhya, Yoga, Nyaya e Vaisheshika, escolas indiretamente relacionadas aos Vedas. Há as tradições não ortodoxas dos carvakas (materialistas), budistas e jainistas.^[14] Há também escolas, como aquelas associadas à gramática, que estão fora deste esquema principal [...]

Estas posições filosóficas sulasiáticas, nas palavras de Moore, têm uma “quase infinita variedade de conceitos filosóficos, métodos e atitudes [...] há muitas diferentes abordagens à realidade [...] e] à verdade.” A filosofia indiana é tão vasta e variada que permite muitas variedades de posições ontológicas e epistemológicas. Há também uma grande ênfase na vida interior, o que a torna afim ao estudo das realidades íntimas da RV. A filosofia indiana frequentemente começa com o mundo interior e sua relação com o mundo externo, entre a realidade aparente (a realidade virtual dentro da mente) e a realidade real. Observar e transformar o mundo interior são objetivos primários desta tradição. Pular dentro de si, observar, meditar são atividades importantes. Ao forasteiro ocidental, estas atividades aparecem como inação, mas ao observador dentro da tradição, elas estão plenas de tremenda atividade interior e movimento de eventos dentro da mente. O paralelo direto é ver alguém usando um capacete de RV. Ao observador externo, parece que a pessoa está inativa, mas dentro o usuário experencia um mundo de incessantes atividades.

Para indicar a extensão das possíveis variações, é útil analisarmos alguns destes modelos de realidade dentro da metafísica da tradição indiana. Para este fim, farei uma pequena introdução [delas] para os leitores ocidentais. (Goonatilake, 1998, p. 201-208)

Goonatilake faz, então, uma explicação breve do conceito de realidade de cada uma das nove tradições filosóficas indianas principais. Por motivos de espaço, nos concentraremos em sua explicação de duas vertentes que são especialmente importantes: o budismo e o hinduísmo como descrito nos Upanixades.

14 Aqui Goonatilake descreve as 9 principais escolas filosóficas indianas: as seis ortodoxas (*i.e.*, aquelas ligadas de alguma maneira, direta ou indireta, aos Vedas) e as três heterodoxas (não ligadas a eles). As seis heterodoxas são: Samkhya (dualista entre matéria e mente), Yoga (ênfata meditação), Nyaya (ligada à lógica), Vaisheshika (escola empirista ligada ao atomismo), Mimamsa (uma escola antimisticismo e antiasceticismo de ortopraxis) e Vedanta (antiritualista e mística). As três heterodoxas são: Carvaka (materialista e cética), budismo e jainismo.

Upanixades¹⁵

Nos Upanixades, a “realidade última” é considerada a unidade infinita, imensurável, perene e universal. A realidade tem dois aspectos: uma alma cósmica e uma alma individual. A alma individual, *Atman*, é considerada a realidade que é ligada a Samsara. A alma cósmica, *Brahman*, é a realidade última, que permeia o universo. Brahman é “aquilo do qual os seres nascem, aquilo no qual, quando nascidos, eles vivem e aquilo no qual eles entram ao morrerem. Brahman é a fonte de tudo que existe bem como seu sistema de suporte e seu fim”.

O mundo material, grosseiro, do dia a dia nesta formulação, tem apenas uma realidade limitada, pois o mundo dos sentidos está no nível inferior de uma série de níveis ascendentes de realidade. À medida que o indivíduo ascende nos níveis de experiência, torna-se consciente de Brahman, a realidade superior. A dualidade sujeito-objeto impede os indivíduos de conhecerem Brahman, que está além dos sentidos e não pode ser apreendido por meios epistemológicos normais. Brahman não pode ser conhecido pelos sentidos, pois não tem qualidades perceptíveis. Não pode ser capturado por conceitos ou linguagem e, portanto, não pode ser comunicado pelos métodos usuais. Não pode ser descrito, a não ser em termos negativos: ilimitado, indescrevível, imperceptível, inefável. Brahman não pode ser conhecido como um objeto de conhecimento, pois é também o “eu” conhecedor. Não se pode categorizá-lo ou objetivá-lo. Dadas as limitações da mente, Brahman pode ser apreendido apenas ao se tornar um com ele através de métodos pessoais, diretos e imediatos.

Outro importante conceito nos Upanixades é Maya, a ilusão cósmica. O mundo é real no sentido diário, mas para aqueles que experimentaram níveis superiores de consciência ele é ilusório. O mundo aparece como ilusório para aqueles que tiveram contato direto com Brahman [...]

15 Os Upanixades formam a parte mais filosófica dos escritos sagrados básicos indianos.

Budismo

Em sua longa história, o budismo tem sido uma das formulações mais sistemáticas da realidade no mundo. Suas perspectivas influenciaram muitas posições filosóficas através da Ásia. Mais recentemente, sua abordagem processual tem tido paralelos em um conjunto de filósofos ocidentais, como Charles Peirce, John Dewey, William James, Alfred North Whitehead e Charles Hartshorne.

No budismo, nenhuma substância é permanente: a realidade é um contínuo fluxo. O “eu” é apenas “uma corrente de cognições [...] uma série de sucessivos processos corporais e mentais que são passageiros”. No budismo, portanto, o universo está continuamente mudando: o impermanente e o momentâneo o caracterizam. Nada estável existe atrás desta constante mudança. A única realidade é a do processo e da transformação. A própria identidade é uma ilusão, criada pela sucessão de eventos pessoais. A identidade individual é como o rolo de um filme, que dá a impressão de uma realidade firme. O filme é formado de instantâneos de existência temporária que criam a ilusão de realidade no percebedor.

No budismo, assume-se que a realidade sensível, bem como as palavras e linguagem, cria ilusões. O objetivo é ir além dessas limitações. A atenção correta (*right mindfulness*) do budismo é a consciência direta das coisas como elas realmente são. Aqui, a pessoa se analisa, conhece-se, apenas para notar que não há um “eu”, em primeiro lugar. Este entendimento não é um entendimento intelectual, mas um conhecimento internamente observado e sentido. O budismo é autorreferencial, assim conhecer-se é fazer-se, guiar o “eu” que não está lá [...]

A descrição muito breve acima das construções da realidade na filosofia sulasiática é apenas para dar um sabor das possibilidades nos sistemas indianos [...]

Dadas estas visões da realidade, do que está lá fora (isto é, se realmente há um “lá fora”), como podemos conhecê-la? Quais são nossos meios de conhecimento?

Os problemas da realidade foram descritos, tanto na tradição indiana quanto ocidental, em termos de oposição de ilusão e realidade. No caso indiano, por exemplo, uma corda é frequentemente anunciada como confundida com uma cobra. Platão evocou a imagem de prisioneiros em uma caverna, confundindo sombras na parede com a coisa verdadeira [...] A posição budista

é que na primeira instância de percepção, geralmente percepção visual, a pessoa obtém conhecimento de coisas nuas. Mas, para os budistas, o que existe, por direito próprio, são momentos fugazes que formam um contínuo. No budismo, o mundo muda constantemente: está vivo. O que é real é o momento em que se vive. A consciência, de acordo com o budismo inicial, emergiu da interação do subjetivo e do objetivo. *Alatacakra*, a ilusão de “roda do fogo”, criada quando um tição é rodado no ar, é usada como uma símile em quase todas as escolas budistas. A roda, uma persistência do transitório, é simbólica da natureza ilusória de coisas em constante mudança.

Para os filósofos Nyaya não há projeção mental ou construção para determinado conhecimento. Determinação e conhecimento de uma coisa são apenas dois estágios do ato de percepção. Na escola Samkhya, o conhecimento ascende quando a matéria e a consciência caem na sombra um do outro.

As posições ontológicas e epistemológicas sulasiáticas refletem, pelo menos parcialmente, aquelas da RV, e estes paralelos não escaparam aos teóricos do campo. (Goonatilake, 1998, p. 208-213)

Goonatilake parte então para analisar como a RV e as filosofias sulasiáticas poderiam interagir.

A RV levanta questões sobre a natureza da experiência virtual. Na RV, questões filosóficas tradicionais — O que é a realidade? O que é a existência? Quem sou? Como conhecemos as coisas? — tornam-se questões importantes novamente. E como os seres humanos mudam na RV? (“São ainda seres humanos?”) A filosofia entra na engenharia pesada. Se as buscas filosóficas anteriores pareciam abstratas demais ou mesmo fantasiosas, agora parece que a filosofia entrou no campo do imediatismo, e mesmo da brincadeira. Os cientistas também estão reconhecendo que podemos entender melhor os fenômenos quando são visualizados mais do que meramente conceituados [...]

A filosofia ocidental é, de modo geral, baseada na ideia de um único estado de consciência. (Entretanto, um estado diferente entrou nas discussões de realidade: o estado de sonho.) As filosofias asiáticas, por outro lado, descrevem estados múltiplos de consciência. O fazer filosofia ocidental pode ser assim considerado apenas uma de muitas possibilidades [...]

Um olhar fresco para vários modelos sulasiáticos de realidade

seria muito instrutivo no projeto de sistemas elaborados de realidade virtual que pudessem atravessar várias possibilidades de realidades e conhecimento. Não se precisa acreditar na “verdade” destes modelos para utilizá-los, no sentido de que uma visão de realidade virtual é apenas um modelo possível de muitas descrições da realidade como apresentadas aos nossos sentidos. Os autores sulasiáticos não concordavam uns com os diferentes modelos de realidade dos outros [...] Nestes exercícios de modelação de posições sulasiáticas, podemos assumir a posição de uma criança brincando do jogo Lego, construindo diferentes realidades virtuais e testando-as no abstrato. Algumas vezes, tais modelos de jogos encontrariam usos práticos. Por exemplo, a física quântica tem construções muito problemáticas da realidade. Uma substância pode ser uma partícula ou onda: algumas vezes pode existir e outras não. Estas realidades desafiam o senso comum. Modelar tal mundo através de RV, na qual um pesquisador pode observar partículas subatômicas através de construções particulares de realidade, poderia ser muito instrutivo [...] Em décadas recentes, muito se tem falado da morte da filosofia. Ela poderia ser vivificada pela realidade virtual. Pela primeira vez, um mecanismo facilmente acessível existe para testar teorias e experimentar, em uma situação controlada, as questões ontológicas e epistemológicas mais fundamentais. E a experiência sulasiática pode expandir tais discussões. (Goonatilake, 1998, p. 215-218]

Palavras finais sobre o Livro de Goonatilake

Toward a Global Science é uma obra fascinante. Não apenas se insere bem dentro do debate eurocentrismo versus asiocentrismo, mostrando as deficiências da visão eurocêntrica tradicional, como traz uma apreciação específica sobre as contribuições sulasiáticas, especialmente da Índia. Mostra como *filosoficamente* o pensamento indiano é especialmente bem talhado para um esforço conjunto com as vertentes *pós-modernas* da intelectualidade ocidental e também com as (pouco afiliadas ao senso comum) físicas pós-newtonianas.

Importante também foram as numerosas demonstrações de

Goonatilake de como as contribuições indianas foram subestimadas na história. Não apenas uma série de inovações “ocidentais” teve precedentes (normalmente não reconhecidos) na Índia, como várias contribuições de fora do Ocidente que os ocidentais atribuíam aos árabes (pois chegaram através deles à Europa) originaram-se, na realidade, na Índia. O caso paradigmático e mais fundamental (devido à sua importância na ciência) é o dos chamados algarismos “arábicos”, na verdade inventados e desenvolvidos na Índia. Mas essa é uma história relativamente conhecida hoje em dia. Menos conhecido é o fato de que a trigonometria (e, em certo sentido, a álgebra), em suas feições minimamente modernas, geralmente atribuídas aos árabes, também teve como fonte a Índia. E assim também com vários outros importantes avanços matemáticos, como os números negativos, números irracionais, diversos métodos de extração de raízes como a cúbica e a quadrada, etc. Isso de modo algum desmerece a atividade dos árabes que, além de sabiamente incorporarem o melhor das tradições gregas, indianas e chinesas anteriores, deram sua própria contribuição, seja elevando a níveis mais altos os aprendizados anteriores, seja por inventividade em campos pioneiros.

3

**(Conclusão):
Três Ensaios
com Teses do Autor sobre o Tema**

3.1. A Foto e o Filme: O Desenvolvimento Econômico Histórico Chinês e a Reavaliação do Eurocentrismo na Historiografia e Ciência Social Ocidental

O crescimento econômico da China tem capturado a atenção mundial. O Produto Interno Bruto (PIB) do país tem crescido a taxas anuais de 9,6% por três décadas desde o deslanche das reformas em 1978. Isto é considerado heteróclito na teoria econômica devido ao caráter anti-inercial do crescimento econômico *per se*: quanto mais longo o período de crescimento, mais difícil é manter as altas taxas de crescimento iniciais do PIB. A persistência de tão altas taxas a despeito da incredulidade de teóricos da economia e dos próprios esforços dos planejadores chineses — que já há algum tempo procuravam desacelerar um pouco o ritmo a fim de evitar pressões inflacionárias e outros desequilíbrios — tem levado a fortes especulações sobre a futura posição da China no mundo. De acordo com o cálculo de vários analistas, se os ritmos atuais de China e EUA se mantiverem, em menos de duas décadas a China poderá ultrapassar os EUA e se tornar a maior economia do mundo. Um deslocamento tão radical na balança em direção à Ásia tem alimentado especulações entre os estudiosos sobre que tipos de mudanças isso ocasionaria nas relações internacionais de poder econômico e político. (Arrighi, 1994; Frank, 1998; Ogilvy, Schwartz & Flower, 2000; Wallerstein, 2009; Legro, 2007)

Entretanto, não é apenas o futuro da China que poderá deslanchar revisões sérias nas análises comparativas de desenvolvimento mundial. A conexão deste cenário futuro com o passado do país tornará inevitável uma revisão radical de alguns dos pressupostos correntes em história e nas bases teóricas das ciências sociais ocidentais em geral. Se realmente em duas décadas o PIB da China ultrapassar o dos Estados Unidos, a China não se tornará simplesmente a primeira economia do mundo. Na verdade, ela *voltará* à liderança mundial, *i.e.*, reassumirá a posição que foi sua por um grande número de séculos antes. Como podemos ver pela tabela 1.2 no Anexo final de tabelas, a China foi o país com a maior

economia do mundo pela maioria dos séculos d.C.¹⁶ Na realidade, a tabela 1.1 mostra que a economia da China foi maior que a de todos os países da Europa ocidental juntos até bem dentro do século XIX. Se a China realmente ultrapassar os EUA em duas décadas, nós então estaremos frente a um paradoxo. Em termos de PIB, a China esteve à frente do Ocidente por todos os séculos da era cristã, exceto por uma curta exceção: o século XX. Em outras palavras, em um futuro breve nós poderemos ter que encarar a superioridade econômica chinesa sobre o Ocidente como a regra, e não a exceção, na história.

Se realizado, o cenário acima descrito implicará, então, em sérias revisões em partes significativas da historiografia e ciência social ocidental. Um dos principais impulsos nas ciências sociais ocidentais tem sido explicar o porquê da superioridade (econômica, tecnológica, política) do Ocidente sobre o Oriente. Uma ampla gama de teorias foi desenvolvida para mostrar como as instituições, arranjos e relações sociais ou culturais da Europa ocidental desde aproximadamente a Renascença — senão antes — se tornaram mais eficientes e superiores aos de seus correspondentes em outras partes do mundo. (Weber, 1958; Anderson, 1974; Jones, 1981; Kennedy, 1987; Baechler, Hall, & Mann, 1988; North, 1990) Alguns (*e.g.*, Weber, 1958) atribuíram a superioridade da Europa ocidental a configurações culturais (incluindo religiosas) específicas; muitos (como North, 1990) enfatizaram os arranjos institucionais favoráveis ao desenvolvimento de relações de mercado eficientes; outros (Hajnal, 1965; Jones, 1981) sublinharam tendências e hábitos demográficos favoráveis (como casamento tardio e clero celibatário) que mantiveram sob controle o perigo da superpopulação e permitiram o crescimento do capital físico per capita. Talvez a forma mais emblemática destas visões da superioridade europeia tenha sido a afirmação de Max Weber (1997, p. 20-21) de que a racionalidade orientada a fins (racionalidade instrumental ou formal,

16 Como podemos ver pela tabela 1.2, a China e a Índia se alternaram no primeiro lugar como a maior economia do mundo pela maioria dos séculos da era cristã. Como em grande parte deste período o espaço que hoje chamamos de Índia não constituiu um país unificado, consistindo na verdade de diferentes reinos, impérios e principados (muitas vezes rivais entre si), podemos assumir discutivelmente que a China teve a maior economia do mundo em termos de um país ou estado razoavelmente unificado nos tempos pré-modernos também.

Zweckrationalität) surgiu no Ocidente enquanto nas outras regiões do mundo predominava a racionalidade substantiva ou orientada para valores (*Wertrationalität*). O influente Weber “internalizou” — naturalizou na área da racionalidade, a propriedade que distingue os humanos do resto do reino animal — a diferença entre os europeus ocidentais e “o resto”.

Todas estas teorias são apresentadas como explicações históricas, baseadas em pesquisa empírica, de como o Ocidente veio a demonstrar sua superioridade no mundo. Elas possuem, entretanto, um caráter teleológico escondido. Tomam como dada a presente superioridade ocidental e tentam achar explicações para isso. Entretanto, se a China ultrapassar o Ocidente e (re)assumir a posição como primeira economia do mundo, esta teleologia terá que ser mudada. Nós teremos, então, que explicar não por que o Ocidente se tornou superior ao Oriente na história, mas sim por que a superioridade do Oriente (especialmente da China) sobre o Ocidente foi interrompida por um curto período de menos de dois séculos. Em outras palavras, se a China (re)assumir a primeira posição no mundo, as explicações dadas acima terão que ser vistas com outro caráter. Elas terão explicado não uma condição normal, mas uma anomalia. Terão explicado não a regra, mas a exceção: a superioridade do Ocidente sobre o Oriente, que terá durado pouco mais de um século em um mar de séculos quando a China esteve na frente.

Uma das teses deste ensaio é a seguinte. Muitas das explicações da historiografia e ciências sociais ocidentais tomaram a **fotografia** do presente momento — que mostra o Ocidente na frente — e a naturalizaram. Entretanto, se a China realmente ultrapassar os países ocidentais em poucas décadas — especialmente se acompanhada em direções similares por outras nações asiáticas, como o Japão, os “tigres” asiáticos e a Índia — e o Oriente estiver “de volta” à frente do Ocidente, o **filme** da história terá mostrado a China na vanguarda na maioria do tempo e o Ocidente assumindo a liderança em um segmento excepcional de, no máximo, dois séculos. Portanto, as teorias sociais ocidentais terão que sofrer revisão e tentar explicar a superioridade da China pela maior parte do tempo, a ascensão da Europa ocidental e EUA por dois séculos e a volta da China (talvez da Ásia como um todo?) no século XXI. Baseado no trabalho pioneiro de alguns autores revisionistas (como Frank & Gills, 1993; Lieberman, 1993 e 1997; Wong, 1997; Frank, 1998; Perdue, 1999; Pomeranz,

2000), este ensaio de *world history* proporá uma maneira de desenvolver elementos para este tipo de nova abordagem explicativa, para o caso de em três décadas nos encontrarmos na posição de termos que desenvolvê-las obrigatoriamente, forçados pelas novas circunstâncias e evidências.¹⁷

A Foto

A tradicional narrativa ocidental do surgimento de sua superioridade sobre o Oriente geralmente corre da seguinte maneira. Em algum ponto no tempo a Europa se tornou mais produtiva e mais forte militarmente que a Ásia e conseguiu, portanto, dominá-la posteriormente. E esta supremacia dura até os dias de hoje.

O que poderia ter causado esta decolagem da Europa em relação à Ásia? As explicações variam. Abaixo vamos arrolar algumas das mais influentes.

17 Uma objeção que se pode fazer ao raciocínio do artigo é que o mero fato de que a China possa vir a ter o maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo não significa que ela será o país mais desenvolvido do mundo. Pode-se argumentar que, apesar do PIB constituir o mais sintético indicador de riqueza, o desenvolvimento econômico é, na verdade, refletido no PIB per capita (ou por hora trabalhada); ou que o desenvolvimento é melhor medido em outros termos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou até em termos culturais, e não econômicos. Isso é verdade e deve ser levado em consideração se formos empreender uma reavaliação ainda mais crítica e precisa do que a presente, que foi deslanchada a partir de cálculos de PIB bruto. Por outro lado, apesar de aqui eu apenas mencionar o fator PIB (que por si só razoavelmente suscita as questões que levantei), não está completamente excluído que a ascensão da China em termos de PIB seja acompanhada por tendências similares em seus índices de PIB per capita e IDH a longo prazo (como aconteceu no caso do Japão).

Além disso, duas outras observações sobre o PIB absoluto/per capita histórico da China em relação ao Ocidente se fazem prementes. Por vezes o PIB bruto de um país é importante, em termos econômicos e geopolíticos, *em si* (independentemente do PIB per capita). Por exemplo, o fato de, por muitos anos, o PIB per capita de Luxemburgo ter sido maior que o dos EUA não quer dizer necessariamente que Luxemburgo seja mais avançado que os EUA. Além disso, nem todos especialistas concordam que o PIB per capita da China seja menor que o da Europa ocidental desde o século XV, como mostram os dados de Angus Maddison na tabela 1.1. Pelas estatísticas econômicas de Paul Bairoch (1993, p. 104), o PIB per capita da China só passou a ser significativamente menor que o da Europa Ocidental a partir da Revolução Industrial (ou seja, praticamente no século XIX).

Max Weber (1997) afirmou que o Ocidente foi o primeiro a desenvolver uma *Weltanschauung* caracterizada pela racionalidade instrumental (*Zweckrationalität*) orientada para atingir os fins de acordo com os meios mais eficientes. Esta forma de pensamento racional “contabilista” é a base do capitalismo moderno. Em outras partes do mundo o contexto intelectual (principalmente o peso de religiões como hinduísmo, islã, taoísmo, e mesmo confucionismo) permitia, no máximo, o desenvolvimento da racionalidade orientada a valores (*Wertrationalität*). Weber (1958) sublinhou o papel importante de certas correntes do protestantismo, que tiveram um papel crucial em estimular o espírito capitalista na Europa por sua atitude em relação à ética de trabalho e ao individualismo, vistos não como desvios de um caminho superior, definido por Deus, mas como realização de uma vocação (*Beruf*) religiosa neste mundo.

Alguns autores enfatizam aspectos institucionais como chaves para entender a ascensão da Europa. Com o tempo, iniciando-se no final da Idade Média e acelerando-se rapidamente na Idade Moderna, testemunhamos na Europa o aparecimento de instituições e arranjos de mercado que eram eficientes e confiáveis o bastante para permitir o desenvolvimento de um tipo de capitalismo competitivo, mas crescentemente baseado em leis e regras estáveis. Em outras partes do mundo, a interferência governamental excessiva e/ou a falta de um estado forte o suficiente para impedir tendências centrífugas resultaram numa ausência de “segurança nos contratos” do tipo da europeia e de estímulo para a empresa privada. A narrativa mais completa desta abordagem institucional é a de North (1973 e 1990), mas a ideia de que a Europa ocidental desenvolveu, antes que qualquer outro lugar, as condições (instituições, arranjos) de mercado mais favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo — criando, assim, as bases para sua ulterior ascensão — é bastante disseminada entre autores das mais diversas tendências, como Charles Tilly, Perry Anderson, E.L. Jones, John A. Hall, Max Weber e Karl Marx.

Mas por que a Europa ocidental seria capaz de desenvolver tal *mix* ótimo de “mercado/estado”, em que o governo seria forte o suficiente para estimular ou fazer ser obedecida a “segurança nos contratos”, mas não forte demais que pudesse hipercontrolar ou reprimir as iniciativas individuais e a empresa privada (como fez a China imperial, segundo algumas dessas narrativas)? John A. Hall (1988) realça a contribuição que

a Idade Média deu à posterior decolagem da Europa no período da Idade Moderna. Ele nota que o feudalismo “em estilo europeu”, apesar de ser fragmentário no início, foi instrumental posteriormente em instilar um senso de competição entre as diferentes casas dinásticas e estados. Possibilitou um desenvolvimento sinérgico de estruturas de estado e de mercado competitivas. Se a Europa tivesse continuado a ser um império, poderia ter tido o destino da China nos tempos modernos. Os impérios tendem à burocratização e centralização à medida que tentam controlar e dominar as políticas locais e regionais. Isto leva a um hipercontrole e ao sufocamento das iniciativas e empresas privadas, não sendo, assim, condutivo ao desenvolvimento do capitalismo competitivo. O feudalismo puro, por si só, não é suficiente (pois pode facilmente incorrer em fragmentação excessiva). Na Europa, entretanto, ele foi um estágio importante de modo que quando os estados nacionais unificados apareceram, eles não o fizeram em um ambiente isolado, autárquico, mas sim competitivo e sinérgicamente estimulante da eficiência, pelo qual os desenvolvimentos em um estado estimulavam desenvolvimentos semelhantes nos outros. É importante notar que John Hall está falando de feudalismo do tipo “europeu” — com seu complexo conjunto de instituições não apenas de servidão, mas também de vassalagem, benefício e imunidade em um sistema de feudo, com ligações de subenfeudação e relações de obrigações/direitos entre suserano e vassalo de duas mãos. Foi esta específica combinação de relações feudais que evitou uma via posterior excessivamente fragmentada ou centralizada e que, em última instância, proveu as condições para o nascimento de um sistema de estados nacionais capitalistas altamente competitivo e eficiente.

Em sua busca pelas raízes primeiras de um sistema europeu que teve seu boom ascendente na Idade Moderna, Perry Anderson teceu uma teoria estimulante. Ele vê a Renascença, um fenômeno tipicamente europeu, como o momento crucial a partir do qual a Europa realmente se distanciou das outras regiões do mundo. De acordo com Anderson (1985, p. 420), “o que tornou possível a passagem singular ao capitalismo da Europa foi a concatenação da Antiguidade e feudalismo [representada pela Renascença...].” A redescoberta e a combinação dialética de alguns elementos das características rurais e urbanas do mundo antigo greco-ro-

mano com os do mundo feudal tardio no período da Renascença levou a formas avançadas de dinamismo urbano e rural na época do absolutismo político na Idade Moderna. Como colocado por Anderson (1985, p. 427): “Uma criação da Renascença, o absolutismo pôde desenvolver-se graças à longa história anterior que se estendia para antes do feudalismo e foi exorcizada para assistir à aurora da época moderna. Como estrutura política dominante na Europa até o final do iluminismo, a sua ascendência coincidiu com a exploração do globo pelas potências europeias e com os primórdios da supremacia destas.”

Citar Anderson é importante por outra razão. O próprio marxismo compartilha da noção da supremacia do Ocidente sobre o Oriente. Já mencionamos a visão de Perry Anderson, que é idiossincrática, mas mesmo Marx (1961-1971a, p. 9) foi responsável por uma noção que contribuiu para reforçar a impressão de um Oriente atrasado desde séculos: o *modo asiático de produção*. De acordo com este controverso (mesmo entre marxistas) conceito, algumas sociedades encontraram problemas em sua transição do estágio da sociedade sem classes (comunismo primitivo) para a sociedade de classes. Não foram completamente capazes de se desenvolverem ao longo dos diferentes estágios ou modos de produção pelos quais passaram as sociedades mais adiantadas (escravismo, feudalismo, capitalismo). Ficaram emperradas em alguns aspectos problemáticos de sua transição original, revelando-se mais atrasadas, algo imóveis e refratárias a mudanças profundas.

Charles Tilly (1975 e 1990) sublinhou o papel que a coerção e a criação do aparelho militar dos exércitos modernos teve na formação dos estados nacionais europeus. A guerra forçou os estados europeus a organizarem exércitos complexos — o que, por sua vez, tornou possível aos estados extraírem recursos e homens, ter um melhor controle sobre suas populações e desenvolver burocracias mais eficientes em paralelo a suas relações com a classe dos homens de negócio. Tilly vê o estado-nação evoluindo, em última instância, como uma estrutura mais poderosa e eficiente que as cidades-estado e os impérios. Esta é uma visão compartilhada por muitos autores, como vimos acima no caso de John A. Hall: que a Europa ocidental se tornou tão poderosa devido ao desenvolvimento de um sistema de estados-nações competindo dentro de um quadro sinérgico.

Algumas teorias enfatizam a natureza para explicar o avanço europeu. Este tipo de explicação tem uma longa história desde a visão emblemática de Montesquieu (1995) baseada em fatores geográficos (climáticos). Eric Jones (Jones, 1981, VII, 6-7, 15-21, 226-27), entre uma gama de outros fatores, sublinha aspectos ambientais e demográficos especiais que favoreceram o continente no progresso material. O clima mais frio da Europa era menos condutivo à infestação endoparasitária, preservando as populações de algumas das doenças endêmicas na Ásia. A escassez de imensos deltas aluviais ou vales ribeirinhos e a impraticabilidade de grandes obras hidráulicas podem ter salvado a Europa do desenvolvimento precoce de um despotismo oriental wittfogeliano baseado na necessidade de um estado centralizado e forte para prover as grandes obras hidráulicas como na Ásia. A topografia da Europa, com suas cadeias de montanhas, litorais, tratos de terra fronteiriços e outras barreiras naturais, agiu na mesma direção, favorecendo a formação de unidades estatais menores em interação competitiva umas com as outras. A variedade no continente estimulava o comércio multilateral de longa distância, pois era mais lucrativo taxá-lo que simplesmente apropriar-se indebitamente de riquezas de maneira despótica. Além disso, no final da Idade Média e início da Idade Moderna, os europeus adquiriram padrões demográficos e certos hábitos (casamento tardio, controle no número de crianças, clero celibatário) que evitaram a superpopulação que tradicionalmente consumia os incrementos de produção. Estes padrões demográficos mais favoráveis permitiam um aumento per capita real no capital físico enquanto que em outras partes do mundo (a China, por exemplo) a superpopulação impedia tal processo.

Os parágrafos acima descrevem alguns dos mais proeminentes fatores indicados como causa da ascensão da Europa. Esta lista não é, de maneira alguma, exaustiva, mas reflete o principal impulso das explicações eurocêntricas. Estas questões, tomadas singularmente ou em conjunto, formam o pano de fundo das abordagens de um grande número de outros autores sobre o tema do avanço da Europa e o desenvolvimento retardado da Ásia. (Wittfogel, 1957; Landes, 1969; Dumont, 1970; Kennedy, 1987; Mokyr, 1990; Braudel, 1993)

A Câmara Escura

Nós delineamos acima algumas das principais visões tradicionais do fenômeno do “milagre europeu” (a decolagem da Europa relativamente à Ásia e outras partes do mundo). Entretanto, uma série de autores revisionistas tem, em décadas recentes, desafiado estas visões tanto no terreno empírico quanto teórico: por exemplo, Blaut, 1993; Frank & Gills, 1993; Lieberman, 1993 e 1997; Wong, 1997; Frank, 1998; Perdue, 1999; Pomeranz, 2000.

Pelo lado empírico, alguns destes revisionistas relativizam a noção de que no final da Idade Média e início da Idade Moderna a Europa já estaria sensivelmente liderando em várias áreas-chave, o que tornou quase uma inevitabilidade sua ultrapassagem sobre a Ásia no período da Revolução Industrial. Esta noção geralmente gira em torno de dois grandes *Leitmotive*: capitalismo e modernidade. A Europa simplesmente foi a primeira a ter as condições para desenvolver o capitalismo (ou modernidade) e o capitalismo (ou modernidade) era o ambiente apropriado para a decolagem industrial.

Pomeranz atacou o problema do primeiro ângulo. Argumentou que até finais do século XVIII, a despeito de algumas características diferentes, tanto a Europa quanto a Ásia tinham regiões nas quais as relações capitalistas e de mercado exibiam um desenvolvimento relativamente alto e que as diferenças entre essas áreas avançadas de cada continente não eram grandes. Ao contrário, a Europa mercantilista da Idade Moderna provavelmente estava mais afastada do ideal smithiano de competição e mercados perfeitos do que a China, por exemplo.

Há pouca evidência de que a economia da Europa ocidental tivesse [antes do século XVIII] vantagens decisivas em seu estoque de capital ou em instituições econômicas que tornassem o surgimento da industrialização provável lá e improvável em outras regiões. O crescimento induzido pelo mercado de suas áreas líderes era bastante real e indiscutivelmente foi um precursor crucial da industrialização — mas não era provavelmente *mais* condutivo à transformação industrial que processos similares de comercialização e crescimento “protoindustrial” que ocorriam em várias áreas líderes da Ásia. (Pomeranz, 2000, p. 16)

Assim, Pomeranz (2000, p. 7-8) argumenta que as áreas líderes asiáticas (como o vale do Yangzi na China, a planície de Kanto no Japão, ou Gujarat na Índia) mostravam então “mercados relativamente livres, extensivas indústrias artesanais, agricultura altamente comercializada” de maneira aproximadamente comparável às das áreas líderes da Europa (Inglaterra e Holanda) no período da Idade Moderna. De acordo com ele, quaisquer que fossem as diferenças peculiares em desenvolvimento (proto)capitalista entre as áreas líderes da Europa e Ásia, estas não poderiam, por elas mesmas, serem uma garantia que a Revolução Industrial ocorreria na Europa.

O *Leitmotiv* da modernidade como um ponto crucial que diferenciou a Europa ocidental do resto da manada também está sob ataque. Uma série de autores tem criticado não apenas a visão de que a Europa ocidental foi a primeira (única) a atingir a modernidade endoginamente, mas também a própria asserção de uma modernidade “única”. Assim, Woodside (2006) encontrou vários elementos precoces de modernidade, ou condutivos à modernidade, em diferentes países do leste da Ásia. Roy Bin Wong debate as definições de modernidade (historicamente identificadas com o desenvolvimento do capitalismo e do estado moderno) e sua aplicação em comparações entre Europa e China. Ele argumenta que não é epistemologicamente apropriado comparar as duas baseado apenas em paradigmas europeus de modernização — que, quase por definição, mostrarão “os outros” sob luz desfavorável. Desta maneira, no que concerne o desenvolvimento do capitalismo, ou das precondições do capitalismo, ele concorda, de maneira geral, com a visão de Pomeranz de que as diferenças em desenvolvimento capitalista entre Europa e China antes da Revolução Industrial não eram grandes o suficiente para demarcar claramente que a Revolução Industrial aconteceria necessariamente na Europa.

[...] A China e a Europa compartilhavam importantes similaridades em termos de expansão econômica pré-industrial baseada em dinâmicas smithianas. Estas incluíam indústrias rurais crescentes, agriculturas mais produtivas e redes comerciais expandidas. Estas similaridades impedem um contraste simples entre dinamismo econômico europeu e estagnação material chinesa. Podemos ver que fatores comuns estavam em funcionamento antes da Revolução Industrial e a mera presença destes fatores não pode explicar a Revolução Industrial. (Wong, 1997, p. 278)

Quanto ao componente da formação estatal no deslanche da “modernidade”, Wong nota que aqui é especialmente importante se ter uma análise multifacetada aberta a diferentes possibilidades. Ele observa que a Europa tinha algumas características “vantajosas” (favoráveis) à formação de um estado moderno funcional, mas a China também tinha tais características, de outra maneira. Assim, em particular,

Quando comparamos capacidades concretas de realizar certas tarefas, descobrimos que o estado chinês imperial tardio às vezes tinha melhor desempenho que estados europeus do início da Idade Moderna. Aos estados europeus faltava a habilidade de expandir a taxação das populações agrárias porque as reivindicações das elites sobre a terra impediam os governos de estabelecer novas grandes reivindicações próprias. Os governos europeus também não conseguiam enumerar sua população súdita. Finalmente, antes do século XIX nenhum estado europeu imaginava tentativas de formatar a opinião social e as práticas culturais. Os chineses tinham rotineiramente taxado seu povo de uma maneira burocrática organizada desde o século III a.C. Registro e contagem da população também se iniciaram há dois milênios: ao chegarmos ao século XVIII os censos abrangiam o território de todo o império, enquanto que na Europa apenas a Igreja registrava dados demográficos. As religiões altamente institucionalizadas da Europa também se encarregavam de definir uma ortodoxia de crença que estava no âmbito do poder e responsabilidade do estado na China. (Wong, 1997, p. 282)

O argumento de Wong é que a formação do estado na China não é superior nem inferior à europeia: apenas diferente. E as diferenças entre elas não eram suficientes para garantir que a Europa atingiria a modernidade à exclusão da China — a menos que utilizemos uma definição única, invariável e baseada no padrão europeu de “modernidade” e “formação estatal”.

Na Europa a separação de estado e sociedade, a elaboração de níveis institucionalmente independentes e de funcionamento distinto de governo, a construção de organizações dentro da sociedade, e a formação de teorias representativas de governo floresceram a partir de uma situação inicial em que governantes

centralizadores procuravam expandir capacidades e negociavam com as elites para isso. Esta relação básica entre governantes e elites bem como sua institucionalização social e política não apareceu na China. Ali funcionários e elites compartilhavam comprometerimentos comuns com a ordem doméstica que produziram um contínuo entre estado e sociedade, e reforçaram preferências políticas por um estado unitário integrado verticalmente com uma visão fractal de governança que podia sobreviver a colapsos do poder do governo central. Pensar que apenas uma dessas dinâmicas conduz a relações estado-sociedade “modernas” faz sentido apenas se uma deslocar completamente a outra em algum ponto no tempo. (Wong, 1997, p. 283)

Lieberman (1997, p. 500), um revisionista moderado, prefere dizer que “se houve uma diferença a este respeito entre Europa ocidental e Ásia, provavelmente foi menos em substância que em grau”, mas concorda que as diferenças em si não seriam suficientes para explicar o vólo posterior da Europa.

O revisionista mais radical é provavelmente Andre Gunder Frank (1998), que vê a Europa ultrapassando a China economicamente apenas no final do século XIX.

Assim, as tradicionais visões eurocêntricas têm sido criticadas no terreno empírico. É importante notar também as inconsistências teóricas de muitas dessas visões. O crescimento populacional é frequentemente visto como uma demonstração de vitalidade econômica em economias pré-modernas. Entretanto, é encarado como uma deficiência na Ásia. (Hajnal, 1965; Krause, 1973; Jones, 1981) A centralização é vista como o *desideratum* da formação do estado moderno. Entretanto, a centralização da China (implementada muito antes da dos estados europeus) é vista como um ponto fraco. (Hall, 1988) A secularização é considerada como uma parte vital da modernização europeia, mas a *Weltanschauung* confuciana, basicamente secular, é acusada de ser um estorvo ao progresso. (Weber, 1958 e 1997) Um estado forte funcional é visto por muitos como uma pré-condição para a modernidade, mas a força (e a funcionalidade) do estado chinês é explícita ou implicitamente negada ou relegada. (Hall, 1988; Weber, 1997)

Algumas destas contradições das visões eurocêntricas ortodoxas eram óbvias demais e visões “neoeurocêntricas” surgiram tentando supe-

rá-las por meio de uma “rearrumação” de elementos que frequentemente toma a forma de um aprofundamento da temporalidade para períodos anteriores da história europeia. Assim, o feudalismo (antigamente identificado com “fragmentação” danosa) adquiriu novos contornos heurísticos. Nesta nova narrativa, a centralização, um estado forte ou estruturas imperiais *per se* (como na China) é ruim (porque tende a reprimir a criatividade descentralizada local), mas a centralização dos estados-nações europeus ocorreu após a descentralização “competitiva” do feudalismo, o que os dotou de noções institucionais e contratuais favoráveis. (Hall, 1988)

Estas novas inflexões do triunfalismo europeu são modelos cuidadosamente contruídos, com muitos insights interessantes sobre a Europa. Entretanto, precisamos ter cautela com a teleologia embutida neles. Eles tomam a superioridade europeia do século XIX como dada e buscam retrospectivamente uma explicação para ela. Acabam retrazando todos os passos do Ocidente até sua presente dominância. O resultado está predicado na própria metodologia!

Isto se torna claro quando examinamos, por exemplo, a construção magistral de Perry Anderson sobre a Renascença como o ponto crucial, “a concatenação de antiguidade e feudalismo” que “tornou possível a passagem singular ao capitalismo na Europa”. (Anderson, 1985, p. 420) Se Hall via o feudalismo como um passo necessário para a Europa atingir sua superioridade nos estágios posteriores, Anderson vai além e afirma que a singularidade da Europa ao atingir esses estágios posteriores deve ser traçada ainda mais para trás, na própria Antiguidade. Assim, somos deixados com o esquema “Antiguidade + feudalismo + absolutismo pré-capitalista” para explicar a decolagem do capitalismo industrial na Europa. Em outras palavras, para termos a Europa do século XIX (ou um resultado similar), temos que ter todos os passos anteriores que levaram à Europa do século XIX. Está claro que há um elemento de tautologia aqui.¹⁸

18 É uma questão análoga a se o feudalismo existiu fora da Europa ou não. Isso dependerá da definição de feudalismo que utilizarmos. Alguns historiadores, como Maurice Dobb, empregam uma definição minimalista de feudalismo que quase o identifica com servidão. (Dobb, 1976, especialmente p. 57) Outros autores preferem adotar uma definição mais complexa que inclui elementos como “uma fusão de vassalagem, benefício e imunidade em um sistema de feudo, [...] ligações entre serviço militar, propriedade condicional da terra e jurisdição senhorial, [...] hierarquia graduada entre senhor, vassalo e subvassalo formando uma cadeia de suserania e dependência, [...] uma aristocracia de cavaleiros

A incerteza última sobre a plausibilidade das explicações eurocêntricas é expressa na palavra “milagre”, frequentemente usada na expressão “milagre europeu” para descrever a decolagem do continente em títulos de livros como o de Jones (1981) e de Baechler, Hall & Mann (1988). Como o próprio Jones (1981, p. 238) colocou: “No presente estado de conhecimento precisamos resistir à noção de que qualquer modelo simples representará todo o processo de desenvolvimento [...] Há muitas maneiras de se estudar a totalidade [...] No momento, fazemos nossas apostas e nossa escolha. O desenvolvimento de longo prazo da Europa aparece como milagroso”.

O Filme

Quando eu disse criticamente acima que as visões eurocêntricas “tomam a superioridade europeia como dada e buscam retrospectivamente uma explicação para ela”, pode-se retorquir: “Sim, mas há alternativa?” Afinal, o Ocidente era e é claramente dominante. Como explicar esta dominância?

A isto eu replico com minha imagem metafórica de *a foto e o filme*. Sim, o Ocidente é dominante. Esta é a foto clara do momento. Mas e se em 20 anos a China ultrapassar os EUA e (re)assumir a posição de maior economia do mundo (especialmente se acompanhada de movimentos similares pelo Japão, tigres asiáticos, Índia, etc.)? Então, a principal tarefa

montados, [...] campesinato [...] juridicamente preso ao solo em uma replica próxima da servidão de gleba.” (Anderson, 1974, p. 413, 409) Pode-se notar que a definição mais completa é, na verdade, uma descrição do feudalismo europeu. Não admira que seja difícil encontrar este feudalismo fora da Europa! Se utilizarmos a definição minimalista de feudalismo, então o encontraremos em outros continentes. Se o feudalismo europeu completo for usado como modelo, ficamos em um circuito fechado. Essas observações não visam determinar a superioridade da definição minimalista sobre a outra, mas apenas chamar a atenção para as múltiplas possibilidades de análise e os perigos da tautologia. Como colocou Lieberman em um contexto diferente, mas similar: “Dada a escolha de critérios, que outra conclusão seria possível? Poder-se-ia realmente esperar ligar as experiências históricas europeias e asiáticas por meio de fenômenos que, no fundo, são culturalmente específicos? Quão proveitosa seria uma discussão da organização social inglesa se o modelo fossem as *varnas* indianas?” (Lieberman, 1997, p. 465)

será não explicar porque o Ocidente (a propósito, os EUA, não um país da Europa ocidental) tomou o primeiro lugar praticamente no século XX, mas sim porque a China perdeu sua posição de maior economia do mundo por um curto período de pouco mais de um século antes de retomá-la novamente. Este deslocamento epistemológico certamente abalará algumas das pressuposições básicas do eurocentrismo ainda corrente. *Aí sim* estaremos realmente explicando o *milagre* europeu.

Neste ensaio, proporei a seguinte linha metodológica. Primeiramente apresentarei minha explicação própria para o que aconteceu nos séculos XIX e XX, *i.e.*, tentarei explicar a predominância ocidental neste período. Proporei um construto flexível o suficiente para incorporar tanto uma explicação para a (possivelmente curta) ascensão da Europa quanto uma eventual retomada asiática. Em nível empírico minha contribuição não será especialmente original já que recorrerei a elementos mencionados por outros autores (apesar de que minha combinação destes elementos terá peculiaridades próprias). Depois, tentarei encaixar esta explicação em um modelo teórico-abstrato mais amplo que, em minha opinião, poderá lançar luz sobre alguns aspectos do desenvolvimento histórico no período da Idade Moderna e Contemporânea. Neste nível mais abstrato, o modelo poderá trazer contribuições para além da questão Ocidente versus Oriente e para outros períodos de tempo na história.

Quanto à primeira tarefa (histórico-empírica), a partir do que escrevi, sou obrigado a responder à seguinte questão. Se as condições de desenvolvimento capitalista, formação estatal e modernidade durante os séculos XV a XVIII não eram suficientes, em si mesmas, para garantir a dominância europeia da Ásia no século XIX, o que a explicaria? Aqui eu tomarei recurso em um elemento enfatizado por vários autores anticoloniais: a *violência*. O nível de capitalismo (relações de mercado) e/ou modernidade da Europa talvez não fosse suficiente em si mesmo (*a priori*) para trazê-la à frente no século XIX, mas a combinação destes elementos *mais* um tipo especial de violência foi.

Como mencionado acima, a violência não é uma explicação original. Autores nacionalistas e anti-imperialistas enfatizaram a violência pela

qual a virtual *conquista* (não “ultrapassagem”) da Ásia foi estabelecida.¹⁹ Alguns autores até exageram e fazem da violência o ponto principal da explicação, com o que não concordo. A Europa realmente teve um desenvolvimento formidável na Idade Moderna, sem o qual seu poder militar e recurso a violência teria sido insuficiente para a “conquista”. O que nego é que seu desenvolvimento na Idade Moderna fosse tão superior ao das partes adiantadas da Ásia que, por si só, poderia explicar a dominância ocidental no século XIX. A Europa não simplesmente ultrapassou a Ásia no século XIX: ela teve que (por meios diretos ou indiretos) conquistar *militarmente* o outro continente.

Tanto foi assim que, a despeito da distância econômica e tecnológica entre as potências ocidentais e suas (*quasi*)colônias asiáticas ter, na verdade, aumentado na primeira metade do século XX, uma onda de movimentos de descolonização (direta ou indiretamente violentos) recobrou, no período pós-Segunda Guerra Mundial, a independência/autonomia perdida. Parece-me que este modelo básico, *minimalista*,²⁰ de eficiência econômica (não única) *cum* violência militar (direta ou indireta) explica melhor a dominância europeia da Ásia no século XIX do que um simples modelo de uma prévia superioridade econômica europeia e/ou incapacidade endógena asiática na era industrial.²¹

19 O *locus classicus* da inclusão da violência como ingrediente vital na montagem (e desmontagem) da experiência colonial é o ensaio de Fanon *Sobre a Violência*. Ali ele propõe “esticar” a análise marxista — pela qual a base econômica determina a superestrutura política e cultural — para melhor iluminar o problema colonial. De acordo com ele, os fatores econômicos apenas não podem explicar a dominação europeia ultramarina. (Fanon, 1963, p. 40, 64, 96, 101-102)

20 Eu enfatizo o caráter *minimalista* deste modelo para mostrar seus limites. Uma construção *economia mais violência* pode ainda ser criticada como “economicismo” quase tanto quanto um modelo puramente econômico se ela for tomada como uma descrição e explicação completa das bases do encontro colonial. Ao enfatizar seu minimalismo sublinho tanto a centralidade e importância dos fatores econômico e militar quanto o fato que uma análise completa da experiência colonial tem que levar em consideração outros fatores como a política e a cultura.

21 É algo estranho pensar que a China — cuja produção de ferro no século XI era maior que a da Inglaterra nos estágios iniciais da Revolução Industrial — ou a Índia — cujos produtores têxteis eram exportadores líquidos de tecidos para a Inglaterra até o início do século XIX — não poderiam alcançar um desenvolvimento adicional apreciável no século XIX seja pela criatividade e dinamismo de suas regiões desenvolvidas nativas seja

Já que mesmo assim ainda se poderia retorquir que a vantagem militar europeia era simplesmente um sinal de sua superioridade econômica, eu proporei uma imagem metafórica para melhor iluminar a maneira como entendo a interação entre os fatores militar e econômico nas relações entre nações no século XIX. Se descrevermos as forças motoras centrais de cada um dos principais atores em termos de arquétipos, eu classificaria os europeus como mercadores-guerreiros, os chineses como literatos-burocratas, os japoneses como guerreiros-burocratas e os indianos como sacerdotes-trabalhadores. Estes são arquétipos idealtípicos, minimalistas, conscientemente incompletos cujo objetivo não é nem mesmo descrever os principais traços motores destes povos *per se* e sim apenas as forças motoras predominantes que historicamente tenham desempenhado um papel central nas relações destes povos uns com os outros. Os especialistas em história da Ásia rapidamente reconhecerão os traços: o samurai japonês que de guerreiro passou a executar tarefas administrativas sob o regime Tokugawa; a *Weltanschauung* espiritual hindu que permeia seu mundo material do trabalho dividido em castas; e a influência dos funcionários mandarim chineses, com suas habilidades literárias em tarefas administrativas. Mas o mais importante aqui, em termos heurísticos, é a descrição dos europeus como mercadores-*guerreiros*. A visão eurocêntrica tradicional narra que os europeus eram basicamente bons empresários e negociantes. A economia era a base de sua superioridade; e sua dominância (militar) derivou disso. Esta narrativa é por vezes suplementada pelo argumento schumpeteriano de que a guerra é, na verdade, ruim para os negócios. Nosso arquétipo dos europeus como mercadores-guerreiros intenta exatamente tornar claro o papel central da violência no caminho para a dominância europeia ao mesmo tempo em que reconhecemos seus feitos econômicos. Se essas imagens metafóricas comunicarem a indissociabilidade destes dois traços na via para

simplesmente copiando as novas tecnologias industriais europeias (ou, melhor dizendo, inglesas). O seu insucesso em conseguir trilhar tal caminho autônomo (ou simplesmente compartilhar na gradual difusão de tecnologias inglesas como aconteceu a outros países da Europa) teve mais a ver com interferência europeia “violenta” (tratados desiguais, guerras do ópio, taxaço desigual) do que com uma suposta incapacidade cultural interna. O caso do Japão é ainda mais complexo e surpreendente.

a predominância europeia, então elas provarão ter valor heurístico. Por outro lado, deve ficar claro que estes são arquétipos metafóricos binários, “matematicamente arredondados”. É claro que as quatro sociedades possuem (em maior ou menor) grau todas as outras características: os índios também têm características guerreiras, os europeus traços religiosos (de “sacerdotes”) e, especialmente, de tudo que escrevemos acima, os chineses tinham significativas habilidades econômicas (de “mercadores”). Uma descrição completa teria que ser bem mais complexa que simplesmente binária e descrever os diferentes graus destes traços (e dos outros) em todas essas sociedades. Escolhi a configuração binária por motivos de concisão e realce na presente exposição.

Assim, entre as abordagens minimalistas, um modelo de *economia mais violência como central* parece-me explicar melhor empiricamente a predominância europeia sobre a Ásia que um modelo puramente econômico.

Procederei à segunda tarefa heurística e aplicarei este modelo em um nível mais geral e abstrato. Eu já mencionei o perigo do economicismo. A economia sozinha não pode explicar o curso da história. Entretanto, a economia é um fator dos mais importantes em história, já que trata da sobrevivência material da espécie. Eu fui forçado a sublinhar os fatores econômicos — ao mesmo tempo em que apontava para seus limites heurísticos — por causa do papel central que eles têm nas narrativas eurocêntricas com as quais eu me debatia. Mas podemos utilizar os insights do paradigma minimalista da *economia mais violência* — que desempenhou um papel tão importante nas interações Europa-Ásia — em um nível mais geral da história?

Teorias de história nas quais a economia desempenha um papel central abundam. A famosa imagem da infraestrutura/superestrutura de Marx é frequentemente tomada como uma forma de economicismo. Paul Kennedy (Kennedy, 1987, p. xii), o historiador magistral das interações e confrontações entre as Grandes Potências, deu um papel central, e mesmo decisivo (especialmente no longo prazo) à economia. O papel central da violência na história também tem sido enfatizado por diversos autores e atores políticos, de Blanqui a Nechayev, Sorel, Hitler e Mussolini. Vimos como diferentes tipos de narrativas de economia *cum* violência foram

propostas por autores nacionalistas e anti-imperialistas para explicar a dominação colonial europeia. Podemos integrar estes dois elementos em uma teoria mais geral, apesar de minimalista, da história?

Proponho que isto seja feito da seguinte maneira. Seguindo os passos de diversos autores, como Marx e Paul Kennedy, acima mencionados, assumirei que a economia tem um papel central nos desenvolvimentos históricos, pois trata diretamente da sobrevivência material da espécie (esteja ela dividida em clãs, tribos, nações, impérios ou seja lá o que for). Assumirei até que se fôssemos obrigados a escolher (em uma maneira rawlsiana do “véu da ignorância”) apenas *um* fator pelo qual guiarmos nosso entendimento dos desenvolvimentos históricos entre as nações, a economia seria uma de nossas melhores apostas (por falta de alternativas comparáveis). Assim, se estivermos falando de fatores únicos ou centrais, eu proporia a seguinte imagem metafórica smithiana. A economia, nos primeiros estágios de construção do meu modelo histórico-teórico *a priori*, deve ser encarada da mesma maneira que o conceito de *mercado perfeito* é em economia. Em economia, sob competição perfeita, oferta e procura estão em equilíbrio, pleno emprego é obtido e a economia funciona na fronteira de produção. Este mundo perfeito não existe na prática, sendo apenas um modelo heurístico — o mais importante da teoria econômica a despeito de sua não realização e incompletude na vida real. Para que este modelo teórico básico tenha aplicações práticas precisamos adicionar a ele as “imperfeições” do mundo real. Assim, das situações da vida real emergem “tendências monopolistas”, efeitos dos conflitos de classe, etc. Para criar uma metáfora mais ou menos comparável, vamos nos ater às “tendências monopolistas” como representativas das imperfeições do mundo real em relação ao modelo teórico do mercado puro. Monopolização, oligopolização e cartelização são consideradas fenômenos indesejáveis, não éticos e mesmo ilegais a serem evitados (via legislação antimonopolista) a fim de permitir o florescimento da competição livre, justa e legal. Assim, a competição livre e justa é considerada o objetivo — a regra — e o monopólio como injusto e ilegal — em suma “jogo sujo”. Assim, temos duas dimensões: o modelo teórico básico, baseado na competição perfeita e no livre curso da lei da oferta e procura; e uma dimensão subterrânea, de competição monopolista do tipo “golpe baixo”, que afeta o correto funcionamento do jogo do mercado livre.

Em meu modelo histórico abstrato da interação entre nações, a violência, *i.e.*, o fator militar,²² desempenha o papel que as “práticas monopolistas” e “tendências monopolistas” desempenham no modelo teórico econômico descrito acima. Idealmente deveríamos esperar uma forte correspondência entre desenvolvimento econômico e poder hegemônico. Se um país tiver uma economia maior e/ou mais eficiente, maior deverá ser o seu poder e capacidade de influenciar, dominar ou exercer hegemonia. Os líderes econômicos provavelmente seriam os dominantes também. E este frequentemente é o caso na experiência histórica empírica, como em nosso presente momento. Entretanto, há várias exceções importantes na história que nos obrigam a refinar o modelo e introduzir novas variantes. Concisão no nível econômico puro não é suficiente para prover um valor heurístico minimamente satisfatório. Portanto, introduziremos a violência (o fator militar) no quadro. Como Adam Watson (1992, p. 128-29, 194-95) mostrou, há vários casos na história quando comunidades periféricas mais atrasadas conquistam as mais avançadas e passam à situação de dominação, *e.g.*, os romanos em relação ao mundo helênico, os mongóis em relação a China, etc. Como podemos explicar esta conquista de sociedades mais avançadas por mais atrasadas? Aqui o fator militar é essencial. A derubada de uma sociedade mais desenvolvida ocorre geralmente quando a comunidade periférica consegue atingir vantagem militar em alguma esfera estratégica em um período em que a sociedade mais desenvolvida está passando por processos de fragilização interna. Descrevendo os meios militares pelos quais os assírios, e mais tarde os persas, ascenderam *vis-à-vis* antecessores mais desenvolvidos, Watson (1992, p. 40) em particular menciona que “assim como os assírios devem grande parte de seu sucesso ao uso do ferro em suas armas, o sucesso persa se deve, em grande parte, ao seu uso mais efetivo de cavalos [como instrumento de guerra]”. De maneira similar, os romanos e mongóis desenvolveram organizações militares

22 Estou utilizando as expressões “violência” e “fator militar” de forma intercambiável, pois, apesar de haver formas não militares de violência, na relação entre estados a violência na forma militar tem influência decisiva. Estou usando o termo “militar” em um sentido largo, *lato sensu*, englobando não apenas as atividades e instituições militares tradicionais, como as formas heterodoxas de combate violento (guerrilha, etc.) bem como as atividades reativas que a violência militar do estado gera (movimentos de resistência violentos, etc.).

bem adaptadas que lhes permitiram conquistar as civilizações mais adiantadas do mundo helênico e da China. Mas esta vantagem militar temporária pode sofrer rápida erosão e o puro poder econômico e tecnológico da civilização mais adiantada pode se reimpor. As comunidades periféricas conseguem criar uma hegemonia estável apenas quando assimilam elementos da civilização mais adiantada e constroem, a partir daí, uma estrutura social superior à sua anterior (ou simplesmente se fundem com a cultura mais avançada, criando uma síntese eficiente e funcional). Isso aconteceu com assírios, persas, romanos (cujo sistema legal e engenharia aplicada se desenvolveram utilizando as bases da *Weltanschauung* mais abstrata dos gregos, entre outras coisas), e com as dinastias mongol/Manchu na China (Kublai Khan sendo a figura emblemática aqui). Discutivelmente, de certo ponto de vista, foi o que aconteceu também com a Europa ocidental em relação à Ásia. De uma posição inicial como uma parte algo periférica e secundária do sistema-mundo na época medieval até a grande catástrofe desorganizadora global do século XIV (a Peste), a Europa ocidental fez aplicação militar de tecnologias-chaves chinesas (em particular, pólvora, bússola, papel e imprensa) e a partir daí forçou seu caminho até chegar à maior economia do mundo no século XIX.²³

Mas as especificidades da relação entre Ásia e Europa não precisam nos preocupar neste momento, pois o modelo acima reivindica validade mais universal e abstrata. De acordo com ele, *a priori* na relação entre povos e nações haverá uma forte correlação entre poder econômico (como fundação) e poder militar e capacidades políticas hegemôni-

23 Abu-Lughod fornece um exemplo do que poderia ser visto como uma desconstrução da estória do gênio e intrepidez marítima portuguesa do início da Idade Moderna no Oceano Índico ao longo das linhas do modelo que proponho quando ela diz: “A China era, de longe, a civilização mais adiantada do mundo e a principal potência naval e tecnológica mundial até o fim do século XV [...] Tal poder naval não precisava ser frequentemente invocado, entretanto, já que há séculos as nações que comerciavam pelo Oceano Índico tinham desenvolvido um sistema de coexistência notavelmente tolerante [... A pirataria] ficava contida nos interstícios de uma colaboração maior pela qual bens e mercadores de muitos lugares se misturavam nos navios uns dos outros e onde regras não escritas de reciprocidade asseguravam a obediência geral. Este sistema não foi desafiado até o século XVI, quando os homens de guerra portugueses violaram todas as regras do jogo queimando ou abordando navios, confiscando cargas e impondo o sistema de passes.” (Abu-Lughod, 1993, p. 10-11)

cas, especialmente no longo prazo (flutuações temporárias a parte). Este seria o mundo ideal se todos jogassem pelas regras (da pura economia). Entretanto, precisamos introduzir o “fator militar” como uma espécie de “jogo sujo”. Alguns atores não obedecem às regras do “jogo econômico” e empregam “truques baixos”. Através de hábil utilização dos meios militares (fora das regras do jogo), usam a violência para desestruturar a superioridade que o outro jogador tem no nível do tabuleiro econômico. Mas esta vantagem (conquista) por meios militares só perdurará e se tornará estável se o novicho também for habilidoso em incorporar elementos da civilização materialmente superior do oponente e construir a partir daí uma estrutura social (geralmente uma síntese) mais elevada.

Assim, ficamos com um tabuleiro de xadrez em dois níveis. A parte de cima (o nível da economia) é onde o principal jogo é jogado segundo as regras existentes de produção e comércio. Entretanto, alguns *players* jogam por fora das regras (literalmente “sob a mesa”), ao utilizar a violência e os meios militares. Este nível subterrâneo mais baixo *a priori* não é tão importante quanto o nível do solo (parte de cima do tabuleiro) porque é proibido pelas regras. Mas pode provar-se decisivo se um dos jogadores se liberar do “dilema do jogador de xadrez” e resolver a situação pelos meios militares “proibidos”. Os casos históricos dos estados periféricos mencionados acima atestam isso.

Tudo isso deve ser interpretado em termos metafóricos. Mas acredito que o esquema que é aqui comunicado metaforicamente tem importante valor heurístico. Acredito que ele melhor ilumina o processo da dominância europeia sobre a Ásia no século XIX ao incorporar os insights que mostraram o considerável progresso anterior da Europa ao mesmo tempo em que o relativiza. Ao contestar o exagerado excepcionalismo europeu de algumas narrativas, mostramos o papel da violência e conquista militar na dominância da Europa sobre a Ásia e que esta vantagem militar não era apenas devida à superioridade econômica ou tecnológica dos europeus — formando, na verdade, um tipo de “jogo sujo” (às vezes literalmente, quando técnicas de engodo e de “dividir para governar” foram empregadas). O gênio da Europa foi usar o seu avanço econômico de uma maneira *violenta* muito eficiente. Esta combinação específica sobrepuiu (militarmente) seus rivais avançados asiáticos. A metáfora do

mercador-guerreiro tem como objetivo sublinhar esta combinação específica frequentemente camuflada em narrativas meramente econômicas. Entretanto, se nos detivéssemos aqui, poder-se-ia ainda dizer que o fato de os europeus serem mais agressivos e competitivos seria, em si, um sinal de superioridade e sagacidade. Por isso meu modelo teórico classifica a violência como “jogo sujo”: de modo que esta agressividade e belicosidade não sejam naturalizadas e interpretadas como superioridade, mas sim como sinal de anormalidade. É como se na luta entre dois igualmente poderosos contendores, um deles fizesse recurso do terrorismo (ameaçando matar membros da família do outro, por exemplo). Este recurso a tais técnicas “sujas”, fora das regras, pode até resolver a contenda a favor daquele que usou terrorismo. Entretanto, isto não é um sinal de superioridade de um sobre o outro, apesar de um ter vencido o outro (pelo menos temporariamente). O tempo bastante em breve nos dirá se a superioridade ocidental se revelará, no final das contas, *muito* temporária, mas o mais importante, para notarmos, em termos teóricos, é o seguinte. Sem o recurso da metáfora da violência como “jogo sujo”, o quadro ficaria incompleto e poderia até reforçar o estereótipo da superioridade europeia de uma sutil maneira. Quando a China *voluntariamente* desistiu de sua frota de imensos navios transoceânicos no final do século XV e início do XVI (exatamente quando os europeus iniciavam suas explorações marítimas), isto não ocorreu por incapacidade dos chineses de realizar explorações ultramarinas — isto eles já tinham feito antes dos europeus. Eles poderiam também ter feito estas explorações *de uma maneira violenta*, como os europeus: eles simplesmente escolheram não fazê-lo. E isto não é um sinal de fraqueza, assim como não foi um sinal de fraqueza de um dos contendores, no caso hipotético *supra*, não ter feito recurso ao terrorismo. A metáfora taxonômica do “jogo sujo” — incidentalmente, não intencionada como rotulação ética — é necessária para completar o modelo teórico proposto e tornar-nos conscientes da fronteira tênue entre normalidade e desvio na relação entre comerciantes e guerreiros (ou sacerdotes e comerciantes, cientistas e guerreiros, etc.) na história.²⁴

24 Alguns podem objetar à minha metáfora taxonômica de “jogo sujo” como sendo uma forma de julgamento de valor (ético), mas o seu valor heurístico pode ser aduzido do seguinte exemplo de Brenner e Isett. Em uma resenha crítica, eles descreveram a posição de

Em suma, a Europa (especialmente Inglaterra) tinha criado formidáveis capacidades econômicas e culturais que a haviam tornado uma contendora de linha de frente na corrida para a Revolução Industrial. Entretanto, a imagem da China e Ásia como estagnadas e incapazes de subir também a níveis mais altos é insustentável em vista das pesquisas recentes. Além disso, e principalmente, mesmo se a Inglaterra foi o primeiro país a atingir o mundo industrial, o fato de as regiões avançadas da China e Ásia não terem podido compartilhar maciçamente da difusão das novas tecnologias industriais no século XIX (como fizeram outros países europeus) tem muito mais a ver com interferência europeia *violenta* que com uma suposta incapacidade endógena asiática ou uma superioridade econômica prévia europeia. Este é o ponto que quero realçar. E acredito que isso possa ser feito mais claramente se tivermos um modelo teórico *a priori* que diferencie a violência (o fator militar) como *fora das regras do jogo* a fim de separar os aspectos econômicos da (frequentemente sutil) aplicação de métodos forçados de competição internacional.

Note o elemento epistemológico comum entre o fato que meu modelo encara a violência como *hors du jeu* e a baixa estima confuciana do fator militar na sociedade. A tradicional hierarquia confuciana das quatro grandes classes ou grupos ocupacionais (em ordem descendente: literatos, camponeses, artesãos e mercadores) exclui os militares. Como Fairbank & Goldman colocaram:

Pomeranz de que a Europa devia grande parte de sua ascensão no século XIX à exploração ultramarina pelas companhias mercantes da seguinte maneira: “A Europa foi capaz de [ascender no início do século XIX...] não em consequência de alguma vantagem [prévia] de sua economia doméstica, mas sim como resultado de sua forma única de estado mercantil e companhias mercantes que tornaram possível seu acesso a terras, matérias primas e, acima de tudo, trabalho escravo, de suas colônias americanas.” (Brenner & Isett, 2002, p. 610) Colocado desta maneira aparentemente neutra, ainda fica parecendo que havia uma superioridade econômica europeia, a saber, a de suas companhias de navegação, que eram mais eficientes na construção (ou arrecadação) de riquezas. É apenas quando trazemos ao quadro a violência como “jogo sujo” (dentro de um modelo teórico maior) que fica claro a importância que a violência teve no processo de ultrapassagem da Europa sobre a Ásia. Como Pomeranz colocou: “[...] onde as organizações comerciais europeias, supostamente superiores, tinham que competir com os mercadores da outra região do Velho Mundo sem usar a força, o seu desempenho foi medíocre.” (Pomeranz, 2000, p. 18-19) Sem a *differentia specifica* da violência como “jogo sujo”, o conteúdo da crítica de Pomeranz às visões eurocêntricas pode ficar diluído em um modelo puramente econômico de “eficiência” superior europeia em atividades comerciais marítimas.

[...] Os militares não foram listados como uma quinta classe ocupacional porque os *wenren* (literatos) confucianos que criaram a lista encaravam os praticantes de *wu* (violência) como seus inimigos mortais, encarnando o próprio mal da força bruta que os confucianos consideravam ser seu dever moral extirpar pelo bem do comportamento civilizado. Listá-los como quinta profissão seria dar-lhes aprovação tácita, legitimar sua existência, dar-lhes estatura moral. (Fairbank & Goldman, 1998, p. 109)

Neste aspecto específico, meu modelo pode ser visto como uma leitura paraconfuciana do encontro Europa-Ásia a partir do século XIX e, como tal, usado como um contraponto às visões puramente eurocêntricas em comparações “de duas vias” análogas às propostas por Wong (1997, p. 6-7).

Final Feliz?

Após nossa jornada ensaística, terminamos com um modelo minimalista de economia mais violência e os arquétipos descritivos binários de alguns dos principais *players* da interação Europa-Ásia. Apesar de termos começado com o problema do confronto entre Europa e Ásia, o objetivo final do artigo seria propor elementos para um modelo que pudesse ter aplicações a casos semelhantes na história. Devido à escolha de uma abordagem minimalista, encaro o resultado mais em termos de um paramodelo que um modelo completo em si mesmo. Como mencionado anteriormente, apenas a economia em si não pode explicar os padrões intrincados das interações coletivas humanas. Um modelo mais completo teria que incluir elementos dos níveis político, social e cultural. Entretanto, a configuração e as formas de meu paramodelo podem ser acopladas a algumas teorias mais completas do desenvolvimento histórico — a saber aquelas que enfatizam a centralidade da economia — a fim de aumentar o seu diapasão heurístico. Encarar a violência (o fator militar) como uma forma de “golpe baixo” dentro de um jogo maior com regras estabelecidas ajuda a explicar alguns casos surpreendentes ou confusos

de alternância hegemônica na história. Assim como a derrota surpreendente, inexplicável de um jogador experiente de cartas por um menos experiente se tornará mais compreensível quando reconhecermos sinais de que o jogador menos experiente utilizou truques sujos, alguns dos casos de ultrapassagem surpreendente de estados mais ricos e desenvolvidos por outros menos dotados podem ser explicados pelo uso habilidoso do ingrediente “extra” (a violência/fator militar). Em um sentido minimalista, alguns modelos centrados na economia têm um apreciável diapasão heurístico. Se a eles acrescentarmos a cláusula do meu paramodelo, acredito que poderemos aumentar este diapasão para incluir um significativo número de casos desviantes sem muita perda de concisão. A economia permanece a fundação mais forte, condicionada ocasionalmente pela cláusula da violência (fator militar).

Precisamos agora retornar ao nosso problema inicial e avaliar o resultado. Este modelo descreve mais adequadamente (apesar de minimalisticamente) não apenas a *foto* da dominância ocidental desde o século XIX, mas também o potencial (e provável) *filme* de uma curta ascensão à frente do Ocidente (pouco mais de um século), seguida pela retomada pela China (e Ásia) de seu tradicional posto como maior economia do mundo?

3.2. Eurocentrismo, Asiocentrismo, Globalismo: É Possível um ponto de Vista Objetivo no Estudo da China e da Ásia? (Considerações Metodológicas)

Nos últimos trinta anos o Produto Interno Bruto (PIB) da China vem crescendo a uma vertiginosa média de quase 10% anuais. Existem previsões de que se os ritmos atuais forem mantidos, em menos de duas décadas o país pode desbancar os EUA como a maior economia do mundo. Caso esse cenário se realize, algumas revisões epistemológicas deverão ocorrer nas análises comparativas entre Ocidente e Oriente. Como podemos ver pela tabela 1.2 do Anexo de Tabelas, em termos de PPC (Paridade de Poder de Compra), até o século XIX a China se revezou com a Índia no posto de maior economia mundial.²⁵ Similarmente, a tabela 1.3 mostra que a Ásia teve o maior PIB entre todos os continentes até o século XIX e recuperou este posto já no final do século XX. Se a China também recuperar o posto de maior economia do mundo entre os países no século XXI, então a chamada superioridade econômica ocidental terá sido apenas de pouco mais de um século em um mar de séculos em que

25 O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de bens e serviços produzidos em um país. Pode ser medido a preços de mercado ou em PPC (Paridade de Poder de Compra). O primeiro método (no qual os preços dos bens e serviços são calculados na moeda local e depois expressos em dólar pela taxa corrente de câmbio) é muito afetado pelas variações das taxas de câmbio que podem fazer o PIB de um país subir ou descer sem que tenha havido mudança na produção real: o valor do PIB em dólares se modifica apenas porque o valor da moeda daquele país se alterou em relação ao dólar. Por exemplo, se em um hipotético dia a moeda brasileira se desvaloriza 50% em relação ao dólar, automaticamente o PIB do Brasil (quando expresso em dólares) “cairia” para a metade (apesar de a produção continuar absolutamente a mesma, em termos materiais). Para evitar essa deficiência, o método da PPC propõe que todos os bens e serviços de cada país sejam medidos diretamente de acordo com seus preços em dólares *nos EUA* (o mesmo produto receberá o mesmo preço que ele vale em dólares nos EUA independentemente do país em que foi fabricado) e não por seus preços na moeda local. Isso evita os desvios causados pelas alterações nas taxas de câmbio. Esse procedimento pode ser comparado a descontar a inflação nas medições do PIB real de um país em diferentes anos. Todas as cifras baseadas nas tabelas 1.2 e 1.3 são calculadas em PPC.

a China (e a Ásia) estiveram à frente. Esta constatação põe em cheque as tradicionais noções eurocêntricas que têm guiado as ciências sociais: de que a Europa e o Ocidente foram o lócus do moderno crescimento econômico (e da modernidade em geral) e até hoje são o seu carro-chefe. Como coadunar isso com o fato de que a China (e a Ásia em geral) estiveram à frente na maior parte do tempo, são a parte mais dinâmica atualmente e podem amplamente dominar o século XXI em diante?

É no vácuo destas dúvidas que uma série de autores revisionistas tem postulado nas últimas décadas uma leitura asiocêntrica do desenvolvimento histórico mundial, enfatizando que tradicionalmente foi a Ásia, e não a Europa, a locomotiva da economia do globo como um todo.

Afinal, quem tem razão: os autores eurocêntricos ou os asiocêntricos? Além disso, é possível uma posição metodológica que fuja ao dilema do eurocentrismo *versus* asiocentrismo? Estas são as questões que discutiremos neste ensaio. Elas são especialmente importantes para os pesquisadores brasileiros sobre a Ásia, visto que não somos nem europeus nem asiáticos: portanto, como nos situar dentro deste debate?

Um Apanhado Histórico da Questão

Eurocentrismo é um termo usado para designar um modo específico de narrativa histórica que estabelece o primado da Europa (e do Ocidente) como a *avant-garde* da modernidade, do capitalismo e do desenvolvimento econômico moderno. Tem uma longa tradição de autores tão diversos e influentes como Montesquieu, Hegel, Marx e Weber. (Montesquieu, 1995; Hegel, 2001; Marx, 1961 e 1971; Weber, 1958 e 1997) Apesar das teses essencialistas mais exageradas das visões eurocêntricas do século XIX terem sido criticadas pela literatura anticolonial do período pós-Segunda Guerra Mundial, essa crítica se concentrava principalmente nos aspectos *políticos* da exploração (colonial e neocolonial).²⁶ Assim,

26 Panikkar, 1953; Césaire, 1953; Mao, 1963; Fanon, 1963; Ho, 1968. É interessante notar que mesmo a *teoria da dependência* dos anos 1960 e 1970, ainda que enfatizando as trocas desiguais *econômicas* entre centro e periferia como uma das principais causas do subdesenvolvimento, não representava necessariamente uma negação de que a Europa

culminando nos anos 1980 nós veríamos um novo boom de livros reafirmando visões eurocêntricas do lado *econômico*. Títulos como “O Milagre Europeu”, “O Triunfo do Ocidente”, “Prometeu Desacorrentado” e outros realizavam análises comparativas e confirmavam que a Europa (“Ocidente”) era o lócus onde os processos pioneiros de modernização ocorreram e continua a ser sua principal fortaleza.²⁷

Entretanto, na década de 1990 testemunhamos uma nova onda de críticas contra as visões eurocêntricas que prosseguiram do ponto onde a literatura anticolonial tinha parado. Essas novas visões asiocêntricas combatem o eurocentrismo no terreno estritamente *econômico* também. Citando uma série de novos dados técnicos, relativizam (e por vezes invertem) a vantagem econômica e tecnológica que o Ocidente teria historicamente tido sobre o Oriente *mesmo na época moderna e contemporânea*. (ex., Frank & Gills, 1993; Wong, 1997; Frank, 1998; Perdue, 1999; Pomeranz, 2000; Hobson, 2006)

Os relatos eurocêntricos datam o começo da ascensão do Ocidente sobre o Oriente da época da Renascença (ou até antes).²⁸ Os novos autores asiocêntricos atacam esta noção. Andre Gunder Frank (1998) nos relembra que até o século XIX a economia da Ásia era maior que a da Europa, e a da China sozinha maior que a de todos os países da Europa ocidental juntos. Kenneth Pomeranz (2000) cita dados para provar que até a época da Revolução Industrial não havia sinais definitivos que a Eu-

tinha sido afinal o lócus inicial do crescimento econômico moderno e da modernidade em geral. (Frank, 1975; Amin, 1976; Cardoso, 1979)

27 Jones, 1981; Roberts 1985 e Landes, 1969 foram os autores dos títulos mencionados. Mas outros exemplos abundam, por exemplo, North, 1973 e 1990; Baechler, Hall & Mann, 1988; Kennedy, 1987; Mokyr, 1990; Maddison, 2006.

28 A Renascença, com sua nova visão mais secular, racional e científica é frequentemente citada como o ponto em que a Europa começou a se distanciar do resto do mundo. Mas alguns autores ligam a vantagem europeia a épocas anteriores da história. Hall (1988) descreve o feudalismo europeu, com suas unidades competindo sinergicamente (em vez de serem governadas, de forma burocrática, por um centro imperial repressivo *à la* China), como a precondição para a futura decolagem econômica eficiente da Europa na época do estado-nação. Anderson (1974) vai mais atrás no tempo. Diz que a Renascença europeia teve um efeito transformativo tão poderoso porque representava a concatenação da Antiguidade clássica com o feudalismo. Assim, neste caso, para termos o quadro completo das precondições para o avanço da Europa, teríamos que voltar até a antiguidade greco-romana.

ropa ultrapassaria a China em termos de crescimento econômico moderno, já que ambas sofriam das limitações de um crescimento até então basicamente *smithiano*. Roy Bin Wong (1997) analisou as características do desenvolvimento social da Europa e da China e relativizou fortemente qualquer vantagem *a priori* que a Europa teve em termos de crescimento econômico moderno em uma escala histórica mundial.

Parte da razão porque este debate está se passando tão fortemente hoje é a presente situação da China. Há previsões de que se a economia chinesa continuar crescendo nos ritmos que vem mantendo há três décadas, em menos de vinte anos se tornará a maior economia do mundo. Se esse cenário se realizar, nós estaremos face a uma situação intelectualmente desafiante. Se a China (e a Ásia) tinham a maior economia do mundo até o século XIX e recobrem esta posição no século XXI, isto significará que a primazia econômica do Ocidente em termos históricos terá se reduzido a meros dois séculos. Que consequências isso terá no debate eurocentrismo versus asiocentrismo?

Se a situação se inverter e a Ásia recobrar a liderança mundial, provavelmente testemunharemos um crescimento do triunfalismo asiocêntrico. Mas se este futuro cenário não se realizar (digamos que a China desacelere-se economicamente e estagne numa posição de país de renda média), os autores eurocêntricos poderão se sentir vindicados e o eurocentrismo tornar-se-á hegemônico novamente. Esta situação teórica instável nos faz compreender que o debate eurocentrismo e asiocentrismo tornou-se uma espécie de jogo de soma-zero: um lado vence, o outro perde. Quem está vencendo e quem está perdendo nesse debate já mudou de lugar tantas vezes no passado que precisamos encontrar uma proposição heurísticamente mais satisfatória.

O Globalismo

Uma das maneiras apontadas atualmente para fugir da camisa-de-força do debate polarizado entre eurocentrismo e asiocentrismo é a postulação do *globalismo* ou *humanocentrismo*. (Frank, 1998, p. 4 e 8) Frank critica a parcialidade das duas posições anteriores, cada uma tentan-

do provar que seu “continente” foi superior ao outro, sendo mais responsável pelo avanço da humanidade até aqui que o oponente. Entretanto, isso cria certo paroquialismo e tende a excluir ou ofuscar a contribuição de outras partes (por exemplo, África e Américas) para o desenvolvimento mundial. Assim, como alternativa, propõe uma visão globalista ou humanocêntrica da história em que o todo é maior que as partes, as partes estão interligadas e com diversas contribuições sincrônicas ou diacrônicas entre si. Frank é a versão mais radical desta proposição globalista, mas vários autores caminham nesta direção em suas contribuições (*e.g.* Abu-Lughod, 1989 e 1993; McNeill, 1991a; Hodgson, 1993). É importante notar que Andre Gunder Frank foi muito influenciado e interagiu com a teoria wallersteiniana do sistema-mundo. Assim, prega uma espécie de teoria do sistema-mundo realmente global (e não baseada na economia europeia a partir do século XVI como Wallerstein). Este detalhe é importante, pois o autor vê o conjunto (o sistema global) influenciando estruturalmente (sincronizando, desenvolvendo e constringendo) suas partes constitutivas, sejam elas Europa, Ásia ou outras. Segundo Frank, (1998, p. 37)

Já que o todo é mais que a soma das suas partes, cada parte é não apenas influenciada pelas outras partes, mas também pelo que acontece no (sistema do) mundo inteiro. Não há como entender o que se passou na Europa ou América sem levar em consideração o que aconteceu na Ásia e na África e vice-versa [...] Em suma, precisamos de uma análise holística para explicar qualquer parte do sistema.

Em relação à ascensão da Europa, Frank (1998, p. 37) diz que:

Minha tese (ecoando, mas estendendo Blaut) é que o Ocidente comprou um bilhete de terceira-classe no trem econômico asiático, depois alugou um vagão inteiro e somente no século XIX conseguiu deslocar os asiáticos da locomotiva. Uma seção examina e cita a análise de Adam Smith de como os europeus conseguiram fazer isso com dinheiro americano. Eles usaram-no não apenas para expandir suas economias, mas também, e talvez especialmente, para comprarem uma fatia do mercado asiático em expansão. Assim, a revolução industrial, e seu even-

tual uso pelos europeus para atingir uma posição de dominação na economia mundial, não pode ser adequadamente explicada apenas em termos de fatores “internos” da Europa, nem mesmo para suplementar sua acumulação de capital extraído das colônias. Precisamos de uma explicação de caráter mundial para entender esse processo global.

Dúvida Metodológica: Qual das Abordagens é a mais Adequada para o Entendimento das Interações Ocidente-Oriente?

Quem explica melhor o desenvolvimento comparado de Europa e Ásia: os autores eurocêntricos, asiocêntricos ou globalistas? A questão é importante para os pesquisadores brasileiros. Como o campo dos estudos históricos asiáticos está ainda incipiente em nosso país, os paradigmas adotados em seu início podem marcar os ulteriores desdobramentos na área.

A resposta a esta questão é complexa. Envolve elementos empíricos e teóricos. Começemos pelos empíricos. Daremos aqui ênfase aos aspectos econômicos da questão, pois são os que estão em mais vigoroso debate atualmente (movidos pelo dinamismo de economias como a China, Índia além do tradicional peso dos tigres asiáticos e do Japão). Entretanto, esta ênfase no econômico deve ser temperada pela crítica do anticolonialismo do pós-Segunda Guerra Mundial. Como vimos acima, os autores anticoloniais deslocavam o debate do campo meramente econômico para o campo *político* das questões de exploração e violência como a Europa impôs seu domínio sobre a Ásia. Levaremos em consideração esta crítica política posteriormente, quando formos analisar os aspectos teóricos da questão. No momento abordaremos, pelo prisma empírico, a problemática de qual região foi mais adiantada economicamente na história e qual deverá ter a preeminência econômica no futuro próximo.

Pelo Aspecto Empírico

A narrativa eurocêntrica tradicional enfatiza que a partir da Renascença a Europa adquire uma visão de mundo cada vez mais racional, secular, científica. Esta nova *Weltanschauung* desencadeará uma série de desenvolvimentos comerciais, produtivos e tecnológicos que colocarão a Europa na vanguarda do mundo moderno. Esta vantagem no deslanche e desenvolvimento da modernidade permitirá à Europa dominar o mundo após as Grandes Navegações.

Esta narrativa é poderosa. Afinal, não foi mesmo a Europa que deslançou a modernidade e dominou o mundo? Não são os países ocidentais (europeus, EUA) que estão ainda hoje na vanguarda mundial? Como se contrapor a esta visão?

Os autores asiocêntricos dos anos 1990 relativizam (e mesmo se contrapõe a) esta visão com diversos argumentos. Primeiro de tudo, notam que a maior economia do mundo até o século XIX era a China (entre os países) e Ásia (entre os continentes). Assim, a vantagem europeia seria bem mais recente do que tradicionalmente colocado nos livros de história.

Os autores eurocêntricos revidam com o argumento de que se em termos de produção bruta isto é correto, em termos de produtividade per capita a Europa já vinha lentamente ultrapassando a China e Ásia desde o século XV (ver tabela 1.1). O avanço de um país seria, assim, medido não pela sua produção bruta (países grandes levam vantagem neste item), mas sim pela sua produtividade per capita ou PIB per capita.

O autor asiocêntrico John M. Hobson (2006, p. 75-76) retruca a isto com dois argumentos. Por vezes, a mera produção bruta é mais importante que a produtividade per capita em termos geopolíticos. Por exemplo, a Suíça tem um PIB per capita maior que o dos EUA. Mas isso não quer dizer que a Suíça seja mais avançada ou poderosa que os EUA. Além disso, Hobson cita que nem todos concordam com as estatísticas citadas por Maddison (veja tabela 1.1) de que a produtividade da Europa ocidental passou a superar a da China já a partir do século XV. Outro famoso historiador econômico (eurocêntrico, inclusive) Paul Bairoch, em suas estatísticas históricas, mostra que somente a partir de 1750 a produtividade da Europa Ocidental começa a superar a da China. (Bairoch, 1993, p. 104) Ou seja, somente a

partir da Revolução Industrial a Europa teria superado as regiões avançadas da Ásia em termos de produtividade também.

Assim, os autores asiocêntricos “comprimem” a vantagem europeia a um período muito curto e minoritário da história: cerca de um a dois séculos em um mar de séculos em que a China e a Ásia estiveram na frente. A vantagem chinesa e asiática indubitável no período pré-moderno, dubitável no período moderno (sécs. XV a XVIII) e a possibilidade de a Ásia dominar o mundo economicamente novamente no século XXI fazem com que os autores asiocêntricos afirmem que a narrativa histórica mundial correta é a de uma longa superioridade oriental sobre o Ocidente em vez da narrativa tradicional eurocêntrica de uma longa e antiga vantagem ocidental sobre o Oriente.

Mas, então, como explicar a dominação ocidental (literal) sobre a Ásia no século XIX e início do XX? Aqui é importante resgatar os argumentos dos autores anticolonialistas que enfatizavam os aspectos *políticos* da exploração colonial, especialmente a violência. (Fanon, 1963) Pelas discussões acima vemos que o tipo de desenvolvimento *endógeno* da Europa antes da Revolução Industrial, apesar de impressionante, não era tão superior e nem seria suficiente em si para explicar um domínio europeu absoluto sobre os asiáticos. E mesmo a Revolução Industrial, em um ambiente de *level playing field* econômico, não seria suficiente para explicar uma vantagem tão extraordinária dos europeus. Afinal, a Revolução Industrial existiu, de forma incipiente, no final do século XVIII apenas na Inglaterra e só lentamente, ao longo do século XIX, foi se espalhando a outros países da Europa e América. Se a Revolução Industrial se disseminou para outros países europeus e EUA, porque não poderia também ter se disseminado para a China e Índia (países que tinham manufaturas mais fortes que muitas europeias antes do século XIX)? Corretamente os autores anticolonialistas enfatizam o fator *violência* como o impeditivo que fez com que a Revolução Industrial ficasse oligopolizada por certos países e não se espalhasse para as potências asiáticas. Assim, não foi a vantagem puramente econômica e tecnológica europeia que garantiu a dominação ocidental da Ásia no século XIX. O segredo da Europa foi empregar esta tecnologia *de uma maneira específica, violenta*, de modo que ela se refletisse em conquistas militares sobre seus rivais econômicos asiáticos (as guerras do ópio com a China espelham bem essa situação). Foi a maneira

violenta de utilizar esta tecnologia que garantiu aos europeus a dominação. Ou seja, ela foi resultado de *jogo sujo*, fora das regras da competição econômica leal, que garantiu a superioridade europeia, e não uma suposta vantagem comercial e produtiva inata e antiga daquele continente.

Alguns podem argumentar que pelo menos a Revolução Industrial foi um desenvolvimento puramente europeu. Nesse caso pode-se contra-argumentar que a Revolução Industrial não foi europeia e sim espiritualmente britânica. Ela começou na Inglaterra e depois se espalhou para a Europa e América. A pergunta dos asiocêntricos é: por que não se espalhou também para a China e Índia, que tinham fortes manufaturas até o século XIX? Sua própria resposta é que se fosse uma competição econômica pura e limpa, a Revolução Industrial teria se espalhado também para aqueles países: não o fez devido à violência impeditiva. Além disso, alguns autores asiocêntricos veem raízes asiáticas (especialmente chinesas) não apenas na revolução comercial europeia do séc. XV em diante, mas também na Revolução Industrial do século XIX.²⁹

No Terreno Teórico

Voltamos à nossa questão inicial. Epistemologicamente, qual a abordagem mais adequada?

As três contêm pontos fortes e fracos.

O eurocentrismo trouxe importantes discussões: a questão da modernidade, da racionalidade, do desenvolvimento econômico, os detalhes técnicos de produção e produtividade, cálculos de custo/benefício, etc. Sua tentativa de demarcar as diferenças entre os sistemas pré-modernos e modernos forneceram insights cruciais em relação ao problema da eficiência e eficácia produtivas.

Por outro lado, o eurocentrismo acabou levando a um etnocentrismo que, quando levado ao exagero, chegou a desembocar em teorias racistas. Além disso, muitas de suas suposições não se revelaram tão objetivas quanto pareciam de início (por exemplo, a noção de uma superioridade econômica europeia relativamente antiga).

²⁹ Ver, por exemplo, o capítulo 9 (“The Chinese Origins of British Industrialization”) em Hobson, 2006, p. 190-218.

Para corrigir esses defeitos, o asiocentrismo trouxe importantes contribuições. Podou os exageros temporais e qualitativos das narrativas eurocêntricas, ao mostrar que o predomínio europeu não era tão antigo nem tão qualitativamente diferente assim. Realçou e clarificou a vantagem asiática nos tempos pré-modernos e relativizou a vantagem europeia nos tempos modernos, colocando-a em perspectiva mais adequada.

Por outro lado, o asiocentrismo também foi acusado de exageros. Alguns autores eurocêntricos insistem que a produtividade europeia ultrapassou a asiática já em séculos anteriores e não apenas a partir do final do XVIII e acusam de exageradas as versões como a de Hobson (2006, p. 190) das chamadas “raízes chinesas da industrialização britânica”. Mas a principal acusação feita aos autores asiocêntricos (principalmente os mais recentes) é de que estão tentando ser “mais realistas que o rei”. Ou seja, absorveram os princípios-guias das análises eurocêntricas (modernidade, racionalidade, produtividade) e tentam provar que a Ásia é mais “moderna, racional, produtiva” que seu equivalente europeu.³⁰ Neste ponto, talvez seja bom retomar algumas das críticas dos autores anticolonialistas do pós-Segunda Guerra Mundial que procuravam puxar a discussão para fora do campo meramente econômico, tecnicista ou formalista, e jogá-la para a discussão política. Afinal, o que significa ser uma sociedade mais desenvolvida? Significa meramente produzir mais (per capita) que outra? Significa ser capaz de militarmente dominar a outra? Significa ter uma civilização superior? (mas, nesse caso, baseado em que valores medir a superioridade?) O perigo de absorver os princípios tecnicistas, economicistas das narrativas eurocêntricas poderia levar os pesquisadores asiocêntricos a cair num outro tipo de armadilha epistemológica etnocêntrica.

Para fugir à esta dicotomia, foi proposta uma alternativa: a abordagem globalista ou humanocêntrica. Ela constata que a história da humanidade recebeu contribuições maiores que apenas as da Europa e Ásia, como as da África e Américas, por exemplo, e por isso a análise deve ser feita de uma maneira mais global. Além disso, na versão de Andre Gunder Frank (1998) a teoria assume contornos de um verdadeiro sistema-mun-

30 Ver um exemplo dessas críticas do asiocentrismo “retomar os antípodas Ocidente-Oriente ao reverso” em Pieterse, 2006, p. 64-65.

do em que o conjunto do todo constrange, formata e limita suas partes constituintes, não sendo *a priori* possível analisá-las de modo estanque.

Esta é uma abordagem atraente e com um alto caráter humanista. Proporciona uma maneira de fugir ao paroquialismo do dilema eurocentrismo versus asiocentrismo. Entretanto, apresenta também alguns problemas. Em termos teórico-metodológicos gerais, é possível ao pesquisador fugir de suas origens e assumir um ponto de vista superior, algo como a visão da águia? Além disso, existe realmente esse ponto superior por cima de todas as visões nacionais e individuais? Não será esse ponto superior uma abstração inexistente na realidade, já que uma humanidade unida não tem existência real? Uma demonstração empírica dessas dificuldades é a própria obra de Frank (1998). Ele chama sua posição de globalista ou humanocêntrica, mas vários observadores consideram sua posição como sendo de um extremado autor asiocêntrico. Isso mostra como pode ser difícil fugir de posições parciais, mas concretas. Além do mais, a ideia de que alguém, por virtude de alguma excepcionalidade epistemológica, consegue ver de um ponto mais alto que os outros carrega sempre um perigo totalitário. Grandes ditadores ou ditaduras iniciaram-se com aqueles que se consideravam os “portadores da verdade histórica”. Isso obviamente não é para desencorajar os experimentalismos teóricos; apenas para mostrar que há perigos inerentes. As próprias resenhas mistas do trabalho de Andre Gunder Frank realçam essas dificuldades.

Uma Proposta de Síntese

Assim, as três abordagens sobre a Ásia têm suas vantagens e desvantagens. Eu gostaria de lançar aqui uma proposta de síntese que pode ser útil como uma proposição inicial de trabalho para os pesquisadores do Brasil (geograficamente “de fora” dos pontos iniciais de Europa e Ásia).

Partirei de uma proposta metodológica avançada por Wong (1997, p. 282) para o estudo específico da história da China comparada à da Europa. Ele sugeriu que se por um lado não conseguimos escapar de analisar a China à luz de padrões europeus, devemos também sime-

tricamente analisar a história da Europa à luz de padrões chineses. Estas *comparações simétricas* (ou “de duas mãos”) formarão uma análise mais produtiva e iluminadora que o tradicional método de avaliar tanto a história da China como a da Europa por padrões eurocêntricos.

Inspirado por esta visão, eu gostaria de propor um método de *comparações multifocais* em relação ao problema das abordagens eurocêntricas, asiocêntricas e globalistas. Proponho que ao se estudar comparativamente a Ásia (ou um país ou região dela) procuremos ver nosso objeto de análise *das três maneiras* e após tentemos realizar uma síntese dialética delas, superando as deficiências de cada uma através do contraste com a visão oferecida pelas outras. Ou seja, analisando a história de um país da Ásia do ponto de vista eurocêntrico, depois do ponto de vista asiocêntrico e depois de um ponto de vista global obteremos visões diferentes, por vezes conflitivas. Esses conflitos chamarão a atenção para as deficiências tópicas de cada uma ao mesmo tempo mostrando alternativas a elas. A partir daí poderemos, possivelmente, obter uma síntese superior que reúna o melhor de cada uma e ultrapasse suas deficiências.

3.3. Eurásia como Conceito Unificador no Debate Eurocentrismo versus Asiocentrismo

Eurocentrismo é um termo usado para designar um modo específico de narrativa histórica que estabelece o primado da Europa (e do Ocidente) como a *avant-garde* da modernidade, do capitalismo e do desenvolvimento econômico moderno. Tem uma longa tradição de autores tão diversos e influentes como Montesquieu, Hegel, Marx e Weber. (Montesquieu, 2008; Hegel, 2001; Marx, 1961-1971a e 1991; Weber, 1981 e 1997) Apesar das teses essencialistas mais exageradas das visões eurocêntricas do século XIX terem sido criticadas pela literatura anticolonial do período pós-Segunda Guerra Mundial, essa crítica se concentrava principalmente nos aspectos *políticos* da exploração (colonial e neocolonial).³¹ Assim, culminando nos anos 1980 nós veríamos um novo boom de livros reafirmando visões eurocêntricas do lado *econômico*. Títulos como “O Milagre Europeu”, “O Triunfo do Ocidente”, “Prometeu Desacorrentado” e outros realizavam análises comparativas e confirmavam que a Europa (“Ocidente”) era o lócus onde os processos pioneiros de modernização ocorreram e continua a ser sua principal fortaleza.³²

Entretanto, na década de 1990 testemunhamos uma nova onda de críticas contra as visões eurocêntricas que prosseguiram do ponto onde a literatura anticolonial tinha parado. Essas novas visões asiocêntricas combatem o eurocentrismo no terreno estritamente *econômico* também. Citando uma série de novos dados técnicos, relativizam (e por vezes invertem) a vantagem econômica e tecnológica que o Ocidente teria his-

31 Por exemplo, Césaire (1953), Fanon (1963) Ho (1968), Panikkar (1977) e Mao (1979). É interessante notar que mesmo as *teorias da dependência* dos anos 1960 e 1970, ainda que enfatizando as trocas desiguais *econômicas* entre centro e periferia como uma das principais causas do subdesenvolvimento, não representavam necessariamente uma negação de que a Europa tinha sido afinal o lócus inicial do crescimento econômico moderno e da modernidade em geral. (Frank, 1975; Amin, 1976; Cardoso & Faletto, 1970)

32 Jones (1981), Roberts (1985) e Landes (1969) foram os autores dos títulos mencionados. Mas outros exemplos abundam como North (1973 e 2002), Baechler, Hall & Mann (1989), Kennedy (1989), Mokyr (1990) e Maddison (2006).

toricamente tido sobre o Oriente *mesmo na época moderna e contemporânea*. (ex., Frank & Gills, 1993; Wong, 1997; Frank, 1998; Perdue, 1999; Pomeranz, 2000; Hobson, 2006)

Os relatos eurocêntricos datam o começo da ascensão do Ocidente sobre o Oriente da época da Renascença (ou até antes).³³ Os novos autores asiocêntricos atacam esta noção. Andre Gunder Frank (1998) nos lembra que até o século XIX a economia da Ásia era maior que a da Europa e a da China sozinha maior que a de todos os países da Europa ocidental juntos. Kenneth Pomeranz (2000) cita dados para provar que até a época da Revolução Industrial não havia sinais definitivos que a Europa ultrapassaria a China em termos de crescimento econômico moderno, já que ambas sofriam das limitações de um crescimento até então basicamente *smithiano*. Roy Bin Wong (1997) analisou as características do desenvolvimento social da Europa e da China e relativizou fortemente qualquer vantagem *a priori* que a Europa teve em termos de crescimento econômico moderno em uma escala histórica mundial.

Parte da razão porque este debate está se passando tão fortemente hoje é a presente situação da China. Há previsões de que se a economia chinesa continuar crescendo nos ritmos que vem mantendo há três décadas, em menos de vinte anos se tornará a maior economia do mundo em termos de Paridade de Poder de Compra (PPC). Se esse cenário se realizar, nós estaremos em face de uma situação intelectualmente desafiante. Se a China (e a Ásia) tinha a maior economia do mundo até o século XIX e recobrar esta posição no século XXI, isto significará que a primazia econômica do Ocidente em termos históricos terá se reduzido a meros dois séculos. Que consequências isso terá no debate eurocentrismo versus asiocentrismo?

33 A Renascença, com sua nova visão mais secular, racional e científica é frequentemente citada como o ponto em que a Europa começou a se distanciar do resto do mundo. Mas alguns autores ligam a vantagem europeia a épocas anteriores da história. Hall (1989) descreve o feudalismo europeu, com suas unidades competindo sinergicamente (em vez de serem governadas, de forma burocrática, por um centro imperial repressivo *à la* China) como a precondição para a futura decolagem econômica eficiente da Europa na época do estado nação. Anderson (1985) vai mais atrás no tempo. Diz que a Renascença europeia teve um efeito transformativo tão poderoso porque representava a concatenação da Antiguidade clássica com o feudalismo. Assim, nesse caso, para termos o quadro completo das precondições para o avanço da Europa, teríamos que voltar até a antiguidade greco-romana.

A pesquisa que proponho se origina nesta questão. Se a situação se inverter e a Ásia recobrar a liderança mundial, provavelmente testemunharemos um crescimento do triunfalismo asiocêntrico. Mas se este futuro cenário não se realizar (digamos que a China desacelere-se economicamente e estagne numa posição de país de renda média), os autores eurocêntricos poderão se sentir vindicados e o eurocentrismo tornar-se hegemônico novamente. Esta situação teórica instável nos faz compreender que o debate eurocentrismo e asiocentrismo tornou-se uma espécie de jogo de soma-zero: um lado vence, o outro perde. Quem está vencendo e quem está perdendo nesse debate já mudou de lugar tantas vezes no passado que precisamos encontrar uma proposição heurísticamente mais satisfatória. É a busca de uma posição mais adequada que me leva a propor o termo *Eurásia* como um conceito unificador no debate eurocentrismo versus asiocentrismo.

Tradicionalmente, no debate entre eurocentrismo e asiocentrismo, as vantagens da Europa no período moderno são confrontadas com as vantagens da Ásia em tempos pré-modernos mais questões de anti-colonialismo (e controvérsias teóricas sobre o sentido de modernidade) nos séculos recentes. Eu proponho abandonar esta abordagem de soma-zero e conceber o continente eurasiático como ele *fisicamente* é, ou seja, uma entidade única e integral. Isto significa ver a Eurásia como um espaço comum e integrado onde influências, ideias, tecnologias, bens e serviços desde tempos antigos se comunicam e difundem. John M. Hobson (2006) mostrou como várias das invenções e tecnologias foram criadas e aperfeiçoadas em diferentes regiões da Eurásia de tal modo que muitas vezes é difícil apontar se ela é uma invenção “oriental” ou “ocidental”. Similarmente, a influência de ideias e práticas estatais confucianas no Iluminismo ocidental e a influência recíproca do Iluminismo ocidental no Oriente no período colonial ilustram quão difícil pode ser separar o que é “ocidental” do que é “oriental” na herança cultural da Eurásia. À medida que as linhas de separação se tornam menos nítidas, a necessidade de se procurar uma abordagem mais sintética e compreensiva se torna forte. Acredito que é possível propor um modelo integrado “eurasiático” de desenvolvimento histórico que incorpore, sintetize e supere dialeticamente insights dos campos eurocêntrico e asiocêntrico. Minha hipótese é que

tal modelo ecumênico dará conta, de forma mais adequada, das variações na liderança econômica e tecnológica entre as diversas regiões da Eurásia na longa escala histórica.

Em termos teóricos e metodológicos, este esforço estará afiliado com as abordagens variantes e derivadas de teorias do sistema-mundo que incorporam o conceito de Eurásia como *ecúmeno*. A teoria do sistema-mundo, na versão original de Wallerstein, (1974) era eurocêntrica no sentido que postulava o sistema capitalista moderno como originando e expandindo a partir da Europa no século XVI até englobar todo o mundo. Entretanto, alguns teóricos ligados ao debate do sistema-mundo (e.g., Abu-Lughod, 1989; Frank & Gills, 1993) saíram do quadro de referência eurocêntrico e olharam para a Ásia à procura de uma visão mais equilibrada do ecúmeno eurasiático. O conceito de eurásia como parte de um grande ecúmeno foi advogado por William McNeill (1991a) em seus trabalhos de história mundial. McNeill (1991) enfatiza os intercâmbios entre as diferentes sociedades e culturas como o *primum mobile* do desenvolvimento das diferentes civilizações. Eu gostaria de expandir a partir desses insights e construir um modelo de interações *modulares* entre as diferentes regiões *interconectadas* da eurásia como uma maneira melhor de entender as mudanças nos ritmos de desenvolvimento econômico de algumas das principais partes do “maciço” social eurasiático. Não será um modelo quantitativo ou tipológico, pois a experiência eurasiática integrada *interna* é única. Nesse sentido, não pode ser generalizada e colocada em uma tipologia que a compare/contraste com outras unidades tipológicas de características internas semelhantes. Mas proporemos um *modelo narrativo*: uma narrativa que consiga dar conta dos desenvolvimentos históricos da Ásia e Europa mais adequadamente que as descrições eurocêntricas e asiocêntricas separadamente.

Algumas Considerações Metodológicas

Antes de iniciarmos a descrição de nosso modelo eurasiático integrado, algumas palavras de advertência são necessárias se quisermos evitar o etnocentrismo que identificamos em muitos autores eurocêntricos ou asiocêntricos.

Primeiro de tudo, estamos propondo um modelo eurasiático como alternativa para superar as limitações dentro do debate preciso que investigamos até aqui do eurocentrismo versus asiocentrismo. Nosso modelo visa atuar dentro deste debate e não se propõe a ser uma prescrição para a história mundial como um todo (apesar de que acreditamos que elementos metodológicos desta nossa construção poderão ser úteis no estudo dessa mesma história mundial). Por mais que a Europa e a Ásia tenham tido um papel importantíssimo na história global, uma narrativa que colocasse a problemática das interações eurasiáticas como cerne e modelo desta história estaria repetindo o mesmo etnocentrismo (apenas numa versão mais *soft* e ampliada) das narrativas eurocêntricas e asiocêntricas em separado.

Começamos pelo problema da África. Como afirmei, coloquei o conceito de Eurásia (Europa + Ásia) como método de superação dialética do debate específico de eurocentrismo versus asiocentrismo. Se ampliarmos nossos horizontes para uma escala mundial, logo de imediato nos deparamos com a constatação de que o ecúmeno eurasiático é na verdade um ecúmeno afro-eurasiático. Primeiro de tudo, fisicamente Europa, Ásia e África eram ligados por terra, formando um único continente, até o século XIX quando o homem artificialmente cortou a ligação terrestre da África com o resto do ecúmeno ao construir o canal de Suez descaracterizando o istmo com o mesmo nome. Mas essa ligação umbilical vai além do aspecto físico. Culturalmente, economicamente e politicamente a África foi fundamental para a formação e avanço da Europa e da humanidade como um todo. Essa importância pode ser deduzida da seguinte afirmação: sem Europa poderia ter havido a humanidade, mas não sem a África. A África foi o berço da raça humana atual, que dali se expandiu para outras regiões. Apenas este fato deveria marcar um lugar ao sol para a África independentemente dos desenvolvimentos históricos posteriores. Isso fica realçado por um mero raciocínio contrafactual. Imaginemos a possibilidade (não tão remota) de que a humanidade se extinga em um futuro próximo devido a alguma guerra nuclear que envolva os mesmos protagonistas das guerras mundiais anteriores. Nesse caso, os futuros historiadores de outros planetas, ao narrarem a história do planeta Terra e do gênero humano, descreverão que a África deu a vida à raça humana e

a Europa e seus *offshoots* (EUA?) a extinguiram: numa perspectiva de *très longue durée* como essa, certamente o papel da África terá sido bem mais importante que o da Europa para a raça humana.

Mas não é apenas neste sentido básico que a África foi fundamental. Se as narrativas eurocêntricas colocam a Grécia como centro e origem do pensamento que desembocaria posteriormente na modernidade europeia, Martin Bernal (1987-2006), seguindo uma seara intelectual provocativa aberta pioneiramente por James (1954), realçou a enorme influência dos egípcios africanos na formação da cultura e no deslanche da ciência grega antiga. Bernal propôs o termo “Atenas negra” para reforçar as origens africanas da civilização grega e, por conseguinte, da civilização europeia. Fora os primórdios, diversos centros da África ostentaram grande influência civilizatória: Cartago; as dinastias berberes dos almorávidas e almôadas que mantiveram o controle muçulmano sobre a Espanha e alimentaram ali a florescente cultura andaluza que influenciou sobremaneira a Europa e teve repercussões em sua Renascença; Timbuktu, um centro cultural irradiante do Império Mali (a “Alexandria” transaariana), e outras grandes cidades africanas comerciais e/ou manufactureiras indígenas como Koumbi Saleh (capital do Império de Gana), Gao (capital do Império Songhai) e Jenne. Economicamente, o trabalho dos escravos africanos e a exploração de recursos da África se tornaram um dos esteios da economia mundial propiciando mão de obra às plantações nas Américas e grandes lucros às potências europeias que participavam do tráfico negroiro.

Mas, mesmo uma visão de desenvolvimento mundial baseada em um ecúmeno *afro*-eurasiano também poderia ser acusada de parochialismo. E a contribuição de outras partes do mundo? As Américas são um caso que precisa ser mais bem estudado. Geralmente, esta região é vista como sinônimo de América Latina e entendida apenas como contribuição do trabalho escravo e riquezas coloniais (prata, ouro) à Europa. Entretanto, autores como Benedict Anderson (2008) e Samuel Huntington (1994) chamaram a atenção para o fato de que, em sua versão moderna, fenômenos importantes como democracia, nacionalismo e partidos políticos tiveram suas origens primeiras nas Américas e não na Europa, como é tradicionalmente colocado. Quando esta visão algo heterodoxa é aceita, ela é depreciada pela observação de que muitos desses fenômenos foram

catalisados nos Estados Unidos, que, por alguma razão são vistos como *western offshoots* (na verdade extensões da Europa nas Américas), e não como uma parte comum das Américas como as outras. Ora, esta diferenciação dos EUA como *western offshoot* é uma forma aberta de eurocentrismo, retirando das Américas sua contribuição nativa nos três campos mencionados. Nesta mesma veia, é importante notar que a China foi ultrapassada como a maior economia do mundo no final do século XIX não por um país europeu, e sim um país americano: os EUA (ver tabela 1.2). Ver os EUA meramente como uma extensão da Europa é apagar a contribuição dos negros e índios nas Américas. Antes mesmo da chegada dos europeus, as Américas já eram habitadas por povos indígenas bem adaptados ecologicamente e economicamente ao seu meio-ambiente no continente, alguns inclusive (como os maias) com elementos civilizacionais avançados, especialmente em campos como agricultura e astronomia.

Assim, esta primeira palavra de precaução é necessária. Utilizamos o recurso metodológico do conceito de ecúmeno eurasiático, pois estamos tratando neste ensaio da disputa específica entre eurocentrismo e asiocentrismo. Numa escala global precisaríamos ampliar esta ideia de ecúmeno para incorporar as contribuições e especificidades de outras regiões do mundo. Na verdade, como enfatizam as correntes menos eurocêntricas das teorias do sistema-mundo, (*e.g.*, Abu-Lughod, 1993) precisamos de um modelo que mostre que os desenvolvimentos individuais de cada país, civilização ou povo estão, desde quase os primórdios da história, intrinsecamente interligados com os desenvolvimentos dos outros povos, civilizações e países.

A ideia de um ecúmeno euro-asiático ou afro-euro-asiático já foi utilizada por alguns autores como William McNeill (1991 e 1991a) e Marshall Hodgson (1974 e 1993). Uma abordagem intercontinental tinha sido proposta por F. Mauro (1961). Proponho aqui uma síntese desta abordagem com as abordagens do tipo sistema mundo de Frank & Gills (1993) e de Abu-Lughod (1989 e 1993).³⁴ É importante notar que o construto “ecúmeno euro-asiático a partir de uma abordagem de sis-

34 Não confundir com o conceito de sistema-mundo (com hífen) de Immanuel Wallerstein. Sobre essa distinção, ver Frank & Gills (1993, p. 4).

tema mundo” que estou propondo é uma ferramenta heurística para melhor analisarmos os diversos elementos componentes do debate específico do eurocentrismo versus asiocentrismo. Uma abordagem que visasse o estudo da história mundial como um todo teria que ter uma escala mais ampla, de sistema mundo em seu sentido literal. O conceito de ecúmeno nos fornece o arcabouço teórico sistêmico que nos retira de uma visão de países ou povos autárquicos meramente relacionando-se entre si: ao mesmo tempo, quando utilizado dentro de uma perspectiva de sistema mundo, contém o germe de sua própria superação quando da necessidade de uma visão mais ampla de um ecúmeno global, do ponto de vista da humanidade como um todo.³⁵

O conceito de sistema mundo pressupõe que o todo é maior que a mera soma das partes. Isto porque as partes não são unidades estanques e sua ontologia não é meramente substantiva, mas também, e principalmente, relacional. As inter-relações entre as partes as afetam e transformam continuamente. Assim, para termos uma visão holística do sistema euro-asiático (ou mundial) total precisamos partir do todo e examinarmos seu funcionamento inter-relacionado interno. No caso do construto do ecúmeno euro-asiático, examinaremos seus grandes blocos hegemônicos (como Europa ocidental, o subcontinente indiano, a China e leste da Ásia, etc.) não como unidades totalmente autônomas que se relacionam esporadicamente umas com as outras, mas sim como unidades cujo desenvolvimento é basicamente relacional e interdependente.

Para os fins heurísticos que nos propomos aqui (análise do desenvolvimento comparado de Europa e Ásia dentro do debate eurocentrismo versus asiocentrismo), utilizaremos um conceito idiossincrático de *hegemonia*, que redireciona a ênfase do aspecto tradicional da dominação para o sentido original do termo hegemonia em grego, ou seja, “lideran-

35 Neste ponto, para contrapor a alguns argumentos tradicionais incrédulos em relação a conceitos holísticos sistêmicos como “ecúmenos” ou “sistemas mundo”, convém relembrar os comentários esclarecedores de Robert Holton:

“Uma história global não precisa tomar a forma de um processo unificador único (ou metanarrativa), tal como o triunfo da razão ou da civilização ocidental. Nem deve ser tomado como implicando em um processo inexorável de homogeneização a um padrão único [... O] *minimum* requerido para falarmos de um fio conectador global único é que interconexões tangíveis existam entre as distintas regiões, levando a intercâmbios e interdependência”. (Holton, 1998, p. 28)

ça”. Como estamos interessados especialmente em interpretar diversos aspectos controversos da questão da competição econômica e tecnológica entre Europa e Ásia, utilizaremos uma abordagem que parte de certas regiões que parecem liderar em determinado momento esta “corrida” econômica e tecnológica dentro do sistema (o ecúmeno) e analisa relacionamente o que leva a esta liderança individual neste momento. A ênfase em “liderança” em vez de “dominação” reflete o impulso desconstrutivista de nossa narrativa dos encontros Europa-Ásia que tende a revelar certo descompasso entre dominação (militar) e verdadeiro avanço civilizatório (econômico, cultural, tecnológico) em diversos momentos na história.

A Questão dos Valores

Uma segunda advertência preliminar metodológica se refere à questão dos valores. Isto se torna ainda mais relevante quando realizamos trabalhos comparativos entre diferentes culturas. É importante saber o que estamos exatamente comparando. No caso de nosso debate entre eurocentrismo e asiocentrismo, fizemos uma escolha de abordagem ainda mais detalhada: os debates sobre a questão do avanço econômico e tecnológico comparativo entre as duas regiões. Como mencionamos anteriormente, as teorias anticoloniais do pós-Segunda Guerra Mundial haviam já realizado uma bem sucedida crítica do eurocentrismo político e cultural. Entretanto, o eurocentrismo na área econômica continuava forte e teve mesmo um pico na década de 1980. Era preciso fazer a crítica do eurocentrismo nessa área também. Entretanto, quando o debate entre autores asiocêntricos e autores eurocêntricos transcorreu forte nos anos 1990, uma crítica vinda de fora se fez ouvir. Alguns autores achavam que enfrentar o eurocentrismo econômico no seu próprio terreno seria incorporar os valores e princípios deste próprio eurocentrismo. (Pieterse, 2006, p. 64-65) Querer provar que a Ásia tinha (ou podia ter) as mesmas capacidades produtivas, esperteza comercial e apetites consumistas que a Europa seria um exercício vazio, um transplante sem sentido de uma cultura para outra. Esta crítica aponta para o fato de que todas as culturas são diferentes e únicas e, portanto, comparar umas com as outras (principalmente utilizando valores europeus) seria comparar tomates com laranjas.

Esta é uma crítica forte e tem muitos elementos válidos. Que sentido faz querer estabelecer que os chineses tinham até o século XIX um nível de comercialização e capacidades de produção e consumo semelhante ou superior ao de vários países europeus? (Pomeranz, 2000, p. 31-68) Esse poderia ser um exercício importante para estudiosos de economia, mas representaria algo substantivo em estudos de caráter histórico ou social?

Isso nos traz de volta à questão dos valores. Existem valores intrinsecamente melhores ou superiores em termos de sociedade? Um indivíduo pode escolher para si os valores que considere mais apropriados. Mesmo o caso extremo (e idealizado) de uma sociedade que resolvesse eleger, democraticamente, uma escala de valores que considere mais apropriados ou “melhores”, esta não pode ser transplantada para estudos comparativos entre diferentes sociedades. Mesmo que uma sociedade pudesse escolher de uma forma democrática valores para si mesma, essa escolha não pode ser imposta a outras sociedades. Assim, o eurocentrismo do século XIX que afirmava (em alguns casos de forma abertamente racista) que a Europa estava destinada a dominar o mundo em virtude de seus valores, religião, economia, tecnologia ou poder militar superiores foi convincentemente descartado pelas teorias anticoloniais. Mesmo que a Europa realmente fosse superior em todos esses campos, não decorreria daí nenhum direito “natural” de dominação sobre os outros povos, como ocorreu na prática. Tendo em vista este ponto, que sentido haveria, então, em perder-se tempo no século XXI tentando provar que até o século XIX vários países asiáticos eram tão ou mais desenvolvidos que os europeus em termos de valores, religião, economia, tecnologia ou poder militar?

No caso de nosso ensaio, estamos preocupados principalmente com a parte econômica (que tem repercussões no terreno tecnológico e militar). Concordamos plenamente de que não existe uma escala de valores superiores e inferiores no estudo de diferentes culturas. Esses valores não são melhores nem piores: são apenas diferentes. Mas há uma forte razão prática para o estudo comparativo dos níveis econômico, tecnológico, militar entre esses diferentes países. Independentemente da justeza do fato de países com economia, tecnologia e poder militar mais forte poderem dominar os que tenham essas áreas mais fracas, foi isso que frequentemente acabou ocorrendo na prática. A própria existência da *dominação* torna premente o estudo desses itens. Se

economia e tecnologia influenciam o poder militar, e este influencia, por sua vez, o poder de dominação, é importante também para aqueles que querem evitar a dominação promoverem o estudo comparativo das diferentes condições econômicas, tecnológicas, políticas, etc. Inclusive porque o estudo integrado dessas condições nos mostra em uma seção do capítulo final desta obra (“A Foto e o Filme”) que não foi tanto a superioridade econômica e tecnológica relativamente antiga da Europa sobre a Ásia (desde a Renascença, pelo menos) que levou a sua dominação militar, e sim que foi um poder militar belicoso hipertrofiado (impulsionado, mas não necessariamente criado, pela Revolução Industrial) que acabou levando à dominação europeia sobre a Ásia no século XIX. Somente com um estudo detalhado, quantitativo e qualitativo, sobre estas problemáticas econômicas podemos desenrolar o novelo destas questões relacionadas e sair de uma visão de superioridade econômica e tecnológica antiga da Europa sobre a Ásia verificando o grau de *belicosidade* da civilização europeia que acabou levando a estas conquistas (ao contrário das tradicionais narrativas eurocêntricas de uma Europa civilizada, cercada da barbárie e selvageria de outros povos).

Em estudos comparativos, há sempre o risco de estarmos comparando tomates com laranjas (principalmente quando analisamos o campo da cultura e valores), mas simplesmente desistirmos de analisar, inclusive comparativamente (semelhanças e diferenças) esses diversos pomares multifacetados da Europa e Ásia nos impedirá de entender a razão dessas diferenças em uma raça humana que, em última instância, é única e também de entender porque alguns pomares são dominados por uns e não por outros.

Esboços de um Modelo Ecumênico Eurasiano

Feitas as observações preliminares acima, podemos tecer as primeiras linhas de nosso modelo ecumênico. Como afirmamos anteriormente, este será um modelo narrativo. Esta narrativa buscará traçar os contornos gerais do desenvolvimento sinérgico entre várias regiões da Europa e Ásia ao longo da história que culminaram na situação atual que presenciamos.

Como colocou Hodgson (1993, p. 8), se olharmos retroativamente veremos que a história interna do continente eurasiático foi fortemente marcada pelo impulso civilizatório e econômico de quatro regiões-cerne principais: Europa, o Oriente Médio, Índia e a Ásia oriental da China e Japão. Obviamente o recurso ao conceito destas quatro macrorregiões principais é uma simplificação com fins heurísticos. Internamente, há diversidades internas nas quatro. Além disso, a história do continente eurasiático mostra episódios de grande influência de diversos outros povos e países. Basta lembrar o papel importantíssimo dos mongóis e seu império integrador de Ásia e Europa no século XIII (o maior império contíguo da história), a força militar dos tibetanos no século VIII e sua força espiritual desde então, a tremenda influência cultural persa no islamismo, o gigante eurasiático da Rússia que, como União Soviética, introduziu um modo de produção pós-capitalista e chegou a ser uma das únicas duas superpotências do planeta, etc. Finalmente, voltando ao ponto da incomparabilidade de valores *a priori*, o fato de alguns países ou povos terem tido uma influência maior sobre os outros não significa superioridade em si. A ênfase a ser dada em algumas dessas regiões-cerne da Eurásia deriva do fato de estarmos interessados no porquê da dominação de algumas regiões por outras dentro dos parâmetros do debate eurocentrismo versus asiocentrismo. E isto frequentemente tem a ver com a maneira como a sinergia interativa dos diversos povos e culturas se refletem em centros de poder assimétricos em regiões específicas ao longo da história. É a origem dessas assimetrias que buscamos ao identificar diferentes regiões-cerne hegemônicas e/ou especialmente influentes ao longo do tempo.

Visão Geral Panorâmica

Numa escala geral eurasiática, podemos identificar alguns grandes blocos de hegemonia (“liderança”) política, econômica ou cultural ao longo dos séculos. Os quatro maiores são a Europa, China e leste da Ásia, o Oriente Médio, Índia e sul da Ásia. A razão da escolha da unidade básica de análise ser estes “blocos de hegemonia”, e não países individuais, tem a ver com a grande interpenetração e fluxo de ideias e configura-

ções dentro destes blocos. Dentro de nossa visão ecumênica de sistema mundo, é ao mesmo tempo simplificador e mais realista observar estas regiões como espaço comum de trocas especialmente intensas que como meros conjuntos de países estanques entre si. A hegemonia (“liderança” nos terrenos da economia, tecnologia, política, etc.) é vista, então, não como dominação única por um hegemonia, mas de forma disseminada e partilhada, passando de tempos em tempos (em diferentes esferas) de um bloco para outro em circuito retro-alimentador.³⁶

Se formos analisar desde o passado remoto, os dois últimos blocos têm pretensões históricas de pioneirismo no processo civilizatório. A maioria dos estudiosos coloca os primórdios da civilização na região do Oriente Médio e Próximo (Crescente Fértil) com os sumérios e seu desenvolvimento da escrita cuneiforme em cerca de 3000 a.C. A Índia, com a Civilização do Vale do Indo (período maduro 2600-1900 a.C.), disputa esta primazia de perto com a *hadicap* de uma escrita ainda não decifrada, seguida da China com desenvolvimentos da cultura Longshan por volta de 2500 a.C. Na Europa este processo foi iniciado, embrionariamente, com a civilização minóica (2600-1400 a.C.) da ilha grega de Creta.

Como neste trabalho nossa preocupação central é com os debates entre eurocentrismo e asiocentrismo sobre o desenvolvimento comparativo de Europa e Ásia principalmente nos tempos modernos mais recentes, nós nos concentraremos nos focos de poder hegemônico do último milênio. Em termos de hegemonia e/ou influência maior no desenvolvimento econômico, tecnológico ou cultural em termos mundiais, podemos notar alguns aspectos.

Um peso econômico preponderante da China e Índia do século I até

36 Sobre o conceito de hegemonia disseminada ou partilhada, ver a formulação de Barry Gills: “Minha intenção é formular a partir dos insights de Janet Abu-Lughod (1989), que argumenta que um sistema mundo não é sempre dominado por um hegemonia único, mas pode ser caracterizado por um número de potências-kerne (ou, em meus termos, poderes hegemônicos interligados) que através de relações cooperativas e conflituais se tornam crescentemente integrados. Para Abu-Lughod, portanto, ‘transição hegemônica’ não deve ser entendida como processo absoluto de ascensão e queda de estados. Em vez disso, ela enfatiza posições relativas em uma complexa hierarquia de muitos níveis.” (Gills, 1993, p. 120).

Trocando a palavra “dominação” por “liderança”, estamos no conceito de hegemonia disseminada e partilhada que advogo.

o XIX. Como podemos ver pela tabela 1.2, Índia e China se revezaram no primeiro posto como o país de maior economia mundial por todos estes séculos.

Em termos tecnológicos, houve uma liderança chinesa iniciada já antes do milênio que se manteve de maneira geral certamente até o século XIV e discutivelmente até o século XVII. Esta liderança chinesa sofreu de certa intermitência devido a dois fatores principais: a centralização estatal chinesa foi enfraquecida várias vezes por guerras civis e invasões externas e outras civilizações em ascensão brilharam em determinados momentos e ameaçaram a liderança chinesa. Assim, Perry Anderson (1985, p. 507 e 529) considera que no início do século IX o califado abássida atingiu seu auge e era a civilização mais adiantada da Terra. Este autor igualmente considera que o ápice do esplendor chinês foi nos séculos XI e XII com a dinastia Sung. John M. Hobson (2006, p. 50) chega a dizer que a primeira Revolução Industrial na face da Terra foi na China, sob a dinastia Sung, quando no século XII a China alcançou um volume de produção de ferro maior que o da Inglaterra nas primeiras fases da Revolução Industrial e foi pioneira na introdução sistemática de carvão mineral em lugar de carvão vegetal como combustível (antes, portanto, da Revolução Industrial inglesa).

A vantagem tecnológica da China Sung foi tão grande sobre a Europa que mesmo os autores eurocêntricos que consideram que a China ficou algo estagnada nos séculos seguintes pós-Sung aceitam que, mesmo assim, o país ainda era um dos grandes líderes tecnológicos até os séculos XV e XVI. A grande discussão fica sendo, então, os séculos XVII e XVIII. Os autores eurocêntricos geralmente situam a Renascença como o ponto onde a Europa começou lentamente a ultrapassar seus antigos rivais asiáticos de forma inequívoca. Entretanto, isto não deixa claro o exato momento desta ultrapassagem. Teria sido no século XVII? Teria sido no século XVIII? Ou foi somente no século XIX, quando a Revolução Industrial já estava deslançada com vigor na Europa? Esta é uma pergunta difícil de responder. Os eurocêntricos mais otimistas, que veem a vantagem da Europa já no século XV com as Grandes Navegações, sofrem de uma miragem retrospectiva. No século XV os navios europeus (e mesmo as inventivas caravelas portuguesas) não chegavam nem perto do tamanho e da capacidade dos navios que os chineses tinham desenvolvido até ali. Os europeus viajavam, lutavam e estudavam com instrumentos desenvolvidos pelos orientais (bússola, pólvora, papel, imprensa, etc.). Ou seja,

no século XV os europeus estavam ainda no papel de “bárbaros”, conquistando uma civilização mais adiantada e incorporando sua tecnologia superior. Mesmo nos séculos XVII e XVIII antes da Revolução Industrial esta vantagem europeia ainda não era tão absoluta. Em termos de Produto Interno Bruto a China e a Índia continuavam liderando. Estes dois séculos são a época da produção manufatureira. E no quadro da produção manufatureira a vantagem europeia não é tão clara assim. Tomemos o exemplo da indústria têxtil, o ramo original da Revolução Industrial. A Índia era exportadora líquida de tecidos de algodão para a Inglaterra até 1816. (Frank, 1998, p. 314) Até bem dentro do século XVIII era a Índia que inundava o mercado inglês de tecidos, e não vice-versa. E a Grande Transformação que fez com que a Índia passasse posteriormente de exportadora a importadora de tecidos ingleses não foi um mero reflexo da maior produtividade da Revolução Industrial inglesa e sim de uma política de taxaço desigual que inibia as exportações indianas e facilitava as inglesas. Tanto que na China independente a situação era diferente, com os chineses exportando manufaturas (porcelanas, tecidos, etc.) ao Ocidente e importando poucos produtos de lá (até a Guerra do Ópio na década de 1840, quando a Inglaterra e França forçaram-na a importar ópio e abrir-se ao comércio ocidental).

Assim, a vantagem econômica europeia deve ser bastante relativizada. Em sua forma definitiva, ela parece ter sido mais resultado da Revolução Industrial que de qualquer vantagem *a priori* em épocas anteriores, incluindo a fase manufatureira dos séculos XVII e XVIII. Como colocado em uma seção do capítulo final desta obra (“A Foto e o Filme”), a dominação europeia sobre a Ásia parece ter sido mais resultado de um gênio europeu em utilizar, de uma forma violenta e militarmente eficiente, seu desenvolvimento tecnológico do que consequência de uma vantagem tecnológica *a priori* em si.

Assim, a narrativa tradicional eurocêntrica que previa uma vantagem econômica, tecnológica e cultural da Europa sobre a Ásia já a partir da Renascença, senão antes, torna-se insustentável. É inegável o avanço europeu desde então, mas este avanço, até a eclosão e disseminação inicial da Revolução Industrial, não significava liderança absoluta e incontestada, nem que a Ásia não possuísse dinamismo próprio e relativamente competitivo.

Além disso, estas grandes unidades (Ocidente e Oriente) devem ser examinadas também desagregadamente, pois não representavam unidades homogêneas. Eram constituídas de partes muito diferentes entre si. Por exemplo, na Europa, nem todos os países estavam no nível da Inglaterra, a pioneira da Revolução Industrial. Países como Portugal e Espanha, outrora potências, não conseguiam acompanhar o passo deste avanço na época industrial e ficavam muito atrás em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico que os líderes asiáticos. Igualmente as economias primárias de países como Grécia, Itália, Noruega e mesmo Dinamarca e Suíça não eram modelos de avanço em escala mundial.

Igualmente, na Ásia, a despeito da relativa constância do peso das economias chinesa e indiana como líderes do Produto Interno Bruto regional (e mundial!), diferentes dinâmicas foram observadas ao longo dos séculos. Nos primeiros séculos da era cristã, China e Índia eram preponderantes economicamente na área, com a China sendo o líder tecnológico. O surgimento do islã criou um novo polo de poder econômico, político e cultural. Surgido entre os árabes de forte tradição nômade, mas com um forte empuxo urbano e comercial em seu nascedouro (Maomé era um comerciante urbano tornado profeta), o islamismo adquiriu logo um caráter cosmopolita e incorporador de diferentes influências internacionais. Essas características levaram-no a ter um enorme dinamismo expansionista cultural e econômico. Segundo Perry Anderson (1985, p. 507), no início do século IX o califado abássida era a civilização mais avançada de seu tempo. Pelo seu tamanho e por sua posição estratégica entre Oriente e Ocidente, o império árabe, além de ter sido discutivelmente por algum tempo a civilização mais adiantada do planeta, teve um papel tremendo no fortalecimento do próprio Ocidente até a Renascença. Durante a Idade Média, quando os originais dos livros gregos pareciam perdidos para o Ocidente, através do árabe os europeus conseguiram retraduzir do grego e reestudar os autores clássicos da época de Aristóteles e Platão. Mas os árabes e membros dos impérios islâmicos em geral não foram apenas retransmissores da cultura grega. Seus próprios conhecimentos em filosofia (*e.g.* Averrois, Avicena), medicina (Avicena, al-Razi), geologia (al-Biruni), geografia (al-Khwarizmi, al-Biruni), ótica (Ibn al-Haitham), química (Ibn Jabir), matemática (al-Khwarizmi, al-Kindi, Omar Khayyam, al-Tusi, al-Haitham), astronomia (al-Khwarizmi, al-Battani, al-Haitham, al-Tusi) influenciaram, de

maneira forte e formativa, vários dos pensadores da Renascença e mesmo posteriormente, como descrito em Saliba (2007) e Bala (2008).

Nos séculos XI e XII a China atinge seu auge da dinastia Sung, tendo retomado a liderança tecnológica mundial possuindo possivelmente sua economia mais adiantada.³⁷ A partir desta época, com exceções, China, Índia e a casa do Islã manter-se-ão como os principais centros hegemônicos em termos econômicos, tecnológicos e culturais da Ásia. É importante notar que utilizamos o termo casa do Islã porque o dinamismo islâmico não se esgotou com o fim do império árabe. O império otomano dos turcos islamizados pegou o bastão, incorporando as áreas do antigo império árabe e expandindo-se mais ainda a oeste (península balcânica e Hungria na Europa). O império otomano, em seu auge no século XVI, era uma forte potência militar, econômica e tecnológica.

Além destes principais polos hegemônicos, outras áreas tiveram influência regional considerável e marcaram a história mundial.

A Pérsia, cujas guerras com os gregos na época pré-cristã foram seminais para o estabelecimento da dicotomia Ocidente-Oriente, foi um centro civilizatório importantíssimo. Os impérios sassânida (226-651) e safávida (1501-1736) foram dos mais poderosos do mundo em suas épocas. Como sublinhado por Hodgson (1974), a cultura persa não só foi importante mundialmente em si como foi um dos grandes motores propulsores da cultura islâmica em geral.

Os mongóis, um povo tradicionalmente visto como atrasado e nômade, foram o centro da história mundial no século XIII. Os descendentes de Gengis Cã criaram o maior império contínuo da história. Paradoxalmente, através de suas conquistas, frequentemente destruidoras, criaram uma extensa área da *pax mongolica*, reabrindo a rota da seda e outros canais de comércio que religaram o Ocidente ao Oriente até a Chi-

37 A coexistência, na virada do novo milênio, de duas civilizações esplendorosas como a China Sung (960-1279) e o califado abássida (750-1258) tornou espinhosa a questão de qual das duas era mais adiantada. Perry Anderson (1985, p. 529) considera que nos séculos VIII e IX, o califado abássida era a civilização mais adiantada do mundo enquanto que nos séculos XI e XII esta posição pertencia à China Sung. Huff (2007, p. 48) considera que do século VIII ao final do XIV a ciência árabe era a mais avançada do mundo. Em termos de tecnologia prática, entretanto, a China Sung provavelmente continuou como a mais avançada do mundo (principalmente se levarmos em conta que foi na China que surgiram as invenções revolucionárias do papel, bússola, pólvora e imprensa).

na após um longo período de interrupção. Os mongóis tiveram assim uma imensa influência em termos de sistema-mundo.

Os tibetanos são normalmente vistos como um povo cuja maior contribuição está na esfera espiritual e religiosa através do seu papel importante no budismo chamado lamaísta. Mas o Tibete foi também uma formidável força militar que no século VIII: chegou a vencer a China em batalhas e ocupar a sua capital.

O Japão tem um papel muito peculiar nas relações entre Ocidente e Oriente. Foi a segunda economia mundial no século XX. Para muitos autores (*e.g.* Perry Anderson, 1985) este país foi o único, fora da Europa, a passar por um feudalismo autêntico; e foi o único asiático a se industrializar ainda no século XIX. Ou seja, há uma imagem do Japão como se fosse um caso único na Ásia a seguir um padrão “europeu” de desenvolvimento econômico. Daí o forte impacto nipônico no século XX.

A Rússia é um caso único. Gigante dos dois continentes, maior país tanto da Europa quanto da Ásia quanto do mundo, representa literalmente uma ponte entre Ocidente e Oriente. A questão de sua identidade como país (basicamente europeu? asiático? nem um, nem outro? os dois ao mesmo tempo?) é um enigma para seus próprios habitantes. Com todas estas características, a União Soviética chegou a ser a segunda economia do mundo e uma das duas únicas superpotências da história, além de ter introduzido um novo modo de produção pós-capitalista à humanidade.

Assim, a descrição da disputa entre Europa e Ásia a partir dos quatro grandes blocos hegemônicos (Europa, Oriente Médio, Índia e Leste asiático) representa uma generalização na escala da *longue durée* que para ser completa precisa ser permeada das contribuições tópicas ou seminais de vários outros *players* individuais.

Sinopse Geral

Podemos, elaborar, então um quadro síntese do modelo narrativo ecumênico que propomos para os desenvolvimentos históricos euro-asiáticos em relação às questões levantadas pelo debate entre eurocentrismo e asiocentrismo.

Antes da Era Cristã:

As guerras entre gregos e persas no século V a.C. são normalmente vistas como o catalisador de uma nova visão de mundo que separará o mundo grego e seus sucessores à oeste como o Ocidente e os persas e seus vizinhos à leste como o Oriente. Se uma parte da tradição eurocêntrica verá já aí o momento do *take-off* da superioridade ocidental, uma visão histórica anterior a esta época inegavelmente dará o pioneirismo e uma superioridade inicial no processo civilizatório ao Oriente. Em termos de Europa e Ásia, a maioria dos estudiosos coloca os primórdios da civilização na região do Oriente Médio (Crescente Fértil) com os sumérios e seu desenvolvimento da escrita cuneiforme em cerca de 3000 a.C. A Índia, com a Civilização do Vale do Indo (período maduro 2600-1900 a.C.), disputa esta primazia de perto com o *handicap* de uma escrita ainda não decifrada, seguida da China com desenvolvimentos da cultura Longshan por volta de 2500 a.C. Na Europa este processo foi iniciado, embrionariamente, ao longo da civilização minóica (2600-1400 a.C.) da ilha grega de Creta.

Na historiografia tradicional, de maneira justa, é dado um grande peso à área da Mesopotâmia, pois realmente sumérios, babilônios e outros povos da região tiveram um grande desenvolvimento, nesta fase inicial, em diversas áreas tecnológicas, na matemática, astronomia, etc. A Índia provavelmente poderia ter sua contribuição neste período mais apreciada caso a escrita da Civilização do Vale do Indo tivesse sido já decifrada. De qualquer jeito, sua contribuição posterior, aproximando-se da fronteira com a era cristã, se torna cada vez mais clara. As pesquisas mais recentes têm ampliado a quantidade de criações indianas que seriam posteriormente introduzidas em outras culturas, sem o apropriado crédito aos pioneiros originais, nos moldes dos famosos algarismos “arábicos” (na verdade criados na Índia).³⁸

38 Como exemplos dos tempos pré-cristãos podemos citar: a análise linguística descritiva de Panini em sânscrito no século IV a.C. (que somente seria igualada pelos linguistas europeus em seus idiomas no século XIX), a utilização de números negativos e irracionais, e uma teoria atômica pré-Demócrito. As propriedades do teorema de Pitágoras já eram conhecidas pelos indianos antes do nascimento desse filósofo grego. Em termos de teoria do movimento, temos as descrições dos textos Vaisheshika sobre *vega* (ímpeto)

A contribuição dos persas, um elemento de ligação entre o bloco do Oriente Médio e a Ásia Central, se tornaria uma constante a partir de Ciro, o Grande, no século VI a.C. O Império Persa Aquemênida, que em sua maior extensão sob Dario, o Grande, (r. 522-486 a.C.) ultrapassava em muito o tamanho do Império Romano, e ia de parte da Índia até o Egito e o mar Mediterrâneo (englobando a Mesopotâmia), teve especial papel na elevação do nível de trocas comerciais e influências culturais nas fronteiras de Europa e Ásia.

À medida que nos aproximamos da era cristã, tanto a China quanto Grécia-Roma na Europa começam a se destacar. Aos gregos é creditado um grande avanço na filosofia de modo a criar os contornos de uma visão científica ou protocientífica do mundo. Aos romanos grandes avanços nos campos político, jurídico e de engenharia. A visão eurocêntrica mais tradicional seria, então, que a Europa passaria à frente do mundo com os gregos (na teoria) e com os romanos (na prática). Esta visão deve ser relativizada. Martin Bernal (1987-2006) mostrou que vários avanços teóricos dos gregos não ocorreram em um vácuo, mas que foram precedidos e tremendamente influenciados por avanços anteriores no Egito e Mesopotâmia. E Susantha Goonatilake (1998) mostrou que os indianos, apesar de seguirem uma *Weltanschauung* que ao contrário dos gregos não preconizava a separação entre teoria e prática, sujeito e objeto para chegar à objetividade, obtiveram uma longa série de avanços teóricos, especialmente em matemática, linguística, medicina e algumas outras áreas, que iam além dos gregos e só seriam alcançados pelos europeus muito mais tarde, na Renascença. Além disso, iniciando-se lentamente a partir dos períodos das Primaveras e Outonos (722-481 BC) e dos Estados Combatentes (476-221 a.C.) e consolidando-se com a centralização estatal sob Qin (221 a.C.), a China inauguraria sua liderança tecnológica mundial que duraria, intermitentemente, até a Renascença. A utilização, entre outros, de ferro fundido, de alto-fornos, do arado de aiveca e da semeadeira múltipla já antes de Cristo (que a Europa só utilizaria quase um milênio depois, ao fim da Idade Média) proporcionou à China uma capacidade produtiva capaz de suportar um nível populacional elevado por séculos.

bem antes de Galileu e a noção jainista de movimento em linha reta (a primeira lei de Newton). Nyaya e Vaisheshika, duas escolas filosóficas indianas, sistematizaram o avanço do pensamento lógico indiano. (Goonatilake, 1998, p. 116-125)

Assim, na aurora da era cristã não há como objetivamente estabelecer uma superioridade do Ocidente sobre o Oriente, da Europa sobre a Ásia, ou do mundo greco-romano sobre os outros grandes blocos hegemônicos asiáticos. Se por um lado os gregos e romanos conseguiram grandes avanços, tanto teóricos como práticos, não se pode dizer que estes os isolavam na dianteira em termos absolutos e indiscutíveis sobre a Ásia. Tanto em termos de tecnologia prática quanto de pensamento teórico, as civilizações asiáticas tinham contribuições à altura e muitas anteriores no tempo. Ao contrário, tomado no total, se tivessem que ser comparadas as contribuições pré-cristãs da Ásia e Europa, o maior peso teria que ser dado à primeira. Um sintoma disso é que enquanto o mundo greco-romano desapareceria, as civilizações chinesa e indiana (e mesmo, discutivelmente, a do bloco hegemônico do Oriente Médio, sob sua roupagem posterior islâmica e com a ajuda do fio condutor da influência cultural “externa” persa) perdurariam ainda por todo o novo milênio.

Mas o mais importante em termos de nosso modelo integrativo dos componentes do mundo euro-asiático é que esses grandes blocos civilizatórios, mesmo em tempos antigos, não eram isolados, unidades estanques uma das outras que se relacionavam apenas em termos de guerras ou comércio “externo”. Na verdade, as ligações de trocas através de comércio, migrações, intercâmbios culturais e tecnológicos criavam um fluxo de informações, pessoas e mercadorias que influenciavam mutuamente umas as outras. Isso ficou bastante claro na época do Império de Alexandre, o Grande, que com suas incursões, fisicamente ligava a Europa até a Índia. O desmembramento do império de Alexandre não significou o fim destes contatos, pois o mundo helênico mais fragmentado posterior incorporava em si um alto grau de trocas em todos os níveis mencionados. Mas estas trocas antecederam de muito o período alexandrino e inclusive independiam de uma forma imperial centralizada. O núcleo original civilizatório sumeriano do Crescente Fértil nasceu como uma confederação de cidades-estado, o que já subsumia uma configuração política baseada em diversas formas de fluxos de troca (de informações, pessoas, etc.) entre elas. Estas trocas de diversos níveis foram gradualmente se expandindo no tempo nos centros hegemônicos sucessores dos sumérios, não apenas em termos de conquistas em seu entorno imediato como em termos de trocas e migrações com regiões mais longínquas em direção ao Nilo, ao

Levante e finalmente em direção à Índia. Frank e Gills (1993, p. 81-82) chamam esta confluência de interações Mesopotâmia/Egito/Síria(Levante)/Indo, por volta de 2700-2400 a.C., de origem do sistema-mundo integrado posterior. A fertilidade aluvial dos vales dos rios Indo, Nilo e Tigre/Eufrates garantia uma base sólida de sua agricultura, mas as deficiências diferenciadas destas regiões em alguns tipos de madeira e minerais levavam à necessidade de trocas entre elas, impedindo-as de constituírem compartimentos estanques. Mesmo a visão do Império Romano e da China, os polos mais afastados geograficamente, como praticamente isolados um do outro, é falsa. Apesar do nível de intercâmbio não ser tão alto quanto o dos blocos mais contíguos, tanto o Império Romano quanto a China tinham informações um sobre o outro, mercadorias (como a apreciadíssima em Roma seda chinesa) chegavam de um ponto a outro através da famosa rota da seda pela Ásia central (ou suas alternativas marítimas), e embaixadas foram trocadas entre a China Han e Roma antes e depois do nascimento de Cristo. Um instigante estudo das interações recíprocas entre os impérios romano e chinês feito por Teggart em 1939 quantificou uma estreita correlação entre distúrbios na fronteira chinesa da Ásia Central e semelhantes fenômenos (movimentações bárbaras, etc.) no Império Romano e postulou a ligação não apenas como mero fenômeno físico de empurrão do tipo dominó, mas sim com a cadeia causal passando pela interrupção do comércio. Como colocou Teggart (1969, p. x), esta estreita ligação já tinha sido notada pelo orador romano Cícero que dizia que “uma guerra não podia acontecer no Oriente sem abalar até o alicerce o mercado de dinheiro em Roma”. Tudo isso mostra o caráter integrado do sistema mundo em que estavam inseridos esses quatro grandes blocos civilizatórios, inclusive seus polos mais afastados como China e Roma.

Assim, numa posição diferenciada, mas com muitos pontos em comum com Frank e Gills (1993, p. 148), a visão que propomos aqui é de que ocorreram períodos de hegemonia já desde a Antiguidade, mas essa hegemonia não deve ser vista como a de “países” ou povos individuais sobre os outros, nem necessariamente que uma hegemonia única se seguisse à outra e sim que havia uma simultaneidade de diversas hegemonias atuando em um sistema já de grande interação entre suas partes. Este tipo de visão, inclusive, evita a necessidade de estabelecer “superioridades” absolutas de algum ponto ou hegemonia único do sistema em

determinado ponto no tempo. A vantagem temporária de algum país ou bloco hegemônico é alimentada, quase sempre, por contribuições significativas, prévias ou simultâneas, de outras partes do sistema, tornando irrealistas as afirmações de uma suposta superioridade justificada em bases puramente endógenas.

Chegaremos então ao final da era pré-cristã com os quatro grandes blocos civilizatórios euro-asiáticos bastante desenvolvidos e diferenciados entre si e, principalmente, com um alto nível de interação entre eles. E é exatamente este alto nível de interação que enfraquece as visões triunfalistas eurocêntricas baseadas numa superioridade grega súbita e única. Mesmo em uma perspectiva competitiva (da qual não podemos inteiramente fugir aqui, já que discutimos um debate aparentemente de soma zero entre eurocentrismo e asiocentrismo), vários dos avanços gregos foram precedidos de insights e descobertas de indianos, mesopotâmios e chineses (além do que muitos dos maiores sábios gregos foram ao Oriente Próximo, Índia ou Egito para aprenderem suas técnicas muitas vezes mais avançadas). E de uma perspectiva integrativa temos que notar que o alto nível de interação e troca de informação entre várias dessas diversas regiões fazia com que tecnologias se difundissem rapidamente, a ponto de por vezes ficar difícil determinar a origem geográfica exata de determinadas descobertas e invenções (por exemplo, a vela latina foi inventada pelos romanos ou pelos chineses? As propriedades do Teorema de Tales foram estabelecidas por gregos, sumérios ou indianos? E assim por diante).

Séculos I a V:

O milênio se inicia com o auge do Império Romano, que atinge sua extensão máxima sob Trajano em 116 d.C. A civilização romana, herdeira de tradições gregas, mas trazendo muitas contribuições novas, especialmente nos campos jurídico, militar e de engenharia, foi um dos grandes centros incontestes de poder até o século II. A partir do século III entra em decadência até seu desaparecimento no século V. Em escala mundial econômica, o império romano é rivalizado por duas economias maiores e anteriores a ele: a China e a Índia. A China, desde a época pré-

cristã se revelava um líder tecnológico mundial. A Índia, considerada por Maddison (2006) a maior economia do mundo no período (ver tabela 1.2), prossegue também um desenvolvimento teórico forte.³⁹ No bloco do Oriente Médio em sentido ampliado brilha o império persa sassânida (226-651). Sua cultura esplendorosa prosseguirá mesmo depois da tomada da Pérsia pelos conquistadores muçulmanos, influenciando toda a cultura islâmica posterior do califado.

Os contatos, trocas e influências se fazem por diversos canais. É muito importante aqui o papel da Ásia central. O que em primeira observação poderia parecer uma área isolada, de condições climáticas inóspitas, um mero “corredor de passagem” para os quatro grandes blocos civilizatórios cerne, tem uma importância vital para o próprio desenvolvimento destes blocos. Já notamos o papel fundamental da chamada rota da seda que, nos extremos, acabava ligando o Império Romano à China através da Ásia Central. Mas esta não é apenas uma via entre Roma e China e sim a interligação de uma série de rotas de comércio interregionais que estimulavam o intercâmbio entre os quatro blocos reciprocamente e em todas as direções. O comércio de longa distância não apenas retira as economias individuais da possibilidade de serem estanques entre si, mas, através do fluxo de informações, pessoas e produtos, eleva o nível tecnológico e científico destas mesmas economias. Assim, a Ásia central, longe de ser um

39 Vários avanços teóricos indianos anteciparam resultados que vieram séculos posteriormente na Europa. A trigonometria embrionária até aí se transfigura e assume feições modernas a partir da época do grande matemático indiano Aryabhata I (476-550), que estabelece tabelas trigonométricas, cálculos de seno e coseno, método de extrair raiz quadrada e cúbica, e inicia formas do que seria chamado posteriormente de análise indeterminada, entre outras contribuições significativas. Brahmagupta (598-668) iniciou o que mais tarde se chamaria teoria da interpolação, antecipou a fórmula Newton-Stirling, apresentou soluções para o que os europeus (ignorando o antecedente indiano) chamariam depois de equação de Pell. De maneira geral, os matemáticos e astrônomos da região de Kerala antecipariam muitos aspectos teóricos que seriam redescobertos pelos europeus posteriormente, mais perto da Renascença (como foi o caso da teoria heliocêntrica completa de Nilakantha Somasutvan em seu tratado *Tantrasangraha*, de 1500, meio século antes de Copérnico). Pela parte prática, seguindo uma tradição pré-cristã de vanguarda na metalurgia, a Índia desenvolveria no século III o tipo de aço *wootz* (base do chamado aço de damasco), considerado, por suas propriedades simultâneas de dureza e maleabilidade, como o melhor aço do mundo para armas até a época industrial. (Goonatilake, 1998, p. 35, 125-127, 136, 138-139)

mero “corredor de passagem” onde povos mais atrasados acompanham o desenvolvimento superior dos outros quatro blocos mais adiantados, é um espaço importantíssimo para a elevação do nível tecnológico destes outros blocos. Basta observar a influência mundial que experiências relativamente fugazes, mas marcantes, como as do Império Mongol no século XIII e da União Soviética no século XX tiveram a partir daquele espaço eurasiático para nos certificarmos disso. Reiteramos assim, nossa visão de que o desenvolvimento econômico e tecnológico dos quatro grandes blocos civilizatórios euro-asiáticos não pode ser visto de maneira endógena e estanque e sim como um sistema aberto, em que influências externas interagem e catalisam vetores internos na determinação do patamar de desenvolvimento daquele bloco em determinado ponto do tempo.

Séculos V a X:

Com a desintegração final do Império Romano do Ocidente no século V, a Europa entra no período da grande fragmentação e migrações desordenadas causadas pelas movimentações bárbaras. Isso causa um declínio forte de seu papel mundial e um fortalecimento comparativo desproporcional da parte asiática. Ali se encontra o Império Romano do Oriente, o Império Bizantino, ainda bastante forte neste período (e que sobreviveria um milênio depois de seu correspondente ocidental). O Império Bizantino representa uma mescla de Oriente e Ocidente, já que nele permanece vivo muito da tradição cultural grega. Índia e China mantêm suas tradicionais primeira e segunda posição como maiores economias mundiais. Uma nova potência mundial surgirá literalmente do nada (do “deserto”): a casa do Islã, em sua roupagem árabe primordial. A partir da pregação do profeta Maomé, no século VII o império árabe islâmico se expandiria exponencialmente em termos territoriais. Apesar de ser por vezes visto como herdeiro (e refém) de tradições nômades, o impulso urbano e comercial de seu profeta original levou à criação de uma dinâmica civilização cosmopolita que, no seu apogeu do califado abássida, nos séculos VIII e IX, segundo Perry Anderson (1985, p. 507 e 529), era a mais adiantada de sua época, desbancando temporariamente a China. Sintoma disso foi a vitória militar das abássidas sobre a China Tang em Talas em 751.

Este período, dos séculos V ao X, marcará um forte desequilíbrio da balança eurásiana de volta à Ásia. Tendo nos primórdios originado a civilização na região do Oriente Médio, logo seguida dos focos civilizatórios indiano e chinês, nos séculos imediatamente anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo a Europa tinha, com os gregos e romanos, ocupado uma posição de igual destaque no pelotão dianteiro de desenvolvimento econômico e tecnológico. Entretanto, com a desintegração do Império Romano do Ocidente, as vagas de guerras e migrações forçadas bárbaras levaram a uma feudalização de caráter excessivamente fragmentário no período do alto feudalismo. Isso faria com que a diferença de nível de desenvolvimento tecnológico e científico entre a Europa e civilizações florescentes, como o califado abássida ou a China Sung se tornasse bastante notável. Perry Anderson (1985, p. 529) coloca que o califado abássida foi o auge comparativo da civilização islâmica e nos séculos VIII e IX era a civilização mais adiantada do mundo, ao passo que o auge na China (em termos de distanciamento do resto do pelotão de frente) foi na dinastia Sung que nos séculos XI e XII foi a mais avançada da Terra. É importante notar que estes são os momentos comparativos de pico destas civilizações, o que não quer dizer que não se mantiveram como adiantadas em outras épocas. Um dos argumentos deste texto é que mesmo depois da Renascença China, Índia e a Casa do Islã continuarão com bastante pujança.

Séculos X a XV:

Uma corrente das teorias eurocêntricas defenderá que nesta Baixa Idade Média, em que o período mais turbulento das grandes migrações bárbaras teria terminado, a Europa já começaria a retomar sua posição no pelotão de frente. A retomada do comércio vigoroso e do crescimento das cidades lentamente a partir do século XI formará a base deste impulso que culminará no grande desenvolvimento protocapitalista comercial das cidades-estados italianas nos dois séculos finais deste período. Esta visão é frequentemente acompanhada de uma negação do período da Idade Média como a Idade das Trevas e da estagnação apontando para o fato de que os europeus medievais tiveram importantes avanços tecnoló-

gicos na agricultura, como o moinho de vento vertical, rodas hidráulicas melhoradas, canhões e revólveres, a imprensa, etc.

Se esta descrição se aplica internamente à Europa, em termos comparativos ela superestima a posição europeia no contexto eurasiático total. Praticamente a totalidade das inovações citadas como fundamentais para o desenvolvimento europeu (moinho, rodas hidráulicas, pólvora, canhões, revólveres, a imprensa) se originaram na Ásia e, neste período, se manteve tão ou mais desenvolvida lá. Enquanto a Europa se desenvolvia ainda feudalmente, a China Sung passava nos séculos XI e XII por um processo protoindustrial que alguns autores (como Hobson, 2004, p. 50) chegam a considerar como a primeira Revolução Industrial na Terra. Os árabes tiveram um papel importantíssimo para a preservação da herança grega perdida na própria Europa durante o período das migrações bárbaras. Mas os árabes possibilitaram a Renascença europeia de muitas outras maneiras. Mais do que meros “retransmissores” aos europeus dos avanços da cultura grega (e, diga-se de passagem, da indiana e chinesa), os árabes tiveram uma miríade de contribuições originais na filosofia, matemática, ciência, medicina que não apenas incorporava a herança grega, mas ia bem além dela.⁴⁰ O próprio desenvolvimento comercial e financeiro “protocapitalista” das cidades-estados italianas no final da Idade Média tem que ser relativizado. Muitas das inovações consideradas

40 Os livros de al-Khawarizm sobre álgebra, de Ibn al-Haytham sobre ótica e de al-Razi sobre medicina, quando traduzidos para a Europa, se tornaram os textos padrões lá sobre esses assuntos. As ideias de al-Kindi, al-Razi, al-Farabi, Ibn Sina (Avicena), Ibn Rushd (Averróis), al-Zahrawi, entre outros, tiveram grande impacto na Europa e possibilitaram considerável parte de acumulação de conhecimentos para a Renascença. Em tecnologia, a casa do Islã também teve forte influência. O moinho de vento, que tanta influência teve na Europa, surgiu na Pérsia pré-islâmica c. 600. e teve um grande desenvolvimento no período posterior islâmico. Os árabes desenvolveram enormemente a tecnologia da roda hidráulica, antigamente considerada uma invenção europeia. Em termos de desenvolvimentos mecânicos, a figura de al-Jazari (1136-1206, o “Thomas Alva Edson” islâmico) se revela gigante. Entre um grande número de equipamentos e máquinas inventadas e descritas em seu famoso *Livro do Conhecimento de Mecanismos Mecânicos Engenhosos*, al-Jazari criou uma série de máquinas automáticas, onde antes se utilizava a energia animal, como uma bomba de sucção, o primeiro sistema combinado de eixo de manivelas/comando de válvulas, o primeiro mecanismo virabrequim-biela, entre outros. A astronomia islâmica era, discutivelmente, a mais adiantada do mundo, não apenas por seus notáveis esforços próprios como pelo fato de que, aproveitando-se de sua posição central, incorporava de maneira eficaz os avanços das astronomias indiana, chinesa e europeia.

antigamente como italianas tiveram precursores no mundo asiático, especialmente árabe: a *commenda* italiana do século XI foi precedida pelas formas de contrato islâmicas de *qirad*, *muqarada* e *mudaraba*; a letra de câmbio italiana pelas islâmicas *suftaja* e *Hawala*, e os sistemas produtivos e de financiamento da produção da China e da Índia tinham uma sofisticação e eficácia comparável à europeia até o fim deste período.

De maneira geral, seguindo parcialmente Huff (2007, p. 48, 242-243), pode-se dizer que neste período a vanguarda mundial em termos de avanço tecnológico estava na China (com seu incrível arsenal das grandes macroinvenções como bússola, pólvora, papel, imprensa, etc.) e em termos de ciência pura (teórica) estava no mundo muçulmano (com sua proposital sucção do melhor das tradições científicas grega, indiana e chinesa e o avanço próprio de mestres mundiais islâmicos, como Ibn al-Haytham em ótica, a escola Maragha em astronomia, Al-Razi e Ibn Sina [Avicena] na medicina, al-Khawarizm na matemática, etc.). Esta dupla vanguarda atingiu seu auge até os séculos XI e XII, mas manteve-se notável até o século XIV e (mais discutivelmente) até o século XV.

Grandes momentos simbólicos do poder asiático no final deste período foram a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos (sucessores dos árabes no califado islâmico) em 1453, o avanço otomano Europa adentro até o cerco de Viena em 1529 por Suleimão, o Magnífico, além das Grandes Navegações transoceânicas chinesas gigantescas de Zheng He realizadas entre 1405 e 1433, um século antes que os europeus iniciassem suas Grandes Navegações.

Séculos XV-XXI

Neste período temos dois pontos de viragem fundamentais para o debate eurocentrismo *versus* asiocentrismo: a Renascença e a Revolução Industrial. Uma das correntes mais prevalentes do eurocentrismo enfatiza a Renascença como o ponto que marca a passagem da Europa claramente à frente das civilizações asiáticas, pois introduziu uma nova visão de mundo mais secular e racional que possibilitou um tipo de desenvolvimento produtivo capitalista mais eficiente. Daí que nos séculos

XV a XVIII a Europa *já* era mais desenvolvida e a Revolução Industrial seria apenas uma consolidação e consequência desta superioridade. Neste texto acolheremos os argumentos asiocêntricos de que a superioridade econômica, política e cultural europeia não era tão absoluta neste período e que foi apenas no século XIX, sob os efeitos da Revolução Industrial, que a Europa passaria a ter uma superioridade econômica e militar inconteste sobre a Ásia. Esta discussão, que poderia ser uma simples questão de datação aproximada, assume contornos importantes quando a juntamos com o fato de que, a partir do final do século XX a Ásia recupera sua posição como a maior economia do mundo em termos de Paridade de Poder de Compra, o país com a segunda maior economia mundial é asiático (o Japão, depois China) e a China ameaça se tornar o país com a maior economia do mundo em menos de duas décadas. Caso este cenário todo se concretize, a superioridade ocidental sobre a Ásia terá sido uma breve exceção de pouco mais de um século no mar de séculos em que a Ásia terá tido a(s) maior(es) economia(s) do mundo.

Em termos de economia, se olharmos para as tabelas 1.2 e 1.3, veremos que até o século XIX a maior economia do mundo continua a ser asiática, tanto em termos de continente quanto em termos de país (no caso do período em consideração a China). Assim, se olharmos friamente para o indicador mais sintético de riqueza econômica, o Produto Interno Bruto, não haveria razão para afirmar uma superioridade absoluta da Europa no período dos sécs. XV-XVIII. Maddison (2006, p. 264), entretanto, afirma que neste período o PIB per capita da Europa já era superior ao da China e Ásia em geral. Este é um argumento importante, mas deve ser relativizado por dois motivos. O tamanho real da economia por vezes tem mais peso político que a riqueza per capita. Por exemplo, apesar de Luxemburgo ter uma riqueza per capita maior que a dos EUA, isso não significa que Luxemburgo é mais poderoso, superior ou avançado que os EUA! Além disso, a questão da estimativa do PIB per capita naquele período é aberta a dúvida. Paul Bairoch (1993, p. 105-106) afirma que até 1750 (*i.e.*, antes da Revolução Industrial) a renda per capita da Europa não era significativamente superior à da Ásia.

Assim, o que temos entre os séculos XV e XVIII é uma ascensão da Europa em termos culturais e políticos com a Renascença e uma época de mercantilismo e capitalismo mercantil quando a Europa volta a estar no

pelotão de frente dos blocos euro-asiáticos mais avançados e poderosos, mas não em uma posição que se poderia chamar de superioridade definitiva sobre os outros. O bloco europeu é poderoso, mas é desunido e luta entre si. Por exemplo, a posição de relativo destaque, entre os europeus, de portugueses e holandeses ao penetrarem na Ásia nos séculos XVI e XVII não significava que fossem mais poderosos que os grandes impérios asiáticos da época: o otomano islâmico, o mogul da Índia e o chinês. Em todos esses três blocos o volume de produção e de comércio suplantava de longe o de qualquer país europeu. (Maddison, 2006, p. 641) Nesta primeira fase manufatureira, a riqueza estava na Ásia e os europeus iam buscá-la lá. As vitórias militares de portugueses e holandeses se deviam muito mais à sua eficaz utilização ou provocação de divisões entre os nativos do que à uma superioridade tecnológica em armas. Os impérios otomano, mogul e chinês possuíam poderosas armas de fogo e canhões capazes de rivalizar com os europeus. Os otomanos eram conhecidos por manufatarem os melhores canos de revólveres e canhões (feitos de aço) e os indianos pelo melhor aço (wootz) do mundo. Isso não é dito para afirmar que turcos, chineses e indianos fossem mais fortes ou desenvolvidos militarmente que os europeus, mas apenas para relativizar a situação europeia, mostrando que na Idade Moderna eles não eram tão superiores assim aos seus adversários, sendo sua penetração no continente asiático mais resultado de uma hábil exploração de divisões entre os povos nativos que a uma superioridade tecnológica e militar absoluta neste período.

A estrutura do comércio mundial nos séculos XV ao XVIII mostra quão integradas eram estas situações comparativas dos dois continentes. Como bem colocou Andre Gunder Frank (1998, p. 126-127)

Na estrutura da economia mundial [dos séculos XV ao XVIII], quatro grandes regiões mantinham déficits constantes no comércio de mercadorias: América, Japão, África e Europa. As duas primeiras cobriam seus déficits produzindo dinheiro (prata) para exportação. A África exportava dinheiro (ouro) e escravos. A quarta região deficitária, a Europa, não conseguia produzir nada próprio que pudesse cobrir seu déficit comercial perpétuo. A Europa conseguia fazer isso “gerenciando”, como intermediário, as exportações das outras três regiões deficitárias, da África para a América, da América para a Ásia e da Ásia para a África

e América. Os europeus também participavam no comércio intra-Ásia [...], vital para a Europa, que ganhava mais com isso que com seu próprio comércio com a Ásia [...] As duas principais regiões mais “centrais” para a economia mundial eram a Índia e a China. Esta centralidade se assentava fundamentalmente na notável produtividade absoluta e relativa de suas manufaturas. Na Índia, estas eram, em primeiro lugar, a sua tecelagem de algodão, que dominava os mercados mundiais, e, em menor grau, os tecidos de seda, especialmente em Bengala [...] A outra, e ainda mais “central”, economia era a China. Sua maior centralidade repousava na produtividade absoluta e relativa ainda maior de sua indústria, agricultura, transporte (fluvial) e comércio. A maior (na realidade a maior do mundo) produtividade (bem como competitividade e centralidade) da China se refletia nos termos mais favoráveis de sua balança de comércio. Estes eram baseados, em primeiro lugar, na sua liderança mundial na exportação de tecidos de seda e cerâmica, além de ouro, cobre, e posteriormente, chá. Estas exportações, por sua vez, faziam da China, o depósito último da prata mundial, que fluía para lá para compensar o quase perpétuo superávit comercial chinês. (Frank, 1998, p. 126-127)

Este fato da Europa, importadora de manufaturas chinesas como seda e porcelana, não conseguir produzir nenhuma manufatura própria que pudesse interessar aos chineses em nível suficiente para cobrir seu déficit comercial com aquele país, portanto, tendo que enviar dinheiro (especialmente prata das Américas) para conseguir equilibrar a balança comercial, é muito sintomático da situação no período dos séculos XV ao XVIII. Também extremamente revelador é o fato de que os europeus, em sua busca de uma mercadoria que pudesse “abrir” o mercado chinês (evitando assim essa sangria de seu dinheiro/prata), acabassem encontrando a solução no ópio, produzido na Índia e exportado “à força” para a China, através das guerras do ópio no século XIX.

Assim, o grande momento de viragem, em que o Ocidente realmente ultrapassa a Ásia é o período após a Revolução Industrial. É lentamente a partir do século XIX, quando a Revolução Industrial começa a se disseminar pela Europa, que esta consegue maiores vantagens econômicas sobre a Ásia e inicia uma fase de maior agressividade imperialista sobre ela. Entretanto, este momento crucial não pode ser visto endogina-

mente como o fazem as correntes eurocêntricas. Nosso modelo integrativo mostra que a Revolução Industrial, assim como em épocas passadas incluindo a Renascença, não foi um produto interno da Europa a partir unicamente de suas próprias forças. Isso por diversas razões. Primeiramente a Revolução Industrial, se é para ser vista endogenicamente, não foi um fenômeno originalmente europeu, e sim inglês. A Inglaterra iniciou a Revolução Industrial e daí ela se espalhou para outros países da Europa. E nesse caso, por que não se espalhou no século XIX para além da Europa, para outros países, como a China ou a Índia, por exemplo? Teria sido por razões de bloqueio interno que a China e Índia não conseguiram se industrializar no século XIX como propõe a narrativa eurocêntrica? Ou teria sido pelas pressões inibidoras externas do imperialismo? Na verdade, um modelo integrativo mostrará que longe de ter sido exclusivamente por impulsos internos que a Europa ocidental se industrializou e a Ásia não se industrializou, estes dois impulsos estão intimamente ligados. A partir do século XVI o *sistema mundo* (que já anteriormente englobava os quatro grandes blocos-berço de Europa, Oriente Médio, Índia e China) passou por uma nova fase integrativa baseada nas Grandes Navegações e nos primórdios de um impulso colonialista. Um fator fundamental “exógeno” foi a incorporação das Américas pela Europa a partir de 1492. Pomeranz (2000) mostrou a enorme contribuição financeira e o imenso alívio ecológico propiciado pelas Américas aos países europeus. A estrutura de exploração das riquezas minerais e mão de obra (a extração de mais-valor, para utilizarmos um termo marxista) das Américas (e da África) possibilitaram aos europeus a base financeira para um fortalecimento militar a partir de um nível tecnológico semelhante no século XVI. Este fortalecimento (e aguçamento) do espírito militar europeu na Ásia pode ser ilustrado pelo comércio triangular da prata entre América, Europa e China. Frank (1998) mostrou como o comércio entre Europa e China era desproporcional, com os europeus importando muitos produtos chineses (seda, porcelana, chá, etc.) e não tendo muito a oferecer que interessasse aos chineses em troca. Entretanto, a prata era moeda e mercadoria procurada na China. Isso criou um comércio desequilibrado em que a prata americana fluía da Europa para a China em pagamento pelos produtos chineses. Essa “sangria” de prata causava tensões na Europa (motivando inclusive inquéritos no Parlamento inglês): ela só seria resolvida com as guerras do ópio, pelas

quais os britânicos conseguiram afinal um produto que pudesse invadir o território chinês: o ópio produzido na Índia passou a ser vendido em quantidades crescentes na China.

Entender essas interligações sistêmicas que permitiram à Europa ocidental se fortalecer com extração de riqueza exógena é importante, pois a não difusão da Revolução Industrial à Ásia tem diretamente a ver com essa dimensão militar/imperialista hipertrofiada. O caso da Índia é emblemático. Antes da Revolução Industrial, a Índia era exportadora de tecidos para a Inglaterra. A partir de 1816 ela passará de exportadora líquida para importadora líquida de tecidos. E isso não é apenas reflexo de uma superior produtividade dos novos métodos industriais de tecelagem britânicos. Foi, em grande parte, consequência de uma política de taxa-ção aduaneira britânica que inibia a exportação de tecidos indianos e facilitava a importação de tecidos britânicos, por trás da cortina de fumaça da política de *livre comércio*.⁴¹

Se para a dificuldade de disseminação da Revolução Industrial foi importante este aspecto militar/imperialista, em termos de desenvolvimento puramente tecnológico a eclosão da Revolução Industrial também não pode ser vista como sinal de uma superioridade absoluta anterior europeia sobre os asiáticos. Como mencionamos, a Revolução Industrial nasceu, na verdade, na Inglaterra, e não na Europa como um todo. John M. Hobson (2006, p. 190-218) mostrou que, mesmo no campo puramente tecnológico, esta singularidade britânica não foi completamente endógena e teve componentes externos relacionados à Ásia, especialmente à China, que segundo ele tinha tido um processo precursor da Revolução Industrial durante a dinastia Sung (960-1279). Hobson observa que, se pegarmos as tecnologias-chaves da Revolução Industrial (tecelagem, máquina a vapor, indústria de carvão, ferro e aço), todas elas foram influenciadas por inovações chinesas básicas anteriores: um engenho, com as partes essenciais da máquina a vapor, praticamente como a do inglês

41 Aqui são apropriadas as palavras do (eurocêntrico) historiador econômico Angus Maddison: “Se a Índia tivesse sido politicamente independente, sua estrutura fiscal provavelmente seria diferente. Na década de 1880, a taxa-ção aduaneira indiana era de apenas 2,2% de seu comércio [exterior], a mais baixa de qualquer país [...] Se a Índia tivesse tido proteção [aduaneira] não há dúvida que sua indústria têxtil [própria] teria se iniciado mais cedo e crescido mais rápido”. (Maddison, 1971, cap. 3)

Wilkinson (da qual a de Watts seria uma melhoria), foi descrito no livro do chinês Wang Chen *Tratado sobre a Agricultura* (de 1313) e os chineses tinham desenvolvido no final do século XVII uma turbina a vapor; os motores a combustão tinham sido parcialmente inspirados na ação de uma bala sendo expelida pelo cano de um revólver ou canhão (ambas invenções chinesas); os chineses, no século XI, tinham antecipado os ingleses na substituição do carvão vegetal pelo mineral (que marcou a Revolução Industrial), os chineses inventaram os alto-fornos no séc. II a.C. e tinham desenvolvido processos de co-fusão de aço no séc. V; o melhor aço do mundo (e que forneceu incentivo para melhoria da qualidade do aço europeu) era oriental: o aço *wootz* indiano (bastante conhecido em sua variedade de aço de Damasco); nos têxteis, os chineses tinham desenvolvido engenhos que tinham praticamente todos os detalhes (exceto um crucial) das máquinas *spinning jenny* de Hargreave e *flying shuttle* de Kay; e essas máquinas precursoras chinesas, direta ou indiretamente, influenciaram a criação dessas tecnologias posteriores inglesas (sem terem sido devidamente creditadas como tal, muitas vezes até intencionalmente, por motivos de direitos autorais cobijados pelos inventores britânicos).⁴²

42 A análise específica de Hobson (2006, p. 207-214) sobre dois dos mais cruciais desenvolvimentos da Revolução Industrial (a máquina a vapor e as máquinas de tecelagem), que resumiremos prafraseando abaixo, mostra o quão interconectadas dentro do ecúmeno eurasiático são as origens deste processo.

Tomemos o grande símbolo da Revolução Industrial: a máquina a vapor. Os detalhes essenciais de funcionamento da máquina a vapor apareceram pela primeira vez em forma impressa em 1313 na China, no *Tratado Sobre a Agricultura* de Wang Chen. Na Inglaterra a máquina de James Watt era um aperfeiçoamento do motor de Wilkinson. Entretanto, a máquina de Wilkinson era praticamente idêntica à de Wang Chen. O único detalhe que faltava era o virabrequim. A proximidade dos chineses com uma máquina como a de Watts era mostrada pelo fato de que no final do século XVII eles tinham desenvolvido uma turbina a vapor. E, novamente chamando a atenção para o ponto central da nossa narrativa ecumênica, não era o caso de desenvolvimentos e descobertas correndo paralela, mas separadamente, em diferentes países. Havia um permanente contato e intercâmbio entre todas essas partes constitutivas do sistema-mundo. Como colocou Robert Temple (1986, p. 65-66), os ingleses tinham conhecimento dos desenhos e máquinas chinesas através de intermediários italianos, pessoas como Agostino Ramelli, que estiveram na China e trouxeram descrições, desenhos e, por vezes, as próprias máquinas de lá.

O outro exemplo provém da tecelagem, a base do deslanche da economia da Revolução Industrial britânica em sua primeira fase de indústria leve. Por volta de 1830 as manufaturas de algodão eram o principal produto de exportação do país. Isto foi

Assim, nem a geração nem a disseminação da Revolução Industrial (que, no século XIX, se limitou aos países da Europa ocidental e seus chamados *offshoots* ocidentais, como os EUA, à parte o caso específico do Japão) podem ser vistas como um sinal de superioridade europeia pura. Como vimos anteriormente, o fato de que a Revolução Industrial no século XIX tenha se disseminado da Inglaterra para outros países europeus e não para a Ásia tem menos a ver com uma maior capacidade europeia (ou uma suposta incapacidade asiática) do que com uma série de limitações violentas, militares (tratados desiguais, guerras do ópio, taxaões aduaneiras coloniais assimétricas) impostas pelos europeus a países da Ásia.

Finalmente, a ascensão europeia sai do seu halo de milagrosa/maravilhosa e única quando notamos que a vantagem ocidental de estar entre as economias mais ricas do mundo (que, como vimos pelas tabelas 1.2 e 1.3 se iniciou no final do século XIX) está se dissolvendo a partir do final do século XX (quando a economia da Ásia voltou a ser a maior de todos os continentes, como tradicionalmente sempre foi e o país com o segundo maior PIB do mundo é asiático) e do início do séc. XXI (quando a economia da China ameaça em menos de duas décadas ultrapassar os EUA e se tornar a maior de todos os países).

possibilitado por uma série de invenções cardinais que incluíam, entre outras, o carretel voador (*flying shuttle*) de John Kay, a máquina de fiar *spinning Jenny* de Hargreaves e o caixilho d'água (*water-frame*) de Arkwright. Tanto a China quanto a Índia eram fortes na tecelagem na época destas invenções. Trabalhando com a seda, o chamado "Grande Caixilho de Fiar" chinês era superior à máquina de fiar de Arkwright. E os chineses tinham máquinas que se diferenciavam por apenas um detalhe crucial da *spinning Jenny* e do *flying shuttle* britânicos. Foram essas máquinas chinesas da indústria da seda que formaram a base de desenvolvimentos europeus posteriores. Novamente a rota foi da China à Itália e de lá à Inglaterra. Por volta do século XIII a indústria da seda italiana foi montada a partir de modelos chineses. O inglês John Lombe criaria sua crucial indústria da seda em Derby a partir dos modelos italianos. Por sua vez a inovativa Derby serviria de base para desenvolvimentos posteriores similares na indústria do algodão britânica. Estes exemplos são apresentados para mostrar a porosidade e o caráter ecumênico do desenvolvimento tecnológico, econômico e científico entre as diferentes regiões do "continente" eurasiático mesmo até o período da Revolução Industrial.

Um Breve Excurso Pessoal

Neste ponto, eu gostaria de acrescentar um dado pouco notado nestas discussões das últimas duas décadas, uma nuance sutil sobre a questão da Revolução Industrial como ponto de viragem na interação Europa/Ásia. Os autores asiocêntricos derrubaram a noção de um avanço econômico muito antigo da Europa sobre a Ásia. Mostraram as incongruências dos retratos de uma Europa como o centro indiscutivelmente mais avançado desde os gregos antigos, da Idade Média ou mesmo da Renascença. A maioria deles estabeleceu a verdadeira mudança do centro gravitacional econômico do mundo para a Europa somente muito recentemente, após a Revolução Industrial, praticamente no século XIX. A Revolução Industrial teria sido, então, o ponto de viragem. Eu gostaria de refinar ainda mais esta visão. Como notamos nas tabelas 1.1, 1.2 e 1.3, a Ásia perdeu o posto de maior economia entre os continentes e a China o posto de maior economia entre os países somente a partir da *segunda* metade do século XIX, isto é, somente após o início da chamada segunda fase da Revolução Industrial. A Revolução Industrial passou por duas fases. Ela se iniciou (na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII) baseada principalmente na indústria leve, especialmente têxtil. Somente a partir da década de 1840 (com o boom de construção das ferrovias iniciado nos anos 1830 que puxou a demanda por materiais pesados como ferro, trilhos, etc.) é que a Revolução Industrial entrou em sua segunda fase, em que a base era a indústria pesada. Nesta segunda fase, da indústria pesada, é que a Europa definitivamente ultrapassou a Ásia neste campo, já bem adentro no século XIX, quase chegando no XX.

Esta constatação (de que foi a passagem para a segunda fase da Revolução Industrial, e não apenas a Revolução Industrial em si, o elemento decisivo para a ultrapassagem europeia) tem certa lógica. A primeira fase da Revolução Industrial, baseada na indústria leve, especialmente dos têxteis, ainda guardava várias características da fase manufatureira da época do capitalismo comercial da Idade Moderna (sécs. XV-XVIII). E na época manufatureira, os centros mais avançados da China e da Ásia é que exportavam os produtos manufaturados para a Europa (como têxteis, cerâmicas, tintas, etc.) e não vice-versa. John M. Hobson (2006), no

capítulo provocativamente chamado *As Origens Chinesas da Revolução Industrial Britânica*, de seu livro *As Origens Orientais da Civilização Ocidental*, forneceu vários exemplos de como tecnologias e ideias chinesas influenciaram, de maneira direta, vários dos desenvolvimentos tecnológicos decisivos da fase inicial da Revolução Industrial inglesa, em especial na área de produção têxtil. Assim, não é tão surpreendente que nesta primeira fase da Revolução Industrial a ultrapassagem econômica da Ásia pela Europa não estivesse tão clara: nela ainda eram guardados muitos resquícios da época manufatureira, quando a Ásia ainda levava vantagem em certas tecnologias fundamentais, em especial no campo crucial dos têxteis. Chamo a atenção que foi, então, a *segunda* fase da Revolução Industrial (baseada na indústria pesada) que foi o verdadeiro ponto de viragem na gangorra da competição Europa-Ásia.

Conclusão

A questão do desenvolvimento comparado de Europa e Ásia tem sido dominada pelo debate entre abordagens eurocêntricas e abordagens asiocêntricas. Frequentemente, o debate entre elas se revela uma disputa para demonstrar quais das duas partes do continente eurasiático era mais desenvolvida em determinado ponto do tempo. Esta disputa traz contribuições heurísticas interessantes, na medida em que faz avançar o estágio de conhecimento sobre as diferentes regiões e países europeus e asiáticos e ajuda a dissipar várias concepções erradas ou mitos sobre supostas superioridades de uma parte ou outra que, muitas vezes, se revelam mais uma narrativa autojustificadora que uma descrição fiel da realidade histórica. A tese deste ensaio é que o caráter de jogo de soma zero do debate eurocentrismo *versus* asiocentrismo (se provamos que uma parte é mais adiantada, necessariamente a outra é mais atrasada) é superado se utilizarmos um modelo ecumênico do espaço euro-asiático. A base para formarmos um modelo do espaço contíguo da Europa e Ásia como ecúmeno é nossa visão das interações históricas entre países e povos na Terra como um *sistema mundo*, em um sentido bastante próximo ao proposto

por Frank & Gills (1993). Para eles, a visão tradicional de países e povos como unidades interagindo entre si como se fossem bolas de bilhar estanques e externas umas às outras é substituída por uma visão da humanidade como um todo que, desde seu surgimento em determinado ponto da África e sua disseminação pelo mundo deve ser vista como uma unidade que se complexifica, *i.e.*, se torna um sistema complexo, mas que mantém interligações entre suas partes constituintes. Isto é especialmente importante e mais óbvio no caso de Europa e Ásia, pois fisicamente constituem uma massa de terra só. E a realidade histórica mostra claramente uma grande interpenetração, difusão e compartilhamento de técnicas e processos, a ponto de muitas vezes ficar difícil estabelecer, mesmo com perfeito conhecimento de causa, uma origem geográfica única para uma grande gama de invenções, inovações e melhoramentos ocorridos no espaço euro-asiático. Uma visão da Europa e Ásia como um ecúmeno onde ideias, tecnologias, produtos e pessoas são constantemente intercambiadas e proporcionam um aumento do nível *geral* de civilização parece mais apropriada que uma visão de unidades estanques meramente concorrentes entre si e onde algumas unidades mais “atrasadas” somente conseguirão progredir se emularem as unidades mais “avançadas”. Na verdade, os desenvolvimentos históricos se revelaram muito mais multifacetados e multivetoriais que uma simples narrativa de países avançados e atrasados. Interdependência na evolução da complexidade marca a experiência do ecúmeno euro-asiático.

As narrativas eurocêntricas de uma vantagem econômica ou tecnológica da Europa desde os gregos, desde a Idade Média, ou mesmo desde a Renascença, se revelaram mais uma visão autoengrandecedora que um relato realista do passado. Mesmo a visão “incontestável” de que a Europa (ou o “Ocidente”, com os EUA) passou econômica e tecnologicamente à frente da Ásia a partir do século XIX com a Revolução Industrial tem que ser colocado na perspectiva das contribuições asiáticas (mesmo no estrito senso tecnológico) para o deslanche desta Revolução, das barreiras artificialmente colocadas pelo imperialismo à industrialização autônoma de suas colônias e, finalmente, de que o processo de industrialização na Ásia se iniciou com algumas décadas de atraso em relação a muitos (mas não todos) países europeus e que este hiato está sendo coberto em um período de tempo bastante curto.

Um modelo integrativo ecumênico “eurasiano” explicita melhor também o caráter multivetorial e geograficamente multicausal dos desenvolvimentos da ciência moderna, tradicionalmente vista como um fenômeno, em suas origens, puramente europeu. Thomas Kuhn (1957) enfatizou o papel fundamental da revolução copernicana (em seu sentido amplo que inclui o complemento da síntese final newtoniana da física de Galileu com a astronomia de Kepler e da matemática com a física) no deslanche da ciência moderna. Mas Kuhn traça as origens deste salto revolucionário a um esquema quase que puramente europeu, com temas da Grécia antiga sendo rediscutidos e retrabalhados por pensadores medievais europeus até que Copérnico, Galileu, Kepler, Newton e companhia dessem o salto revolucionário à ciência moderna. A esta narrativa basicamente eurocêntrica, preferimos o esquema dialógico proposto por Arun Bala (2008, p. 172-183) para explicar o surgimento da ciência moderna. Ele mostrou que a síntese newtoniana da matemática e física não teria sido possível apenas com os aportes dos gregos antigos e dos escolásticos medievais europeus e só ocorreu após contribuições vindas de árabes, chineses, indianos e egípcios.

Os cientistas e pensadores árabes pavimentaram o caminho através de suas críticas realistas matemáticas do modelo ptolomaico; pelo exemplo de uma teoria realista matemática na teoria de Alhazen e sua influência na ciência e estética da Renascença; e através de suas críticas das concepções aristotélicas de causalidade, culminando na noção de que regularidades da natureza são “hábitos de Deus”. Tornaram possível o aparecimento na Idade Moderna de concepções de leis matemáticas da natureza que podem ser empiricamente descobertas, mas não necessariamente racionalmente deduzidas. Dos chineses veio uma onda de tecnologias mecânicas cuja rápida transferência alterou as sensibilidades europeias de tal maneira que vieram a perceber o próprio mundo à imagem de uma máquina. Além disso, a revolução copernicana possibilitou a entrada de ideias cosmológicas chinesas na astronomia moderna e abriu a porta para um novo universo de espaço vazio infinito povoado por estrelas, cometas e novas em incessante transformação em vez do *plenum* finito aristotélico contendo planetas e estrelas embebidas em esferas cristalinas giratórias. Da Índia a ciência moderna recebeu poderosas ideias e técnicas matemáticas: um novo sistema numeral

flexível [o sistema decimal], métodos algébricos avançados, a trigonometria e possivelmente os rudimentos do cálculo integral. O sistema matemático carregava em si um novo modo de pensamento atômico que recondicionou a maneira como a natureza era estudada. Além disso, implicitamente através dos instrumentos matemáticos transmitidos, e possivelmente de forma mais direta através da [retransmissão à Europa pela] influência do *kalam* e de Al-Razi, o atomismo indiano alimentou a ciência moderna com uma de suas noções mais seminais. Finalmente, do Egito vieram as ideias Herméticas (frutificadas pelo idealismo matemático e noções filosóficas platônicas) do status central do sol nos céus e de que mudanças na natureza são causadas por princípios ativos. Estas noções inspiraram muitas das figuras pioneiras da Revolução Científica, como Copérnico, Kepler e Newton. Em Newton as noções de um universo centrado no sol e da gravidade como princípio ativo se unificaram para consolidar a ciência moderna. (Bala, 2008, p. 175)

Uma concepção de “diálogo de civilizações” como a de Bala acima, não deprecia a contribuição seminal dos europeus em absorver todas essas influências e criar a poderosa ciência moderna: apenas mostra que a ciência moderna não é uma criação meramente endógena europeia e dependeu da contribuição de várias outras partes do ecúmeno euro-asiático e do mundo. A utilização de um modelo integrativo mostra que também no campo da ciência, uma perspectiva ecumênica é mais produtiva e realista que um modelo puramente eurocêntrico ou de jogo do soma-zero na avaliação entre as contribuições de Europa e Ásia. Todas essas partes foram importantes e, mais ainda, não podem ser vistas estanques umas das outras, ainda mais no momento atual em que a tecnologia e ciência de países asiáticos como Japão, Coreia do Sul, as duas Chinas, etc. estão retomando sua competitividade frente à Europa e Ocidente.

Na realidade, tendo em vista o avanço tradicional da Ásia por muitos séculos e a retomada de um ritmo extremamente rápido de desenvolvimento dos países asiáticos nas últimas décadas, em alguns séculos talvez a vantagem econômica, tecnológica e científica que a Europa teve sobre a Ásia nos sécs. XIX e XX, seja vista como uma breve interrupção em um longo período de séculos e mesmo milênios em que a Ásia esteve à frente da Europa.

Mas que significado terá então esta discussão paroquial quando analisada no contexto maior de que o que aconteceu no ecúmeno euro-asiático foi, na verdade, um microcosmo do que se passa no ecúmeno maior da humanidade como um todo, um *sistema mundo* onde é impossível de maneira absoluta separar (e muito menos valorar estanquamente) as contribuições múltiplas de suas diferentes partes constituintes desde o *big bang* original dos primeiros humanos em algum lugar da África até a presente situação em que um país das Américas guarda temporariamente o topo da vanguarda hegemônica mundial?

Anexo de Tabelas

Tabela 1.1. China versus Europa ocidental, 1-2001 d.C.

Ano	PIB da China (bilhões de dólares de 1990)	PIB da Europa ocidental (bilhões de dólares de 1990)	PIB per capita da China (dólares de 1990)	PIB per capita da Europa ocidental (dólares de 1990)	População da China (milhões de pessoas)	População da Europa ocidental (milhões de pessoas)
1	26,8	11,1	450	450	59,6	24,7
1000	26,6	10,2	450	400	59,0	25,4
1300	60,0	34,6	600	593	100,0	58,4
1400	43,2	28,1	600	676	72,0	41,5
1500	61,8	44,2	600	771	103,0	57,3
1820	228,6	160,1	600	1.204	381,0	133,0
1913	241,3	902,3	552	3.458	437,1	261,0
1950	239,9	1396,2	439	4.579	546,8	304,9
2001	4.569,8	7.550,3	3.583	19.256	1.275,4	392,1

Fonte: tabela extraída de Maddison, 2006, p. 629.

Tabela 1.2. Ranking das maiores economias do mundo em Produto Interno Bruto, anos 1-2001. (Paridade de Poder de Compra, milhões de dólares Geary-Khamis internacionais)

Ano	Primeiro lugar	Segundo lugar	Terceiro lugar
1	Índia 33 750	China 26 820	
1000	Índia 33 750	China 26 550	
1500	China 61 800	Índia 60 500	Itália 11 550
1600	China 96 000	Índia 74 250	França 15 559
1700	Índia 90 750	China 82 800	França 19 539
1820	China 228 600	Índia 111 417	Reino Unido 36 232
1870	China 189 740	Índia 134 882	Reino Unido 100 180
1913	Estados Unidos 517 383	China 241 344	Alemanha 237 332
1950	Estados Unidos 1 455 916	URSS 510 243	Reino Unido 347 850
1973	Estados Unidos 3 536 622	URSS 1 513 070	Japão 1 242 932
2001	Estados Unidos 7 965 795	China 4 569 790	Japão 2 624 523

Fonte: Maddison, 2006, p. 639.

Tabela 1.3 Produto Interno Bruto das regiões do mundo e sua percentagem no PIB mundial, anos 1-1998. (Paridade de Poder de Compra, milhões de dólares de 1990, com a percentagem do PIB mundial em parênteses)

Ano	0	1000	1500	1600	1700	1820	1870	1913	1950	1973	1998
Ásia	78240 (76,3%)	82118 (70,3%)	161301 (65,2%)	216595 (65,8%)	229507 (61,7%)	411242 (59,2%)	422188 (38,3%)	664237 (24,5%)	985669 (18,5%)	3876399 (24,1%)	12534571 (37,2%)
Europa ocidental	11115 (10,8%)	10165 (8,7%)	44345 (17,9%)	65955 (19,9%)	83395 (22,5%)	163722 (23,6%)	370223 (33,6%)	906374 (33,5%)	1401551 (26,3%)	4133780 (25,7%)	6960616 (20,6%)
Europa Oriental	1900 (1,9%)	2600 (2,2%)	6237 (2,5%)	8743 (2,7%)	10647 (2,9%)	23149 (3,3%)	45448 (4,1%)	121559 (4,5%)	185023 (3,5%)	550757 (3,4%)	660861 (2,0%)
URSS	1560 (1,5%)	2840 (2,4%)	8475 (3,4%)	11447 (3,5%)	16222 (4,4%)	37710 (5,4%)	83646 (7,6%)	232351 (8,6%)	510243 (9,6%)	1513070 (9,4%)	1132434 (3,4%)
EUA			800 (0,3%)	600 (0,2%)	527 (0,1%)	12548 (1,8%)	98374 (8,9%)	517383 (19,1%)	1445916 (27,3%)	3536622 (22,0%)	7394598 (21,9%)
América Latina	2240 (2,2%)	4560 (3,9%)	7288 (2,9%)	3757 (1,1%)	6371 (1,7%)	14120 (2,0%)	27897 (2,5%)	121681 (4,5%)	423556 (7,9%)	1397700 (8,7%)	2941610 (8,7%)
África	7013 (6,8%)	13723 (11,8%)	18400 (7,4%)	22000 (6,7%)	24400 (6,6%)	31010 (4,5%)	40172 (3,6%)	72948 (2,7%)	194569 (3,6%)	529185 (3,3%)	1039408 (3,1%)

Fonte: Maddison, 2006, p. 261 e 263.

Fontes e Bibliografia

- ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony: the world system a.d. 1250-1350*. New York: Oxford University Press, 1989.
- ABU-LUGHOD, Janet. *The World System in the Thirteenth Century: Dead-End or Precursor?* Washington, DC: American Historical Association, 1993.
- AL-HASSAN, A.Y. et al. (eds.) *Science and Technology in Islam*. Paris: Unesco Pub., 2001. 2 v.
- AMIN, Samir. *Unequal Development: an Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1976.
- AMIN, Samir. *Eurocentrism*. Londres: Zed Books, 1989.
- AMIN, Samir. The Ancient World-Systems Versus the Modern Capitalist World-System. *Review*, v. 14, n. 3, p. 349-85, 1991.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. Londres: N.L.B., 1974.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*. London: Verso, 1994.
- ATSAMBA, F.M. et al. (eds.) *Istoriografiya Stran Vostoka*. Moscou: Izdatel'stvo Moskovskogo Universiteta, 1978.
- BAECHLER, Jean, HALL, John A., MANN, Michael (eds.) *Europe and the Rise of Capitalism*. Oxford: B. Blackwell, 1988.
- BAECHELER, Jean, HALL, JOHN A., MANN, Michael (eds.) *Europa e Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- BAIROCH, Paul. The Main Trends in National Economic Disparities since the Industrial Revolution. In: BAIROCH, Paul, LEVY-LEBOYER, Maurice (eds.) *Disparities in Economic Development since the Industrial Revolution*. Londres: Macmillan, 1981.
- BAIROCH, Paul. International Industrialization Levels from 1750 to 1980. *Journal of European Economic History*, v. 11, n. 2, p.269-333, 1982.
- BAIROCH, Paul. *Economics and World History*. Chicago: Chicago University Press, 1993.
- BALA, Arun. *The Dialogue of Civilizations in the Birth of Modern Science*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- BEAN, Richard. War and the Birth of the Nation State. *Journal of Economic History*, n. 33, p. 203-21, 1973.
- BERMAN, Harold J. *Law and Revolution: the formation of the Western Legal Tradition*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.
- BERNAL, Martin. *Black Athena: the Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1987-2006. 3 v.

- BERNAL, Martin. *Black Athena Writes Back: Martin Bernal Responds to his Critics*. Durham: Duke University Press, 2001.
- BLAUT, James M. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York/Londres: Guilford Press, 1993.
- BLAUT, James M. *Eight Eurocentric Historians*. London: Guilford Press, 2000.
- BORGSTROM, Georg. *The Hungry Planet*. New York: Collier Books, 1972.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization Matérielle, Economie et Capitalisme*. Paris: Librairie Générale Française, 1993. 3 v.
- BRAUDEL, Fernand. *A History of Civilizations*. Londres: Penguin, 1995.
- BRENNER, Robert, ISETT Christopher. England's Divergence from China's Yangzi Delta : Property Relations, Macroeconomics, and Patterns of Development. *Journal of Asian Studies*, v. 61, n.2, p. 609-62, 2002.
- BROOK, Timothy (ed.) *The Asiatic Mode of Production in China*. Armonk: M.E. Sharpe, 1989.
- BROWN, Shannon R., WRIGHT, Tim. Technology, Economics, and Politics in the Modernization of China's Coal-mining Industry, 1850-1895. *Exploration in Economic History*, n. 18, p. 60-83, Jan. 1981.
- BUNCH, Bryan, HELLEMANS, Alexander. *The Timetables of Science: a Chronology of the Most Important People and Events in the History of Science*. New York: Simon & Schuster, 1988.
- BUNCH, Bryan, HELLEMANS, Alexander. *The History of Science and Technology: a Browser's Guide to the Great Discoveries, Inventions and the People who Made Them, from the Dawn of Time to Today*. Boston: Houghton Mifflin Co., 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARDWELL, D.S.L. *Turning Points in Western Technology*. New York: Neale Watson Science History Publication, 1972.
- CHAUDHURI, K.N. *The Trading World of Asia and the English East India Company, 1660-1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- CHAUDHURI, K.N. *Trade and Civilization in the Indian Ocean: An Economic History from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CHAUDHURI, K.N. *Asia before Europe: Economy and Civilization of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CHAUNU, Pierre. *European Expansion in the Later Middle Ages*. Amsterdam: North-Holland Publishin Co., 1979.
- CHESNEAUX, Jean. *L'Asie Orientale aux XIXe et XXe Siècles: Chine, Japon, Inde, Sud-Est asiatique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos Séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CIPOLLA, Carlo M. *Before the Industrial Revolution. European Society and Economy, 1000-1700*. London: Methuen, 1976.
- CLARKE, J.J. *Oriental Enlightenment: the Encounter between Asian and Western Thought*. Londres: Routledge, 1997.

- CONNER, Clifford D. *A People's History of Science*. New York: Nation Books, 2005.
- CROSBY, Alfred *The Colombian Exchange. Biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport: Greenwood Press, 1972.
- CROSBY, Alfred. *Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CURAMING, Rommel. Towards Reinventing Indonesian Nationalist Historiography. *Kyoto Review of Southeast Asia*, n. 3, março 2003.
- Das GUPTA, Ashin, PEARSON, M.N. (eds.) *India and the Indian Ocean, 1500-1800*. Calcutta: Oxford University Press, 1987.
- DELANTY, Gerard. (ed.) *Europe and Asia Beyond East and West*. Londres: Routledge, 2006.
- DESCOURS-GATIN, C., VILLIERS, H. *Guide de Recherches sur le Vietnam*. Paris: l'Harmattan, 1983.
- DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Açõ: o destino das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record: 2001.
- DIAMOND, Jared. *Guns, Germs and Steel: the Fates of Human Societies (with a new chapter on Japan)*. New York: W.W. Norton, 2005.
- DIOP, Cheikh Anta. *The African Origin of Civilization: Myth or Reality?* Chicago: Lawrence Hill & Co., 1974.
- DISNEY, Anthony. *Historiography of Europeans in Africa and Asia*. Brookfield: Variorum, 1995.
- DOBB, Maurice. A Reply. In: *The Transition from Feudalism to Capitalism*. SWEEZY, Paul (ed.) London: NLB., 1976, p. 57-67.
- DUARA, Prasenjit. *Rescuing History from the Nation: questioning narratives of modern China*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- DUBY, George. *The Early Growth of the European Economy*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1974.
- DUMONT, Louis. *Homo Hirarchicus: an Essay on the Caste System*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- EISENSTADT, Shmuel (ed.) *Multiple Modernities*. : New Brunswick: Transaction Publishers, 2002.
- ELVIN, Marc. *The Pattern of the Chinese Past*. Stanford: Stanford University Press, 1973.
- ELVIN, Marc. *The Retreat of the Elephants: An Environmental History of China*. New Haven: Yale University Press, 2004.
- EMBREE, Ainslie T., GLUCK, Carol (eds.) *Asia in Western and World History: a guide for teaching*. Armonk: M.E. Sharpe, 1997.
- FAIRBANK, John King, GOLDMAN, Merle. *China: A New History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- FANON, Franz. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 1963.
- FRANK, Andre Gunder. *On Capitalist Underdevelopment*. Bombay: Oxford University Press, 1975.
- FRANK, Andre Gunder. *ReOrient: global economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- FRANK, Andre Gunder, GILLS, Barry K. (eds.) *The World System: five hundred years or five thousand?* Londres: Routledge, 1993.

- GAIDUK, Ilya. *The Vietnam War and Soviet-American Relations, 1964-1973: new Russian evidence*. Washinton: CWIHP, 1993.
- GAONKAR, Dilip Parameshwar (ed.) *Alternative Modernities: a Public Culture Book*. Durham: Duke University Press, 2001.
- GATES, Hill. *China's Motor. A Thousand Years of Petty Capitalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- GAYLE, Curtis Anderson. *Marxist History and Postwar Japanese Nationalism*. Londres: Routledge, 2003.
- GILLS, Barry K. Hegemonic Transitions in the World System. In: FRANK, Andre Gunder, GILLS, Barry K. (eds.) *The World System: five hundred years or five thousand?* Londres: Routledge, 1993, p. 115-140.
- GOBINEAU, Arthur, comte de. *The Inequality of Human Races*. New York: H. Fertig, 1999.
- GOODMAN, Grant K. *Asian History*. Nova York: Markus Wiener Pub., 1993.
- GOODY, Jack. *The East in the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GOONATILAKE, Susantha. *Toward a Global Science: Mining Civilizational Knowledge*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- HAJNAL, John. European Marriage Patterns in Perspective. In: GLASS, David, EVERSLAY, D.E.C. (eds.) *Population in History*. Londres: Edward Arnold, 1965. P. 101-43.
- KRAUSE, John T. Some Implications of Recent Work in Historical Demography. In: DRAKE, Michael (ed.) *Applied Historical Studies*. Londres: Methuen, 1973, p. 155-183.
- HALL, John A. States and Societies: The Miracle in Comparative Perspective. In: BAECHLER, Jean, HALL, John A., MANN, Michael (eds.) *Europe and the Rise of Capitalism*. Oxford: B. Blackwell, 1988, p. 20-38.
- HALL, John A. Estados e Sociedades: o milagre numa perspectiva comparada. In: BAECHLER, Jean, HALL, JOHN A., MANN, Michael (eds.) *Europa e Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. P. 29-47.
- HALL, John W. et al. (eds.) *The Cambridge History of Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- HANLEY, Susan B. A High Standard of Living in Nineteenth Century Japan: Fact or Fantasy? *Journal of Economic History*, v. 43, n. 1, p. 183-192, 1983.
- HARTWELL, Robert. Markets, Technology, and the Structure of Enterprise in the Development of the Eleventh Century Chinese Iron and Steel Industries. *Journal of Economic History*, n. 26, n. 1, p. 29-58, 1966.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *The Philosophy of History*. Kitchener: Batoche Books, 2001.
- HERLILY, David. The Economy of Traditional Europe. *Journal of Economic History*, n. 31, p. 153-64, 1971.
- HO Chi Minh. *Selected Works*. Hanoi: Tricontinental, 1968.
- HOBSON, John M. *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HODGSON, Marshall G.S. Hemispheric Interregional History as an Approach to World History. *Unesco Journal of World History/Cahiers d'Histoire Mondiale*, v. I, n. 3, p.715-23, 1954.

- HODGSON, Marshall G.S. *The Venture of Islam: Conscience and History in a World Civilization*. Chicago: Chicago University Press, 1974. 3 v.
- HODGSON, Marshall G.S. *Rethinking World History* (ed. Edmund Burke III). Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HOLTON, Robert J. *Globalization and the Nation-State*. Londres: Macmillan, 1998.
- HOODBOY, Pervez. *Islam and Science: Religious Orthodoxy and the Battle for Rationality*. Londres: Zed Books, 1991.
- HUFF, Toby E. *The Rise of Early Modern Science: Islam, China and the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HUNTINGTON, Samuel. *Terceira Onda: a democratização do final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- IHSANOGLU, Ekmeleddin, GUNERGUN, Feza (eds.) *Science in Islamic Civilization*. Istantbul: IRCICA, 2000.
- IQBAL, Muzaffar. *Islam and Science*. Aldershot: Ashgate, 2002.
- JAMES, George G.M. *Stolen Legacy*. New York: New York Philosophical Society, 1954.
- JONES, Eric L. *The European Miracle: environments, economics and geopolitics in the history of Europe and Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- JONES, Eric L. *O Milagre Europeu: 1400-1800*. Lisboa: Gradiva, 1987.
- JONES, Eric L. *Growth Recurring*. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- KAPUR, Harish. *As China Sees the World: perceptions of Chinese scholars*. Londres: Pinter, 1987.
- KENNEDY, Paul M. *The Rise and Fall of the Great Powers*. New York: Random House, 1987.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KUHN, Thomas. *The Copernican Revolution: Planetary Astronomy in the Development of Western Thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- KUZNETS, Simon. *Capital Formation in Modern Economic Growth (and Some Implications for the Past)*. *Third International Conference of Economic History: Munich 1965*. Paris: Mouton, 1968. V. 1, p. 15-53.
- LANDES, David. *The Unbound Prometheus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LANDES, David. *The Wealth and Poverty of Nations*. Londres: Little Brown, 1998.
- LANDES, David. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LATHAM, A.J.H. *Africa, Asia and South America since 1800: a bibliographical guide*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- LEE, James Z., FENG, Wang. *One Quarter of Humanity*. Londres: Harvard University Press, 1999.
- LEFKOWITZ, Mary. *Not out of Africa: How Afrocentrism Became an Excuse to Teach Myth as History*. Nova York: Basic Books, 1996.
- LEFKOWITZ, Mary, ROGERS, Guy MacLean (eds.) *Black Athena Revisited*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.

- LEGRO, Jeffrey W. 2007. What China Will Want: The Future Intentions of a Rising Power. *Perspectives on Politics*, v. 5, n. 3, p. 515-34, 2007.
- LEUR, J.C. van. *Indonesian Trade and Society: essays in Asian social and economic history*. The Hague: W. van Hoeve, 1955.
- LIEBERMAN, Victor. Local Integration and Eurasian Analogies: Structuring Southeast Asian History, c. 1350-c. 1830. *Modern Asian Studies*, v.27, n. 3, p. 475-572, 1993.
- LIEBERMAN, Victor. Transcending East-West Dichotomies: State and Culture Formation in Six Ostensibly Disparate Areas. *Modern Asian Studies*, v. 31, n.3, p. 463-546, 1997.
- LIM, Susanna Soojung. Between Spiritual Self and Other: Vladimir Solov'ev and the Question of East Asia. *Slavic Review*, v. 67, n. 2, p. 321-341, Summer 2008.
- LUDDEN, David. *Reading Subaltern Studies: Critical History, Contested Meaning and the Globalization of South Asia*. London: Anthem South Asian Studies, 2002.
- MADDISON, Angus. *Class Structure and Economic Growth: India and Pakistan since the Moghuls*. Londres: Allen & Unwin, 1971.
- MADDISON, Angus. *Monitoring the World Economy*. Paris: OECD, 1995.
- MADDISON, Angus. *The World Economy: a Millenial Perspective*. Paris, OECD, 2001.
- MADDISON, Angus. *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD, 2003.
- MADDISON, Angus. *The World Economy*. Paris: Development Center of the Organisation for Economic Co-operation and Development, 2006.
- MANN, Michael. *The Sources of Social Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 2 v.
- MAO Tsetung. *Obras Escolhidas de Mao Tsetung*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 4 v.
- MARX, Karl. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke*. Berlim: Dietz, 1961-1971a. 41 v. V. 13, p. 1-160.
- MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke (MEW)*. Berlim: Dietz, 1961-1971. 41 v.
- MASOOD, Ehsan. *Science & Islam: a History*. Londres: Icon Books, 2009.
- MAURO, F. Towards an 'Intercontinental Model': European Overseas Expansion between 1500 and 1800. *The Economic History Review* (second series), v. 14, n. I, p. 1-17, 1961.
- McNEILL, John Robert. *Something New Under the Sun: An Environmental History of the Twentieth-Century World*. New York: W.W. Norton, 2000.
- McNEILL, William H. *The Rise of the West: a history of the human community*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- McNEIL, William H. The Rise of the West after Twenty Five Years. In: McNEILL, William H. *The Rise of the West: a history of the human community*. Chicago: University of Chicago Press, 1991a.
- MILGROM, Paul R., NORTH, Douglass C., WEINGAST, Barry R. *The Role of Institutions in the Revival of Trade: the Law Merchant, Private Judges, and the Champagne Pairs*. Stanford: Hoover Institution, 1990.
- MIYAZAKI, Ichisada. *China's Examination Hell: the civil service examinations in imperial China*. New Haven: Yale University Press, 1981.

- MOKYR, Joel. *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- MOKYR, Joel. *Twenty Five Centuries of Technological Change: an Historical Survey*. Chur: Harwood Academic Publishers, 1990a.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. *De L'Esprit des Lois*. Paris: Larousse, 1995.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *The Spirit of Laws*. In: Constitution Society Homepage, <http://www.constitution.org/cm/sol.txt>, consultado em 26/07/2008.
- MORTON, W. Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- NATIONAL COMMITTEE OF JAPANESE HISTORIANS. *Historical Studies in Japan*. Leiden: National Committee of Japanese Historians, 1990.
- North, Douglass Cecil. 1973. *The Rise of the Western World: a New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NORTH, Douglass Cecil. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, Douglass C. *Custos de Transação, Instituições e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.
- NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Development*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- O'BRIEN, Patrick K. European Economic Development: The Contribution of the Periphery. *Economic History Review*, v. 35, n. 1, p. 1-18, fev. 1982.
- O'BRIEN, Patrick K. European Industrialization: From the Voyages of Discovery to the Industrial Revolution. In: POHL, Hans (ed.) *The European Discovery of the World and Its Economic Effects on Pre-Industrial Society, 1500-1800*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1990. P. 154-177.
- OGILVY, James, SCHWARTZ, Peter, FLOWER, Joe. *China's Futures: Scenarios for the World's Fastest Growing Economy, Ecology and Society*. San Francisco: Jossey-Bass Inc, 2000.
- PANIKKAR, Kavalan Madhava. *A Dominação Ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PERDUE, Peter C. *China in the Early Modern World: shortcuts, myths and realities*. Cambridge: MIT, 1999.
- PIETERSE, Jan Nederveen. Oriental Globalization. In: DELANTY, Gerard (ed.) *Europe and Asia Beyond East and West*. Londres: Routledge, 2006. P. 61-73.
- POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PRAKASH, Om. *Precious Metals and Commerce*. Aldershot: Variorum, 1994.
- QIAN, Wen-yuan. *The Great Inertia: scientific stagnation in traditional China*. New Hampshire: Croom Helm, 1984.
- RAHMAN, A. (ed.) *History of Indian Science, Technology and Culture, AD 1000-1800*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- REIS, Daniel Aarão, ROLLAND, Denis (eds.) *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

- RESTIVO, Sal (ed.) *Science, Technology and Society: an Encyclopedia*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- ROBERTS, John M. *The Triumph of the West*. Londres: BBC Books, 1985.
- RODINSON, Maxime. *Islam and Capitalism*. Austin: University of Texas Press, 1978.
- ROSENBERG, Nathan, BIRDZELL, L.E. *How the West Grew Rich: the Economic Transformation of the Industrial World*. New York: Basic Books, 1986.
- RYBAKOV, R.B. et al. *Istoriya Vostoka*. Moscou: Vostochnaya Literatura, 2000-2006. 6 v.
- SACHSENMAIER, Dominic, RIEDEL, Jens, EISENSTADT, SHMUEL N. (eds.) *Reflections on Multiple Modernities: European, Chinese, and other interpretations*. Leiden: Brill, 2002.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SALIBA, George. *Islamic Science and the Making of the European Renaissance*. Cambridge: M.I.T. Press, 2007.
- SCALAPINO, Robert. *The Politics of Development: perspectives on twentieth-century Asia*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- SCHNEIDER, Axel, WEIGELIN-SCHWIEDRZIK, Susanne (eds.) *Chinese Historiography in Comparative Perspective*. Middletown: Wesleyan Univ., 1996.
- SEGRILLO, Angelo. A Ásia no Século XXI... e em Outros. In: Segrillo, Angelo & Pennaforte, Charles (orgs.) *A Ásia no Século XXI: olhares brasileiros*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011. P. 13-24.
- SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS: um estudo das causas*. 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2013.
- SEGRILLO, Angelo. Uma Breve História Revisionista (Não Eurocêntrica) da Ásia até o Século XIX. In: Segrillo, Angelo (org.) *História Revisionista da Ásia e Outros Ensaios do Laboratório de Estudos da Ásia da USP*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2013a. P. 13-86.
- SELIN, Helaine. *Encyclopedia of the History of Science, Technology, and Medicine in Non-Western Cultures*. Dordrecht: Kluwer Academic, 1997.
- SHARMA, Ramesh Chandra et al. *Historiography and Historians in India since Independence*. Agra: M.G. Publishers, 1991.
- SHOURIE, Arun. *Eminent Historians: their technology, their line, their fraud*. New Delhi: ASA Publications, 1998.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies*. Londres: Zed Books, 1999.
- SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TARLING, Nicholas (ed.) *The Cambridge History of Southeast Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- TATON, René. *History of Science*. New York: Basic Books, 1963-1966. 4 v.
- TEGGART, Frederick J. *Rome and China: a Study of Correlations in Historical Events*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- TEMPLE, Robert K.G. *The Genius of China: 3,000 Years of Science, Discovery, and Invention*. New York: Simon and Schuster, 1986.

- TILLY, Charles (ed.) *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States: AD 990-1992*. Cambridge: B. Blackwell, 1990.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- TURNER, B.L. et al. (eds.) *The Earth as Transformed by Human Action*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- TURNER, Howard R. *Science in Medieval Islam: an Illustrated Introduction*. Austin: University of Texas Press, 1995.
- TWITCHETT, Denis, FAIRBANK, John K. *The Cambridge History of China*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems Analysis: an Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Future of China, the Future of the World? (Commentary no. 70). Fernand Braudel Center website. Disponível em: <http://www.binghamton.edu/fbc/70en.htm>. Acesso em: 3 jan. 2009.
- WANG, Dong. *The Quarreling Brothers: new chinese archives and the reappraisal of the Sino-Soviet Split, 1959-1962*. Washington: CWIHP, 2005.
- WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a comparative historical analysis*. London: Routledge, 1992.
- WEBER, Max. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. New York: Scribner, 1958.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Brasília: EdUnB, 1981.
- WEBER, Max. *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- WHITE JR., Lynn. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- WHITE JR., Lynn. The Expansion of Technology 500-1500. In: CIPOLLA, C.M. (ed.) *The Fontana Economic History of Europe: the Middle Ages*. Londres: Collins/Fontana, 1972.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. New York: Russell and Russel, 1944.
- WINTER, Henry James Jacques. *Eastern Science: an Outline of its Scope and Contribution*. Londres: J. Murray, 1952.
- WITTFOGEL, Karl A. *Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power*. New Haven: Yale University Press, 1957.
- WOLF, Eric. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- WONG, Roy Bin. *China Transformed: historical change and the limits of European experience*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.
- WOODSIDE, Alexander. *Lost Modernities: China, Vietnam, Korea and the Hazards of World History*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- WRIGLEY, E. Anthony. *Continuity, Chance and Change: The Character of the Industrial Revolution in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.